



RE-UNIR REVISTA

do Centro de Estudos da Linguagem
da UNIR

v8|n1

2021

ISSN
2594-4916

Centro de Estudos da Linguagem



Vol. 8, nº 1

ISSN – 2594-4916

Estudos da Linguagem I

EXPEDIENTE

Editora Responsável

Geane Valesca da Cunha Klein

Editor Adjunto

Lucas Martins Gama Khalil

Editores Científicos

Fernando Simplício dos Santos

Lou-Ann Kleppa

Maria de Fátima Oliveira Molina

Natália Cristine Prado

Equipe Técnica

Pedro Ivo Silveira Andretta

Capa

Karin Rosenbaum

Editoração Final

Geane Valesca da Cunha Klein

Lucas Martins Gama Khalil

Conselho Editorial

Alina Villalva (Universidade de Lisboa)

Ana Maria G. Cavalcanti Aguiar (UNIR)

Angela Derlise Stübe (UFFS)

Angelica Rodrigues (UNESP)

Anna Flora Brunelli (UNESP)

Aracy Alves Martins (UFMG)

Ariel Novodvorski (UFU)

Camila da Silva Alavarce (UFU)

Carlos Piovezani (UFSCAR)

Cibele Naidhig de Souza (UFERSA)

Claudiana Narzetti Costa (UEA)

Cleudemar Alves Fernandes (UFU)

Cristina Martins Fargetti (UNESP)

Élcio Aloísio Fragoso (UNIR)

Eloísa Joseane da Cunha Klein (UNIPAMPA)

Enivalda Nunes Freitas e Souza (UFU)

Gabriela Oliveira Codinhoto (UFAC)

Geane Valesca da Cunha Klein (UNIR)

Gladis Massini Cagliari (UNESP)

Grenissa Bonvino Stafuzza (UFG)

Heloisa Mara Mendes (UFU)

Iza Reis Gomes Ortiz (IFRO)

José Eduardo M. de Barros Melo (UNIR)

José Magalhães (UFU)

Kelly Priscila Loddo Cezar (UFPR)

Lilian Reichert Coelho (UNIR)

Lou-Ann Kleppa (UNIR)

Lucas Martins Gama Khalil (UNIR)

Luisa Helena Finotti (UFU)

Luiz Carlos Cagliari (UNESP)

Luiz Carlos Schwindt (UFRGS)

Maíra Sueco Maegava Córdula (UFTM)

Manuel Fernando Medina (University of
Louisville - EUA)

Marcela Ortiz Pagoto de Souza (IFSP)

Márcia Helena S. G. Rostas (IFSUL)

Maria Aparecida Oliveira (UFAC)

Maria de Fátima Oliveira Molina (UNIR)

Maria do Socorro D. Loura Jorin (UNIR)

Marian Oliveira (UESB)

Maride Ima Laperuta Martins (UNIOESTE)

Marília Lima Pimentel Cotinguiba (UNIR)

Marisa Martins Gama Khalil (UFU)

Milene Biasotto (UFGD)

Natália Cristine Prado (UNIR)

Niguelme Cardoso Arruda (IFSC)

Rosana Nunes Alencar (UNIR)

Sonia Maria Gomes Sampaio (UNIR)

Suzana Maria Lucas Santos (UFMA)

Talita de Cássia Marine (UFU)

Vera Pacheco (UESB)

Vitor Cei Santos (UFES)

Welisson Marques (IFTM)

Pareceristas *ad hoc* do Vol. 8, nº 1 e nº 2

Admilton José Oliveira

Alan Ricardo Costa

Alexandre António Timbane

Aline Christiane Oliveira Souza

Ana Carla Barros Sobreira

Ana Paula Albarelli

Angela Maria Gonçalves de Oliveira

Anísio Batista Pereira

Antonio Edson Alves da Silva

Bárbara Del Rio Araújo

Breno Rafael M. Parreira Rodrigues Rezende

Carlos Vinicius Baraldi

Clarides Henrich de Barba

Claudiana Nair Pothin Narzetti Costa

Dany Thomaz Gonçalves

Diego Barbosa da Silva

Douglas Corrêa da Rosa

Filipe Rafael Gracioli

Frederico Sidney Guimarães

Gabriella Cristina Vaz Camargo

Gustavo Cunha Araujo

Heliton Diego Lau

Jaison Luís Crestani

Joachin Azevedo Neto

José António Martin Moreno Afonso

José Flávio da Paz
Juliana Marins
Júlio César Barreto Rocha
Kary Jean Falcão
Larissa Gotti Pissinatti
Luana Gomes Pereira
Marcela Martins de Melo Fraguas
Marcia Leticia Gomes
Marcus Garcia de Sene
Maria Alzira Leite
Maria Beatriz Gameiro Cordeiro
Maria Das Dores Mendes
Maria de Lourdes Bernartt
Marian Oliveira
Maridelma Laperuta-Martins
Mirella Nunes Giracca
Naiara Souza da Silva
Pablo Luiz Martins
Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Patricia Marouvo Fagundes
Patrícia Oliveira de Freitas
Patricia Ormastroni Iagallo

Raquel Augustin
Regiani Leal Dalla Martha Couto
Renata Aparecida Ianesko
Rita de Cássia Antonia Nespoli Ramos
Rodrigo Avila Colla
Rosangela Aparecida Hilario
Roziane da Silva Jordão
Samilo Takara
Santiago Bretanha
Sérgio Nunes de Jesus
Tamiris Machado Gonçalves
Thaisy Bentes de Souza
Valdemar Valente Junior
Vicente E. R. Marçal
Wellton da Silva de Fatima
Wesley Henrique Alves da Rocha
Wilian Junior Bonete

UNIR – Revista do Centro de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Rondônia.
V. 8 (2021), nº 1. Porto Velho-RO. Periodicidade: Anual
Centro de Estudos da Linguagem - CEL
Sala 104. Bloco 4A - Prédio das Pró-Reitorias, Campus - BR 364, Km 9,5
CEP: 76801-059 - Porto Velho - RO
Publicada em meio eletrônico:
<http://www.periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/index>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- Escritos discursivos: resistências e atravessamentos 7
Marília Lima Pimentel Cotinguiba

ARTIGOS

- Conceitos e Invariabilidade: a Proposta de Hardy-Vallée 11
Patrícia Azevedo Gonçalves
- O sorriso como discurso: mobilizações teórico-analíticas na perspectiva do Gesto-Sentido 26
Diego Henrique Pereira
- Brumadinho: uma leitura orientada pela Análise do Discurso francesa sobre as charges da tragédia 45
Wesley Mateus Dias
- For the right and proud to be heterosexual on the Third Sunday of December: an analysis of the bill number 1.672/2011, by Eduardo Cunha. 62
Heliton Diego Lau
- Discurso e resistência: os efeitos de sentidos sobre a homofobia em Quebrada Queer 75
André Luís Tose Gomes, Élcio Aloisio Fragoso
- Análise das dimensões verbais, visuais e sociais de um estêncil sobre a greve dos entregadores de aplicativos 95
Otávio Felipe Carneiro, Thaysa Gabriella Gonçalves, Wesley Mateus Dias
- O “maior” presidente da história do Brasil sob a ótica de Valentin Volóchinov – um estudo da significação e do tema na palavra ideológica 115
Wallace Dantas
- O papel da metáfora no desdobramento textual de músicas gospel: uma análise à luz da semântica cognitiva 135
Bruno de Jesus Espírito Santo
- Sentenças explicativas e índices paralinguísticos como marcadores de atos de fala sinceros 151
Wagner Ferreira Lima

Análise de aspectos morfológicos da Libras e sua aplicabilidade na escrita da língua de sinais através do sistema Signwriting <i>Victor Hugo Lima Nazário, Ana Carolina Ferreira Barros</i>	166
Pronomes pessoais: contínuo referencial no português brasileiro <i>Lucas Alves Costa</i>	188
Análise tipológica da variante /r/ retroflexo <i>Manoella Gonçalves Bazzo</i>	205
RESENHAS	
O dialeto caipira, de Amadeu Marques <i>Antonio Luiz Gubert</i>	223
Entre a obrigação e o prazer: o papel do livro no universo juvenil do Rio de Janeiro e de Barcelona <i>Patricia Marouvo Fagundes</i>	226
ENTREVISTA	
Materiais didáticos para ensino de português como língua adicional: políticas linguísticas de acolhimento ou silenciamento? <i>Marília Lima Pimentel Cotinguiba, Leandro Rodrigues Alves Diniz</i>	231

Apresentação

Escritos discursivos: resistências e atravessamentos

Marília Lima Pimentel Cotinguiba¹

Escrever a apresentação de uma revista científica constitui-se um ato de resistência, neste momento. Resistência de estarmos vivos, de conseguirmos ter uma mínima saúde mental para escrever e fazer ciência, pois neste momento de pandemia (ou pandemônio?) da Covid-19 somos atravessados por uma profusão de sentimentos, de sentidos que nos afetam e nos interpelam discursivamente. Nesse cenário, violências, desproteções, violação de direitos foram escancaradas por todos os lados e a sensação de impotência nos acomete.

Assim, com um olhar multifacetado e plural este número atemático da revista RE-UNIR, do Centro de Estudos da Linguagem, do departamento Acadêmico de Letras Vernáculas da UNIR, é, mais do que nunca, um ato político, um ato de resistência. Essa postura política se traduz na publicação de doze artigos, duas resenhas e uma entrevista neste número da RE-UNIR.

O primeiro artigo é de Patrícia Azevedo Gonçalves e tem como título “Conceitos e Invariabilidade: a Proposta de Hardy-Vallée” tem como objetivo fazer uma revisão teórica da teoria dos conceitos proposta por Hardy-Vallée. O texto focaliza as relações e as implicações teóricas da noção de invariância/invariabilidade dos conceitos, enfatizando os aspectos de natureza psicológica, metafísica e linguística. A discussão teórica proposta intenta contribuir com a História das ideias linguísticas, ao evidenciar a constituição do conceito enquanto saber metalinguístico e importante instrumento de cognição e construção social do conhecimento.

O segundo artigo, de Diego Henrique Pereira, à luz da análise do discurso francesa empreende uma análise dos processos discursivos que envolvem o sorriso

¹ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. ORCID: 0000-0003-1847-4987

e seus efeitos de sentido. Além da dimensão discursiva, o autor analisa o sorriso pelo prisma histórico, biológico e social, convergindo para a propositura do conceito de gesto-sentido. Tendo como referencial teórico principal os postulados de Michel Pêcheux, o autor toma o sorriso enquanto discurso, com o objetivo de compreendê-lo.

De igual maneira, na perspectiva da análise do discurso francesa de vertente pecheutiana, Wesley Mateus Dias, no terceiro texto, faz uma análise de como a crítica social é discursivizada nas charges de Cazo (2019) Latuff (2019), Duke (2015 e Aleixo (2019) sobre o desastre de barragem da Vale em Brumadinho. Além da análise das charges, o autor se utiliza de notícias e reportagens sobre o rompimento da barragem.

Já o escrito quatro, de autoria de Heliton Diego Lau, propõe-se a analisar o discurso do projeto de lei número 1.672/2011, do deputado federal Eduardo Cunha que trata da instituição do terceiro domingo de dezembro como do “Dia do orgulho homossexual”. A análise tem como foco as sequências discursivas da justificativa do projeto de lei. O texto evidencia a forma como são construídas as identidades homossexuais e heterossexuais na dimensão social no corpus apresentado.

Também pela vertente da análise de discurso francesa, à luz dos trabalhos de Pêcheux e Orlandi, o quinto artigo, de André Luís Tose Gomes e Élcio Aloisio Fragoso, discute os efeitos de sentido sobre homofobia em “Quebrada Queer”. Para tanto, os autores partem do conceito de resistência de Pêcheux (1990) e Orlandi (1998), para fundamentar a discussão e, por fim, mobilizar questões como homofobia e silenciamento no rap em questão.

Já o sexto artigo, de Otávio Felipe Carneiro, Thaysa Gabriella Gonçalves e Wesley Mateus Dias, tendo como base teórica a linguística textual, apresenta um estudo sobre a intertextualidade como constitutiva do gênero o estêncil, que, segundo os autores é “uma modalidade de arte de rua constituída pela utilização da linguagem visual que se adequa a paisagens urbanas, exprimindo diferentes críticas e sentidos ao local”. O trabalho intenta analisar a intertextualidade no estêncil de Bacuri (2020) referente à greve dos entregadores.

No sétimo escrito que tem como título “O ‘maior’ presidente da história do Brasil soba a ótica de Valentin Volóchinov: um estudo da significação e do tema na palavra ideológica”, Wallace Dantas, com base na análise dialógica do discurso (ADD),

proposta pelo círculo de Bakhtin, procura compreender o discurso do presidente Jair Bolsonaro, a partir do gênero meme. A partir da definição memes, o autor discute os conceitos de significação e tema, na perspectiva da teoria dialógica.

No oitavo artigo, Bruno de Jesus Espírito Santo desenvolve um estudo sobre o papel da metáfora no desdobramento textual, proporcionando ao leitor o contato com uma análise de músicas gospel à luz da semântica cognitiva. O objetivo foi discorrer acerca do papel da linguagem figurada enquanto elemento estruturador de sistemas socioculturais religiosos como o cristão evangélico.

Em seguida, no nono artigo, temos o texto de Wagner Ferreira Lima, intitulado “Sentenças explicativas e índices paralinguísticos como marcadores de atos de fala sinceros”, em que o autor apresenta uma discussão acerca da sinceridade sob a perspectiva dos atos de fala, e demonstra como sentenças explicativas e índices paralinguísticos funcionam como marcadores desse princípio.

No décimo texto, Victor Hugo Lima Nazário e Ana Carolina Ferreira Barros, intitulado “Análise de aspectos morfológicos da LIBRAS e sua aplicabilidade na escrita da língua de sinais através do sistema signwriting”, diferenciando a fonologia e a morfologia da LIBRAS. Além disso, tentam mostrar aspectos morfológicos contrastivamente entre o português e a LIBRAS, bem como descrever historicamente o sistema SignWriting.

Por sua vez, o décimo primeiro artigo “Pronomes pessoais: contínuo referencial no português brasileiro”, de Lucas Alves Costa, parte dos pressupostos teóricos que estudam os pronomes pessoais nos seus aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e discursivos, analisa esses pronomes a partir do português brasileiro. Ao final, o autor mostra que “pronomes pessoais oscilam no contínuo de identificação de referente, do grau máximo de identificação ao grau zero de identificação, impactando na interpretação do enunciado.”

Por fim, o décimo segundo artigo, “Análise tipológica da variante /r/ retroflexo”, de Manoella Gonçalves Bazzo, tem como objetivo analisar o /r/ retroflexo em diferentes dialetos do Brasil e em outras línguas, com base nos trabalhos de Moravcsik (2013), Whaley (1997) e Comrie (1989). Uma das constatações da autora é a de que a variante retroflexa tende a ocorrer com mais frequência no contexto pós-vocálico; e

no contexto precedente, com o /r/ seguido de consoantes oclusivas, fricativas ou nasais.

Além dos onze artigos brevemente apresentados, este número da revista traz duas resenhas, quais sejam, “O dialeto caipira, de Amadeu Marques”, escrita por Antonio Luiz Gubert Correio e “Entre a obrigação e o prazer: o papel do livro no universo juvenil do Rio de Janeiro e de Barcelona”, do livro “TRAVANCAS”, Isabel. A experiência da leitura entre adolescentes: Rio de Janeiro e Barcelona. Curitiba: Appris, 2020, escrita por Patricia Marouvo Fagundes.

Finalmente, este número nos presenteia com a importante entrevista com o professor e pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais, Leandro Rodrigues Alves Diniz, com o título “Materiais didáticos para ensino de português como língua adicional: políticas linguísticas de acolhimento ou silenciamento?”

Boa leitura

Conceitos e Invariabilidade: a Proposta de Hardy-Vallée

Concepts and Invariability: Hardy-Vallée's Proposal

Patrícia Azevedo Gonçalves¹

Resumo: A presente revisão teórica teve por objetivo apresentar a Teoria dos Conceitos proposta por Hardy-Vallée (2013), a qual se ancora nas noções de invariação, critério, aquisição, formato, organização e função como dimensões delimitadoras de um conceito. Dentre estas, buscou-se focalizar as relações e as implicações teóricas da noção de invariância/invariabilidade dos conceitos, abordando-os em seus aspectos de natureza psicológica (como particular mental), metafísica (como substância do mundo extramental) e linguística (como conjunto de inferências autorizadas resultantes de um *common ground*). Concomitantemente, a fim de situar a discussão proposta pelo teórico na história da Filosofia da Linguagem, colocamos suas ideias em diálogo com autores nominalistas, realistas e conceptualistas, desde a filosofia grega até a linguística contemporânea. Portanto, este apanhado teórico visa contribuir para a História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1992; 2009), ao buscar compreender a constituição do conceito enquanto saber metalinguístico e importante instrumento de cognição e construção social do conhecimento.

Palavras-chave: Conceitos; Teoria dos Conceitos; Invariância; Filosofia da Linguagem; Hardy-Vallée.

Abstract: This literature review aims to present the theory of concepts, proposed by Hardy-Vallée (2013), which is anchored in notions such as invariation, acquisition, format, organization, and function as dimensions to delimit a concept. Among them, we aimed to focus on the theoretical implications and relations of the concepts' invariation/invariability notion, approaching it through aspects of psychological (as mental particular), metaphysic (as substance of the extramental world), and linguistic (as set of authorized inferences resulting from a common ground) nature. At the same time, in order to situate the discussion proposed by the author in the history of philosophy of language, we put together his ideas with those of nominalist, realistic, and conceptualistic authors, from Greek philosophy to contemporary linguistics. Therefore, this theoretical review aims to contribute for the history of linguistic ideas (AUROUX, 1992; 2009), by trying to comprehend the concept's constitution as metalinguistic knowledge and an important cognition and social knowledge construction tool.

Keywords: Concepts; Theory of Concepts; Invariance; Philosophy of Language; Hardy-Vallée.

Apontamentos Iniciais

Em Platão (2016), temos os conceitos em sua existência mental e ideal. Para Aristóteles (2013), as formas são imanentes aos objetos. Em Hardy-Vallée (2013), temos o conceito em uma acepção funcional, enquanto termo técnico ou de uso didático. Kant (2015), por sua vez, fez dele um esquema dinâmico para o pensamento,

¹ Doutoranda em Linguística (PUC-RS). Graduada em Letras (UFRGS, especialista em Ensino de Língua Portuguesa (PUCRS), mestra em Gramática e Significação (UFRGS). E-mail: patricia.goncalves87@edu.pucrs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1442-8185>.

e não apenas uma configuração estática. Para Deleuze (1988)², criar “seus” conceitos significa construir “sua” própria filosofia; portanto, é uma atividade criadora que permite inventar novas formas de pensar, de sentir, de ver, de conceber, de perceber, enfim, de compreender o incompreensível (FERREIRA, 2013).

A necessidade de compreender, que nos parece óbvia hoje, se construiu com a história e a necessidade de dar sentido. Para produzir um conjunto de conhecimentos sobre um objeto, criamos conceitos – estas ferramentas mentais que, podemos dizer, nascem com a linguagem e criam mundos. Mundos no plural porque há uma diversidade de línguas e de indivíduos que as falam (FERREIRA, 2013, p. 11).

A partir da necessidade humana de dar sentido, estes escritos pretendem fazer uma revisão acerca da noção de *conceito*, conforme o que propõe Hardy-Vallée (2013), em diálogo com teóricos da Filosofia, da Linguística e da Filosofia da Linguagem. Cabe sinalizar que a estrutura da reflexão aqui proposta terá como fio condutor o pensamento do autor em sua obra *Que é um conceito?*; portanto, a abordagem do tema não responderá, necessariamente, a uma ordem cronológica, pois, em se tratando de Filosofia da Linguística, os contornos temporais são fluidos: ora é preciso avançar na direção das contribuições da Linguística e da Filosofia contemporâneas; ora é preciso retornar às bases do pensamento grego, dos estudos do medievo, da filosofia iluminista e dos filósofos da época moderna, considerando-se que “as grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem” (AUROUX, 1992, p. 29).

Para Silva (2008, p. 53), uma análise no escopo da História das Ideias Linguísticas pode ser empreendida de duas formas (“concebidas por uma variedade de modelos expositivos”): a primeira daria ênfase à história interna do pensamento linguístico, a fim de contribuir para a evolução da própria Linguística e sua descrição; a segunda, por sua vez, daria ênfase à história externa do pensamento linguístico, estudando o contexto histórico-social em que as ideias linguísticas foram desenvolvidas. Neste estudo, inscrevemo-nos na primeira possibilidade, pois, tal qual

² Abecedário de Gilles Deleuze: entrevistas concedidas à jornalista Claire Parnet em 1988-1989 e exibidas na TV Arte (canal franco-alemão) entre novembro de 1994 e maio de 1995.

apontam Baldini, Ribeiro e Ribeiro (2018), acerca dos princípios metodológicos adotados por Auroux (1992; 2009), objetivamos uma “definição puramente fenomenológica do objeto” (BALDINI; RIBEIRO; RIBEIRO, 2018, p. 16), considerando o que discutiu, ao longo da história, sobre a noção de conceito, sem nos debruçarmos, necessariamente, sobre a historicidade dos autores, dada a limitação quanto à extensão deste artigo.

Dito isso, passemos à apresentação da estrutura desta revisão teórica: na primeira seção, buscar-se-á apresentar alguns pressupostos para a compreensão da Teoria dos Conceitos proposta por Benoit Hardy-Vallée (2013), quanto ao seu papel na atividade cognitiva, assim como as relações que se estabelecem entre os conceitos e as dimensões que os caracterizam. Desta, adentraremos o cerne da reflexão aqui proposta – o *caráter invariável dos conceitos* –, seção que será sucedida pelas considerações finais e as referências que sustentaram este estudo.

Pressupostos para uma Teoria dos Conceitos

Em sua doutrina das *categorias* (σχήμα), Aristóteles (2016) estabeleceu uma lista de diferentes maneiras de se atribuir uma propriedade a dado elemento: pode-se defini-lo precisando sua natureza/substância, sua qualidade, seu lugar de ação, etc. Zingano (2013, p. 226) comenta que as categorias aristotélicas “exprimiriam os tipos básicos de predicação, estando, desse modo, comandadas pela estrutura sintática da língua”.

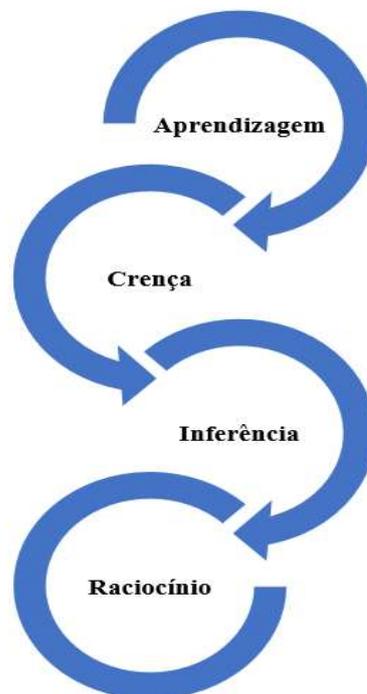
Apresentando os *conceitos*, de modo inicial, como ideias abstratas e gerais que nos permitem pensar a unidade de uma diversidade de fenômenos, Hardy-Vallée (2013, p. 16) os define como “um conhecimento geral que transcende a particularidade das percepções ao mesmo tempo que permite dar sentido a elas”.

Para o autor, um conceito representa uma categoria de objetos, eventos, situações, podendo ser expresso por um ou mais vocábulos. Trata-se da unidade primeira do pensamento e do conhecimento, posto que só pensamos e conhecemos na medida em que manipulamos conceitos (HARDY-VALLÉE, 2013). Evidentemente, aqui convém problematizar que este *manipular conceitual* não se dará,

necessariamente, de modo consciente. Basta pensarmos em uma criança que, desde tenra idade, já edifica um conceito de *mãe*. Não se trata de uma abstração em sentido estrito, mas da construção de um protótipo a partir de sua interação com o mundo, de sua experiência empírica.

Para Hardy-Vallée (2013), os conceitos estão no centro da atividade cognitiva:

Figura 1 – Atividade Cognitiva segundo Hardy-Vallée (2013)



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para o autor, a *aprendizagem* seria a aquisição de conceitos; a *crença* é uma atitude cognitiva acerca da proposição (em que conceitos são articulados) cujo conteúdo recebe a aderência do sujeito; a *inferência*, por sua vez, trata-se da aplicação de conceitos (a objetos, a percepções, etc.); enquanto o *raciocínio* é um correlacionamento de inferências. Aqui, nos valem das palavras de Lajonquière (2013, p. 101), para quem:

as estruturas aprendidas resultam do encontro, do equilíbrio da aprendizagem em particular com o funcionamento da assimilação e acomodação dos sistemas cognitivos, ou seja, da aprendizagem de maneira geral e não só espontânea.

Nesse sentido, ao abordar o problema da definição e de sua aquisição por outros meios além das inferências advindas do compartilhamento social, Hardy-Vallée (2013) aponta que há outras relações esclarecedoras descritas em dicionários, que auxiliam a constituição da significação, como a *sinonímia*, que busca significações aproximadamente equivalentes; a *antonímia*, que diz respeito a significações contrárias; a *homonímia*: em que ocorre de uma mesma palavra ter significações diferentes; e a *figura*: metáfora, metonímia e todos os outros tropos que supõem a ficção de uma significação primeira a partir da qual as outras podem ser derivadas.

Buscando traduzir de forma sintética o que a História da Filosofia construiu acerca dos *conceitos*, Hardy-Vallée (2013, p. 20) afirma:

Os conceitos são universais abstratos, organizados sistematicamente, que aplicam a representação de propriedades invariantes de uma categoria a objetos particulares em função de um critério. O conceito serve a diferentes funções epistemológicas (inferência, categorização, gnosologia, linguagem) e metafísicas (taxonomia normativa e modalidade).

A fim de instrumentalizar a compreensão da noção de *conceito*, visando a uma síntese em relação às diferentes teorias, o autor propõe cinco dimensões de aferição (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 19):

- (i) *O invariante*: o conceito é um universal que representa particulares. Para representar a categoria dos cães, por exemplo, o conceito deve indicar certas propriedades que não variam entre estes, isto é, qualidades possuídas por todos os membros da categoria;
- (ii) *O critério*: para se julgar que um ser pertence à categoria dos cães, o conceito deve especificar uma regra que permita estatuir sobre a inclusão da coisa/do ser na categoria;
- (iii) *A aquisição e o formato*: o conceito é uma representação abstrata. Essa abstração pode ser adquirida por diferentes vias e representar a categoria sob diferentes formatos no espírito. Nas teorias do conceito, as posições quanto à aquisição e ao formato frequentemente se emparelham;
- (iv) *A organização*: as coisas podem ser agrupadas em categorias, e as categorias também podem, por seu turno, ser agrupadas em categorias de

ordem superior. Essas hierarquias conceituais podem constringer as condições de posse de um conceito;

- (v) *A função*: além da categorização, é possível atribuir várias funções a um conceito.

Feita esta breve apresentação sobre os postulados do autor, nos dedicaremos à reflexão sobre o caráter *invariável* dos conceitos, em suas implicações internas a uma Teoria dos Conceitos e em sua relação com as contribuições de diferentes autores ao longo da história da Filosofia da Linguagem.

Invariabilidade dos Conceitos

O *invariante*, segundo Hardy-Vallée (2013), costuma se subdividir em duas acepções: a *uniformidade* e a *estabilidade*. Compreender a invariância supõe o conhecimento de propriedades que se aplicam a todos os membros da categoria, isto é, pressupõe uma visão uniforme acerca de dados elementos/seres. Assim, ao conceituar “árvore”, detemo-nos naquilo que é uniforme, que não varia de uma árvore para outra: funções vitais, sua anatomia. Para Descartes (2018), a estabilidade, enquanto experiência de pensamento, pressupõe a compreensão, a identificação daquilo que é estável em determinado elemento. Pensemos numa folha de papel: se nela riscamos, se a amassamos, continua sendo uma folha de papel; sua alvura ou sua lisura não são elementos constitutivos estáveis, apesar de perceptíveis por nosso sistema sensorial (visão, tato).

Acerca do *invariante*, Hardy-Vallée (2013) ainda apresentará posições de três tipos: o *psicológico*, o *metafísico* e o *linguístico*, os quais não são exclusivos ou excludentes. Na primeira concepção, o invariante é tido como um particular mental; na segunda, como uma substância que existe num mundo extramental, físico ou transcendental; já na terceira, é uma norma social linguística expressa pelo conjunto das inferências autorizadas por um conceito.

Podemos fazer uma aproximação da dimensão *psicológica* com o que Aristóteles (2013) chamará de faculdades pelas quais o espírito é cindido: percepção,

emotividade, memória, imaginação, desejo, razão, vontade. Para Ferreira (2013, p. 8), “a noção de conceito designa *a priori* uma categoria do entendimento que é a faculdade de ligar as sensações graças a categorias”.

Quanto à dimensão *metafísica*, Descartes (2018) adverte que as qualidades perceptivas de um elemento podem induzir a crenças que não são verdadeiras. Logo, as coisas só podem ser concebidas pelo entendimento e de modo algum pela percepção. Assim, o filósofo postula uma divisão entre faculdade perceptiva e faculdade intelectual, estando os conceitos circunscritos à ordem da segunda. Parmênides (*apud* HARDY-VALLÉE, 2013, p. 27), na Grécia Antiga, já sublinhava a distinção entre raciocinar e perceber: “quando um bastão mergulhado na água é percebido como se estivesse quebrado, a percepção nos engana, ao passo que essa ilusão é suplantada pelo poder da razão”. Embora a percepção e o raciocínio sirvam para dar ao homem uma representação do mundo, suas natureza e função se distinguem: “A primeira só daria acesso às propriedades mutantes, enquanto a segunda nos dá acesso às propriedades estáveis (eternas)” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 27).

A esse respeito, temos a asserção aristotélica:

O conceito (*logos*) não é, pois, uma representação sensível; ele pode ser expresso pela definição (*orismos*), que explicita o conteúdo do conceito. O conceito do homem é o universal, no sentido de que permite saber que um homem é um animal bípede sem plumas, enquanto a definição da palavra “homem” é sua expressão linguística (ARISTÓTELES, 2016, p. 153).

Para os nominalistas do período medieval, o conceito era um *signo*, no sentido amplo de aquilo que está no lugar de outra coisa (*aliquid stat pro aliquo*):

Os universais [...] – isto é, as espécies e os gêneros – como o cavalo em geral, o animal em geral – são identificados precisamente a signos no espírito, em vez de a naturezas comuns que existiram fora do intelecto [...] (PANACCIO, 1996, *apud* HARDY-VALLÉE, 2013, p. 31).

Entretanto, os nominalistas mais radicais negam a possibilidade de um universal “mundano” ou mental: “somente as realidades linguísticas ou conceituais

são ocorrências singulares e não existe nenhuma universalidade fora das palavras” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 31).

À ideia de que o nome significa por *convenção*, Crátilo opõe a tese segundo a qual ele só pode significar *por natureza*. Entendamos com isso que um nome só pode significar se contiver uma propriedade inerente à própria coisa; de certo modo, ele imita as coisas e não temos escolha se quisermos utilizar o justo termo (AUROUX, 2009, p. 16, *grifos do autor*).

Para Kant (2015), o *conceito* é uma espécie heteróclita: não há apenas um tipo de conceito, mas três: os conceitos empíricos, os conceitos puros/categorias do entendimento e as ideias da razão. Só é possível possuir um *conceito empírico* por meio da experiência, pois este é um tipo de conhecimento sempre *a posteriori*. Já os segundos são tidos como *puros*, porque neles não resta nenhum conteúdo perceptivo; são *a priori* no sentido de que são independentes da experiência. São funções abstratas que nos permitem *julgar*; são conceitos universais e necessários, essencialmente lógicos (HARDY-VALLÉE, 2013). Tal como as categorias do entendimento, as ideias da razão dão conta de aspectos mais gerais, entretanto, incidem sobre objetos/seres, como o conceito de *deus*.

Outra noção cara à teoria kantiana e que tem uma importante implicação para a compreensão dos conceitos diz respeito aos *esquemas*, oriundos da faculdade da imaginação e de sua operação. Para Hardy-Vallée (2013), o *esquematismo* se constitui como uma chave para o problema da aplicação dos conceitos. Acompanhemos o exemplo apresentado por ele a partir do conceito de *prato*:

Quando *imaginamos* um prato, passamos do universal ao particular. É a partir do conceito PRATO que a imaginação gera uma representação visual de um prato (uma imagem mental de um prato particular ou uma representação visual mais abstrata, como uma forma redonda curvada).

Quando *percebemos* um prato, a imaginação também intervém: a partir de uma sensação visual, nos damos conta de que se trata de um prato. Passamos do universal ao particular, aplicando o conceito ao percepto³, mas, ao mesmo tempo, do particular ao universal,

³ Percepto: “Aquilo que é percebido” (SALATIEL, 2006, p. 84).

subsumindo o percepto sob o conceito (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 38, *grifos do autor*).

Nas palavras de Eco (1998), o esquema será o mecanismo que conecta o conceito à representação empírica: é o que permite compreender dando-se conta, bem como dar-se conta para compreender. Portanto, em Kant (2015), a imaginação não é reprodutiva, mas *produtiva*. Quando percebemos um objeto em particular, por exemplo, não é uma faculdade que reproduz imagens diferentes desse objeto, mas uma faculdade que dispõe de métodos de construção de representações (HARDY-VALLÉE, 2013). Conforme a compreensão de Auroux (2009, p. 86, *grifos do autor*), “há sistemas nos quais as *definições são criadoras*, [...] nos quais o poder de dedução do sistema pode mudar segundo as definições introduzidas: antes e depois da introdução da definição, não se deduzem os mesmos teoremas”.

Em sua dimensão *metafísica*, o invariante não é tido como um signo, mas existe de forma autônoma. Podendo ser considerada como uma oposição ao nominalismo, esta concepção realista se constitui a partir de três gêneros: o *realismo das ideias*, o *realismo das substâncias* e o *realismo dos pensamentos*.

Platão (2016) estabeleceu que as variações pertencem a dois mundos diferentes: ao mundo físico (*horaton*) e ao mundo ideal (*noeton*), no qual encontramos a essência, eterna e imutável. “O conhecimento autêntico só é possível se se conhece a essência da coisa” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 43). O filósofo clássico professa, desse modo, um realismo das essências ou dos universais, em que as naturezas comuns existiriam fora do intelecto.

Já quanto ao *realismo das substâncias*, podemos evocar, na epistemologia, autores do realismo científico, como Putman (1992). Para eles, “as propriedades invariantes de uma categoria são realidades descritas por uma ciência empírica” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 45).

Por fim, quanto ao *realismo dos pensamentos*, trazemos à discussão Gottlob Frege (2009). Negando o pensamento enquanto representação, o lógico traça a seguinte crítica: “Se todo pensamento precisa de um portador de quem ele é o conteúdo da consciência, ele é o pensamento desse único portador e não existe nenhuma ciência comum a vários indivíduos” (FREGE, 2009, p. 184). Logo, o conhecimento passa pelo pensamento, mas não é nem uma representação subjetiva,

nem algo material. Para o autor, a verdade não pode existir no mundo das representações mentais, pois “o pensamento não é percebido nem possuído, nem sequer produzido pelo sujeito, mas *apreendido* por ele enquanto entidade objetiva” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 47).

Hardy-Vallée (2013), ao retomar a lógica fregeana, adverte quanto à distinção entre pensamento e enunciado: o pensamento “a mesa é grande” é diferente do enunciado “a mesa é grande”, sendo o primeiro subjetivo e intangível, ao passo que o segundo é concreto, um enunciado é uma sequência de *marcas físicas*, com a particularidade de serem *signos*: estão no lugar de alguma outra coisa; tem um *sentido* e uma *referência*.

Para Frege (2009, 103-104, *grifo do autor*), “o sentido de um signo linguístico é o *modo de apresentação* da referência, que nos é dado por nosso conhecimento da língua”. Nesse mesmo sentido, afirma Auroux (2009, p. 106):

[...] não há nenhum “fato” que nos permita determinar uma significação *ex abrupto*. Ela não é isolável e depende do aparato linguístico que cerca o uso dessa ou daquela palavra (por exemplo, dêiticos, determinantes, gênero, concordância, etc.).

As noções de *sentido* e *referência*, portanto, nos permitem pensar nas relações existentes entre pensamento e enunciado: o pensamento é o sentido do enunciado, o modo como a referência do enunciado é apresentado. Interessa, pois, seu valor de verdade. Logo, “a referência não incide sobre um dos elementos do enunciado, mas sobre a pertinência da relação de subsunção entre os dois” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 49).

De acordo com o quadro proposto por Frege (2009), o conceito é compreendido como uma *função* (no sentido matemático), que tem argumentos e valores particulares:

- (a) *função*: expressão incompleta, falta-lhe algo para ter valor, um argumento;
- (b) *argumentos*: são objetos das funções-conceitos;
- (c) *valores de verdade*: são os valores das funções-conceitos, referências dos enunciados.

Assim, o conceito liga objetos e valores de verdade. Para Strawson (1975, p. 265), “dar a significação de uma expressão [...] é dar diretivas para a sua utilização na confecção de asserções verdadeiras ou falsas”. Ao postular tais construtos, segundo Hardy-Vallée (2013), Frege (2009) rompeu os vínculos entre a lógica e a psicologia dos conceitos. Vejamos a síntese da teoria fregeana proposta pelo autor:

Quadro 1 – Teoria Fregeana do Sentido e da Referência

SIGNOS		SENTIDOS	REFERÊNCIAS	EXEMPLOS
Simples	Nome	Sentido (critério de identidade ou descrição definida)	Objeto	nome: “Aristóteles”
	Termo Conceitual	Sentido (definição)	Conceito	termo conceitual: “é um filósofo”
Compostos	Enunciado	Pensamento	Valor de verdade	enunciado: “Aristóteles é um filósofo.”

Fonte: Adaptado de Hardy-Vallée (2013, p. 52-53).

Partidário de uma visão metafísica, Frege (2009) acabou por postular que as propriedades mentais, por serem internas e subjetivas, não passam de epifenômenos: “podemos ter acesso a essa realidade-mais-do-que-real, mas a realidade desses invariantes é independente de nosso aparato cognitivo” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 52).

Entretanto, cabe a advertência de Auroux (2009, p. 107) sobre o caráter não definitivo da referência:

Em outros termos, não é apenas a “significação” que é “indeterminada”, é também a referência. O simples gesto de apontar com o dedo um objeto verde para ensinar o termo geral concreto “verde” (“é verde”) não difere do gesto que faríamos para ensinar o termo singular abstrato “verde” (“isso é verde”). Contudo, eles seguramente não têm a mesma referência; o primeiro é verdadeiro de vários objetos, o segundo, de um objeto só. A simples observação empírica não basta para decidir entre as duas interpretações: assim como a significação é indeterminada, a referência é inescrutável.

Avancemos, agora, para a *compreensão linguística*, ainda sob a égide do pensamento fregeano. Para o autor, nosso acesso ao conhecimento passa pela

linguagem e, portanto, pelos signos linguísticos. De acordo com Hardy-Vallée (2013, p. 54), “essa capacidade linguística de governar os signos é um pré-requisito para o conhecimento tanto quanto possuir uma faculdade intelectual é um pré-requisito para ter acesso ao mundo platônico”. Para Frege (2009), por fim, há uma última invariância linguística: o emprego da palavra.

Gramáticos, linguistas, lexicólogos e lógicos superaram tecnicamente a dificuldade ao abordá-la por meio do estabelecimento de relações das palavras entre si e das palavras com os objetos. Podemos definir a “significação” de uma palavra com outras palavras (“o homem é um animal racional”), como fazem os dicionários, e até vincular essa significação aos objetos e passar da *definição de nome* à *definição de coisa*, estabelecendo regras (“a definição deve convir ao que é individualmente definido e a tudo o que seja definido”) (AUROUX, 2009, p. 54, *grifos do autor*).

A fim de encaminhar o encerramento de nossa reflexão acerca do caráter invariável dos conceitos sob a luz da obra *Que é um conceito?*, de Benoit Hardy-Vallée (2013), resta estabelecer diálogo com os nominalistas radicais, em especial com Wittgenstein (2017) e Putnam (1992).

Para o primeiro teórico, o pensamento não é visto como uma atividade que apenas aplica representações gerais a representações particulares. Wittgenstein (2017, p. 33) considera que “a característica essencial do pensamento é ele ser uma atividade que utiliza signos”, os quais são *linguísticos*: “cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui”.

Em sua concepção, tem-se uma imagem mental, à qual ele chama de *sintoma*, cuja definição pode ser sintetizada como “um evento ou uma propriedade que acompanha um(a) outro(a), mas que não constitui uma prova da presença da coisa” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 56). A imagem mental pode ser um exemplo de sintoma: sua identificação não garante que o indivíduo saiba o que é determinada cor. Determinante para a *definição* de algo, será o conceito de *critério*: “um critério é uma condição que nos permite julgar com certeza a presença de uma coisa”. Ao usar determinada cor como traço caracterizador e/ou distintivo, compreender e construir

frases com ela é que materializaremos nossa compreensão sobre esta enquanto conceito.

Putman (1992), em direção semelhante, afirma que uma análise dos conceitos mentais não é suficiente para a compreensão de um conceito: as “sensações privadas não passam de epifenômenos, de sintomas” (HARDY-VALLÉÉ, 2013, p. 58). Indo adiante, defende que a referência e a significação são sociais.

Hardy-Vallée (2013), em sua “síntese da Teoria dos Conceitos”, continua seu percurso etimológico, histórico e metodológico sobre as quatro dimensões restantes que postula para a compreensão dos conceitos enquanto construtos teóricos, noção linguística tão cara ao pensamento filosófico e científico. Nossa reflexão, entretanto, encerra-se por aqui, reafirmando a importância de se traçar contornos claros quanto ao caráter universal, invariável dos conceitos, pois estes nos permitem construir bases científicas sólidas, assim como desenvolver a cognição humana como um todo.

Considerações Finais

Esta revisão teórica teve por objetivo apresentar a Teoria dos Conceitos proposta por Hardy-Vallée (2013), lançando luzes, principalmente, à questão do caráter invariável dos conceitos. A partir de um percurso histórico (mas não cronológico), buscou-se revisitar os principais filósofos que se aventuraram, da Grécia Antiga à contemporaneidade, a compreender a construção do conhecimento e sua materialização/constituição por meio da linguagem, tendo em vista que:

o saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUXOUR, 1992, p. 12).

Portanto, sintetizamos aqui os postulados de diferentes correntes de pensamento, as quais foram distribuídas entre as dimensões *psicológica*, *metafísica* e *linguística*, conforme seu posicionamento acerca da problemática aqui abordada.

Sem desconsiderar que “cada vez que um instrumento é transferido de um ramo da ciência a outro, ou de uma ciência para outra, esse instrumento é de alguma forma reinventado” (HENRY, 2014, *apud* BALDINI; RIBEIRO; RIBEIRO, 2018, p. 23), procuramos contemplar a espacialidade e temporalidade (NUNES, 2008) da complexa e instigante relação deste construto para a história do conhecimento, o qual possibilita “um processo de descoberta e de representações do mundo por meio da língua e da linguagem” (SILVA NETO; OLIVEIRA, 2019, p. 1585), visando, ainda, contribuir para a História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1992; 2009), ao buscar compreender a constituição do conceito enquanto saber metalinguístico e importante instrumento de cognição e construção social do conhecimento.

Assim, ao sermos interpelados pela questão posta pelo autor em tela neste estudo – *afinal, o que é um conceito?* – tomamos de empréstimo as palavras de Alice Ferreira (2013, p. 12): “O conceito não pode ser visto como conclusão: ele é introdução”.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramaticalização*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.
- AUROUX, Sylvain. *Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Parábola, 2009.
- ARIST-ÓTELES. *Da interpretação*. São Paulo: UNESP, 2013.
- ARISTÓTELES. *Órganon*. São Paulo: UNESP, 2016.
- BALDINI, Lauro; RIBEIRO, Thales de Medeiros; RIBEIRO, Karine de Medeiros. ⁴História das ideias linguísticas e análise do discurso: o corte epistemológico. *Fragmentum*, n. 52, p. 15-33, jul./dez. 2018.
- DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Edipro, 2018.
- ECO, Humberto. *Kant e o Ornitorrinco*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FERREIRA, Alice Maria Araújo. Prefácio. In: HARDY-VALLÉE, Benoit. *Que é um conceito?* São Paulo: Parábola, 2013. p. 7-12.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: EdUSP, 2009.
- HARDY-VALLÉE, Benoit. *Que é um conceito?* São Paulo: Parábola, 2013.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LAJONQUIÈRE, Leandro de. *De Piaget a Freud: para uma clínica do aprender*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

- NUNES, José Horta. Uma articulação da análise do discurso com a história das ideias linguísticas. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008.
- PLATÃO. *Diálogos VI: Crátilo (ou Da Correção dos Nomes), Cármides (ou Da Moderação), Laques (ou Da Coragem), Ion (ou Da Ilíada), Menexeno (ou Oração Fúnebre)*. São Paulo: EDIPRO, 2016.
- PUTNAM, Hilary. *Razão, verdade e história*. Rio de Janeiro: Dom Quixote, 1992.
- SALATIEL, José Renato. Peirce e Kant sobre categorias: dedução metafísica e reviravolta semiótica. *Cognitio Estudos*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 79-88, jan./jun. 2006.
- SILVA, Shirley Cabarite. História das Ideias Linguísticas: o que é? *Philologus*, Rio de Janeiro, a. 14, n. 41, p. 49-55, maio/ago. 2008.
- SILVA NETO, Antônio Cilírio; OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado. Ideias Linguístico-Filosóficas de Conceituação de Substantivos e Adjetivos. *Philologus*, Rio de Janeiro, a. 25, n. 75, p. 1585-1592, set./dez. 2019.
- STRAWSON, Peter F. *Escritos lógico-linguísticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logic-Philosophicus*. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.
- ZINGANO, Marco. As categorias de Aristóteles e a doutrina dos traços do ser. *Dois Pontos*, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 225-254, out. 2013.

Recebido em: 30/10/2020

Aceito em: 23/03/2021

O sorriso como discurso: mobilizações teórico-analíticas na perspectiva do *Gesto-Sentido*

Le sourire comme discours: mobilisations théorico-analytiques, du point de vue du Geste-Sens

Diego Henrique Pereira¹

Resumo: Coberto pelo manto da Análise de Discurso Francesa de corrente Pecheutiana é que este trabalho se edifica no efeito de uma construção teórico-analítica que possui seu objetivo calcado na compreensão dos processos discursivos que cercam o sorriso, produzindo assim diferentes efeitos de sentido. Diferentes significações do sorriso são analisadas e discutidas pela perspectiva histórica, biológica, social e, especialmente, discursiva, o que nos leva a propor o conceito de *Gesto-Sentido*. Compreendemos que este se constitui a partir do enlace alvorçado entre o corpo (neuropsicofisiológico e social) e as condições materiais de produção de discurso, tendo em vista, ainda, uma relação descontínua com as diferentes materialidades significantes do sorriso. Tomar o sorriso enquanto discurso, em sua produção de evidência e transparência bem como suas dissimetrias, furos, derivas, injunções, tornou-se o objetivo incessante deste trabalho, que nos possibilita ir ao encontro com o real da língua e da história. Este trabalho constitui-se por um efeito de (des)costura, a partir de inquietações e (des)estabilizações, busca compreender o *Gesto-Sentido* do sorriso, em suas possibilidades e não em suas “verdades”.

Palavras-chave: Sorriso; Gesto-Sentido; discurso.

Résumé: Couvert par le manteau de l'Analyse du Discours français du courant pecheutien, ce travail est construit sur l'effet d'une construction théorico-analytique qui a pour objectif basé sur la compréhension des processus discursifs qui entourent le sourire, produisant ainsi différents effets de sens. Différentes significations du sourire sont analysées et discutées dans une perspective historique, biologique, sociale et, surtout, discursive, ce qui nous amène à proposer le concept de Geste-Sens. Nous comprenons que cela se constitue à partir du lien animé entre le corps (neuropsychophysiologique et social) et les conditions matérielles de la production de la parole, en gardant également à l'esprit une relation discontinue avec les différentes matérialités significatives du sourire. Prendre le sourire comme discours, dans sa production de preuves et de transparence ainsi que dans sa dissymétrie, trous, dérives, injonctions, est devenu l'objectif incessant de ce travail, qui nous permet de rencontrer le réel du langage et de l'histoire. Cet ouvrage est constitué par un effet de (dé) couture, basé sur des préoccupations et des (dé) stabilisations, il cherche à comprendre le Sens du Geste du sourire, dans ses possibilités et non dans ses “vérités”.

Mots-clés: Sourire; Geste-Sens; discours.

¹ Docente da Faculdade Cnec Varginha. Doutor em Ciências da Linguagem, mestre em Ciências da Linguagem (Análise de Discurso), especialista em Gestão Estratégica do Capital Humano e Psicologia Organizacional, graduado em Gestão e pós-doutorando em Ciências da Linguagem. E-mail: diegopereiraconsultor@hotmail.com

Pensamentos iniciais

Inauguro este trabalho, considerando o *sorriso* enquanto discurso, jogo entre o verbal e o não verbal, gesto funcionando tanto pela expressão, quanto pela prática significativa, gesto que tomo como *gesto-sentido*. De acordo com Courtine e Haroche (2016), é possível pensar que os imperativos de silêncio se inscrevem em uma longa tradição naturalista, que incita na perspectiva estoica a moderação do uso do corpo, reclamando seu controle e contenção. Convém evitar uma expressividade ruidosa demais, dar preferência a uma suave gravidade, uma sabedoria amável, uma moderação bem temperada; afinal, o senhor de si, portanto, é conter-se, controlar-se.

A regra do silêncio, enquanto movimento dinâmico da expressão, produz-se em um efeito de clareza: não devemos nos fechar ao outro, o rosto calado só convém aos espíritos melancólicos e chorosos (COURTINE; HAROCHE, 2016). O ar aberto e amável que recomendam tanto as artes da conversação quanto os preceitos do silêncio é a marca impressa no rosto de cada um, pelos paradoxos de uma sociedade civil em que se reforça o controle social, ao mesmo tempo em que o indivíduo se autonomiza, porquanto essa sociedade é concebida como espaço de diálogo, de troca e de expressão. É preciso, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, saber calar-se e expressar-se. Uma arte, mas também uma virtude.

O silêncio é, então, uma condição necessária ao fulgor do rosto daqueles que, por sua simples e muda presença, impõe obediência e respeito. O silêncio é um privilégio do rei, a expressão última da lei. Os reis podem ser personagens mudos, mas não é por isso menos certo que, como leis vivas, o que eles ordenam tem, no entanto, lugar. Está aí toda a complexidade paradoxal dos laços entre a palavra e silêncio, tal como se exprimem no final do século XVIII. Tanto quanto a palavra em outras circunstâncias, o silêncio alivia, permite encontrar em si a calma e a medida.

Quando pela metade do século XVIII, Mirabeau introduz na língua francesa o termo civilização, ele se lança a uma crítica severa dessa “civilidade” do século XVII que a sociedade cortesã via como arte. Decididamente, a civilização não é, nessa segunda metade do século XVIII, a civilidade do século anterior.

Deslocando esse silêncio enquanto omissão da voz, para o silêncio pensado por Orlandi (2007, p. 13), no qual “O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação [...]”, irrompe as barreiras do não falar e adentra ao movimento da significação, da interpretação, ou seja, conseguimos significar porque existe silêncio, e não mais entendido somente como pausa da voz, mas “fôlego” que coloca em “ordem” a interpretação. Pensamos o silêncio como funcionamento necessário tanto do rosto, quanto do *sorriso*, afinal quando há produção de *sorrisos*, percebemos de forma contemporânea a produção de silêncio, e silenciamentos.

Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante (ORLANDI, 2007, p. 14).

Diante dessas considerações, penso o *sorriso* a partir do silêncio, deslocamento que produz como *gesto-sentido*, ou seja, o gesto de sorrir – digo gesto como produção de sentidos, e não somente como uma expressão facial – mas como uma forma de dizer. Enquanto o silêncio produz sentidos de “respiro” para que as palavras produzam sentidos, o *sorriso* é pensado como significante do dizer, afinal, quando sorrimos, discursos e sentidos funcionam no e pela “pausa significativa” do silêncio, movimento da linguagem. Penso também que não há sujeito sem *sorriso*, do mesmo modo que não há sujeito sem silêncio, e ambos são objetos significantes da linguagem, afinal é necessário tanto o silêncio, quanto o dizer para significar.

Silêncio, *sorriso* e *Gesto-Sentido*

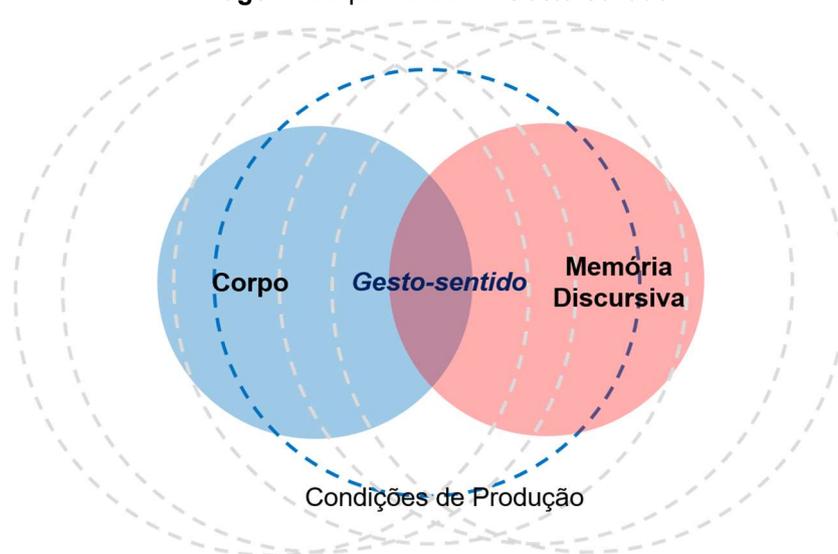
O *sorriso*, como um dos elementos da linguagem, não possui caráter específico em relação à mesma, em suma, o alvoroço que constitui a produção de sentidos tem o *sorriso* como via de significação. Todavia, não podemos amalgamar o *sorriso* a sentidos estáticos, por exemplo, ditar que determinado *sorriso* é de alegria, ou que outro seja de cinismo. No entanto, cabe-nos, como analistas de discurso, compreender os efeitos dessas estabilizações no funcionamento do social, produção de sentidos que sempre escapam. Assim, como o silêncio, o *sorriso* deriva para diferentes sítios de significação, e também não linear e opaco, o mesmo não pode ser

encaixado em significações x e y, mas em diferentes formações discursivas, movimento de interpretação.

Esse laço, assim compreendido, indica-nos que não estamos nas palavras para falar delas, ou de seus “conteúdos”, mas para falar com elas. Se assim podemos passar de palavras para as imagens (relação do verbal com a metáfora), fazemos ainda outra passagem mais radical, passando das palavras para o “jogo”. É nessa dimensão do significar, como jogo de palavras para palavras – desmontando a noção de linearidade e a que centra o sentido nos “conteúdos” -; que o silêncio faz sua entrada. O não-um (os muitos sentidos), o efeito de um (o sentido literal) e o (in)definir-se na relação das muitas formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de sustentação (ORLANDI, 2007, p. 15).

Assim como o silêncio está para as palavras, o *sorriso* também está para as palavras, afinal o *sorriso* aparece “no lugar” das palavras, sobrepõe o verbal a partir do *gesto-sentido* de sorrir, e é justamente esse enlace – interação e deriva – que nomeio como *gesto-sentido*, movimentação entre a expressão física da boca, e as condições de produção do dizer (e o silêncio já funciona no dizer). Conquanto, podemos pensar o *sorriso* a partir deste artigo, além de meramente certo movimento dos músculos faciais, mas, sim, um *gesto-sentido*, ou melhor, o *sorriso* é produzido pelo tripé que o produz, o dissolve e o leva para outros lugares de significação.

Imagem: Esquema sobre *Gesto-sentido*



Fonte: Produzido pelo autor, 2019.

Em um efeito de didatização do pensamento, proponho o esquema acima a fim de explicar o funcionamento do *gesto-sentido* a partir do *sorriso*, cujo centro, o ponto de interseção, é ele mesmo.

Penso, então, o *gesto-sentido*, como ponto de interseção entre o corpo e o dizer enquanto memória discursiva (palavras e silêncio), envolvidos pelas condições de produção, ou seja, pela conjuntura, processos sócio-históricos que se movimentam pela memória do dizer.

Tomando biologicamente a significação do *sorriso*, ele é relacionado tanto aos sistemas neurológicos, quanto ao sistema muscular facial, chamado, então, de processos neuropsicofisiológicos.

As estruturas do sistema nervoso central especificamente relacionadas com a linguagem estão situadas no córtex cerebral e, mais concretamente, no córtex associativo. Na parte inferior do lóbulo frontal, residem as funções expressivas (área de Broca) e na zona temporal e parietotemporal (área de Wernicke) as funções de compreensão; do mesmo modo, da produção dos movimentos dos lábios, da língua e da face [...] se encarregam as formas motoras do córtex cerebral (HUETE; CENADOR, 1994, p. 13).

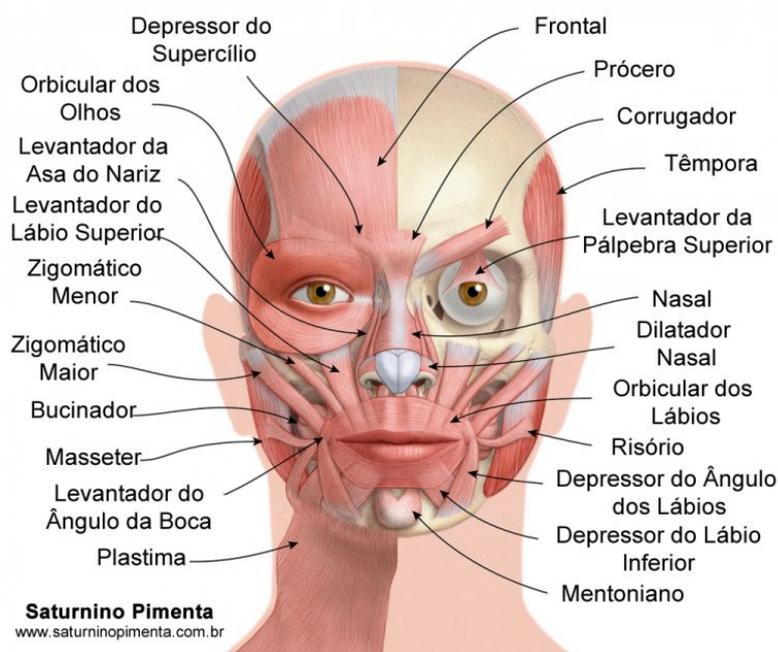
Os autores mencionados nessa citação explicam o funcionamento neurofisiológico do *sorriso*, as conexões neurológicas produzindo movimentos faciais, que, por sua vez, não podemos desvinculá-lo das dissimetrias psicológicas. Sobretudo, o *sorriso* é visto, inclusive, como expressão de uma emoção, reação afetiva sujeita a estímulos exteriores, produzindo também funcionamentos psicofisiológicos.

Nesse instante, ousou dizer que o *sorriso*, além de ser visto e estudado a partir de vias neurológicas, psicológicas e fisiológicas, é pensado também como discurso, sentidos se movimentando no trânsito da vida, jogo interacional entre o hoje, o ontem e o porvir – o dito, o já dito e o por dizer, o simbólico produzindo relações e (co)relações entre o verbal e não verbal, entre o real e o imaginário, o feito de linearidade e furo, a deriva.

É de suma necessidade dizer que, para nós, analistas de discurso, a expressão corporal/facial não é um conceito que faz parte do nosso dispositivo, porém, nos servimos dela para compreender o que é discursivizado sobre o que buscamos

compreender como *gesto-sentido*. Segundo o Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal (2019), para produzir um *sorriso* grande e largo, utilizamos o Zigomático Maior e de outros músculos levantadores do lábio superior, como o Levantador do Ângulo da Boca e o Levantador do Lábio Superior, além de mover a área dos olhos, contração parcial da parte orbicular do músculo Orbicular dos Olhos.

Recorte 1: Músculos Faciais



Fonte: <https://ibralc.com.br/anatomia-de-um-sorriso/>. Acesso 08 de abril de 2019.

Os músculos faciais não se movem comandados apenas por uma via motora voluntária (programas motores conscientes – trato corticonuclear). Eles também se contraem, para adotar expressões, através de uma via motora involuntária (programas motores não-conscientes – tratos supra-espinais descendentes e seus núcleos) acrescentada de um componente cerebelar, que controla o sinergismo e a harmonia dos músculos. Assim, a expressão, além de voluntária, pode ser involuntária, natural e espontânea, de mímica facial. O termo expressão facial fica reservado para a comunicação volitiva, a especificação de algo para melhor fazê-lo entendido. Um sorriso, por exemplo, pode ser espontâneo, automático, quando se gosta de uma piada (via não-consciente), mas pode ser também um sorriso “social”

voluntário, programado (via consciente) (MADEIRA, RIZOLLO, 2016, p. 85).

É indispensável dizer que a significação do *sorriso* pela anatomia, pelos estudos orofaciais são efeitos de sentidos, uma vez que existem outras e diferentes formas de compreender o *sorriso*, trabalho teórico empreendido neste trabalho.

Tomando os efeitos de sentido produzidos pelas bibliografias apoiadas na anatomia facial humana, o controle das expressões faciais se dá pelas vias motoras nervosas, que propõe funcionamentos voluntários e involuntários para tais movimentos. Exemplificando tal afirmação, pensemos em um *sorriso forçado* em paralelo a um *sorriso espontâneo*, logo, anatomicamente, percebemos funcionamentos de vias musculares diferentes.

Para Mesquita (2011) o *sorriso*, em seu aspecto morfológico, é resultante de contrações, podendo ser elas voluntárias ou involuntárias. De maneira positivista, tomando como modelo explicativo a anatomia fisiológica, os músculos responsáveis pela expressão do *sorriso* mostram o funcionamento do *sorriso* enquanto expressão física. São eles: músculo orbicular dos olhos, músculo elevador comum do lábio superior e da asa do nariz, músculo zigomático maior e músculos risórios.

Percebo aqui um efeito sinonímico na associação do pequeno músculo que se contrai na expressão facial, produzindo, assim, o *sorriso*, com a nomenclatura de “músculo risório”, dessa forma, trazendo efeitos de evidências de que o riso está para o *sorriso*, assim como uma relação sinonímica, uma relação de paridade e dispersão, que analisaremos mais à frente.

Ainda assegurado pelas colocações de Mesquita (2011), o músculo orbicular do olho envolve toda a abertura da cavidade orbitária. Ele se inicia no ângulo interno do olho e termina na pele do ângulo externo. Possui duas partes principais: a porção palpebral e a porção orbital, sendo a primeira referente às pálpebras e, a segunda sendo mais periférica, ao redor da órbita.

A porção palpebral do orbicular dos olhos permite a abertura e oclusão das pálpebras durante o pestanejo, e encerra a fenda palpebral durante o sono. A porção orbital encerra a fenda palpebral quando este movimento se executa rapidamente. A contração do orbicular dos olhos provoca uma ligeira elevação da pele situada na parte inferior do olho (MESQUITA, 2011, p. 81).

O músculo elevador comum do lábio superior e da asa do nariz é pequeno e tem sua parte superior inserida “[...] no bordo interno da órbita, no processo frontal da maxila e dos ossos nasais, e na sua parte inferior se prende à pele da asa do nariz e do lábio superior” (MESQUITA, 2011, p.82). Tal músculo se responsabiliza, então, por movimentos da asa do nariz e do lábio superior. Desse modo, causa várias rugas no rosto, podendo ser tanto dos lados quanto perto da raiz do nariz.

O músculo zigomático maior seria longo e delgado; sua origem se dá na face externa do osso malar, inserindo-se na pele da comissura labial. Sua contração faz com que se produza um movimento ascendente da comissura labial.

Por sua vez, o músculo risório costuma ser assimétrico, contendo mais volume em um lado da face. Esse músculo se constitui por várias fibras triangulares e de tamanhos variados, podendo ser ausente em alguns indivíduos. A contração desse músculo produz um movimento lateral da comissura dos lábios.

Isto posto, é possível perceber que, nessa teoria, para a produção do *sorriso*, seria necessária a ação de vários músculos, ou seja, o *sorriso*, fisiologicamente pensado, constitui-se a partir da atuação de um conjunto de músculos, na qual alguns possuem uma maior atuação em relação aos outros no momento em que se dá determinada expressão.

Para Mesquita (2011), ainda ponderando o *sorriso* enquanto expressão neuropsicofisiológica, busca entender o desenvolvimento infantil, seja ele afetivo, cognitivo ou social, é necessário ter em mente a ideia de que os bebês possuem a capacidade de reconhecer e também produzir expressões faciais de emoção. Existem estudos a respeito do *sorriso* do bebê ainda no útero materno. Esses estudos mostram que, a partir da vigésima sexta semana de gestação, o bebê passa a sorrir.

Uma das primeiras expressões produzidas pelo bebê, nos primeiros meses de vida, se parece com o *sorriso*. Nessa fase, em que a linguagem verbal ainda não é utilizada, as expressões são formas de interação social que o bebê encontra. Inicialmente, a criança expressa seu envolvimento com o ambiente a partir do *sorriso*, considerado, nessa fase, espontâneo, não depende de estímulos diretos, de fatores externos para que ele apareça, acontecendo, principalmente, nos estados de sono.

De acordo com Mesquita (2011), classificam-se os primeiros *sorrisos* do bebê como primitivos ou endógenos. Com o passar das semanas, o *sorriso* do bebê vai se

modificando, tornando-se mais evidente. A partir dos quatro meses de vida, o *sorriso* do bebê passa a ser uma reação ao ambiente. A criança utiliza-se do *sorriso* para captar a atenção dos adultos. Desenvolve-se, então, o *sorriso* social, o qual é mais seletivo, ou seja, não é exibido diante de qualquer estímulo. Dessa forma, o bebê consegue diferenciar um estranho de um não-estranho.

Com o objetivo de encontrar eventuais alterações ontogenéticas na expressão do sorriso, foram comparadas três faixas etárias, 2-3 anos, 3-4 anos e 4-5 anos. Com a idade, ocorreu um aumento significativo da frequência do sorriso com exposição dos dentes superiores, não ocorrendo o mesmo com os outros dois padrões. A incidência deste tipo de sorriso também se tornou seletiva com a idade. Enquanto os meninos mais novos sorriam igualmente para meninos e para meninas, os mais velhos exibiam o sorriso com exposição dos dentes superiores quase exclusivamente a outros meninos (MESQUITA, 2011, p. 48).

É durante o primeiro ano de vida do bebê que ocorreria o desenvolvimento do *sorriso*, que se consolida até os dois anos de idade. A partir daí o *sorriso* passa a ser parte integrante do conjunto de expressões complexas da criança. Com a progressão da idade, o *sorriso* vai se modificando, passa a ser exibido, então, em ocasiões diversas, mais restritas, diferente do que acontece nos bebês, os quais inicialmente, bastam ver um rosto, para que demonstrem um aspecto de *sorriso* na face.

A “expressão” poderia ser considerada um elemento crucial no desenvolvimento do sujeito ocidental. Está aí a importância do rosto, que constitui o espaço onde se dá esse processo. O rosto seria, assim, ao mesmo tempo, o lugar mais íntimo e mais exterior do sujeito, aquele que traduz mais diretamente e da maneira mais complexa a interioridade psicológica e também aquele sobre o qual recaem as mais pesadas restrições públicas. São os rostos que se perscrutam, antes de tudo, os olhares que se procuram captar para decifrar o sujeito.

Isso explica o efeito da significação do sujeito moderno: esse processo que é, concomitantemente, indissolavelmente, o de uma individualização e de uma socialização pela expressão, que incita à expressão da interioridade, à manifestação dos sentimentos, paralelamente ao tempo em que impõe ao rosto do silêncio, relativo ou profundo, da inexpressividade.

Haveria dois polos essenciais na expressividade individual. Por um lado, o de uma expressividade súbita, quando o rosto manifesta que um indivíduo está fora de si e, por outro, o da impassibilidade de um rosto impenetrável. Tais figuras revestem em diferentes épocas, o rosto do louco ou do sábio, do “possesso” ou do cortesão e, mais para o nosso tempo, o do histérico ou do burguês controlado e impávido.

A sociedade civil é, de fato, essa sociedade de silêncio e linguagem, de dissimulação e sinceridade, de recolhimento em si mesma e de compaixão: é assim que as formas na vida civil aproximam os indivíduos e os colocam à distância; é assim que os constroem, mas é também assim que os protegem.

Abro, então, aqui, mais uma inquietude que me coloca na posição de investigação no nosso estudo neste artigo: as aproximações e distanciamentos entre o *sorriso* e o riso – seria um voluntário e outro involuntário? – questionamento que analisaremos mais adiante.

No entanto, podemos perceber que o primeiro ‘elemento’ (corpo), pensado no esquema acima, é constituído por funcionamentos físicos, psicológicos, neurológicos e sociais do ser humano, movimento, ao mesmo tempo, confuso e processual dos músculos, sistema nervoso e memória; discurso sendo produzido pelo e no corpo, a partir de um gesto, que não mais só expressão física – para mim, analista de discurso – mas gesto-memória, gesto-intradiscurso, gesto-interdiscurso, *gesto-sentido*.

O recorte seguinte trata de um dito popular que funciona em torno do riso/*sorriso*. Podemos considerar que, em “Quem ri por último, ri melhor”, reverbera-se a mensagem bíblica escrita em Mateus capítulo 20, versículo 16: “Assim, pois, os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos” (BÍBLIA ONLINE, 2019).

Recorte 2: Quem ri por último, ri melhor.



Fonte: Google Imagens, 2019.

Aproximo, então, a formulação “Quem ri por último, ri melhor”, à formulação “Assim, pois, os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos”, tendo a seguinte relação parafrástica:

“Quem ri por último”



“Assim, pois, os últimos serão os primeiros”

“Ri melhor”



“e os primeiros serão os últimos.”

O deslocamento dessas paráfrases se dá do riso entendido a partir de uma posição (último), ou seja, aquele que “ri por último” “será o primeiro”, logo “ri melhor” significa rir dos “primeiros que serão os últimos”. Tensão entre os termos “rir”, “por último” e “melhor”, no qual “rir” produz sentidos de insulto, deboche e zombaria. Vale pensar discursivamente na formulação “rir por último” nas condições de produção em que relações de poder se estabelecem na relação entre ser o último e o primeiro, na memória da segregação, na discriminação que retorna pela fissura que funciona entre o dito popular e a passagem bíblica. Sendo assim, o “melhor” adjetiva aquele que “ri”, invertendo-se, então, os papéis na posição da chegada, em que o segregado “ri”, debocha, vinga-se daquele que, antes, era o primeiro e, agora, é o último. No entanto, podemos perceber a relação entre “humilhados” > “exaltados”, e “rir por último” > “rir melhor”, afinal sentidos de inversão são produzidos, pois a posição inicial do humilhado desloca para a posição de exaltado, e a posição de quem ri por último, desloca para a posição de quem ri melhor.

Compreendo que “por último” e “melhor” adjetivam o “rir” – produzindo o sentido de formas distintas e hierarquizadas de riso – rir não é sempre a mesma coisa. No entanto, em ambos o rir está numa posição de equivalência com “se dar bem”, e de certa forma, funciona na competição entre essas formas de rir que sujeitos encarnam – assim como os risos concorrem, sendo que há um melhor, os sujeitos (“quem”) também concorre.

Diferentes posições sociais são tocadas, ao analisarmos a relação entre o dito popular e a passagem bíblica, é a temporalidade se dissolvendo na historicidade do dizer, texto bíblico escrito há quase 2.000 anos, fazendo sentido nas relações assimétricas atuais; poder fazendo papel de poder, submissão revestida de sarcasmo, deslocando da justiça (seria justo os papéis se inverterm?) para o riso, em que além do humor, o riso funciona discursivamente num efeito de poder.

Em um trabalho de utilização dos métodos da AD, chego a diferentes paráfrases:

“Quem ri por último, ri melhor.”

1. “Quem ri **primeiro**, ri **pior**.”
2. “Quem ri por último, **consegue o poder**.”
3. “Quem ri **primeiro**, **é detentor do poder**.”

O deslocamento do *último* para o *primeiro* condena o detentor do poder (o primeiro) a ter um desfecho negativo, uma vez que rirá “pior”. Logo, o *pior* ocupando o lugar do *melhor* na paráfrase faz funcionar o senso de justiça em relação aos segregados, a maioria que está à margem da sociedade, que espera o lugar do “riso” de justiça, ou, até mesmo, de vingança.

A inversão dos papéis sociais na segunda paráfrase propõe também sentidos de justiça, pois ao “reverter o jogo”, o que estava por *último* acaba *conseguindo o poder*, por isso, “ri melhor”. A partir desses movimentos discursivos, pego-me questionando sobre a frequência que os papéis se invertem, fazendo que o *último* “ria” *melhor*; referência que produz sentidos de conformismo, de descrédito na quebra paradigmática da hierarquia, na qual os *primeiros* sempre continuarão sendo *primeiros* e os *últimos* sendo sempre os *últimos*; funcionamento da política brasileira? Sendo o que resta aos últimos é “rirem para não chorar”? Afinal, “quem ri *primeiro*”, sempre acaba sendo o *detentor do poder*?

A partir da análise produzida anteriormente, conseguimos compreender a assimetria dos dizeres, na qual “rir” pode produzir tanto sentidos de justiça, quanto sentidos de sarcasmo, de reivindicação; não obtendo em si um significado estático, morto, pelo contrário, o dizer, para nós, analistas de discurso, funciona na abertura ao

simbólico, ou seja, além de mera transmissão de informações, troca de palavras, pensamos em um discurso ‘vivo’, não linear e cheio de derivas, sujeito e discurso se assemelhando no que tange ao movimento natural da vida – cada hora de um jeito – fervedouro de sentidos, atravessando as relações.

Para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso (ORLANDI, 2015, p. 19).

Trago a memória discursiva como elemento de constituição do *gesto-sentido*, retomando o conceito de interdiscurso, teia de dizeres que se relacionam, ideologia produzindo sentidos em uma relação não regular, caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica, interpelando, assim, o indivíduo em sujeito.

Não há como compreender discurso em nosso campo teórico – o da AD – sem pensar a linguagem, o sujeito e a História; produção do dizer que irrompe a paridade entre dizer e fala; discurso enquanto movimento de sentidos, efeitos imaginários de correlação, significante e significado unidos por uma espécie de amálgama, ilusão de correspondência entre objeto, pensamento e mundo. Em cima e alicerçado por uma teoria que propõe uma leitura de tipo novo – a Análise de Discurso Pecheutiana – que em seu quadro teórico, o discurso não pode ser visto como um funcionamento livre, sem interferências linguísticas, históricas e ideológicas, mas, pelo contrário, o discurso não só está exposto a esses intervenientes, bem como é produzido, inclusive por eles, de forma contemporânea; afinal como diz Orlandi (2015, p. 20) “a língua é assim condição de possibilidade do discurso”.

Pêcheux argumenta que “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da

memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador (PÊCHEUX, 2010, p.50). Assim, a memória discursiva configura-se como espaço de múltiplas possibilidades, que permite a inscrição de repetições de pré-construídos, mas que permite também o deslocamento, a reinvenção e a reconstrução quando se debruça sobre acontecimentos que se instituem de diferentes formas. Frente a cada acontecimento, a memória se ativa, acessando diferentes lugares e trazendo novas possibilidades ao discurso.

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p.52)

O conceito de memória discursiva pode ser compreendido como uma “presença virtual na materialidade como uma instância que não se faz presente como um enunciado, mas é responsável por reestabelecer possíveis leituras implícitas e constitutivas do real sócio-histórico” (FRANÇA, 2016). Dessa forma, Pêcheux (2010) infere que:

O fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior (PÊCHEUX, 2010, p. 56).

A memória discursiva é constitutiva do discurso, pois, para que o discurso produza sentidos, é necessário que “se apoie em algo já posto, sustente-se em um já-lá (ORLANDI, 2001). Havendo a ancoragem e sustentação neste “já-lá”, compreendemos as determinações históricas que são inerentes ao discurso.

O interdiscurso é um “já dito” que possibilita que o discurso se sustente. Tal “já dito” produz efeito de que algo já falado anteriormente, algo que mesmo que não saibamos, se entrecruza em todo momento na formulação de nossos discursos. Indursky (1997) analisa que, pensando sobre o funcionamento de tal processo e as formações discursivas que lhe são correlatas, faz-se mister refletir sobre o conceito de “memória discursiva”, posto que tal configura-se fundamental no processo referido.

Não se trata, porém, de considerar essa memória como individual e subjetiva, nem como lastro identitário ou uma narrativa de tradições, mas como “memória social inscrita no seio das práticas discursivas” (INDURSKY, 1997, p. 43).

[...] a memória discursiva permite reconhecer um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior, na continuidade interna. Tal efeito de memória reatualiza a heterogeneidade de um discurso que se quer determinado e, por conseguinte, homogêneo (INDURSKY, 1997, p. 45).

A memória discursiva permite que tais pré-construídos sejam operados nas formações discursivas dos sujeitos que, ao produzirem e enunciarem discursos, estabelecem relações com o que já foi dito em um outro momento, com o interdiscurso – com sua memória discursiva.

A Análise de Discurso considera que tais memórias também são afetadas pelo esquecimento, que acessa diferentes funcionamentos sociais e saberes. Tal memória também se deixa perceber e “afeta o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (INDURSKY, 1997).

França (2016) afirma que “a memória, então, é um espaço de retomadas de discursos anteriores, mas não deve ser reduzida a somente isso”. Essa é, ainda, “um componente balizador de um embate entre forças ideológicas que objetivam restabelecer os implícitos (os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos) e forças antagônicas que lutam para desestabilizar e desregular os já-ditos”.

Contudo, o *sorriso*, neste artigo, é considerado discurso, sentidos em movimento, memória discursiva reverberando o *gesto-sentido* de sorrir, entrelaçamento das expressões neuropsicofisiológicas e do dizer, que funciona pela memória discursiva, tudo isso movimentando-se pelas e nas condições de produção.

As condições de produção versam, portanto, sobre o entrelaçamento do discurso com a ideologia, permitindo ao analista, a partir de uma análise dessas condições, averiguar a estruturação do discurso. A forma como ele se estrutura é o que denota a constituição de seu sentido e a abrangência de seu efeito. Segundo Orlandi (2011, p.28), “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”.

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se

as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2011, p. 28).

Michel Pêcheux (1997) considera que “o processo de produção do discurso é definido como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”. Tais “circunstâncias” do discurso são suas condições de produção. O autor se estende, exemplificando que o discurso “sempre é pronunciado a partir de condições de produção já dadas”, como um político, um líder, porta-voz de grupos que representa interesse, ou grupo isolado se encontra inserido “na relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado”. Aquele que enuncia, então, ocupa lugares diferentes e suas declarações podem ter papéis também distintos, isso “depende da posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz” (PÊCHEUX, 1997, p. 74).

No entanto, falamos sobre o *gesto-sentido sorriso* a partir da sua formulação que tem como suporte material, que poderíamos dividir teoricamente entre o corpo neuropsicofisiológico, o social (expressões e práticas ideológicas), a memória (mesmo sem palavras, memória em alvoroço), relacionados às condições de produção.

Planeio aqui um exemplo, a fim de retratar o funcionamento das condições de produção do *sorriso*: imagine que você é convidado a entrar em um ambiente com luzes apagadas, uma escuridão sem fim; e, de repente, as luzes se acendem e você é surpreendido com um lindo bolo, velas e balões, enfim, é seu aniversário. O bater de palmas e a cantoria tradicional dos ‘parabéns a você’ se misturam com o seu *sorriso* – Alegria? Surpresa? Emoção? Susto? – Não há como petrificar esse *sorriso* como se fosse uma só coisa, mas conseguimos compreender as condições de produção: dia do seu aniversário, pessoas importantes presentes, luzes apagadas de repente acesas, palmas, cantoria, sua idade, enfim, contexto que circunda o *sorriso*.

Vale dizer que as condições de produção não estão ligadas somente aos aspectos físicos ambientais, mas ao jogo de imagens no qual o sujeito é partícipe, como ele se percebe em sua posição e como percebe o outro, além da consideração a respeito da situação concreta, historicamente determinada. Pêcheux (1997) ainda esclarece um ponto importante:

As condições de produção não são resistências que impedem o livre fluxo das palavras (o funcionamento da linguagem), ou seja, não há

uma semântica anterior ao discurso que seria castrada pelos filtros que as condições de produção impõem. (PÊCHEUX, 1988, p. 79)

Assim, a expressão “condições de produção do discurso” pode algumas vezes possibilitar ambiguidades. Entendemos que as determinações que fazem das condições de produção uma noção norteadora em Pêcheux (1993) estão em um lugar teórico outro, deslocado da definição empírica de “situação de enunciação” (COURTINE, 2003, p. 19-20). Pêcheux compreendia como fundamental explicitar o funcionamento dos processos discursivos na sociedade, por isso a centralidade da noção das condições de produção.

As condições de produção compreendem como já dito, o sujeito, a situação, atravessados pela contradição, pela posição que o sujeito ocupa, interpelado pela ideologia e na situação específica da produção daquele discurso. Pêcheux ainda se estende, quando analisa que as condições de produção se dão no discurso, caracterizam tal processo discursivo e consideram os discursos anteriores com os quais os objetos empíricos que o analista descreve se relacionam, “visto que elas não são só representações, projeções imaginárias de situações objetivas, mas consideram o estado anterior do processo discursivo, algo que já está lá, falando, em outro lugar” (QUEIROZ, 2003, p. 12).

Se observarmos, as condições de produção, essenciais e definitivas ao discurso, são relacionadas a procedimentos distintos, como de controle, organização e alinhamento do discurso, descritas por Foucault (2000), uma vez que, como afirma Pêcheux:

[...] existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Acrescentemos que é bastante provável que esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições, e isto não ao acaso, mas segundo leis que apenas uma investigação sociológica poderá revelar (PÊCHEUX, 1988, p. 83).

As condições de produção, em contexto amplo, como já colocado, remetem a um conjunto de formulações já feitas e esquecidas e “arquivadas”, que trabalharão de

modo a determinar o que dizemos, pois é levado em conta um complexo sócio-histórico, ideológico. Para a Análise de Discurso, as condições de produção e a memória discursiva trabalharão de forma conjunta, pois a memória é o saber discursivo que torna possível todo dizer.

Efeito de fecho

Encerrando este artigo, ousou dizer que entendo o *sorriso* a partir do trabalho discursivo, não só como uma expressão (in)voluntária, mas como um *gesto-sentido*, ou seja, produção de sentidos que envolvem a expressão neuropsicofisiológica, o dizer/memória discursiva e as condições de produção, complexidade que expurga a linearidade dos significados postos como cola nos sorrisos. Em suma, enxergo infinitas possibilidades do sorrir, e nenhuma amalgamada no que o *sorriso* quer dizer, mas, sim, no que ele diz a partir de condições específicas de produção.

O imediatismo do *sorriso* produz ineditismo a cada *gesto-sentido* de sorrir, pois, ao mesmo tempo que acontece a expressão, acontece o dizer em imediatas condições de produção, produzindo, assim, o *sorriso* contemporâneo ao *gesto-sentido*, gesto que significa, gesto que diz sem palavras, gesto que produz sentidos em fração de segundos, gestos incompletos e repletos de memória.

Iniciando uma teoria do *sorriso* ao mesmo tempo que a mesma se enlaça em uma teoria do gesto, dizer que o *sorriso* é contemporâneo ao *gesto-sentido* é entender que não há uma divisão estanque entre o que é corpo neuropsicofisiológico/corpo social, memória e condições de produção; tudo funciona numa fascinante desordem que significa, produção de sentidos, produção de sujeitos, produção de discurso.

REFERÊNCIAS

- COURTINE, Jean-Jaques; HAROCHE, Claudine. *História do rosto: exprimir e calar as emoções*. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- COURTINE, Jean. *Os deslizamentos do espetáculo político*. In: Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo. Org: Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Ed. Claraluz, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

- FRANÇA, Thyago Madeira. *Um olhar sobre o conceito de Memória discursiva em Pêcheux*. Interletras. V. 4, Edição número 22, ano 2016.
- HUETE, C. A.; CENADOR, A. G. *A linguagem na criança*. Porto: Porto Editora, 1994.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE LINGUAGEM CORPORAL. *Anatomia de um sorriso*. Disponível em: <<https://ibralc.com.br/anatomia-de-um-sorriso/>>. Acesso em: 08 abr. 2019.
- MADEIRA, Miguel Carlos; RIZZOLO, Roelf J. Cruz. *Anatomia Facial - Com Fundamentos de Anatomia Sistêmica Geral*. 5 ed. São Paulo: Sarvier, 2016.
- MESQUITA, Marilisa da Silva. *O sorriso humano*. Dissertação (Mestrado em Anatomia Artística) - Faculdade de Belas Artes. Universidade de Lisboa. 2011.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4 ed. Campinas, SP. Pontes, 2011.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993 [1975].
- PÊCHEUX, Michel. *O papel da memória*. In: ACHARD, P. et al. *O papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010.
- QUEIROZ, Erika Karina Ramos. (Re)lendo “AAD 69” hoje. Anais do 1º SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre, 2003.

Recebido em: 25/05/2020

Aceito em: 22/06/2020

Brumadinho: uma leitura orientada pela Análise do Discurso francesa sobre as charges da tragédia

Brumadinho: une lecture guidée par l'Analyse du Discours française sur les charges de la tragédie

Wesley Mateus Dias¹

Resumo: Em 25 de janeiro de 2019, rompe-se a barragem da Vale em Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte (MG). Com a divulgação do desastre nas mídias sociais e comunicativas, logo surgiram vários comentários, solidarizações, questionamentos e críticas com as medidas ambientais do atual Governo Federal. Entretanto, as charges expuseram a ganância dos empresários, a arrogância dos políticos e, ainda, o sofrimento e angústia dos moradores da região. Exposto isso, nosso trabalho tem por objetivo perceber como é discursivizado o posicionamento ideológico das charges de Cazo (2019), Latuff (2019) e Duke (2019 [2015]), referentes ao desastre ambiental de Brumadinho. Basear-nos-emos na Análise do Discurso de vertente pecheutiana, uma disciplina que rompe os efeitos de evidência do texto e cria múltiplas e variadas maneiras de leitura. Para tanto, utilizaremos as charges encontradas na mídia social virtual, dados sobre o desastre ambiental, tanto quanto notícias e reportagens. Como resultados, analisamos que o discurso chargístico traz marcas discursivas cristalizadas como trabalhador-vítima, empresário-ganancioso e atravessamento de um discurso outro e de falhas na interpelação ideológica que permitem novas conexões entre história e linguagem e multiplicam as perspectivas de leitura e resignificação.

Palavras-chave: Charge; Análise do Discurso francesa; Brumadinho.

Résumé: Le 25 janvier 2019, le barrage de Vale à Brumadinho, dans la région métropolitaine de Belo Horizonte (MG), est rompu. Avec la révélation de la catastrophe dans les médias sociaux et communicatifs, divers commentaires, sympathies, questions et critiques concernant les mesures environnementales du gouvernement fédéral actuel sont rapidement apparus. Cependant, les accusations ont mis en évidence la cupidité des hommes d'affaires, l'arrogance des politiciens, ainsi que la souffrance et l'angoisse des habitants de la région. Cela étant dit, notre travail vise à comprendre comment le positionnement idéologique des accusations de Cazo (2019), Latuff (2019) et Duke (2019 [2015]), faisant référence à la catastrophe environnementale de Brumadinho, est discursif. Nous baserons notre sur l'analyse du discours pecheutien, une discipline qui brise les effets de preuve du texte et crée des façons multiples et variées de lire. Pour ce faire, nous utiliserons les redevances trouvées dans les médias sociaux virtuels, les données sur la catastrophe environnementale, ainsi que les nouvelles et les rapports. Comme résultats, nous analysons que le discours chargiste apporte des marques discursives cristallisées comme travailleur-victime, entrepreneur-gestionnaire et croisement d'un autre discours et d'échecs dans l'interpellation idéologique qui permettent de nouvelles connexions entre l'histoire et le langage et multiplient les perspectives de lecture et de résignation.

Mots-clés: Charges; Analyse du discours française; Brumadinho.

¹ Professora de Língua Portuguesa, ensinos Fundamental e Médio, da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (PLE/UEM). Graduado em Letras-Português pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR - Campus de Apucarana). E-mail: wesleymateus1997@hotmail.com

Introdução

Brumadinho, município brasileiro localizado na região metropolitana de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais, foi fundado em 17 de dezembro de 1938 e seu nome deriva-se do povoado que deu origem à cidade, advindo das *brumas*², fenômeno comum naquela região montanhosa. Sua economia é baseada na mineração, sobretudo com a atuação da Vale S.A., uma mineradora multinacional brasileira, considerada uma das maiores mineradoras do mundo e maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel. Ela foi criada em 1942 pelo então Presidente da República Getúlio Vargas como sendo uma empresa estatal, expandindo a produção de minério de ferro no Brasil e foi a principal fornecedora de matéria-prima para a Companhia de Siderurgia Nacional. A mineradora foi privatizada em 06 de maio de 1997, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, com financiamento subsidiado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Em 05 de novembro de 2015, rompe-se a barragem de rejeitos de mineração controlada pela empresa Samarco Mineração S.A., a empresa brasileira Vale S.A. e a companhia anglo-australiana BHP Billiton, localizada no distrito de Bento Gonçalves, a 35 km do centro da cidade de Mariana³. O desastre industrial causou o maior impacto ambiental da história brasileira e o maior no Brasil envolvendo barragens de rejeitos, com aproximadamente 62 milhões de metros cúbicos despejados. Na época, 19 pessoas morreram com o desastre e centenas de moradores ficaram desabrigados.

Houve protestos contra o desastre ambiental e busca de responsáveis pelo ocorrido e muito se discutiu sobre a privatização da *Vale* e algumas punições contra a empresa Samarco. Até que, em 25 de janeiro de 2019, rompe-se outra barragem da Vale, na localidade de Córrego do Feijão, em Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte. O desastre ambiental foi semelhante ao ocorrido em Mariana (200 km de Brumadinho) (COCCO, 2016), porém, o presidente da Vale pronunciou-se sobre a

² Fenômeno natural na qual a nuvem fica em contato ou próxima do solo, também conhecido como *Neblina*. Disponível em: encurtador.com.br/fquHX. Acesso em 08 set. 2020.

³ Mariana foi outra cidade mineira em que também houve um desastre ambiental.

tragédia dizendo que em Brumadinho o dano humano foi maior⁴. O rompimento da barragem deixou 270 mortos e cerca de 12 milhões de metros cúbicos despejados⁵.

Com a divulgação do desastre nas redes sociais e mídias comunicativas, logo surgiram vários comentários, solidarizações, questionamentos e, até mesmo, críticas em relação às medidas ambientais do atual Governo Federal (Bolsonaro/PSL). Não faltaram discursos para a criação de charges, tirinhas e outros gêneros, sendo recuperado um *poema de Drummond*⁶, Lira de Itabirana (1984), no qual a temática da Vale é usada por distintos sujeitos para fazerem uma crítica social (SILVA, 2018). Entretanto, as charges expuseram a ganância dos empresários, a arrogância dos políticos e, ainda, o sofrimento e angústia dos moradores da região.

A charge é, normalmente, identificada pela mídia como manifestações de humor, contendo um texto verbal e outro não verbal, possibilitando, assim, múltiplas orientações de leitura, associando seus recursos, quase sempre, ao irônico e ao desenho caricatural. Segundo Pilla e Quadros (2009), um “aspecto importante é que elas costumam ser tão ricas e densas quanto outros textos opinativos, como crônicas e editoriais, que transmitem um posicionamento crítico sobre personagens e fatos políticos” (PILLA; QUADROS, 2009, p. 2).

Exposto isso, nosso trabalho tem por objetivo perceber como é discursivizado o posicionamento ideológico das charges de *Cazo* (2019), *Latuff* (2019) e *Duke* (2015, adaptado para 2019), referentes ao desastre ambiental de Brumadinho. Mais especificamente, interpretamos como é construído o posicionamento ideológico pelas charges e observamos quais discursos são retomados pelos ditos e os não-ditos dessas charges. Para tanto, intentamos responder os seguintes questionamentos: como é discursivizado o posicionamento ideológico das charges do desastre de Brumadinho? Quais efeitos de memória estão presentes nos dizeres de cada charge?

As charges foram recortadas por conterem críticas às ganâncias dos empresários e por circularem em mídias virtuais, o que facilita o acesso. Além disso, outro critério levado em conta foi o uso da representação da lama tóxica e por dizeres

⁴ Disponível em: encurtador.com.br/gijuR. Acesso em 10 ago. 2020.

⁵ Disponível em: encurtador.com.br/czDY6. Acesso em 08 set. 2020.

⁶ Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) foi um literário modernista brasileiro, considerado um dos mais influentes do século XX. O poema com a crítica a Vale está disponível em: encurtador.com.br/fmoAO. Acesso em 12 ago. 2019.

que evidenciam essa ganância do empresariado. Ainda, foi delimitado o número de 3 charges para que o trabalho não se alongasse e todas foram postadas nas contas do Twitter de cada autor. Logo, a escolha do escopo teórico se deve por conta dos mecanismos de análise mobilizados pela Análise do Discurso, a ponto de não identificar apenas o textual, mas se aprofundar em busca da discursividade encontrada nessas charges.

Posto os objetivos e os questionamentos de pesquisa, vemos a necessidade de discorrer um pouco sobre esse dispositivo analítico, a Análise do Discurso (doravante AD) de vertente pecheutiana ou, como é conhecida, AD Francesa, a qual tem por objetivo quebrar os efeitos de evidência do texto, isto é, inaugurar outras maneiras de ler, realocando o dito em relação ao não-dito, em relação ao dito em outro lugar, de outra maneira e assim por diante (ORLANDI, 2015). A AD é uma disciplina que vem para romper os efeitos de evidência do texto e criar múltiplos e variados gestos de leitura, voltando seu olhar para opacidade do texto (ORLANDI, 2015). Segundo Orlandi (2015), para a AD, o discurso é entendido como polissêmico ou parafrásico, sendo efeitos de sentido entre locutores. A nossa forma de ler o mundo está relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social.

O principal teórico dela é Michel Pêcheux (1969), filósofo francês, precursor da AD nas décadas de 1960 e 1970. Seus estudos permitem uma abordagem diferenciada para a compreensão de fenômenos de ordem discursiva. Essa abordagem é conhecida como abordagem materialista e ela desencadeou uma trajetória acidentada, mas profícua, com contínuas retificações, ajustes, desvios e retomadas. Conforme Pilla e Quadros (2009),

O processo de análise discursiva, [...], procura interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais (textos orais e escritos) e não verbais (imagens como a fotografia e linguagem corporal como a dança), bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação. Para a AD, o que interessa não é a organização lingüística do texto, mas “o que o texto organiza em sua discursividade, em relação à ordem da língua e das coisas. Não analisamos o sentido do texto, mas como o texto pode produzir sentidos”, [...]. (PILLA; QUADROS, 2009, p. 02).

Portanto, analisaremos e observaremos as críticas sociais das charges sobre o desastre ambiental de Brumadinho com base na AD pecheutiana, a qual nos trará base para interpretar como é essa discursivização. Para que isso ocorra, utilizaremos as charges encontradas na mídia social virtual, dados sobre o desastre ambiental, tanto quanto notícias e reportagens.

Pressupostos Teóricos

Como dito anteriormente, o nosso trabalho se baseia no dispositivo teórico-analítico de leitura AD pecheutiana, conhecida no Brasil por vários expoentes, entre eles, pelos estudos de Eni Orlandi (2015) e, como já dito anteriormente, tem por objetivo quebrar os efeitos de evidência do texto, inaugurando outras maneiras de ler (ORLANDI, 2015).

Para tanto, a AD se constitui de três disciplinas para seu recorte epistemológico, ao passo que vários teóricos, como o próprio Pêcheux (2008), a denominam como disciplina de entremeio. Segundo Orlandi (2010), as disciplinas na qual a AD se baseia são a Linguística, em que a língua tem sua própria ordem, contudo é relativamente autônoma, ou seja, diferenciando-se da Linguística Estruturalista, ela introduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem, em outros termos, podemos dizer que há uma apropriação e ressignificação das ideias de Saussure (1916), sendo que Pêcheux (1998) utiliza a noção do *conceito de valor* fora do *sistema saussuriano*; a outra disciplina é o Marxismo, não entendido apenas enquanto teoria científica da história intrinsecamente relacionada ao político, mas também compreendido na ideia que a história tem seu papel afetado pelo simbólico (ORLANDI, 2015), portanto, os fatos reclamam sentidos; a última disciplina utilizada pela AD é a Psicanálise (FREUD, 2011 [1923-1925]), em que se porta a noção de sujeito na concepção lacaniana, na qual é descentrado, pois é afetado tanto pelo real da língua quanto pelo real da história, não obtendo controle sobre o modo como elas o afetam. Sendo assim, redundante em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2010, p. 19-20).

Posto aqui as noções de língua, história e sujeito utilizados pela AD, podemos, agora, descrever algumas categorias, começando pelo *sujeito*, que é linguístico-

histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia, não produtor de sentido e para construir seu estatuto de sujeito depende do seu assujeitamento (ALTHUSSER, 1976). O sujeito desempenha discursivamente a *função-autor*, sendo uma posição necessária para qualquer discurso (ORLANDI, 2015, p. 73), visto que é a função que enuncia e no outro polo dessa função está o *leitor*, que assume sua posição como interlocutor das situações discursivas, sendo o receptor do discurso.

Ademais, no momento da materialização do discurso, há as *condições de produção*, começando pelo sentido amplo (*lato sensu*), o contexto sócio-histórico e ideológico, em que traz para a consideração os efeitos de sentidos já estabelecidos; e, o sentido estrito (*stricto sensu*), a circunstância de enunciação, ou seja, a cena enunciativa apresentando o contexto imediato, o momento em que se enuncia.

Dessa forma, a *ideologia*, em que a linguagem está nela e ela se manifesta na língua e também constitui o sujeito e os sentidos e o *sentido*, que não pertence a um texto, nem ao sujeito que o produziu, mas é resultado da relação entre os sujeitos históricos envolvidos em sua produção e interpretação, é o efeito de sentido entre interlocutores socialmente construídos (ORLANDI, 2015). Por fim, o sujeito é perpassado pela *historicidade*, um elemento constitutivo da formação do sujeito, pois, no momento de sua enunciação, ele se determina pelo que diz e também determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos (ORLANDI, 2015, p. 48).

Segundo Orlandi (2015), o discurso abrange relações contextuais⁷ que podem ser divididas em *relações textuais*, nas quais são resultantes do trabalho de textualização, ou seja, o espaço discursivo organizado, simbolicamente fechado e ilusoriamente completo; as *relações intertextuais*, que relacionam um texto com outros textos, lançando o texto para uma origem possível; e as *relações interdiscursivas*, em que aproximam um texto de outros discursos, remetendo-o a redes e formulações discursivas tais que já não é mais possível identificar com precisão a origem, em outras palavras, é a memória do dizer, em que todo dizer atualiza.

Portanto, neste momento, podemos destacar alguns pontos como o interdiscurso, em que os discursos estão dispersos em uma profusão descontínua e igualmente dispersa de textos e o interdiscurso é o lugar onde residem múltiplos

⁷ Orlandi (2015) se refere às “relações entre textos”, em uma abordagem textual e não discursiva, necessariamente.

sentidos, produzidos por vozes anônimas que convivem no que Pêcheux caracterizou como *non-sens* (ORLANDI, 2010, p. 33). Ele, o interdiscurso, é todo o emaranhado de formulações feitas e esquecidas que determinam o que dizemos, determinando assim a formação discursiva, definindo-se como aquilo que numa formação ideológica dada, em outros termos, a partir de uma posição em uma conjuntura sócio-histórica, determina o que pode e/ou deve ser dito, é o lugar de constituição do sujeito (ORLANDI, 2010, p. 43).

Ditas as concepções e abordagens das relações interdiscursivas e formação discursiva, a partir de agora, descreveremos os esquecimentos que, segundo Orlandi (2010), são divididos em dois: o esquecimento número um é o esquecimento ideológico, da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia, tendo a ilusão de que de estamos na origem daquilo que dizemos; o esquecimento número dois é o enunciativo, que produz um efeito de esquecermos que o dizer sempre poderia ser outro (ORLANDI, 2010, p. 35).

Além disso, podemos dizer que a AD busca os sentidos discursivos que podem ser apreendidos na materialidade do texto, sendo afetados pelas condições sócio-históricas de significações. Assim, nessa busca da semântica discursiva, a análise pode ultrapassar os limites do texto para alcançar o próprio discurso, seus procedimentos de significação e suas relações com o interdiscurso, pois o texto está totalmente atravessado pelo interdiscurso (ORLANDI, 2015). A AD abrange o sentido de um texto quando o correlaciona com as condições de produção, remetendo-o à exterioridade.

O sentido de um texto não pertence, de direito, segundo Pêcheux (2008), nem ao texto nem ao sujeito que o produziu, mas é resultado da relação entre os sujeitos históricos envolvidos em sua produção/interpretação. Dessa forma, para Pêcheux (2008), pensa-se o texto como uma unidade discursiva, não fechado em si mesmo, porque há estabelecimento de relações não só com as condições de produção, mas também com outros textos e com outros discursos.

Neste quadro, o sentido está estabelecido nas relações que o texto estipula com a(s) formação(ões) discursiva(s) que o afetam (PÊCHEUX, 2008). Sendo assim, entendemos que o texto é fortemente atravessado por diferentes posições-sujeito nas

quais nele fazem ressoar diferentes sentidos inscritos em diversas formações discursivas (ORLANDI, 2015).

O texto é um espaço heterogêneo e simbolicamente fechado pelo trabalho discursivo do sujeito-autor, que surge como origem, sendo este o seu efeito, e esse efeito resulta da ilusão necessária que tem o sujeito-autor de se perceber como origem do texto. Logo, a memória discursiva é o suporte semântico de um discurso, ou seja, seu funcionamento se dá através da repetição de enunciados que constitui uma regularidade discursiva (ORLANDI, 2015). Esta, por sua vez, envolve os significados através dos pré-construídos e transversados nas séries enunciativas. Sua função, portanto, é de estabilizar um discurso, contudo, é uma estabilização frágil que pode ser quebrada a cada novo acontecimento discursivo.

Postos os conceitos que serão utilizados, partiremos, no próximo tópico, para a nossa análise.

Análise

A nossa análise se divide conforme as charges recortadas, ou seja, em 4 momentos. Ademais, no primeiro momento de cada seção, evidenciaremos as charges, assim, as descreveremos, para então, em segunda instância, interpretar como é construído o posicionamento ideológico e remontar quais discursos são retomados pelos ditos e os não-ditos em cada uma dessas charges.

A charge de Cazo (2019)

Iniciamos a nossa análise com a charge do cartunista Cazo, publicada em 2019 no Blog do AFTM, um *blog* de compartilhamento de informações de municípios brasileiros e reconhecido por ter várias charges acompanhando as notícias. A charge que será analisada segue abaixo:

Figura 01. Charge de Cazo.



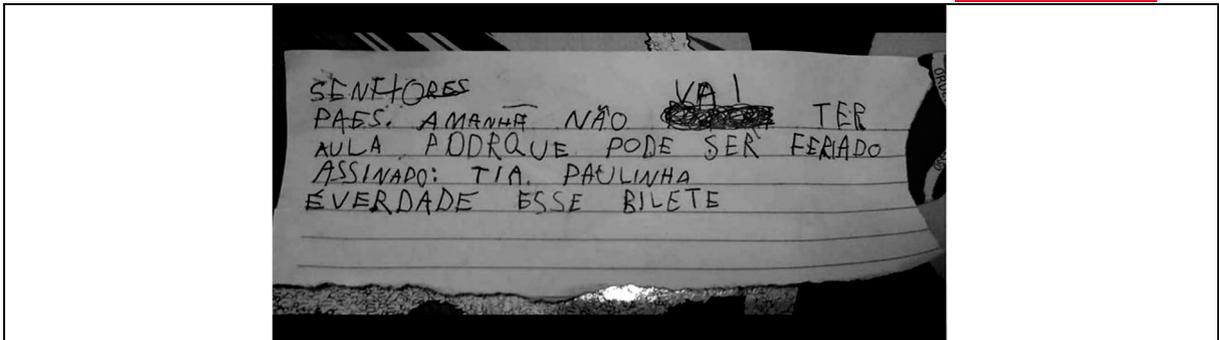
Fonte: Disponível em: encurtador.com.br/aewX9. Acesso em 10 ago. 2019.

Dadas as condições de produção, temos a tragédia em Brumadinho e essa charge foi circulada em um jornal online, que já tem este propósito de apresentar charges com as notícias. Nesta imagem, podemos ver, além dos textos verbais, duas personagens sujas devido à lama advinda do rompimento da barragem. Uma delas segura um pequeno pedaço de papel, dando a impressão de ser um bilhete, em que está escrita uma medida protetiva de segurança, seguido da fala da personagem na qual diz que aquele aviso no bilhete é referente a tragédia de Mariana (MG), no ano de 2015, ou seja, quase quatro anos antes da tragédia em Brumadinho.

Um efeito discursivo é humor nesta charge que é fato dos dizeres no bilhete serem associados a um *meme*⁸, em outras palavras, temos os dizeres que indicam que a empresa está tomando as devidas providências para que outra tragédia não se repita, contendo uma assinatura, pressupondo que a própria empresa que fez e no fim do bilhete há um dizer: “é verdade esse bilhete!”. Essa forma de construção é muito parecida com os *memes* que circulam em redes sociais, sendo que essa expressão carrega um efeito de sentido, como podemos ver a seguir:

Figura 02. Meme “é verdade esse bilhete”.

⁸ *Meme* é uma expressão circulada em redes sociais usada para descrever um conceito de imagem, vídeos, *GIFs* e/ou relacionados ao humor, que se espalha via *Internet*. Essas diferentes materialidades são passíveis de imbricação, isto é, de hibridismo, mesclagem, atravessando umas às outras, como é o caso dos *memes* virtuais, materialidades significantes que envolvem, em nível de formulação (ORLANDI, 2015), palavras e imagens.



Fonte: Disponível em: encurtador.com.br/zEGK9. Acesso em 10 ago. 2020.

Conforme vemos a imagem com uma escrita de uma criança, logo, sabemos que a informação trazida por esse bilhete é uma mentira, assim, esse enunciado “é verdade esse bilhete” ganhou espaço nas redes sociais como uma forma de humor irônico. Dessa forma, quando essa charge retoma esse enunciado, toda memória discursiva é atualizada também. Com isso, mostra uma crítica à fala dos diretores da Vale, os quais, no desastre de Mariana, afirmaram tomar todos os cuidados possíveis para que algo parecido não se repetisse e mesmo assim aconteceu.

Ademais, vemos que o bilhete escrito na charge está em um pedaço de papel parecido com o que vemos em cadernos e à caneta. Isto também desqualifica a veracidade da informação, pois, no meio empresarial, a escrita para ser verídica deve aspectos formais de estrutura e uso de norma-padrão, como observamos em alguns documentos e enunciados que circulam nesses aparelhos de estado e formação discursiva (ofício, carta comercial, relatórios etc.) (COSTA, 2008). Logo, a posição em que a empresa está mostrada é a de ineficiente e mentirosa, visto que objetivou ter lucros ao invés de uma melhor segurança de trabalho e também da comunidade na qual a empresa estava localizada.

Além disso, verificamos que as duas personagens apresentadas na charge são retratadas dos moradores do Córrego do Feijão, na qual os rejeitos atingiram com maior proporção. Eles estão sujos devido a essa lama tóxica, submersos até os joelhos e ao fundo podemos imóveis e objetos espalhados pelos os rejeitos.

Os olhos delas parecem estar semicerrados, indicando cansaço ou indiferença, a qual se faz sentido pois a leitura do bilhete indica qualquer medida tomada depois não adianta nada. Seus rostos estão inclinados para baixo, o que mostra insatisfação, já que também não há estampado nenhum sorriso, o que esse sentimento. Outro

aspecto mostrado nas personagens é o de que os olhos delas são vermelhos, talvez devido à lama tóxica, como também pode ser da tristeza de perderem familiares, amigos etc.

Assim, o autor se projeta nessa charge, marcando sua posição-sujeito inscrita na formação discursiva crítica aos atos dos diretores e empresários da Vale que, por sua vez, são evidenciados por meio do enunciado retomado de um *meme*, mostrando sua formação discursiva gananciosa e hipócrita, considerando o lucro acima da vida dos trabalhadores e do meio ambiente. Posto isso, continuaremos nossa análise com outra charge.

A charge de Latuff (2019)

Partiremos, agora, para o próximo excerto, a charge de Latuff (2019) que trata da tragédia em Brumadinho. Observemos abaixo:

Figura 03. Charge de Latuff.



Fonte: Disponível em: encurtador.com.br/ryO39. Acesso em 10 ago. 2019.

Considerando que são as mesmas condições de produção da charge anterior, podemos perceber nessa imagem dois homens trajados de roupa social preta com um cifrão (\$) em suas costas, ao fundo podemos ver os rejeitos inundando a cidade, arrastando casas, carros e até mesmo pessoas. O diálogo entre os homens, representados em primeiro plano, mostra que, ao invés de chamar primeiramente os bombeiros para efetuarem o socorro, é sugerido que se telefone para os advogados.

Vemos no canto superior esquerdo o enunciado “Enquanto isso em Brumadinho...” iniciando a nossa leitura da charge. Esse enunciado nos introduz ao que seguirá na continuidade da charge, assim como nas fábulas há “era uma vez”. Ainda é uma construção típica de histórias em quadrinhos: “Enquanto isso, em Gotham City”. Dessa forma, desloca o aqui-agora da narrativa para uma outra cena. Algo que também é muito mobilizado no cinema. Assim, surge um questionamento: há vilões e mocinhos nesta charge? Veremos a seguir.

O “enquanto isso” é a junção de conjunção *enquanto* e do pronome *isso* e é uma expressão usada para indicar outro fato que ocorre em outro lugar, mas ao mesmo tempo, ou seja, já aconteciam alguns problemas sociopolíticos no Brasil no início de 2019 e a falta de fiscalização das barragens aliada à pouca preocupação com o meio ambiente mostrada pelo Ministro do Governo completam esse cenário. Logo após o rompimento dessa barragem, não houve mudança de atitudes e o governo se mostrou pouco eficaz no salvamento das vítimas e na fiscalização das demais barragens e de empresas que exploram o meio ambiente. Dado esse fato, o sujeito-autor da charge utiliza essa expressão para situar o leitor que, além dos problemas que estão acontecendo como os problemas no cenário político (impeachment, ascensão da Nova Direita etc.), há outro em andamento.

Essas duas personagens personificam os empresários e/ou donos/sócios da mineradora. Dessa forma, fica pressuposta a preocupação em relação desastre ambiental, pois se sugere falar primeiramente com os advogados. Existe preocupação, só que não com as questões socioambientais, discursivizando, assim, os atos que a classe social rica tem em não respeitar as medidas de segurança, de proteção, pensando apenas em lucro, manutenção do mercado e na propriedade privada (bem como o cifrão representado em suas costas) até quando acontece um desastre como esse; logo, a primeira coisa a se fazer é se defender.

Como medida de segurança em um desastre, primeiro: chama-se profissionais que lidam com o salvamento, ou seja, nesse caso os bombeiros, pois seriam aqueles que poderiam resgatar pessoas em meio à lama tóxica, assim como vemos a sugestão de uma das personagens. Em contrapartida, como resposta da segunda personagem nota-se uma sugestão de eles se salvarem antes mesmo de buscar ajuda para os afetados pelo rompimento da barragem, ou seja, os advogados são o “socorro” e a

“salvação” dos empresários, visto que devem se salvar primeiro para depois salvar as vítimas.

O desastre de Brumadinho ocorreu por conta desse despreparo aliados a questões sociais, históricas e ideológicas ou até por falta de preocupação com as medidas de segurança. A Vale S.A. se mostrou negligente e se tornaram responsáveis por inúmeras mortes (não apenas humanas, mas também da biodiversidade). Portanto esse enunciado “liga primeiro pros nossos advogados”, um dito de outra forma como “erramos e precisamos nos defender”, mostrando uma culpa pelo acontecimento e a busca por uma defesa da responsabilidade do ato criminoso.

Ainda pela imagem, percebemos alguns contrastes como a maior parte do desenho está em branco, sendo apenas a lama tóxica e a vestimenta dos empresários tendo outra cor. Logo, o que chama a atenção à primeira vista são as cores; há uma ênfase no desastre, representado pela lama, e nos empresários, representados por duas personagens vestidas de ternos pretos.

Ademais, ligamos a noção de empresário a dinheiro, o que sugere o cifrão estampado nas costas deles. Há o contraste entre o preto dos empresários e o branco das vítimas, pois os moradores da cidade de Brumadinho e os trabalhadores dessa mineradora são vítimas dessa tragédia e muitos são contabilizados pelos noticiários apenas como números, enquanto os empresários e diretores são referenciados e não sofreram como as vítimas.

A charge de Duke (2015, adaptada para 2019)

Continuaremos, nesse momento, com outra charge produzida pelo cartunista Duke no período do desastre de Mariana (MG) e que foi adaptada para o desastre de Brumadinho. Vejamos abaixo:

Figura 04. Charge de Duke.



Fonte: Disponível em encurtador.com.br/cxHJY. Acesso em 10 ago. 2019.

Essa charge apresenta um homem com trajes de banho e óculos de sol sentado numa cadeira de praia nas margens do mar a qual pede ao garçom, formalmente vestido, para que sirva mais uma dose. Por este cenário, notamos que se trata de uma praia com uma areia branca e com apenas um banhista sendo servido por um garçom, referindo-se a uma praia estrangeira ou até mesmo uma praia privada⁹.

As relações de classes são representadas por relações de trabalho, sendo que uma personagem está deitada em uma cadeira de praia debaixo de um guarda-sol, aparentemente descansando de férias, e a outra está vestida de roupa social e gravata borboleta e está em pé, segurando uma bandeja e servindo vinho.

A bebida, aparentemente pela coloração, representa o vinho, colocado em uma taça. Todavia, a taça transborda o líquido e como vai derramando-se o vinho vai aumentando sua abrangência; aparecem também casas, árvores, veículos etc.

Levando em consideração as condições de produção, os desastres de Mariana e Brumadinho são muito parecidos, sendo que até a mesma charge pode ser usada nos dois momentos, mas, claro, ela mostra a ganância do empresariado igualmente nos dois casos. Está exposta em pequenos sintagmas a questão da riqueza nessa charge. Vemos um homem usando apenas um traje de banho, aproveitando um dia de sol na praia enquanto desfruta de uma taça de vinho. Em contraste com essa personagem, há uma personagem (um garçom) vestido formalmente e está servindo vinho na taça da personagem. Esse homem está trabalhando, diferente do outro que

⁹ Praias privadas são terrenos à beira-mar luxuosos, resultado da soma de exclusividade, calma e comodidade que proporcionam. Estes paraísos destinados para poucos são normalmente administrados de três maneiras: por redes hoteleiras, grupos que cobram uma taxa de acesso e milionários donos de suntuosas residências à beira-mar. Disponível em: encurtador.com.br/tCKOS. Acesso em 08 set. 2020.

está aproveitando o que parece ser um dia de folga. O vinho que derrama da taça e vai se tornando na lama da barragem que assolou a cidade.

Percebemos as diferenças entre o empresariado que, com o rompimento da barragem, mostra-se despreocupado e continua aproveitando seu dia e os demais moradores, operários da mineradora, morreram com o desastre. Sendo assim, ainda vemos que as diferenças estampadas pelos tamanhos das personagens, pois o homem-empresário é maior do que a lama e os demais objetos presentes nela. Isso, também, pode evidenciar a maneira que o homem rico é representado em relação aos demais, como um superior e maior que os outros.

Observamos, ainda, o olhar de espanto do garçom ao ver o que escorria da taça que servia. Seu olhar é de espanto, assim como muitos outros trabalhadores se espantaram ao ver a notícia do rompimento da barragem nas mídias. A única personagem que não mostra preocupação é o homem rico sentado, como já dito anteriormente.

Portanto, além de essa charge evidenciar a exuberância da vida luxuosa que alguns empresários levam, também figura a despreocupação em relação aos demais, os quais, nesse caso, são os trabalhadores e os moradores de Brumadinho. Ademais, o rompimento da barragem em Mariana não atrapalhou e nem preocupou as escolhas que os diretores e o presidente da Samarco e da Vale faziam, bem como evitar outra tragédia como a de Brumadinho. Assim, a charge ressalta a arrogância e o desprezo que os empresários têm no que tange aos demais.

Considerações finais

Expostas as análises, analisamos que o discurso chargístico traz, na sua construção, marcas discursivas cristalizadas como trabalhador-vítima, empresário-ganancioso, de atravessamento de um discurso outro e de falhas na interpelação ideológica que permitem novas conexões entre história e linguagem e multiplicam as perspectivas de leitura e resignificação (PILLA; QUADROS, 2009, p. 13). Os efeitos de sentido produzidos pelas charges nos quais envolvem acontecimentos ancorados em formação discursiva crítica. Portanto, o humor contido nessas charges, muitas

vezes, disfarça o objetivo ideológico com o estímulo ao riso (PILLA; QUADROS, 2009, p. 13).

As charges expostas sobre a tragédia de Brumadinho reafirmaram as mesmas questões: poluição, morte, exploração, ganância que orbitam um imaginário comum, bastante repetitivo das notícias desse fato. Dessa forma, esconde seus posicionamentos ideológicos por meio de elementos discursivos. Dadas as condições de produção imediatas, o cartunista constrói seu discurso em razão dos já-ditos, pois o tema abordado nas charges dialoga com outras; o jogo de sentidos que o discurso chargístico constrói em um mosaico de discursos ditos anteriormente em outras condições de produção, como uma trama construída a partir de registros históricos, sociais e ideológicos que reclamam novos sentidos (PILLA; QUADROS, 2009, p. 13).

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'État: notes pour une recherche*. Paris: Les Éditions sociales, 1976, 172 pp.
- COCCO, Giuseppe. La catastrophe du rio Doce, le Tchernobyl brésilien. *Multitudes*, n. 62, été, 2016. Disponível em: <<https://www.multitudes.net/la-catastrophe-du-rio-doce-le-tchernobyl-bresilien/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2008.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas: O Eu e o Id "autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. Tradução de Paulo Cezar Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2011. v. 16.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed., Pontes Editores, Campinas, SP. 2015.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. *Discurso e Textualidade*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi, 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- PILLA, A.; QUADROS, C. B. de. *Charges: uma leitura orientada pela Análise do Discurso de linha francesa*. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação. ISSN 1981-9943. Blumenau, v. 3, n. 3, p. 226-239, set./dez. 2009.

SILVA, Jordana Ferreira da. *Da especialização produtiva ao rompimento da barragem de fundão: uma análise da resiliência econômica para o município de Mariana/MG*. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

Recebido em: 28/10/2020

Aceito em: 21/01/2021

For the right and proud to be heterosexual on the Third Sunday of December: an analysis of the bill number 1.672/2011, by Eduardo Cunha

Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro: uma análise do projeto de lei número 1.672/2011, de Eduardo Cunha

Heliton Diego Lau¹

Abstract: Studies and discussions about the community of asexual, lesbian, gay, bisexual, transvestite, transgender, transsexual, queer, intersex and more communities – ALGBTQI+ – raise questions about the cis-heteronormative positioning of/in society, bringing discussions about (a)sexualities and gender identities in order to (dis)build the imposed binarism. In response to these (dis)constructions, conservative sectors of Brazilian society launch bills to “protect” heteronormativity. The corpus of this article is composed of the bill 1.672/2011, by Congressman Eduardo Cunha. The goal is to establish the third Sunday of December as “Heterosexual Pride Day”. When analyzing the discursive sequences of the justification of the bill, it is observed how homosexual and heterosexual identities are constructed in the dimension of citizenship.

Keywords: citizenship; discrimination; discourse; bill; silencing.

Resumo: Os estudos e discussões acerca da comunidade de assexuais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, queer, intersexo e mais – ALGBTQI+ – levantam questionamentos a respeito do posicionamento cis-heteronormativo da/na sociedade, trazendo discussões a respeito das (a)sexualidades e identidades de gêneros a fim de (des)construir o binarismo imposto. Como resposta a essas (des)construções, setores conservadores da sociedade brasileira lançam projetos de lei a fim de “proteger” a heteronormatividade. O corpus deste artigo é composto pelo projeto de lei 1.672/2011, do deputado federal Eduardo Cunha. O objetivo desse projeto é estabelecer o terceiro domingo de dezembro como o “Dia do Orgulho Heterossexual”. Ao analisar as sequências discursivas da justificativa do projeto de lei, observa-se como são construídas as identidades homossexuais e heterossexuais na dimensão da cidadania.

Palavras-chave: cidadania; discriminação; discurso; projeto de lei; silenciamento.

Introduction

French Discourse Analysis, introduced in the 1960's by Michel Pêcheux's studies in France, brings up the argument that Linguistics was neglected as a subject, history and

¹ Graduado em Letras Inglês pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, especialista em Educação Especial com Ênfase em Libras pelo Instituto Superior de Aprendizagem Multidisciplinar - ISAM, e mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade, na área de Linguagem, Identidade e Subjetividade, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa — UEPG e doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de Estudos Linguísticos, seguindo a linha de pesquisa Linguagens e Práticas Sociais.. E-mail: heliton.diego@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9085-0495>.

ideology. This course is based on Linguistics, Historical Materialism, Theory of Discourse and works with discursive runs.

Research done in French Discourse Analysis introduces a relation genre and discourse, because they work with the reality in their historical and political discontinuities: as the issue of feminism (SERAFIM, 2016; LIMA & ZOPPI-FONTANA, 2016; ZOPPI-FONTANA & OLIVEIRA, 2017), the language about genre (GARCIA & SOUSA, 2016; MEDEIROS, 2016; ZOPPI-FONTANA, 2015) and about the LGBT community (DOMINGOS, 2015; FERREIRA-CASSANA, 2006; KRONKA, 2000). The opening for studies of discourse that encompass questions of gender and sexuality, the asexual, lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, intersex and more communities (ALGBTQI+) have become the object of discussion and gained visibility in soap operas, television shows, political speeches etc. These changes result in making diversity more popular among people, seen in the way dress, behave and relate to others. Thus, a disruption of the binary, i.e. a (de/re)construction of the imposition of ALGBTQI+ communities through a cis-heteronormative and sexist vision, that determines which features apply to each gender identity and/or sexual identity, shows that identity is not attached to our sexuality (BUTLER, 2003). This visibility and consequent rupture led heterosexual people to wonder about their own sexual identity and the political issue of pride, because non-heterosexuals and/or non-cisgender people celebrate pride around the world.

This paper aims to discuss the discourse of justification of the bill number 1.672/2011 that “Establishes the ‘Heterosexual Pride Day’ to be celebrated on the third Sunday of December” authored by Eduardo Cunha, Congressman of the Party of the Brazilian Democratic Movement to identify the linguistic mechanisms of the terms heterosexual and homosexual and how they are built into the corpus.

Literature review

French Discourse Analysis in Brazil, based on studies of Michel Pêcheux, is composed by three fields: the path of History, Historical Materialism, in which the history, as well as the language, is not transparent, the subject makes history (ORLANDI, 2006); the path of Linguistics, in which “[...] language is not transparent, but opaque” (MARIANI, 1996:29, translated by me), i.e. it is possible to see the words, but not necessarily in the

way that the speaker thinks it is interpreted, the theory of Syntactic Processes; and, finally, through Subject, in that he is “[...] eccentric, as he is affected by the real language and also by real history, not having control over the way they affect” (ORLANDI, 2013:20, translated by me), that is, the Theory of Discourse.

This discipline of inset arose in 60’s, in France, at a time when there was a series of strikes protests, riots and demonstrations. Some countries, highlighted France, deviated to the left, on the political issue. In that same decade, feminism and civil movements came up positive to the ALGBTQI+ communities.

It is in this socio-historical context that Michel Pêcheux begins his collaborations. French Discourse Analysis, “[...] reflects critically the relationship between logic, Philosophy and language to build the foundations of discourse analysis in Historical Materialism and proposes a materialistic perspective of language practices in particular the training of discursive processes” (CAZARIN, 1995:3-4, translated by me). French Discourse Analysis, “while a hybrid knowledge area, whose objects refer to the relationship between knowledge and fields of the science of language, Sociology, Social Psychology and History, emerges in the French scene in the late 60’s [...]” (ZANDWAIS, 2011:48, translated by me).

French Discourse Analysis has an eminently political character since it analyzes politically and ideologically oriented discursive practices and their nuances. Therefore, we can say that politics and discourse are inseparable. “When we talk about discourse, therefore, we are reporting from the material aspects to the ideology, namely, in the meeting off language and ideology” (MARIANI, 1996:26, translated by me).

The sense of a discourse is given only when this is inserted between other discourses, that is, with which it comes about and agrees or disagrees, composing a network of discourses that, together and connected by similarity or difference, can provoke senses.

The ideology “[...] is the condition of the constitution of the subject and of the senses” (ORLANDI, 2013:45, translated by me), given that the human being is taken to interpret any symbolic object in order to “clarify” the meaning of words and things.

The meaning of a word erases its material character, causes it to be perceived as something that refers to different discourses. “The words get their senses of discursive formations in their relations” (ORLANDI, 2013:46, translated by me).

In saying certain statements, others are silenced. Understanding that this is a silencing which comes from studies about forms of silence. “[...] there is a way of being in the sense [...]. The words themselves exude quiet” (ORLANDI, 1993:11, translated by me). This means the silence does not speak it means. This silence, however, differs from Ducrot’s conception about the implicit. Unlike the implied meaning, it “appears and sometimes give as superimposed on another meaning. [...] the sense of silence is not something together, overlapped by the intention of the interlocutor: there is a sense in the silence” (ORLANDI, 1993:12, translated by me). That is, through this conception, Orlandi (1993) argues that we need to avoid that presumed silence in order to assign it a metaphorical sense in relation to the meaning.

The silence founder, in the design of Orlandi (1993) does not refer to the lack of sound and/or words. In the words of the author, this is the “principle of all meaning. This silence has to do with the ‘place’ that allows the language to mean” (ORLANDI, 1993:70, translated by me). As that silence is not the absence of sounds, words, this is taken as meaning, like history.

The politics of silence or silencing “[...] is defined by the fact that when you say something erased necessarily other way possible, but in a given discursive situation” (ORLANDI, 1993:75, translated by me). It is subdivided into two forms: the first, as of incorporation, i.e. “you say ‘x’ not to (let) say ‘y’, being this the sense to dispose of what was said. It is the unsaid necessarily deleted” (ORLANDI, 1993:76, translated by me); and the second, called local silence, which is forbidden to say. “This is the quiet in the form, it is a circumscribed policy strategy of policy: is the production of banned” (ORLANDI, 1993:76-77, translated by me).

There was a censorship based on Medicine discourse with a relationship to the Religious discourse about the ALGBTQI+’s relationship. It was made to prove that homosexuality was a disease possible to be healing with psychological therapies (FERRARI, 2005), being also called “homosexuality”. Due to different discourses, homosexuals were considered abnormal, and the word “homosexuality” considered negative.

For many years the silence was imposed to the homosexual, a silence that does not put them just outside the heterosexual society, but he was as a criminal-sinner-sick

subject, from the discourses that could give him direction. And he made no sense if this was not this place already established (SOARES, 2006:20, translated by me).

The human being to be in silence cause a certain “discomfort”: “When someone picks up in silence, rearrange, change the ‘expression’, the gestures. Searches have an expression that ‘speaks’. It is the visibility (readability) that configures and sets up. The language is to assure, unify the sense” (ORLANDI, 1993:36, translated by me). That is, the relationship with the language is important to make the human being visible. The subject does not support the absence of words, need to silence talk, according to the author.

Methodology

From the perspective of French Discourse Analysis, “[...] it is the mode of operation of language, without forgetting that this is not a fully working languages, since it is a part of the conditions of productions, which represent the mechanism to place the protagonists and the object of discourse” (FERREIRA, 2000:29, translated by me).

Considering that “the analysis of discourse aims at completeness ‘horizontal’, in extent, but yes, a completeness ‘vertical’, in depth, considered in relation to the objectives of the analyst” (ORLANDI, 1996:157, translated by me), the corpus of this work consists of the justification of the bill number 1.672/2011 establishing the “Heterosexual Pride Day” to be celebrated on the third Sunday of December.

According to Courtine (2014:54, translated by me): “the establishment of a corpus is discursive, in fact, an operation that is to perform, by means of a material device in a way that odds are issued in the definition of the goals of research”. Through discursive sequences (DS), I show how Eduardo Cunha addresses homosexuality and heterosexuality as part of citizenship.

Eduardo Cunha’s justification

The bill under discussion was written by Congressman, Eduardo Cunha, proposing to establish the “Heterosexual Pride Day” to be celebrated on the third Sunday of December.

DS 1: This proposal aims to protect rights and guarantees to heterosexuals to demonstrate and have the prerogative to be proud of it and not to be discriminated against for it (BRASÍLIA, 2011:1, translated by me).

The author marks in this DS, the objective of this bill: “to protect rights and guarantees” already provided to the heterosexual community. There is also the possibility to think about it, considering the purpose of the bill, that it will soon be forbidden to be heterosexual in Brazil. The possibility of heterosexual people “manifest”, seen as a right and a guarantee, assumes that heterosexual people are running the risk of not being able to get out the street, kissing in public anyway, and off being oppressed; it also works as a positioning against homosexual. The ALGBTQI+ communities do parades, go to the streets asking for rights and mobilizations against prejudice. The author of the bill alludes to actions that the ALGBTQI+ communities already does. It is up to illustrate that in Brazil there was already the “Heterosexual Pride Parade”, being the first to be held on June 17th, 2007 in São Paulo, and was attended by 30 people, and can be interpreted as a response to the ALGBTQI+ communities struggle for equality issue since there is already a “Gay Parade”, according to Folha de São Paulo². Therefore, the point of this first Parade does not move away from the goal of Cunha’s bill, showing the presence of interdiscourse in this DS, related to the discourses of ALGBTQI+ communities. “In this text itself, in its constitution, there are interpretive gestures that show the positions of the subject who produced it. Understanding means to clarify the interpretation of the gestures made by the subject, these gestures are including in the text” (ORLANDI, 2012:171). That is, Cunha uses arguments, positions from ALGBTQI+ communities to justify the creation of the law aimed at heterosexuals.

This constitutive discursive memory, we call interdiscourse. Its face, the directions in which stabilizing senses move. One thing or another the stabilization or processing will depend on the nature of the act of interpretation produced, the position of the subject his/her affiliation to the interdiscourse. In this functioning of interdiscourse, oblivion is fundamental. Because we forgot that the senses can be other (ORLANDI, 2012:171-172, translated by me).

² FOLHA DE SÃO PAULO. *Parada Hétero pede “liberdade” e critica dinheiro público na Parada Gay*. Available on: <<https://bit.ly/2JoiPgH>>. Access: March 16th, 2016.

So, if the bill were approved, the heterosexuals could be proud of what they are, show their sexuality. That way, they could go out on the street, kissing in public, without fear, because the Congressman is working to ensure that heterosexuals are not “discriminated against”. In saying this, Eduardo Cunha assumes this community, based on their sexual orientation, are victims of prejudice, a possible “heterophobia”, meaning that it comes from the discourses on discrimination to gays, which are dead, beaten because of their sexual orientation. “As interdiscourse memory’s historicity, the relationship with exteriority extends, opens to the other directions, disperses, sets in motion” (ORLANDI, 2012:172, translated by me). That is, once again, the Congressman dates to situations that occur/occurred with ALGBTQI+ communities’ members and the back to the heterosexual community.

The discourse is constitutively heterogeneous. Even though the heterogeneity cannot be located, it is constitutive. There is no discourse that is “pure”, that is constituted and closes by itself. In this DS you can clearly see the silencing of homophobia because it assumes that heterosexual people are victims of a society that oppresses them. What the Congressman is saying is that the standard has been the homosexuality. Heterosexuality, in a way, is not mentioned, because it is set to something that should be seen as “normal/natural”, so the bill, to ensure the “demonstration” can be linked to the prejudice against homosexuals. Few people need to assert their heterosexuality because the pre-built (PÊCHEUX, 1995) that prevails is that when the person does not claim his/her sexuality (SILVA, 2000), it is assumed that this is different from the other, heterosexual sexualities, it is from the Other that the sexuality is named. In other words, the Congressman makes a “vitimism” from the fact that a person “is heterosexual”, because there is no news or data on the internet to allow heterophobic violence in Brazil in recent years.

As for the bill of Eduardo Cunha, concerning the manifestation of the heterosexual community, which has never been prohibited, as a heterosexual couple can kiss publicly without being overwhelmed by the population in general, considering that this is a more powerful group, reminding that this power is historically constructed, contrary to what occurs with people ALGBTQI+.

It is easy to conclude that in these processes of identities recognition there is at the same time, the attribution of differences. All this implies the

imposition of inequalities, of systems, hierarchies, and is undoubtedly a closely interwoven tapestry of power circulation in society. The recognition of “the other”, that he/she does not share the attributes we possess, is made from the social place we occupy. More broadly, the companies perform these processes and, then, build paths and contours of the borders between those who represent the norm (which are in keeping with their cultural patterns) and those that remain outside its banks (LOURO, 2007:15, translated by me).

The heterosexual population Congressman’s bill will manifest themselves about their sexuality which is considered “natural” and will show the power relations at the expense of non-heterosexual orientations by erasing them and excluding historical ALGBTQI+ movements fought and still fight to become visible in society.

[...] censorship is not a fact of individual consciousness of the subject, but a fact that happens in discursive limits of different discursive formations that are compared. This is a process of identification and relation to the subject’s relations with the speakable. In this perspective, there is no self-censorship. Censorship always puts an “another” in play. It always takes place in the relationship of say and cannot say, say “other” and say the “another”. It’s always about a discursive another, that on censorship, have the function of limit a subject or not allowed to say (ORLANDI, 1993:107-108, translated by me).

This is about the “proud”, since this happens when there is violence against the “different”, the “other” subject. In addition, as there is no data about the “discrimination” suffered by heterosexuals, which is referred in DS 1 of this bill, this could, considering the conditions of production, be interpreted as “victimism”.

DS 2: At the time, these discussions about prejudice against homosexuals, end up creating another type of discrimination against heterosexuals and, furthermore, the stimulation of “gay ideology” outweighs any fight against prejudice (BRASÍLIA, 2011:2, translated by me).

The issue of “stimulation of gay ideology” refers to the “Brasil sem Homofobia” Program, launched in 2004, which aimed to combat violence and prejudice against the ALGBTQI+ communities. The material was to be distributed in schools across the country

by the “Fundo Nacional de Educação Básica”. A controversy, however, prevented it to be distributed. In 2011, shortly before being printed, conservative sectors of society and the National Congress made a campaign against the project, claiming that the “gay-kit”, as it became popularly known the material would be responsible for “encouraging homosexuality (sic) and promiscuity”.

This can also be understood as the idea that being non-heterosexual and/or non-cisgender people can be propagated, disseminated and advocated, so that other people will want to join the homosexuality, as if this was not a social, cultural and subjective construction, but something formally learnt or stimulated. The Congressman does not speak of the “stimulation of hetero ideology”, which indicates that he believes to be something natural, that it is independent of defense or stimulus. “[...] all of this is determined outside of the subject” and “it is more spoken than it speaks” (AUTHIER-REVUZ, 1990:26, translated by me).

DS 3: The goal here is the free manifestation of families of those who respect the sexual options of whoever but want to make their option clear and will not be ashamed of it. Soon the heterosexuals will become the media propaganda to reactionaries, and we cannot have our family being vaunted option with pride (BRASÍLIA, 2011:2, translated by me).

When Eduardo Cunha says something concerning the family in justification of a law on the “hetero pride”, he makes an association between heterosexuality and the ability to start a family, causing a silence of other forms of families, leading to a deletion of these, and therefore to a decrease of his visibility in the struggle for rights. “[...] the otherness is a constitutive part of the say that limits and regulates the discourse always crossed by ‘others’ discourses. That is how you do the necessary linguistic relationship with the ideological: the senses have no owners” (ORLANDI, 1993:139, translated by me). This discursive formation also relates to Religious discourse, commented on the analysis of DS above, about the creation of humans according to the vision of God. Remembering that homosexual couples can generate biological children, being one of the members, a trans person. For example: a cis gay man and a trans gay man; a cis lesbian woman and a trans lesbian woman. It is possible to notice the “respect” you have regarding the non-heterosexual, however, again, seeing this as a choice.

Unlike discourses that suggest that balances to homosexuality, as seen in the DS the Congressman proposes, as a way to fight prejudice, fight for the right to declare your

heterosexuality and not be ashamed of it, using, therefore, terms used by ALGBTQI+ activists, like there is an oppression against heterosexuals.

The negotiations that the speaker sets between its own discourse and the discourse of the other is the movement that changes what you say through your marks and that who assumes a responsive attitude, towards Bakhtinian, the discourse is built by crossing other discourses (COSTA, 2014:60, translated by me).

In this sense, Cunha puts the “gay ideology”, by suggesting that the heterosexual community suffers by imposing an ideology that worships only homosexual pride. In this way, the Congressman makes use of discourse in which non-heterosexuals and/or non-cis people feel embarrassed due to heteronormative discourse, “reversing” the solution. Once again, he causes a silencing to homosexuals, or even makes a mockery of the struggle for these rights and freedom to express their identity, he disqualifies this fight.

The discursive formations are seen in the background of the bill of the Congressman concerning the “oblivion” (PÊCHEUX, 1995) of discourses delivered by ALGBTQI+ activists in every DS analyzed. Cunha speaks about the family in order to enhance the “traditional” model: man + woman = children, bringing the issue of reproduction by way of argument, but also reaffirming how taboo the issue of sex for pleasure which the “traditional” family takes to the house (FOUCAULT, 1988).

Conclusion

To support the analysis of the justification of the bill from the perspective of French Discourse Analysis, the “[...] researcher affiliated with discourse analysis is not out of history, of the symbolic or ideology. He puts himself in a position that allows offset to observe the process of production of senses and their conditions” (SOARES, 2006:12, translated by me).

It is seen that in the justification of the bill reviewed on the creation of the “Heterosexual Pride Day”, taking into account the subject who wrote it is positions and the people who “bet” (CHARAUDEAU, 2008) in the politicians about the ideas for the acts of language it is possible to you propose the following equation: bill + heterosexual =

prejudice against non-heterosexual people, because the justification criticizes the ALGBTQI+ communities.

The homosexual subject, in the justification of the stereotypical bill:

[...] the stereotype, like the cliché, depends on the interpretative calculation of the alocutor and his encyclopedic knowledge. For the analysis of discourse, it constitutes, with the topoi or common places, one of the forms adopted by the doxa, or set of shared beliefs and opinions that underlie communication and authorize verbal interaction. This commonsense knowledge, which includes the evidence of exchange partners [...] varies according to the time and culture. It appears in the light of ideology for certain currents that exercise the ideological analysis of discourses – the stereotype is thus related to the pre-constructed [...] (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014:215-216, translated by me).

In Cunha's bill, discursive formations related to law, religion and medicine were observed. It is noted that these discourses are intertwined during all the justifications referring to their positions on the theme. In other words, through medical-religious discourse, they justify the creation of the “Heterosexual Pride Day”.

It is constructed as the one who should feel satisfied with anonymity, be happy in a relationship confining it to private environments, namely, the discourse of justification of this bill sets up a hierarchical relationship between heterosexuals x homosexuals.

When the congressman speaks of the rights of the homosexual community, as if they were privileges suggests that, with the creation of the law, the heterosexual community would have its rights guaranteed. Thinking of “Heterosexual Pride Day” as a “response” to “Diversity Parade” and “Gay Pride Day”, it is inferable that since the ALGBTQI+ community has a day for them, the heterosexual community has the right to one day for itself as well. Considering the conditions of production and the position of the subject, this is “equality”. However, Cunha “forgot”, and this forgetfulness has no relation to the neurological capacity (PÊCHEUX, 1995) that the Parade of Diversity and the “LGBT Pride Day” are symbolic milestones against the prejudice suffered by the ALGBTQI+ community.

REFERENCES

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Caderno de Estudos Linguísticos, 19. Campinas, IEL. 1990.
- BRASÍLIA. Câmara dos deputados. *Projeto de lei 1.672, de 2011*. Institui o Dia do Orgulho Heterossexual, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro. Available on: <<https://bit.ly/2FDXaMN>>. Access on June 25th, 2018.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble*. 2 ed. United States: Routledge, 2003.
- CAZARIN, Ercília Ana. A propósito de uma introdução para a análise do discurso da escola francesa. *Cadernos da UNIJUÍ*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1995.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modo de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EDUFSCar, 2014.
- DOMINGOS, José Josemir. *Do armário ao altar: a constituição do sujeito homoafetivo no discurso midiático*. Paraíba: Marca de Fantasia, 2015.
- FERRARI, Anderson. *Quem sou eu? Que lugar ocupo?* Grupos gays, educação e a construção do sujeito homossexual. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas-SP. 2005.
- FERREIRA, Lucimar Luisa. *O índio Umutina no discurso do contato: silenciamento e resistência*. 97 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas-SP. 2000.
- FERREIRA-CASSANA, Mônica. *Corpos impossíveis: a (des)ordem do corpo e a ambivalência da língua no discurso transexual*. 2016. 164 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. *Línguas & Letras*, v. 17, p. 86106, 2016.
- KRONKA, Graziela Zanin. *A homossexualidade nas bancas de jornal: a enunciação do “assumir-se” homossexual na imprensa especializada*. 2000. 139 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- LIMA, Valquíria Botega de; ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Mulheres, periferia e agenciamento enunciativo: análise de uma letra de música. *Intersecções*, v. 2, p. 123-155, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 7-34

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 1996.

MEDEIROS, Laís Virgínia Ales. *Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero*. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-31.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11 ed. São Paulo: Pontes: 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2 ed. Campinas, SP. Pontes: 2012

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi; et al. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

SERAFIM, Cássio Eduardo Rodrigues. *A constituição de identidades de mulheres: práticas discursivas e relações de poder*. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2000.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. 235 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ZANDWAIS, Ana. Como os domínios da filosofia da linguagem e da semântica contribuíram para delimitar o objeto da Análise do Discurso. *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 47-62, 2011.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. *Língua e instrumentos linguísticos*, v. 36, p. 221-243, 2015.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela; OLIVEIRA, Sheila Elias de. La place et la parole des hommes féministes dans les réseaux sociaux numériques au Brésil. *Argumentation & Analyse du Discourse*, v. 18, p. 1-24, 2017.

Recebido em: 07/10/2020

Aceito em: 08/12/2020

Discurso e resistência: os efeitos de sentidos sobre a homofobia em *Quebrada Queer*

Discourse and resistance: the effects of sense about homophobia in Quebrada Queer

André Luís Tose Gomes¹

Élcio Aloisio Fragoso²

Resumo: O presente artigo, filiado ao aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso de Pêcheux e Orlandi, propõe pensar os efeitos de sentido sobre a homofobia em *Quebrada Queer* - rap lançado pelo grupo de mesmo nome em 2018. Vale-se principalmente do conceito de Resistência, conforme as formulações teóricas de Pêcheux (1990), Orlandi (1998) e Lagazzi (2020) para analisar as relações entre resistência e homofobia, uma vez que o rap em questão se organiza e funciona como um discurso de resistência. No curso da análise, são movimentadas questões como homofobia e silenciamento para compreender as relações entre resistência e homofobia no discurso analisado. Tal análise considera, por fim, que a resistência é um processo complexo definido pela ideologia e pela história e que a música e o grupo são considerados como partes de um processo resistente, e, por isso, entende-se, a partir do que diz Pêcheux (1990), que as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um "outro mundo", anterior, exterior ou independente.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Homofobia; Resistência; LGBTQIA+.

Abstract: In order to think the effects of sense about homophobia in *Quebrada Queer* – rap song released in 2018 by a rap group named as the song – this paper works with the theoretical-methodological apparatus of Pêcheux's and Orlandi's Discourse Analysis. It mainly uses the theoretical resistance concept presented in Pêcheux's (1990), Orlandi's (1998) and Lagazzi (2020) to analyze the intended relations, considering the rap song as a resistant discourse. The article addresses issues such as homophobia and silencing in order to understand the relations between resistance and homophobia and concludes that resistance is a complex process defined by ideology and history. It also considers that both, the rap song and the rap group, are part of a resistance process, which is only possible because it understands, based on Pêcheux (1990), that dominated ideologies are formed *underneath* ideological domination and *against* it, not on "another world", previous, external or independent.

Keywords: Discourse Analysis; Homophobia; Resistance; LGBTQIA+.

Como história e sujeito, quando se trata de linguagem, estão sempre em movimento, a resistência aparece, como dissemos, exatamente onde há censura. (Eni Orlandi)

¹ Graduado em Letras – Língua Portuguesa pela Fundação Universidade Federal de Rondônia. E-mail: andretosegomes@gmail.com.

² Doutor em Linguística (UNICAMP). Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia. E-mail: elciofragoso@unir.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6807-7851>.

Considerações iniciais: o movimento de escrita e análise

A Análise de Discurso, desde sua constituição, se estabelece numa posição de resistência. Em tempos de discursos autoritários e da desvalorização do conhecimento científico, resistir é necessário e urgente. Resistindo também há décadas está a periferia e a comunidade LGBTQIA+.

LGBTQIA+ é uma das siglas mais abrangentes para tratar da comunidade de pessoas que não se enquadram no padrão de gênero, sexualidade e identidade de gênero, isto é, nas formações discursivas e ideológicas dominantes em nossa formação social. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e Assexuais é o que o acrônimo representa, incluindo outras especificidades no símbolo de adição. Comumente, no Brasil, usa-se somente LGBT por questão de facilidade, de popularização e de políticas de invisibilização. Independentemente da sigla, o resultado é ainda um “termo guarda-chuva” que abriga tantas outras questões relacionadas a identidades e sexualidades que diferem dos padrões da cisgeneridade e da heterossexualidade. A população LGBTQIA+ é hostilizada desde que a heterossexualidade foi consolidada como a única expressão possível de sexualidade “saudável”, bem como o binarismo de gêneros passou a ser a “norma”. Desde então, em nível mundial, coube aos “anormais” a margem da sociedade, a periferia do sistema que os descaracteriza e os desumaniza. A luta, portanto, é parte inerente da vida destes excluídos e marginalizados. Resistir é preciso para se manter vivo, para se significar. Às minorias a luta pelo direito de existir e viver integrado na sociedade é antiga. Atualmente, essa luta está incrementada com demandas pela igualdade de direitos civis, o direito de se expressar e de expressar sua identidade, afetividade e sexualidade livremente.

A diferença que este trabalho procura produzir em relação aos estudos realizados acerca desta temática, já bastante pesquisada em outras áreas, reside justamente na perspectiva teórica adotada que, em linhas gerais, entende que esta problemática é uma questão histórica e ideológica e por isso a filiação à disciplina da Análise de Discurso é fundamental para o seu desenvolvimento.

Desse modo, a resistência, de nossa perspectiva, não é meramente uma questão de “opor-se a algo” (LAGAZZI, 2020). Nos trabalhos dessa autora, encontra-

se um esforço teórico de diferenciar resistir de “opor-se a algo”. A resistência é uma questão de linguagem, de sujeito (que pressupõe, segundo a formulação de Althusser (1985), o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia). É dessa resistência histórica e simbólica que este trabalho tratará e não de um sentimento que germinou independentemente na consciência do indivíduo, isto é, não é se trata de uma “resistência voluntarista” (LAGAZZI, ONLINE, 2020).

Para compreender a resistência neste contexto é necessário considerar que a ela só existe a partir da relação entre processos de dominação, a partir de uma ideologia dominante e outra ideologia dominada. Pêcheux (1990) critica o modo de se conceber as ideologias dominadas, nos discursos revolucionários, concebidas como germes reprimidos e abafados pela ideologia dominante. E o autor questiona:

Conceber assim as ideologias dominadas não seria se expor a atribuir a cada grupo sócio-histórico “sua” ideologia, como um trás-mundo submetido *somente* a uma dominação externa, e cegar-se ante o fato de que toda dominação ideológica é antes de tudo uma dominação interna, quer dizer, uma dominação que se exerce primeiramente na organização interna das próprias ideologias dominadas? (PÊCHEUX, 1990, p. 16).

Ainda segundo Pêcheux, “*as ideologias dominadas existem, e não são o puro reflexo da ideologia dominante. Por outro lado, o plural manifesta que elas não constituem tampouco o seu inverso simétrico*” (1990, p. 23).

Por ser uma disciplina originada na fronteira, na margem de outros conhecimentos e enxergar a produção de sentidos de uma maneira tão complexa, a Análise de Discurso é bastante apropriada para trabalhar com o tema pretendido. O presente trabalho consiste na análise da música *Quebrada Queer*³, um rap composto pelo primeiro grupo LGBTQIA+ de rap do Brasil, Quebrada Queer⁴.

Inserida nesta formação de tensão fronteira da própria Análise de Discurso, o *corpus* é analisado levando em consideração a tensão envolvendo o rap e a homofobia. O rap, a voz da periferia que ganha espaço nas denúncias da

³ Música de grupo homônimo cujo clipe contava com mais de 3.800.000 visualizações no canal Rap Box no *Youtube* e quase 2.000.000 de reproduções no serviço de *stream* de músicas *Spotify* até o dia 08/10/2020.

⁴ Grupo LGBTQIA+ de rap formado por Murilo Zyess, Tchelo Gomez, Guigo, Apuke, Harlley e Lucas Boombeat. Enquanto na música apenas os homens cantam, Apuke é mulher e produtora, estando presente inclusive em outros vídeos do grupo.

desigualdade social e dos problemas sócio-políticos vividos por essa população marginalizada, portanto, uma minoria social. E a homofobia, uma realidade vivida pela comunidade LGBTQIA+, todavia, não limitada a ela que é denunciada na música em um movimento duplo: tanto o preconceito e a rejeição sofridos perante a sociedade geral, quanto pela comunidade do rap.

Embora pareça estranho, assim como o machismo não prejudica apenas as mulheres, a homofobia não é limitada a homossexuais. Além do fato de que homens heterossexuais podem sofrer agressões verbais ou físicas por não performarem certo tipo de masculinidade desde criança, existem casos de agressões físicas graves direcionadas a homens heterossexuais que são “confundidos” como homossexuais, o que por si só já revela uma característica muito frágil de como a homofobia é justificada. Borrillo aponta que “Nas sociedades profundamente marcadas pela dominação masculina, a homofobia organiza uma espécie de ‘vigilância do gênero’ pois a virilidade deve se estruturar não somente em função da negação do feminino, mas também da rejeição à homossexualidade” (2009, p. 22). A título de exemplificação, trazemos os casos de Jefferson Schiavone, homem heterossexual que em agosto de 2020 foi agredido em casa enquanto jantava com um amigo homossexual (GUIA GAY BRASÍLIA, 2020). Outro exemplo é o caso de pai e filho que foram agredidos por sete homens em julho de 2011 por andarem abraçados na rua. O pai teve parte da orelha decepada (SIMIONATO, 2011).

A Universidade, como a instituição que, na nossa formação social atual, é responsável pela manutenção da ciência na sociedade, tem, há algum tempo, discutido alguns aspectos das minorias por meio do aparato metodológico-acadêmico que lhe é devido. A realidade, porém, é que uma minoria da comunidade, especialmente a população representada pela letra T – travestis, transexuais e transgêneros – tem acesso à Universidade. O que resulta, sumariamente, em abordagens guiadas pelo olhar de alguém externo às realidades das minorias estudadas, tratando-as, comumente, como meros objetos de estudo, como números e estatísticas e não como sujeitos ativos e parte de uma sociedade complexa. Dessa forma, entende-se que os conceitos de sujeito, de ideologia, de discurso, de língua, de história, de resistência, entre outros, tais como são concebidos na disciplina da

Análise de Discurso possibilitam uma compreensão mais consequente sobre esta questão.

Importante apontar que *minorias* são compreendidas aqui não como um grupo numericamente menor, mas como pertencentes a um lugar diferente nas relações de poder, conforme aponta Orlandi (2016) enquanto dialoga com Sodré (2005):

“um dispositivo simbólico com uma intencionalidade  tico-política dentro da luta contra-hegemônica”, diz ele. Eu diria, em vez de intencionalidade, vetor material  tico-político, porque   uma força dinâmica, na dire o da transforma o e não   da ordem jurídico-social instituída. (ORLANDI, 2016, p. 24).

As minorias, portanto, se configuram por meio desse “dispositivo simbólico” e tanto na ordem social quanto na ordem do discurso se movimentam sempre muito próximos aos conceitos de transforma o e resistência.

Resistir  , portanto, um processo de ressignificar e de deslocar sentidos. Sobre resistência, Eni Orlandi diz que “   ela própria movimento do sujeito para uma posi o que não o submete inteiramente   coer o.   a prática de deslocamento desse sujeito em dire o a um lugar em que ele constrói um poder dizer” (1998, p. 17). Isto  , a resistência, pensada como parte do processo discursivo,   a tentativa de saída do espaço de coer o, a tentativa de ressignificar as falhas, o deslizamento. Resistir envolve sempre um outro tido como maior ou mais poderoso e o movimento do não se submeter completamente   coer o. Lembrando do que diz Pêcheux acerca da domina o: “não há domina o sem resistência” (PÊCHEUX, 1995, p. 304) podemos compreender a resistência como, de certa forma, já presente no interior das ideologias dominantes de forma que a presença da domina o, da opressão, preveja algum tipo de resistência a ela.

Sobre a Análise de Discurso

Para compreender as rela es entre resistência e homofobia no discurso do *corpus* selecionado, trabalharemos com a Análise de Discurso, com os conceitos desenvolvidos por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, especialmente com a ideologia, sujeito e resistência.

A Análise de Discurso (doravante AD), teoria desenvolvida por Michel Pêcheux na década de 1960, na França, constitui-se “no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise” (ORLANDI, 2009, p. 19). A AD vale-se de conhecimentos e conceitos dessas três áreas, ressignificando-os de modo a criar uma disciplina nova que não se trata de se fazer uma adição ingênua das três para desembocar em uma teoria do discurso. Costuma-se chamá-la de uma “área”, uma filiação da Linguística, o que é uma visão errônea, uma vez que a AD comporta-se de maneira bastante adversa da Linguística, considerando questões que esta deixou de lado ao priorizar os estudos da Língua e não da Fala (conforme a dicotomia saussuriana *Langue* e *Parole*), embora a ela não se destine ao estudo da Fala (e sim do discurso).

Michel Pêcheux foi um grande crítico das teorias científicas de sua época. Por conta disso, os conceitos das ciências humanas incorporados à teoria do discurso foram reterritorializados e ressignificados. A linguagem deixa de ser vista como um instrumento de comunicação; o sujeito deixa de ser visto como um indivíduo; a ideologia segue a perspectiva althusseriana que a vê como prática e não como processo velado de ocultação e o sentido não pode mais ser associado às condições de verdade (MARIANI, 1997, p. 34).

A AD desmembra-se da Linguística ao trabalhar não com a língua ou com a gramática, embora todas estas questões lhe interessem, mas com o discurso entendido como uma prática de linguagem em movimento, considerando tanto o linguístico, quanto o histórico que o compõem. A Linguística é uma das regiões de conhecimento que constitui o quadro teórico-metodológico e epistemológico da Análise de Discurso, entretanto, nesta perspectiva, a relação estabelecida entre a AD e a Linguística é de tensão, de contradição, e não de complementaridade, de empréstimo, de soma. Neste ponto reside a crítica de Pêcheux às ciências sociais, pois a AD, campo de conhecido novo que ele propunha, segundo Henry (1993): “não podia ser somente um instrumento a mais, acrescido a todo o conjunto existente dos instrumentos utilizados pelas ciências sociais, completando este conjunto para efetuar as tarefas que os outros instrumentos não preenchiam.” (HENRY, 1993, p. 18).

A língua, posta como sistema cheio de regras e determinações, é impassível de falha, de equívoco, enquanto o discurso abre espaço para tudo isso, a falha, a falta, o não-dito, o silenciamento, o esquecimento. O discurso é um objeto sócio-histórico perpassado por aspectos como a ideologia e o inconsciente. Ele “é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 17). A AD analisa como os sentidos se constituem nas suas relações com o simbólico, com o histórico. É o caráter material dos sentidos que interessa à AD. Isto significa dizer que os sentidos são determinados historicamente e a ideologia produz a evidência do sentido.

A ideologia e o sentido são pensados de maneira próxima justamente porque a AD considera a ideologia como “a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2009, p. 46) e é o “mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 2009, p. 96).

Os movimentos de análise: *Quebrada* e *Queer*

Nesta seção, produziremos os movimentos de análise da música *Quebrada Queer* considerando os principais conceitos que temos comentado. Cada trecho da música é performada por cada um dos cinco componentes do grupo. Todavia, consideraremos a música pelo efeito de unidade derivado do caráter artístico da música por meio da qual as vozes se interligam produzindo tal “efeito-um”, não sendo necessário, portanto, especificar quem canta (ou compôs) cada trecho. Por ser um rap (*Rhythm and Poetry*, da Língua Inglesa, Ritmo e Poesia), rimas são muito importantes para a composição dos versos, entretanto, não é nosso objetivo de análise, visto não se tratar de uma análise estrutural ou literária. Ela pode ser considerada de grande extensão para o padrão comercial, possuindo quase 6 minutos de duração, enquanto trata de questões inerentes à realidade vivida por homens, gays, negros e periféricos, sem deixar de expandir seus comentários a outras populações da comunidade, especialmente a população transexual e travesti.

O rap enquanto discurso marginal possui características específicas das quais a resistência é parte fundamental. Colima e Cabezas (2017), com base em Alim (2009), apontam que

Desde o começo, o que tem caracterizado o rap – e a Cultura do Hip Hop da qual faz parte – é condição de marginalidade, pois surge a partir de um segmento social oprimido e segregado, que acarreta fortes estigmas sociais. Portanto, por estar inserido dentro de uma estrutura sócio-política desigual, e lutar contra as injustiças criadas por este sistema, o rap é uma forma de resistência orientada à “trans(formação) das realidades locais” e globais, através de “práticas linguísticas”. (ALIM, 2009, p. 11: nossa tradução)” (2017, p. 27-28).

Enquanto prática linguístico-discursiva, o rap pode ser entendido como um discurso de resistência, tanto por ser um discurso com forte teor político, quanto por se organizar linguisticamente de forma diferente do que se espera de um discurso político, ocupando espaços outros de significação. Conforme podemos entender a partir do enumerado de formas de resistência que Pêcheux (1990) apresenta:

não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Ser um discurso que se constitui com rimas por si só já causa/produz efeitos de sentido que valem a pena serem considerados. Quando se pensa em discurso de resistência é muito comum que se pense isso de uma forma bem articulada, marcada pela interlocução política se colocando num nível intelectual no qual o contrário é um elemento forte da argumentação. É comum assumir o resistir como um ato de dizer ou fazer o contrário, numa concepção binária maniqueísta. O uso de rimas compondo um discurso que é apontado aqui como discurso de resistência evoca sentidos de ruptura. Rimar são vistas pelo senso comum como inatas à poesia, que por sua vez é observada dentro de uma visão geralmente romantizada, normalmente tratando de amor e enaltecendo a beleza. Valer-se de rimas e versos para outros fins não é novidade e nem exclusividade do rap. As cantigas de escárnio e maldizer já o fizeram

há séculos. Todavia, essa forma aponta um deslocamento do discurso numa tensão entre o artístico e o político. A existência e a resistência.

Ritmo e Poesia dinamizam o dito/cantado tornando-o popular e acessível às massas. Facilita a memorização e promove maior democratização de acesso àqueles que não tem acesso à academia e ao conhecimento teórico-científico. O rap, ao se valer desses elementos, além de falar pelos que são frequentemente silenciados, é produzido pelas periferias, onde as universidades dificilmente chegam e os agentes que movimentam as políticas públicas muitas vezes escolhem não chegar.

Um ponto importante de análise talvez parta do próprio nome escolhido para a música e para o grupo. Quando lançaram a música/videoclipe ainda não haviam se denominado *Quebrada Queer*, este era apenas o nome da música. Adotar o nome da música como o nome do grupo se mostra bastante simbólico e significativo. Num primeiro momento, o nome causa estranheza a uma maioria provável da população. *Quebrada* todos conhecem, especialmente o público que normalmente escuta Rap, visto que usualmente o termo é usado como sinônimo de *periferia*. *Queer*, por outro lado, é um termo da Língua Inglesa que não é muito difundido na Língua Portuguesa entre as grandes massas.

O termo foi usado a partir do século XIX como insulto a homossexuais, com sentido próximo a *bizarro*, *estranho*, posteriormente foi ressignificado pela comunidade⁵ e a feminista italiana Teresa de Lauretis passou a usar o termo designando uma nova teoria, a “teoria *queer*”⁶. Figueiredo (2018), dialogando com Louro, aponta que

Guacira Lopes Louro afirma que o *queer* é o sujeito da sexualidade desviante que não deseja ser integrado, nem tolerado; “é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade do ‘entre-lugares’, do indecível” (FIGUEIREDO, 2018, p.43).

⁵ Algo semelhante, em termos de ressignificação de ofensas acontece em Língua Portuguesa nos casos de “viado” e “bicha”. Utilizados como termos pejorativos para designar homossexuais masculinos, foram ressignificados e tomados como parte do processo de tomada de narrativa LGBTQIA+.

⁶ Provavelmente, uma das mais conhecidas pesquisadoras a trabalharem com a teoria *queer* é Judith Butler. Neste trabalho, todavia, não nos atermos nos estudos da teoria *queer*. O objetivo do trabalho não é relacionar a AD à teoria *queer*, é analisar um discurso que tem “*queer*” como um termo importante a ser observado.

Figueiredo (2018) continua e conclui que *queer* tem, pelo menos, duas vertentes: uma diz respeito a uma atitude existencial do sujeito, outra diz respeito à teoria de ruptura. Acerca da primeira diz: “é uma atitude existencial que se reflete no comportamento transgressivo que não respeita a heteronormatividade” (FIGUEIREDO, 2018, p. 43).

Quebrada Queer, uma formação de enunciado híbrida entre a Língua Portuguesa e a Língua Inglesa, valendo-se de termos que carregam sentidos que podem ser lidos como negativos, unificando em si uma tentativa de ressignificação. *Quebrada* evoca as vizinhanças periféricas e traz “quebra” no radical. *Queer*, um insulto ressignificado e que passa a nomear uma teoria que procura quebrar paradigmas e estruturas. O nome, portanto, traz dois elementos que remetem sentidos de ruptura, de não-padrão, marginalizado. O grupo se coloca numa posição em que reconhece e faz questão de se mostrar como algo fora do padrão do que normalmente se é consumido ou produzido. E a música, por ser a primeira nomeada assim, segue a mesma ideia (o mesmo sentido). Como se vê, o sentido é historicamente determinado. É da historicidade do sentido que estamos falando e não do conteúdo que ela expressa.

A resistência sempre diz respeito ao resistir a uma ideologia dominante, ao *status quo* estabelecido, no caso da sexualidade e questões de gênero, como “normal e saudável”. Portanto, é preciso sempre pensá-la em movimento e que só pode significar no seu dado contexto social e histórico. As estruturas não existem por mero acaso, existem formações que as tentam solidificar de tal forma em processos históricos e ideológicos.

Desta forma, ao mesmo tempo que se refere ao espaço social da periferia, *quebrada* evoca os sentidos de estrutura e ruptura. De estrutura pois é preciso que exista algum tipo de estrutura⁷ para que a quebra, a ruptura aconteça. E de ruptura pela construção discursiva que permite que “quebrada” signifique dessa forma. Para esta análise, isso é um processo significativo e importante de ser tratado.

Além do processo híbrido (heterogêneo) citado acima, os sentidos que podem ser apreendidos pelo nome do grupo e música analisada são importantes para que se

⁷ Estruturas sociais históricas que têm o machismo e o patriarcado como algo muito solidificado na cultura ocidental.

entenda de onde se fala. A quebra e a ruptura nunca são pacíficas ou espontâneas, isto é, não surgem/brotam nos sujeitos⁸. *Quebrada* nomeando o grupo e a música atua no simbólico e no imaginário enquanto substancia os processos histórico-sociais de significação em um contexto de resistência.

Os movimentos de análise: Rap e Homofobia

O grupo é composto por 5 homens gays, os sujeitos são homens gays e falam da posição-sujeito homem gay. Isso é importante ressaltar, pois por serem homens têm “naturalizadamente”⁹ privilégios sociais que mulheres não têm e embora muitos deles sejam “revogados” ao assumirem-se como homossexuais, alguns privilégios ainda permanecem. Isso se dá pela existência de uma estrutura sociocultural que difere os sujeitos por gênero e produz efeitos sobre a construção subjetiva destes, o que leva homens e mulheres a ocupar posições muito diferentes nas relações sociais e que coloca alguns grupos como mais ou menos privilegiados. Além disso, outro aspecto se faz necessário ser ressaltado: são homens negros. E, novamente, é preciso compreender que isso também compõe outro lugar significativo. Reconhecer a posição-sujeito de homens, negros e gays se faz necessária.

É importante ainda considerar a formulação do sentido na textualidade do rap. Espaço muitas vezes lido como machista, patriarcal e sexista, mas que tem em seu cerne o objetivo de ser um espaço de manifestação e fala a pessoas oprimidas e marginalizadas pelo sistema e pela sociedade capitalista. Desse modo, não ficaremos na “expressão das ideias” ou na manifestação e fala voluntária a pessoas oprimidas e marginalizadas, mas queremos compreender o processo de constituição destes sentidos e seus efeitos no discurso do rap.

O videoclipe da música foi publicado no canal Rap Box em 04/06/2018 e consta em novembro¹⁰ de 2020 com mais de 3.970.000 visualizações, mais de 170 mil *likes*

⁸ Tal como a resistência, é relevante apontar que a opressão também não surge nos sujeitos. Ela é possibilitada para um grupo por meio da história e da ideologia dominante.

⁹ Como Simone de Beauvoir postula sobre o fazer-se mulher, concordamos com a premissa de que não se nasce coisa alguma, tudo é construído em algum aspecto. Dessa forma, homens não nascem naturalmente com seus privilégios concedidos pelo machismo e patriarcado institucionais na nossa sociedade. Ele é naturalizado a ver e a ser visto assim.

¹⁰ Todos os valores de *likes*, *deslikes* e visualizações foram atualizados pela última vez na última semana de novembro de 2020.

e 7,5 mil *deslikes*. A título de exemplo/comparação, o videoclipe “Froid part. Cynthia Luz – Bicho de 7 Cabeças/A Culpa é das Igrejas [Ep. 123] [Prod. Leo Casa1]”, o quarto vídeo mais visto do canal, possui pouco mais de 34.300.000 de visualizações, aproximadamente 9 vezes mais do que “Quebrada Queer”, possui um número semelhante de *deslikes*, 8 mil. Números por si só não significam nada e cabem a nós analisá-los. Considerando o contexto de que o Rap é ainda muito assimilado e visto socialmente como um produto de homens heterossexuais e feito para homens heterossexuais, não é tão difícil compreender como um conteúdo LGBTQIA+ veiculado em um canal visto socialmente como um veiculador de Rap tenha má receptividade e reprovação pelo público comum do canal, refletido no número alto de *deslikes* presente no vídeo quando comparado a vídeos com níveis semelhantes de reprovação do público.

Segundo a plataforma de *streaming* de músicas *Spotify* a segunda música mais ouvida do grupo é “Pra Quem Duvidou”, desta vez o videoclipe foi veiculado ao canal do próprio grupo no YouTube. Consta com mais de 1.600.000 visualizações, 77 mil *likes* e 1 mil *deslikes*. A veiculação em outro canal fez muita diferença para o número de visualizações, este clipe tem aproximadamente 3 vezes menos visualizações, 2 vezes menos *likes* e 7 vezes menos *deslikes*.

Essas discrepâncias nos levaram a observar a caixa de comentários do vídeo veiculado no canal Rap Box no intuito de compreender tamanha diferença considerando outros vídeos publicados pelo canal. Observamos que muitos dos comentários são positivos, elogiando o trabalho e reforçando o papel importante de se haver representatividade LGBTQIA+ em diferentes espaços, especialmente nestes imaginariamente concebidos como indevidos ou incomuns. No entanto, alguns geram o engajamento de um número considerável de usuários da plataforma comentando acerca dos comentários do estilo “sou hétero e gostei do som”.

Num primeiro instante isso pode parecer uma forma de apoio de homens não LGBTQIA+ à música e ao trabalho de 5 homens gays. E não deixa de ser, evidentemente. Todavia, é preciso ressaltar que algumas leituras se fazem possíveis a partir de comentários como esses.

1. Denotam a masculinidade e heterossexualidade frágil de que é preciso ressaltar e deixar claro de que embora tenham “curtido” um conteúdo produzido

por homens gays eles não são gays. Existe uma necessidade expressiva de autoafirmação da sexualidade que já é interpretada e imposta socialmente como padrão, “normal”.

2. Reitera a ideia de público-alvo num pensamento de “você é o que você come”. Para consumir conteúdo produzido por homossexuais é preciso ser LGBTQIA+.

Ambas as situações reiteram/sustentam a homofobia e o machismo presentes na comunidade do Rap e na sociedade heterocisnormativa em geral.

Acerca do recorte, tratando o presente trabalho sobre Resistência, poderíamos analisar os versos da música em que o termo “resistir” e variações são utilizadas na letra da música, o que acontece em dois momentos. No entanto, entendemos que a compreensão discursiva sobre a resistência é maior e mais ampla do que simplesmente a citação do termo. A resistência, conforme o entendimento proposto por Orlandi (1998), Lagazzi (2020) e Pêcheux (1990), se dá por um processo discursivo na tensão, na falha entre discurso e sujeito e não necessariamente pelo dito explícito. Nesse contexto, portanto, a resistência diz respeito ao resistir a algo.

Pela análise do *corpus*, entende-se o quanto o discurso apresentado na letra da música se relaciona no limiar de tensão com discursos outros, que são fundamentalmente agressivos, homofóbicos e violentos. As sequências discursivas (SD) selecionadas como recorte para análise durante o texto forneceram a base para tal entendimento:

SD1) “As mona unidas pro combate e olha no que deu/ Se quer verso com massagem, pare de socar os meus”

SD2) “Subestimado desde meu primeiro verso/ Eles disfarçam bem, são tipo lobo em pele de cordeiro/ Mas tô atento, pro opressor eu não disperso/ Minhas rima inseticida, preconceito deles, formigueiro”.

SD3) “Alice Guél hitou mandando um Deus é travesti”

SD4) “Então bota pra fuder/Cê quer meter gostoso, mas se enruste atrás do altar/Não vem meter o louco”

O discurso analisado tem característica responsiva muito grande e por se tratar de uma “resposta”, apresenta características que podem ser lidas como “agressivas” e “violentas” são presentes na música, porém, adota um sentido oposto de ser anti-homofóbico.

Acerca do “caráter responsivo” Orlandi (2009), quando trata da relação de sentidos, aponta que “não há discurso que não se relacione com outros. [...] os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. [...] Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”. (2009, p. 39). Ou seja, analisamos o discurso selecionado levando em consideração a relação de efeitos de sentidos que este possui com este “discurso anterior”.

Precisa ser avaliado, porém, que não se deve considerar como iguais a resposta “violenta” de uma minoria violentada, agredida e silenciada por séculos com a agressão inicial do grupo “dominante”. Em um primeiro momento as respostas podem até parecer igualmente violentas em relação às agressões iniciais, todavia, os sentidos que são observados são bastante diferentes. O opressor tem todo o sistema e a história de opressão “legitimando” e significando seu discurso, além do apoio de instituições, especialmente as religiosas quando se considera a LGBTfobia. Enquanto o grupo oprimido, sistematicamente silenciado no curso da história, não conta com a mesma legitimidade que o opressor, nem conta com a mesma repercussão pela mídia e outras instituições¹¹. O grupo parece ciente disso, dentro das possibilidades de consciência que um sujeito tem sobre seu discurso, ao dizer “As mona unidas pro combate e olha no que deu/ Se quer verso com massagem, pare de socar os meus”.

Compondo quase que numa tentativa de “justificar” a necessidade de tudo o que é dito na letra, num exercício do imaginário de “prever” como terá sua proposta recebida, o grupo sugere uma tentativa de controlar os sentidos e se coloca como sabedores de como a letra será recebida por ao menos uma parcela da população. Parcela essa que parece ser concebida pelo grupo como o mesmo grupo opressor LGBTfóbico que deslegitima a voz dos oprimidos. Tal mecanismo de “previsão” é relacionado com as formações imaginárias, sendo parte inerente dos discursos, é chamado por Orlandi (2009) de antecipação e:

todo sujeito tem a capacidade experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras

¹¹ Por isso se faz ainda mais necessário que as instituições de educação explorem e estudem essas relações, no intuito de compreender e legitimar os discursos resistentes como discursos válidos, significantes e potentes.

produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte.” (2009, p. 39).

Acerca do recorte, selecionamos trechos que demonstram uma forte relação responsiva a ataques LGBTfóbicos, uma vez que nosso objetivo é analisar a relação entre homofobia e resistência. Faz-se, portanto, necessário recuperar o conceito de homofobia a fim de compreender do que falamos quando se trata de homofobia. Neste sentido, Borrillo (2009) afirma:

A homofobia é um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevê-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive à exterminação, como foi o caso na Alemanha nazista. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela interpreta e tira conclusões materiais. [...]. Se seus atos sexuais e afetivos são tidos quase como crimes, então seu lugar natural, é na melhor das hipóteses, o ostracismo e, na pior, a pena capital, como ainda acontece em alguns países. (2009, p. 18).

Sendo um fenômeno complexo, muitas vezes não é tão simples identificá-lo. São inúmeras as violências e micro agressões que a população sofre diariamente que muitas questões são ignoradas. Adiante, o autor ainda subdivide o tema em dois aspectos, sendo eles:

[...] uma dimensão pessoal de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição aos homossexuais, e uma dimensão cultural de natureza cognitiva, na qual o objeto da rejeição não é o indivíduo homossexual, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Essa distinção permite melhor compreender uma situação bastante corriqueira nas sociedades modernas - a de tolerar ou até mesmo simpatizar com o grupo estigmatizado, considerando, no entanto, inaceitável qualquer política de igualdade que o beneficie (como, por exemplo, o direito ao casamento ou à adoção). (BORRILLO, 2009, p. 19).

Comumente, aspectos da homofobia passam despercebidos justamente como consequências desse segundo aspecto. Muitas vezes os sujeitos homofóbicos não demonstram aversão ou ódio pelos sujeitos. Esse fenômeno é perfeitamente exemplificado por ditos como “Eu não tenho nada contra gays, até tenho amigos que

são” e, normalmente, são complementados com frases como “eu só não acho que dois homens podem criar bem uma criança” ou “mas não precisava daquele beijo deles no final da novela”.

O silenciamento como forma de violência também é apontado na letra em “Subestimado desde meu primeiro verso/ Eles disfarçam bem, são tipo lobo em pele de cordeiro/ Mas tô atento, pro opressor eu não disperso/ Minhas rima inseticida, preconceito deles, formigueiro”. Os sentidos se relacionam ressaltando a tensão entre homofobia e resistência percebida aqui como o direito à resposta. Devido a séculos de perseguição, assassinato e silenciamentos, o mero direito a responder, mesmo que significando como resposta a fim de justificar sua existência, já é um ato revolucionário.

Considerando ainda a segunda dimensão apontada por Borrillo (2009), observa-se nela algo semelhante à tese da Igreja Católica ao “lidar” com o tema homossexualidade na contemporaneidade: amar o pecador e não o pecado. A igreja se coloca na posição de acolher os homossexuais, desde que estes rejeitem sua sexualidade e afetividade e que se apresentem a ela como “meio-sujeitos”, desprovidos de aspectos basilares de sua subjetividade. Como se a sexualidade e afetividade fossem desvinculáveis do corpo, podendo ser usadas e removidas quando bem entendessem os sujeitos. É importante falar de religião em um contexto de homofobia, homossexualidade e resistência, pois vários dos discursos homofóbicos são justificados e legitimados por religião, em contexto brasileiro, pelo cristianismo.

Mott (2020) aponta que homossexuais, sodomitas, à época, foram, desde os antigos judeus, perseguidos, mortos ou presos por serem culpados de um crime hediondo e que apenas em 1823, após o fim da Inquisição Portuguesa de 1821 que a sodomia deixou também de ser crime no Brasil.

Apesar de terem sido descriminalizados há quase dois séculos, gays, lésbicas e travestis continuam sendo tratados como criminosos: nas delegacias, nas batidas policiais, os LGBTI+ são sempre vistos e tratados como delinquentes. Mesmo quando vítimas, são tratados como réus (2020, p. 170).

Mott afirma ainda em seguida, fazendo referência à noção de que a sodomia era considerada como o mais sujo e desonesto pecado: “O amor entre dois homens

foi considerado pecado tão abominável que não deve sequer ser pronunciado: “nefando” ou “nefário” significa exatamente isso, impronunciável, o pecado cujo nome não se pode dizer.” (2020, p. 170-171).

Por tais razões, é necessário considerar o contexto religioso quando se trata de homofobia. O discurso em questão, analisado enquanto resposta, apresenta marcas desse contexto/dessa historicidade. Desde a provocação na segunda estrofe “Alice Guél hitou mandando um Deus é travesti” e apontando a hipocrisia e as incoerências da igreja já próximo ao fim da música em “Então bota pra fuder/Cê quer meter gostoso, mas se enruste atrás do altar/Não vem meter o louco”. É preciso apontar a responsabilidade da igreja em todo o processo de invisibilização e silenciamento, visto que sem esses processos históricos, ideológicos e sociais a letra da música em questão dificilmente teria um teor tão forte ou se faria tão necessária como forma de dar voz a um grupo oprimido.

Retomando as já tão comentadas noções de silêncio e silenciamento, faz-se necessário esclarecer o que se pretende quando se diz sobre o silêncio, valendo-se do postulado por Orlandi (1995):

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação dos sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s). (1995, p. 105).

Quando nos referimos ao silenciamento da população LGBTQIA+ não nos referimos necessariamente a uma censura como a instituída pela ditadura militar brasileira, por exemplo, mas de um processo histórico-ideológico que interdita discursos próprios da comunidade se afirmando, uma vez que, conforme Orlandi (idem) a censura “[...] sempre se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de “um” e do dizer do “outro”. É sempre na relação a um discurso outro [...] que um sujeito será ou não autorizado a dizer.” (1995, p. 108). Tal afirmação indica que não é necessária uma proibição formal firmada para censurar, para silenciar os sujeitos, mas que seu silenciamento está diretamente relacionado aos discursos outros que imperam. A autora ainda conclui que para dizer os discursos censurados, isto é,

silenciados, é preciso “construir um outro lugar para ser “ouvido”, para significar.” (ORLANDI, 1995, p. 108).

Apontamos aqui então o silenciamento como um processo de censura aos LGBTQIA+ que caracteriza por ser violento e lesar aspectos de sua subjetividade (entendida como a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito) além de ser por meio dele que podemos observar as tensões entre o discurso homofóbico e o discurso de resistência. O discurso homofóbico promove o silenciamento num processo paradoxal que ao mesmo tempo em que procura limitar os sentidos, promove a possibilidade de sentidos outros.

Uma música que se propõe quebrar o silêncio, ou de significar nesse entrelugar a ela relegado, abrindo espaço dentro do rap, que por si só se constitui como um lugar com um pouco mais de visibilidade como espaço de resistência, permite a construção de sentidos tanto ao próprio rap, no que diz respeito à intolerância dentro do próprio movimento do rap, quanto ao sistema binário heteronormativo que regula as identidades e sexualidades e promove violência contra esses sujeitos.

Considerações finais

Quebrada Queer, a música e o grupo, se significam por meio de sua história e ideologia, produzindo sentidos contra as agressões e violências. Sua existência é justificada pela existência do outro opressor, suas falas são sempre de resposta, indo ao encontro de um discurso opressor anterior, justificando a todo momento que é necessário por haver discriminação, invisibilização e silenciamento contra a comunidade.

Discorrendo sobre o discurso revolucionário, Pêcheux (1990, p. 16) aponta que é um erro muito comum acreditar que os discursos revolucionários derivem de um “germe revolucionário” ou de discursos teóricos o que nos permite pensar que a resistência não é nem um processo orgânico, em que existe uma semente adormecida revolucionária que se ativa, cresce e frutifica e tampouco é um processo teórico no qual o sujeito se filia a uma teoria e resiste a partir daí. Existe o processo histórico que precisa ser levado em consideração na constituição do sujeito.

A resistência significada discursivamente pelo grupo não é por serem como sujeitos individuais indivíduos resistentes e sim por se individuarem enquanto sujeitos resistentes que se inscrevem numa formação discursiva que os permite significar em um contexto de resistência. Resistir não é um ato individual originado nos sujeitos, mas um processo histórico que só se significa dessa forma. Estarem inseridos no contexto do rap dá ao grupo uma nova camada de resistência, visto que o rap já é espaço de resistência consagrado. O discurso em forma de rap, porém, é só mais uma das formas de como o objeto proposto por eles pode ser dito, tendo significações próprias assim.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. (orgs). *Homofobia e Educação*. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009.
- BOX, Rap. *Quebrada Queer - Guigo | Murillo Zyess | Harley | Lucas Boombear | Tchelo Gomez*. 2018. (6m). Disponível em: <https://youtu.be/FwktAmgku68>. Acesso em 07 abr. 2019.
- COLIMA, Leslie; CABEZAS, Diego. Análise do rap social como discurso de político de resistência. *Bakhtiniana Revista de Estudos do Discurso*. vol. 12, nº. 2, São Paulo, Mai/Ago 2017. p. 24-44.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco*. Tese (Doutorado) – IEL/UNICAMP, 1994.
- FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. *Criação & Crítica*. São Paulo, n. 20, 2018.
- GUIA GAY BRASÍLIA. Cabeleireiro hétero sofre agressão de vizinhos homofóbicos. *Guia Gay Brasília*, 2020, disponível em: encurtador.com.br/crsS_. Acesso em: 05 out. 2020.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, 13-38.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy Maria. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, IEL/UNICAMP, 1998.
- LAGAZZI, Suzi. Resistência Simbólica. In: ENCIDIS UFF. *Resistência Simbólica – Suzy Lagazzi (UNICAMP)*. 2020. (4:20min). Disponível em: <https://youtu.be/l8xWY2wjiDO>. Acesso em: 22 out. 2020.

- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Fundamentos teóricos da análise do discurso: a questão da produção de sentidos. *Cadernos de Letras*. Niterói: O Instituto, v. 16, 1º semestre/1997. p. 33-46.
- MOTT, Luiz. Etno-história da Homotransfobia no Brasil. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de e JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (orgs.). *Caminhos da pesquisa em diversidade sexual e de gênero: olhares in(ter)disciplinares*. Curitiba: IBDEX, 2020. p. 169-181.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Ser diferente é ser diferente – a quem interessam as minorias? In: BARROS, Renata C. Bianchi de; CAVALARRI, Juliana Santana (orgs.). *Sociedade e Diversidade*. Trilogia Travessia da Diversidade – Vol. 2. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, 19, jul./dez. 1990. p. 7-24.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 1995.
- QUEBRADA QUEER. Quebrada Queer. 2018. Disponível em: encurtador.com.br/hBLQ3, acesso em 07 abr. 2019.
- SIMIONATO, Maurício. Homem confessa agressão a pai e filho por confundi-los com casal gay e é libertado. *Uol*, 2011. Disponível em: encurtador.com.br/deiB6. Acesso em 05 out. 2020.

Recebido em: 30/01/2021

Aceito em: 15/03/2021

Análise das dimensões verbais, visuais e sociais de um estêncil sobre a greve dos entregadores de aplicativos

Analysis of the verbal, visual and social dimensions of the stencil on the app workers strike

Otávio Felipe Carneiro¹

Thaysa Gabriella Gonçalves²

Wesley Mateus Dias³

Resumo: Em junho de 2020, o Brasil se deparou com uma greve dos entregadores de aplicativos que tinham a intenção de reivindicar melhores condições de trabalho e reajustes nos pagamentos salariais, além de medidas de segurança em tempos de pandemia da COVID-19. A partir disso, foram produzidos diversificados enunciados presentes em diferentes gêneros do discurso/textuais, entre eles, destacamos o estêncil, uma modalidade de arte de rua constituída pela utilização da linguagem visual que se adequa a paisagens urbanas, exprimindo diferentes críticas e sentidos ao local. Exposto isso, nosso trabalho tem por objetivo explorar a intertextualidade no estêncil de Bacuri (2020) referente à greve dos entregadores. Mais especificamente, exporemos as particularidades do estêncil, analisando as dimensões verbais, visuais e sociais de um enunciado concreto intitulado como *Modern Times*, para depois explanarmos a intertextualidade como elemento de construção do sentido (KOCH, 2016). Para isso, temos como base as reflexões da Linguística Textual a partir de Koch (2016; 2017), Koch e Elias (2018) e Koch e Travaglia (2011), buscando apresentar como a presença da referência a um texto anteriormente veiculado compõe parte da significação do próprio texto e da ressignificação do trabalhador no estêncil representado.

Palavras-chave: Estêncil; Linguística Textual; intertextualidade.

Abstract: In June 2020, Brazil came up against a strike by delivery app workers who had the intention to demand better working conditions and readjustments in wage payments, as well as security measures due to the COVID-19 pandemic. From this, a variety of enunciations were produced, present in different discourse genres, among them the stencil, a street art modality consisting of the use of visual language that is suited to urban landscapes, expressing different criticisms and senses to the place. With this in mind, our objective is to explore the intertextuality of the stencil of Bacuri (2020) referring to the strike of delivery workers. More specifically, we will expose the particularities of the stencil, analyzing the verbal, visual and social dimensions of a concrete enunciate entitled *Modern Times*, in order to explain intertextuality as a meaning construction element (KOCH, 2016). To this end, we have as a basis the reflections of Textual Linguistics from Koch (2016; 2017), Koch and Elias (2018) and Koch and Travaglia

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), sendo bolsista pela CAPES. E-mail: otavio-carneiro@outlook.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0704-284X>.

² Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: thaysagabriella@outlook.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2845-8841>.

³ Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: wesleymateus1997@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8215-4940>.

(2011), seeking to present how the presence of the reference to a text previously conveyed composes part of the meaning of the text itself and the resignification of the worker represented in the stencil.

Keywords: Stencil; Textual Linguistics; intertextuality.

Considerações iniciais

Em junho de 2020, o Brasil se deparou com uma greve dos entregadores de aplicativos⁴ que tinham a intenção de reivindicar melhores condições de trabalho e reajustes nos pagamentos salariais, além de medidas de segurança em tempos de pandemia⁵. A greve aconteceu num período em que houve uma maior necessidade da função dos motociclistas, já que a demanda aumentou por conta das medidas de isolamento social causadas pela pandemia da COVID-19.

A partir disso, foram produzidos diversificados enunciados presentes em diferentes gêneros discursivos, com apoio ao movimento e criticando empresas que contratam tais trabalhadores que acabam laborando na informalidade, sem vínculos registrados na Carteira de Trabalho e Previdência Social⁶ (CTPS) ou documentação equivalente, sendo geralmente desprovidos de benefícios como remuneração fixa e férias pagas. Em outros termos, o engajamento nessa luta é para melhores condições de trabalho e salário.

Um dos gêneros discursivos usados para tal protesto é o estêncil⁷, uma modalidade de arte de rua constituída pela utilização da linguagem visual que se adequa a paisagens urbanas, exprimindo diferentes críticas e sentidos ao local exposto, fazendo com que os cidadãos/leitores sejam atraídos e lhe deem atenção a fim de compreender o conteúdo.

⁴ Os aplicativos *delivery* são recursos que facilitam ao cliente fazer, em geral, o pedido de uma refeição ou lanche sem precisar sair de casa nem falar ao telefone, pois basta acessar o aplicativo, solicitar o que deseja e realizar o pagamento, que pode ficar registrado com os dados do cartão de crédito. Os principais aplicativos nos quais os entregadores prestam os serviços são o *iFood*, *Rappi*, *Uber Eats* e *Loggi*. Disponível em: encurtador.com.br/ntG12. Acesso em 30 out. 2020.

⁵ A pandemia de COVID-19 é uma pandemia em curso, uma doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). A doença foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China, em 1 de dezembro de 2019, mas o primeiro caso foi reportado em 31 de dezembro do mesmo ano. Disponível em: [Coronavirus disease \(COVID-19\) outbreak. Organização Mundial da Saúde](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports). Consultado em 11 de mar. 2020.

⁶ A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), originalmente conhecida como Carteira Profissional, e assim chamada durante muitos anos, é um documento obrigatório para quem venha a prestar algum tipo de serviço profissional no Brasil. Disponível em: encurtador.com.br/mHKUV. Acesso em 30 out. 2020.

⁷ Optamos pela utilização do termo aportuguesado “estêncil” ao invés de “stencil” como no inglês, a fim de facilitar a leitura e a compreensão deste artigo.

Exposto isso, nosso trabalho tem por objetivo explorar a intertextualidade no estêncil criado por Bacuri (2020), nomeado de *Modern Times*, referente à greve dos entregadores. Primeiramente, destacaremos as particularidades do estêncil com base nos aportes teóricos de Bakhtin (2011; 2016), o qual ressalta que todo gênero é organizado pela construção composicional, conteúdo temático e estilo, amplamente ligados ao contexto sócio-histórico. Em seguida, explanaremos a intertextualidade como elemento de construção do sentido desse estêncil juntamente com uma análise das dimensões verbais, visuais e sociais do enunciado concreto.

A fim de se solidificar a análise a respeito da construção do significado e da interpretação, a reflexão é realizada por meio da observação da intertextualidade presente na composição textual do estêncil. Para isso, temos como base as reflexões da Linguística Textual a partir de Koch (2016; 2017), Koch e Elias (2018) e Koch e Travaglia (2011). Buscamos, nessa observância, apresentar como a presença da referência a um texto anteriormente veiculado compõe parte da significação do próprio texto e da resignificação do trabalhador no estêncil representado, que abordaremos como uma nova formatação da imagem do entregador/*motoboy* enquanto objeto do discurso e do mundo.

O enunciado analisado foi publicado no município de Apucarana, localizado na região norte central do estado do Paraná, com população estimada de 136.234 pessoas (IBGE, 2020). Segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDMH) de 0,748 com 15.145 pessoas matriculadas no Ensino Fundamental e 4.613 matriculadas no Ensino Médio. Além disso, em 2017, o município se destacou em primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com nota de 7,5. Acreditamos que tais informações devem ser destacadas neste artigo, pois, em consonância aos pressupostos de Bakhtin (2011) e Volóchinov (2018), todo sujeito possui um mundo interior que é constituído pelos valores, ideologias e crenças do mundo exterior. Desta forma, os indivíduos apucaranaenses são intervindos pela realidade e o contexto social, de modo que causa influência no diálogo com o texto.

Nas próximas seções apresentaremos os aportes teóricos que sustentam nossa pesquisa, iniciando com uma reflexão teórica que passa pelos conceitos da Linguística Textual pertinentes à intertextualidade presente no estêncil; em seguida,

explicitaremos esse gênero, solidificando nosso posicionamento em Bakhtin (2011; 2016), abordando algumas características dele para, por fim, aplicarmos as reflexões teóricas na análise das dimensões verbo-visuais e sociais.

Pressupostos teóricos

Nesta seção serão expostos os conceitos teóricos e os aspectos intertextuais pautados na Linguística Textual e, em seguida, exporemos as características do gênero estêncil com base no Círculo de Bakhtin.

Linguística Textual: a intertextualidade e sua contribuição na construção dos sentidos

Diversos mecanismos auxiliam a construir os sentidos de um texto, entre eles temos a intertextualidade, a qual nos indica que “todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior” (KOCH, 2016, p. 59). Nas palavras de Koch (2016), o exterior textual contempla outros textos que servem de origem, que indicam com quais outros dizeres se dialoga, se faz alusão, se recupera ou se adversa.

Assim, a relação intertextual pode se dar pelo conteúdo, pela forma, pelo tipo textual (KOCH; TRAVAGLIA, 2011). Os aspectos relacionados ao conteúdo estão vinculados aos conhecimentos de mundo, portanto, compreender um texto deriva do conhecimento de outros textos, logo, a coerência depende também desse saber. Os aspectos intertextuais relacionados à forma podem ou não estar relacionados à tipologia. Nos casos em que não se refere à tipologia textual se tem textos que reproduzem a mesma forma, o mesmo formato que outros e, nos casos em que se refere à tipologia textual (que vai de encontro com as questões de tipo textual), tem-se a relação com a estrutura que serve como característica do texto ou, ainda, os aspectos linguísticos pertinentes a cada tipo textual.

É importante considerar que, nesse processo de diálogo entre textos, reconhecer a existência de uma produção diversa dentro de uma elaboração escrita depende dos conhecimentos de quem realiza a leitura, de seus conhecimentos de mundo e repertórios de leitura (KOCH; ELIAS, 2018). Isto significa que essa

identificação, esse reconhecimento de qual outro texto se relaciona com a produção a qual se lê, é parte construtiva do processo de compreensão⁸ e interpretação⁹ de sentidos. Koch e Elias (2018) dizem que

[...] a inserção de “velhos” enunciados em novos textos promoverá a constituição de novos sentidos. É verdade que a nova produção trará os ecos do(s) texto(s)-fonte e estes se farão ouvir mais – ou menos – dependendo dos conhecimentos do leitor. Contudo, o “deslocamento” de enunciados de um contexto para outro, indiscutivelmente, provocará alteração de sentidos. (KOCH; ELIAS, 2018, p. 78-79).

Dessa forma, ainda que a intertextualidade carregue em si traços e sinais de algum texto anteriormente publicado e veiculado, que atua como texto-fonte, tem-se com a nova produção uma ressignificação daquilo que se diz, ou seja, dispõe-se de um novo significado, um novo sentido gerado pela “inserção de ‘velhos’ enunciados” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 78). Não se trata apenas de uma reprodução textual ou temática. Tem-se, assim, uma realocação, uma nova constituição do que se diz, segundo Koch e Elias (2018, p. 78), trata-se da “constituição de novos sentidos”. Ao que compete ao estudo a que nos propomos, essa readequação textual, que ocorre pelo aproveitamento gerado pela intertextualidade entre o estêncil e o filme *Modern Times* (1936), gera um processo de acréscimo de possíveis atribuições e características para o que foi representado, no caso o *motoboy/Carlitos*, conforme exploraremos na análise.

É nesse sentido que, conforme afirma Koch e Elias (2018), conhecer o texto-fonte é premissa indispensável para a elaboração de sentido, isso significa que identificar o enunciado publicado anteriormente, que serve de base/texto-fonte, é um fator facilitador para que o sentido seja compreendido pelo(s) leitor(es). Contudo, ainda segundo as autoras, deve-se ponderar que o processo de retomada textual

⁸ Quando nos referimos ao termo *compreensão*, entendemos como um o ato de construir sentido por meio da decodificação, do reconhecimento da coerência do texto, das frases, dos léxicos, das ordens semânticas, das concordâncias, das regências e de outros sequenciamentos. Além disso, da inferência do conhecimento prévio e contexto social que se encontra o leitor, de modo que reconheça os objetivos do texto (LEFFA, 2012).

⁹ Seguindo os pressupostos de Leiffa (2012), consideramos que *interpretação* é o ato de extrair o significado do texto, no qual o indivíduo que interpreta apenas recebe informações, e não tem voz para interagir, opinar e/ou dialogar.

constrói novo(s) sentido(s), já que dispomos de uma situação comunicativa nova e diferente, com finalidade e formato distinto.

Para melhor compreendermos a relação da intertextualidade, observamos os tipos de intertextualidade segundo Koch e Elias (2018). Há, de um lado, a intertextualidade em sentido amplo, que é parte de toda e qualquer produção textual, sendo elemento determinante de suas circunstâncias de produção, logo, “é condição mesma da existência de textos, já que há sempre um já-dito, prévio a todo dizer” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 86). Em contrapartida, há a intertextualidade *stricto sensu* que acontece quando se tem um intertexto, ou seja, “quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 86; KOCH, 2017, p. 143).

A intertextualidade explícita, por sua vez, acontece quando se possui uma citação direta da fonte do intertexto, aqui destacamos que “o leitor deve considerar a importância e a função da escolha realizada pelo autor” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 91) para que se obtenha a produção do sentido do texto. Em outras palavras, cabe ao leitor compreender que esse tipo de intertextualidade se dá de forma consciente pelo produtor do enunciado, trazendo consigo traços do intertexto relevantes para a compreensão do texto lido. Por fim, há a intertextualidade implícita, que acontece quando não se possui a citação direta da fonte do intertexto, sendo este o caso em que é função do leitor realizar “uma busca na memória para a identificação do intertexto e dos objetivos do produtor do texto ao inseri-lo no seu discurso” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 92).

Pontuamos, de acordo com Koch (2017), que a intertextualidade implícita envolve uma forma de manipulação por parte do produtor do enunciado, que pode objetivar construções de sentidos pontuais. Aqui nos referimos pontualmente ao *détournement*, que objetiva

[...] levar o interlocutor a ativar o texto original, para argumentar a partir dele; ou, então, ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, adaptá-lo a novas situações, ou orientá-lo para um outro sentido, diferente do sentido original (KOCH, 2017, p. 145).

Logo, é da expectativa do produtor que o leitor reconheça o texto-base e ainda compreenda a relação e o sentido gerado pela alteração de textos anteriores, sendo capaz de vislumbrar os propósitos da nova produção elaborada (KOCH; ELIAS, 2018).

Considerando o diálogo que é gerado entre os textos e os dizeres através da intertextualidade, pontuamos que esse se trata de um recurso que pode contribuir para que se constitua uma nova visão, uma nova forma de compreender a persona retratada no estêncil. Assim, propomos a hipótese de que essa retratação realizada nesse texto gerado pela prática do estêncil ocorre por meio de uma seleção intencional e proposital por parte do produtor, possibilitando-nos uma pluralidade de formas diferentes de se compreender a classe trabalhadora dos entregadores/*motoboys*. Na próxima subseção destacaremos as particularidades do estêncil.

A caracterização do gênero estêncil

Para prosseguirmos com nossas reflexões e para que se compreenda melhor nossa análise, passamos agora a observar o estêncil com base na concepção interacional da língua, em que os sujeitos são atores sociais ativos (KOCH, 2016). Assim como Koch (2016), recorreremos a Bakhtin (2011; 2016), Bakhtin e Volóchinov (2014) e Volóchinov (2018) para definirmos do que se trata o estêncil.

De acordo com Bakhtin (2011), a língua se efetua através de enunciados (orais e/ou escritos) concretos e únicos, os quais são considerados como unidades de comunicação. Com isso, em nenhum momento um enunciado será o mesmo, sempre haverá distinções. A partir dessa proposição, Bakhtin e Volóchinov (2014) acrescentam que o enunciado é composto pelos signos ideológicos e são a base da interação humana, sendo o fundamento das relações dialógicas. Nesse sentido, em todo enunciado estão presentes as perspectivas ideológicas, culturais e comportamentais do enunciador e enunciatário, bem como o contexto social.

Bakhtin (2011) discursa que “[...] falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (BAKHTIN, 2011, p. 282). Sendo assim, os gêneros discursivos são instrumentos que estabelecem a possibilidade de comunicação e são compostos por três características: *conteúdo*

temático: que não está diretamente ligado ao assunto específico do enunciado, mas a um domínio de sentido que ocupa o enunciado (VOLÓCHINOV, 2018); *construção composicional*: que é a organização/estruturação do texto; e, por fim, o *estilo*: que está ligado à escolha de marcas enunciativas que podem estar acopladas ao enunciador, enunciatário e ao gênero discursivo (BAKHTIN, 2016; 2011). Tais características pontuadas devem ser consideradas juntamente ao contexto sócio-histórico do diálogo.

Ademais, os gêneros discursivos se dividem em primários e secundários. Os primários possuem uma composição simples, formando uma comunicação imediata. Já os secundários possuem uma estrutura complexa e são encontrados em ambientes mais desenvolvidos e organizados (BAKHTIN, 2016).

A partir desse exposto, entendemos que o estêncil é um gênero discursivo composto por enunciados verbo-visuais que podem exprimir diferentes sentidos nos locais em que estão situados. De acordo com Zanella e Bueno (2015), este “[...] gênero utiliza formas prontas, recortadas em moldes vazados” (ZANELLA; BUENO, 2015, p. 172), que deve seguir procedimentos gradativos para sua criação: 1) deve-se escolher uma imagem, que pode ser inédita ou adaptada de outros suportes e, em seguida, 2) é necessário desenhar a figura escolhida manualmente ou por meio de aparelhos tecnológicos no material que será o molde, para então, após concluir o molde vazado, 3) escolher o local de publicação e, por fim, 4) publicar o enunciado utilizando o molde vazado e tintas (BUENO; ZANELLA, 2015). Dessa forma, na imagem a seguir, podemos notar o molde no processo 2:

Figura 01. Molde estêncil.



Fonte: Os autores.

Diante disso, percebemos o gênero em seu processo de produção, uma determinada figura foi escolhida e está sendo transposta num material que será o

molde para aplicação no local escolhido pelo autor. Entretanto, destacamos que tais regras e a construção composicional podem se diferenciar conforme o estilo do autor.

Ainda, o gênero se constitui entre dois sujeitos socialmente organizados, sejam eles: *indivíduo com outro indivíduo*; o *indivíduo consigo próprio* (atitude responsiva inicial consigo próprio); *indivíduo com o escrito*; *indivíduo com objetos não verbais*; *indivíduo com objetos*. Portanto, o Círculo de Bakhtin entende que a interação é o primeiro elemento do dialogismo, e o dialogismo revela-se como uma constante troca com o outro, em que um enunciado é apenas um elo numa cadeia infinita de gêneros e orienta-se para uma resposta, sendo percebido na formação daquela esfera ideológica da qual é elemento indissolúvel (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014). Em síntese, os gêneros são as unidades de interação entre sujeitos socialmente organizados.

Ao receber o gênero, o interlocutor situa-se em uma *compreensão ativamente responsiva*, podendo ser ativa, passiva ou silenciosa. Quando sucede a *compreensão ativamente responsiva ativa* o interlocutor pode, ao compreender o significado linguístico do assunto, concordar ou discordar (parcial ou totalmente), assim, ele pode: completá-lo, aplicá-lo, prepará-lo para usá-lo em outros diálogos. Desta maneira, o ouvinte pode tornar-se o falante (BAKHTIN, 2011, p. 271), de outra forma, na *compreensão ativamente responsiva passiva* o ouvinte tem uma reação não verbalizada e abstrata; por fim, na *compreensão ativamente responsiva silenciosa* ou de *efeito retardo* o enunciatário não responde ou não abrange o enunciado.

Bakhtin (2011) coloca que esses gêneros não estão perdidos nas atividades humanas, pelo contrário, eles circulam em campos que os organizam e o utilizam diariamente, visto que os campos de atividades humanas tipificam as situações de interação, estabilizam os enunciados que nelas circulam.

Dadas essas conceituações, compreendemos que o gênero estêncil possui suas próprias dinâmicas na construção da paisagem urbana e no campo de atividade humana artística, apresentando na linguagem visual significados e sentidos únicos (PASSOS, 2017). Assim, o enunciado concreto presente nesses gêneros é carregado de ideologias, crenças, juízos de valores relacionados ao contexto sócio-histórico que pode fazer ressignificações dos locais em que são expostos (VOLÓCHINOV, 2018; BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2014). Diferentemente do grafite, o estêncil não necessita

de uma pintura à mão livre (ZANELLA; BUENO, 2015), no entanto não é uma simples pintura e não pode ser considerado como uma sujeira ou vandalismo, uma vez que é um signo ideológico composto por uma “[...] intenção, um ideal ou um protesto” (PASSOS, 2017, p. 36).

O artista (enunciador/locutor) que realiza um estêncil tem uma função primordial na qual irá, segundo Frade (2012), “[...] propiciar a parada marcante, o encontro significativo” (FRADE, 2012, p. 161), que resultará na junção do humor com a crítica. Desta maneira, produz-se uma linguagem diferenciada e única na paisagem urbana, captando e “provocando” a sociedade, constituindo-se como objetos de denúncia e difusão ideológica (PASSOS, 2017). Na imagem a seguir podemos notar essa junção:

Figura 02. Estêncil Marielle.



Fonte: Disponível em: encurtador.com.br/sDWX6. Acesso em 05 out. 2020.

Na imagem apresentada, produzida por Rosa (2018), podemos notar a figura da vereadora Marielle Franco, que foi morta a tiros no Rio de Janeiro no dia 14 de março de 2018. A política era ativista dos direitos humanos, inclusive das comunidades, e contra qualquer ato de corrupção. Assim, esse estêncil nasce, como Bakhtin (2016) pontua, da *compreensão responsiva ativa* da morte dela e na qual foi valorada, refletindo e refratando posições político-partidárias. Esse estêncil tem como objetivo homenageá-la e honrar em toda sua trajetória, além de expor uma crítica a sua morte violenta e sobre a lenta investigação.

Durante os levantamentos teóricos dessa seção, podemos notar a similaridade entre o gênero estêncil e o grafite, mas é necessário ressaltar que ambos não são o mesmo gênero, cada um possui suas características. O gênero estêncil, muitas vezes,

apresenta linguagem visual e verbal atrelada a uma crítica, podendo ser publicado em diversos suportes, não apenas em parede ou muro como de costume, porém ambos dialogam entre si por algumas características e estão presentes no mesmo campo de atividade humana, na arte de rua.

Na próxima seção faremos uma análise das dimensões verbo-visuais e sociais do enunciado concreto *Modern Times* pertencente ao gênero estêncil criado pelo artista de rua Bacuri.

Análise das dimensões verbais, visuais e sociais do estêncil *Modern Times*

O enunciado em estudo foi publicado em um muro da cidade de Apucarana no estado do Paraná em julho de 2020, pertence ao gênero estêncil, que faz parte do campo artístico. Os enunciados pertencentes a esse gênero são constituídos pela linguagem verbal e visual, podendo apresentar diferentes sentidos nos locais que são expostos, inclusive uma crítica. Na imagem a seguir verificaremos o enunciado analisado:

Figura 03. Estêncil de Bacuri (2020).



Fonte: Disponível em: encurtador.com.br/pAALS. Acesso em 02 jul. 2020.

O criador do estêncil exposto foi o artista de rua Bacuri, morador de Apucarana/PR que possui experiência com o grafite, mas desde 2016 cria e publica apenas estêncil. De acordo com o autor, suas obras sempre apresentam uma crítica

às crenças, sistemas, capitalismo e política. Com isso, seu público alvo são todas as pessoas que podem apenas fazer a decodificação do enunciado, como também podem interpretar e compreender os diferentes sentidos do texto¹⁰.

Tal enunciado foi publicado em um momento em que o cenário trabalhista se deparou com a greve dos entregadores de aplicativos, que tinham o objetivo de conseguir melhores condições de trabalho, reajustes nos pagamentos salariais e medidas de segurança nos tempos de pandemia da COVID-19. Além disso, também apresenta uma intertextualidade fazendo diálogo com o personagem de Charlie Chaplin (1889-1977), empresa *Ifood* e equipamentos do circo.

O autor espera que o leitor desse estêncil não compreenda apenas a arte, mas todo conteúdo do enunciado, inclusive a crítica. Isso já considerando que toda intertextualidade é de grande importância para a compreensão textual, pois carrega em si informações realocadas, que se ressignificam através do intertexto. Sendo assim, para total compreensão, o leitor não deve apenas decodificar a imagem, é necessário que faça uma interação com o enunciado para haver interpretação, que, para ser plena, depende do conteúdo temático relacionado com o intertexto *Modern Times* (1936), que serve de texto-fonte para o referido estêncil. Assim, já assumimos, com base na Linguística Textual, que a intertextualidade aqui presente se refere ao conteúdo, isso segundo a abordagem de Koch e Travaglia (2011) quanto às formas de intertextualidade.

Com isso, o conteúdo temático do enunciado analisado se volta para críticas sobre o modo de produção capitalista, que não valoriza os motociclistas entregadores de alimentos e, também, de qualquer outro produto. No entanto, para o liberalismo, pelo menos aparentemente, o trabalho sem registro em carteira é visto positivamente, como a criação de empregos. O autor apresenta sua opinião através da linguagem verbal e visual, contudo para entender sua posição enunciativa não se pode apenas decodificar, é necessário compreender e contextualizar o enunciado.

¹⁰ BACURI. *Bacuri: o estêncil e a crítica social*. [out. 2020]. Entrevistadores: Otávio Felipe Carneiro, Thaysa Gabriella Gonçalves e Wesley Mateus Dias. Apucarana, Unespar-PR, 2020. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Gêneros Discursivos em sala de aula: propostas de estudo e de didatização em sala de aula para os anos finais do ensino fundamental” da Unespar-PR.

A construção composicional do estêncil analisado envolve maior uso da linguagem visual, isso pode ser notado pelo personagem, trajado de roupa social e chapéu-coco, que se locomove em uma bicicleta com a roda dianteira maior que a traseira, desse modo, remete-se ao antigo modelo de bicicleta *Penny Farthing*¹¹ de 1860, comumente usada em espetáculos de circo. O personagem está levando em suas costas uma mochila quadrada térmica vermelha com o enunciado *ifood* em branco e, na roda dianteira, observa-se o enunciado *Modern Times*.

Assim, situando esse enunciado no contexto histórico temos a greve dos entregadores de aplicativos, como o *iFood*, *Uber Eats*, *Rappi* etc., que reivindicaram melhores condições de trabalho e reajustes nos pagamentos salariais, além de medidas de segurança de trabalho em tempos de pandemia, já que a maior parte dos entregadores trabalham na informalidade sem os devidos direitos.

A imagem do homem no estêncil remete ao ator Charlie Chaplin, especificamente ao seu personagem de maior popularidade, *The Little Tramp* ou *Carlitos*, como ficou conhecido no Brasil, um peralta gentil, simples, ingênuo e considerado muitas vezes como um verdadeiro cavalheiro. Contudo, do mesmo jeito em que ele luta para sobreviver, comer e trabalhar, ele também vive criando conflitos com pessoas de diferentes grupos sociais, pois são aqueles que não o toleram por ser pobre. O figurino da personagem consiste em calça largas, paletó, chapéu-coco, sapatos gastos e uma bengala de bambu.

O que reforça esse raciocínio se dá, também, pela presença da bicicleta modelo *Penny farthing* de 1860, ou seja, antiga, assim como a personagem de Chaplin, considerado, atualmente, como antigo. Por outro lado, a imagem remete aos entregadores de aplicativos, já que eles, além de usarem mochila térmica – como Chaplin na imagem, em quase todas as vezes, fazem suas entregas de motocicleta ou, até mesmo, de bicicletas em algumas cidades, por conta da sua facilidade, velocidade e economia. Ademais, esse modelo de bicicleta é muito utilizado para malabarismo dos palhaços em espetáculos de circo, podendo resultar em possíveis valorações que fazem alusão ao equilíbrio e modo de dirigir dos motociclistas.

¹¹ *Penny farthing* é um dos termos utilizados para descrever um tipo de bicicleta com a roda dianteira de grande dimensão e a traseira pequena. Disponível em: encurtador.com.br/ewXZ1. Acesso em 15 set. 2020.

O enunciado *iFood* na mochila térmica vermelha remete claramente aos entregadores e a marca da empresa de entrega por aplicativos mais conhecida no país, desta forma se fosse outra marca não se teria o mesmo sentido. A mochila vermelha é parte característica dessa empresa, como podemos ver na figura a seguir:

Figura 04. Mochila de entregador por aplicativo.



Fonte: Disponível em: encurtador.com.br/xGIX9. Acesso em 14 set. 2020.

Portanto, observamos que o personagem do estêncil retrata os entregadores, todavia, a relação com Carlitos pode ser mais aprofundada, já que notamos o enunciado *Modern Times* na roda dianteira da bicicleta, o que faz alusão ao filme *Tempos Modernos* (1936), de Charlie Chaplin, havendo como protagonista o personagem Carlitos. Deste modo, a nosso ver, trata-se de uma intertextualidade explícita, já que possuímos a referência completa ao nome do filme e a referência direta ao Charlie Chaplin e, conseqüentemente, ao personagem Carlitos. Assim, explicitaremos algumas relações entre o filme citado e o estêncil.

O filme *Tempos Modernos* (1936), com direção, roteiro e produção de Charlie Chaplin, retrata a vida de Carlitos como trabalhador em uma empresa de montagem em um período de pós-guerra. Nessa fábrica, é mostrada a exploração do trabalhador, visto que ele é submetido às várias situações de abuso, como quando é forçado a comer numa “máquina de alimentação” e em seu laboro diário, que é parafusar peças na esteira, a qual aumenta sua velocidade conforme o decorrer do dia. Posto isso, podemos perceber semelhanças com os entregadores de aplicativos, já que eles são colocados, diversas vezes, em condições precárias de trabalho e sem direitos previstos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), assim, para que obtenham

um ganho salarial é preciso que entreguem mais em menos tempo. Dessa forma, a velocidade de entrega se compara à velocidade da produção industrial.

O trabalho repetitivo e cansativo faz com que Carlitos sofra um colapso nervoso, não conseguindo parar de executar os mesmos movimentos sem estar trabalhando, além da vontade de parafusar qualquer coisa como botões das roupas de outros funcionários e da mulher, como também ele “parafusa” o nariz de outros empregados. No caso dos entregadores, o movimento pode não ser o de parafusar, mas eles também executam ações repetitivas como pilotar uma motocicleta, em que é necessário frear, acelerar, cambiar marchas, estacionar etc. A posição em que eles ficam quando estão fazendo entregas evidencia uma postura que incomoda ergonomicamente, não sendo confortável por várias horas, além de, fisicamente, sofrerem com ruídos altos, variações térmicas, vibração da motocicleta, o que leva ao desgaste das articulações, dores na coluna, hérnia de disco etc. Quimicamente, ao pilotar uma motocicleta, pode-se inalar poeira, fuligem, gases e outros vapores (ABRAMET, 1992).

Como Carlitos, que sofre um colapso, os entregadores estão sujeitos a vários tipos de acidentes, tanto no trânsito quanto nos casos citados anteriormente. Além do mais, como se vive no momento o período de pandemia, a exposição ao coronavírus (Sars-Cov-2) pode afetar a saúde dos profissionais, causando danos respiratórios e até levando à morte.

Consideramos, ainda, a pressão do trabalho em que o entregador se encontra, que pode vir tanto do empresário, dono do restaurante que emprega tais profissionais, quanto dos clientes que avaliam seu desempenho pelo aplicativo e às vezes discriminam-lhes¹². Assim, psicologicamente, os entregadores estão expostos a várias situações constrangedoras que os afetam, dessa maneira, eles arriscam suas saúdes física e mental para sobreviverem.

No filme, após Carlitos sair do hospital e regressar a sua vida cotidiana, ele descobre que a empresa em que trabalhava está fechada e os trabalhadores estão todos desempregados. Como no filme, o Brasil passa por um período de crise

¹² Entregador sofre ofensas racistas em condomínio de Valinhos. *Portal G1*, 07 ago. de 2020. Disponível em: encurtador.com.br/dfgBS. Acesso em 14 set. 2020.

econômica e política, tendo uma taxa de 11,8% de desemprego¹³, ou seja, cerca de 12,8 milhões de brasileiros sem emprego com carteira assinada e 29,1% trabalham na informalidade (IBGE, 2020), exercendo profissões com riscos e sem direitos trabalhistas previstos, o que é o caso dos entregadores. Sem previsão de carteira assinada e com necessidades de sobrevivência, muitas pessoas, em sua maioria homens, trabalham em condições precárias e de alto risco de acidentes e, ainda, sem garantias de estabilidade no emprego.

Com o desemprego, no filme, os trabalhadores organizam greves e outras paralisações que reivindicam melhores condições de trabalho (segurança, jornada etc.) e salários condizentes com a função exercida, uma vez que, são frutos da exploração trabalhista. Tais problemas se assemelham às reivindicações solicitadas na greve de entregadores, principalmente no que envolve as condições trabalhistas.

Ao decorrer do filme, Carlitos procura formas de conseguir algum dinheiro para sobreviver, até que a personagem *Ellen* (interpretada pela atriz Paulette Goddard [1910-1990]) encontra um emprego para ele, no cargo de garçom e cantor em um restaurante. Em seu ofício, Carlitos se desdobra para servir as refeições pelo salão, perdendo-se dos clientes quando há danças entre as mesas, além de não entregar corretamente cada prato para a pessoa que fez o pedido. No momento de sua apresentação como cantor, ao esquecer e perder a letra da música, ele improvisa de maneira humorada que satisfaz aos clientes do restaurante.

Posto isso, em comparação com a atualidade, a profissão de garçom ainda é muito importante em bares e restaurantes, logo, se refletirmos sobre o ofício de entregador de aplicativo, encontraremos muitas semelhanças com o garçom, já que a função exercida pelos dois profissionais é de entregar o pedido a alguém. A diferença, nesse caso, seria a distância percorrida por cada um, visto que o garçom caminha pelo bar/restaurante e o entregador, pela cidade. Portanto, assim como Carlitos se esforça para levar o pedido à mesa, enfrentando obstáculos como outras mesas e pessoas dançando, o motociclista se depara com dificuldades como o trânsito, tanto o tráfego de carro e de outros motociclistas quanto também semáforos, buracos na pista, obras nas ruas etc. A arte da improvisação, inerente a Carlitos, na hora de

¹³ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desemprego*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Publicado em 14 set. 2020. Acesso em 14 set. 2020.

cantar, deve ser considerada pelo entregador, já que, com seu veículo (motocicleta/bicicleta), ele tem que improvisar no trânsito para ser mais rápido e, muitas vezes, até infringir algumas leis de tráfego.

Desse modo, exposta a nossa reflexão sobre a relação entre o estêncil e o filme, podemos verificar que se trata de uma intertextualidade explícita, já que cita o intertexto e conforme anteriormente mencionado. Assim, para simplificar as relações e temas estabelecidos, expô-los-emos na tabela a seguir:

Tabela 1. Relações entre o filme e o estêncil.

Relações entre o filme e o contexto histórico da produção do estêncil.		
Tema abordado	Tempos Modernos (1936)	Entregadores de Aplicativos
Personagem	Carlitos (<i>The Little Tramp</i>).	Representação de Carlitos.
Exploração do trabalho	Ele é submetido às várias situações de abuso; forçado a comer numa “máquina de alimentação”; parafusar peças na esteira mais rápido possível.	Condições precárias de trabalho e sem direitos previstos pela CLT, para ganhar mais é preciso que entreguem mais em menos tempo.
Trabalho repetitivo	O trabalho repetitivo prejudica sua coordenação psicomotora.	O trabalho repetitivo prejudica sua coluna, suas articulações e ossos.
Doenças recorrentes	Carlitos sofre um colapso nervoso, agindo de maneira incontrolada.	Exposição a várias doenças e problemas psicomotores, principalmente, coronavírus (Sars-Cov-2). Além de exposição a situações constrangedoras.
Desemprego	A fábrica fecha e todos os funcionários são demitidos.	Atualmente, o país tem cerca de 12,8 milhões de brasileiros sem emprego.
Greve	Com o desemprego, os trabalhadores organizam greves, pedindo condições melhores de trabalho e salários condizentes com a função exercida.	A greve dos entregadores de aplicativos, em que reivindicaram melhores condições de trabalho e reajustes nos pagamentos salariais, além de medidas de segurança de trabalho em tempos de pandemia, já que a maior parte dos entregadores trabalham na informalidade sem os devidos direitos.

Trabalho temporário	Carlitos procura outros empregos, até que consegue uma vaga de garçom e cantor em um restaurante.	Sem oportunidades, muitas pessoas optam pela função de entregador de aplicativo pela grande demanda de serviço.
Improvisação	No momento de sua apresentação como cantor, ao esquecer e perder a letra da música, ele improvisa de maneira humorada que satisfaz os clientes do restaurante.	O entregador, com seu veículo, tem que improvisar no trânsito para ser mais rápido e, muitas vezes, até infringir algumas leis de trânsito para que entregue mais em menos tempo.

Fonte: os autores.

Diante do exposto, observamos que toda essa construção relacionada a uma intertextualidade direta à obra cinematográfica compõe um vislumbre de um entregador/*motoboy* que sofre com questões sociais e trabalhistas que são dispostas na sociedade desde tempos antigos. Além disso, observamos a atualização do enunciado do intertexto ao ser representado no novo texto através do estêncil: os entregadores e *motoboys* são cada vez mais necessários, de modo especial ao vivenciar a situação de isolamento social movida pela COVID-19, mas estão, ao mesmo passo, cada vez mais expostos a problemas que perduram, atingindo-os diretamente no que compete à qualidade de trabalho e de vida – e até mesmo estão expostos a situações de falta de reconhecimento.

Assim, podemos observar que todas as características verbais e visuais do enunciado estudado estão amplamente relacionadas à dimensão social e seus horizontes espaciais e temporais (referem-se ao local, suporte, cidade e contexto histórico em que o estêncil é produzido), ao horizonte temático (finalidade do conteúdo temático presente no enunciado) e ao horizonte axiológico (apresentamos o papel social do autor, suas possíveis valorações, ideologias e imagem que ele possui do seu enunciatário).

Considerações finais

Dados os levantamentos traçados, percebemos que o estêncil é um gênero discursivo composto por enunciados verbo-visuais que podem exprimir diferentes

sentidos e ressignificações nos/aos locais que estão situados, já que são carregados de crenças, valorações e ideologias relacionados ao contexto sócio-histórico. O gênero em estudo possui suas próprias dinâmicas na construção da paisagem urbana e no campo de atividade humana artística, apresentando na linguagem visual significados únicos.

Averiguamos, por meio da análise, que a intertextualidade explícita no estêncil realizado por Bacuri (2020) é parte constituinte e essencial para a compreensão do texto. Ainda que o (re)conhecimento do intertexto, *Modern Times*, possa ocorrer em maior ou menor escala pelo leitor, é necessário que se identifique a associação para que a compreensão e a interpretação sejam realizadas de forma efetiva e completa.

Mais do que auxiliar no processo de construção do sentido textual, a relação que é estabelecida entre os dois textos pode nos transmitir uma nova formatação do trabalhador entregador/*motoboy*, o que salienta a lacuna social que já existia na época de criação e veiculação do filme e persiste até os dias atuais. Logo, essa nova possibilidade de compreensão do entregador destaca uma questão social que se agrava, ainda que a classe trabalhadora clame por reconhecimento e por qualidade de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABRAMET. Associação Brasileira de Medicina de Tráfego. *Acidentes de motocicletas*. Jornal da ABRAMET, n. 4, p. 4-6, maio/jun., 1992.
- BACURI. *Bacuri: o estêncil e a crítica social*. [out. 2020]. Entrevistadores: Otávio Felipe Carneiro, Thaysa Gabriella Gonçalves e Wesley Mateus Dias. Apucarana, Unespar-PR, 2020. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Gêneros Discursivos em sala de aula: propostas de estudo e de didatização em sala de aula para os anos finais do ensino fundamental” da Unespar-PR.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011. p. 261-306. Tradução de: Paulo Bezerra.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- Entregador sofre ofensas racistas em condomínio de Valinhos. *Portal G1*, 07 ago. de 2020. Disponível em: encurtador.com.br/iklZ6. Acesso em 14 set. 2020.

- FRADE, I. Stencil como arte vivida. *Poiésis*. Florianópolis, n. 20, 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desemprego*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Publicado em 14 set. 2020. Acesso em 14 set. 2020.
- KOCH, I. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. Ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LEFFA, V. J. Interpretar não é compreender: um estudo preliminar sobre a interpretação de texto. In: VILSON J. L.; ARACY, E. (Orgs.). *Linguagens: metodologia de ensino e pesquisa*. Pelotas: Educat, 2012, p. 253-269.
- MODERN Times* (Tempos Modernos). Produção de Charlie Chaplin. Intérpretes: Charlie Chaplin, Paulette Goddard, Henry Bergman, Tiny Sandford, Chester Conklin. Roteiro: Charlie Chaplin. Estados Unidos da América: Charlie Chaplin Film Corporation, 1936. 1 vídeo (1h26min52s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HAPilyrEzC4>. Acesso em 13 set. 2020.
- PASSOS, H. Graffiti, pichação e stencil: resistências, existências e experiências na paisagem por sujeitos cultural/autônomos em Campos dos Goytacazes. *Revista Mundo Livre*. Campos dos Goytacazes, v. 3, n.2, 2017.
- Pezão sanciona lei que cria dia Marielle Franco contra genocídio da mulher negra. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18, jul. de 2018. Disponível em: encurtador.com.br/cisAU. Acesso em 05 out. 2020.
- VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- ZANELLA, A. V.; BUENO, G. Jovens, arte e o sentido da cidade. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul. n. 43, 2015.

Recebido em: 31/10/2020

Aceito em: 15/03/2021

O “maior” presidente da história do Brasil sob a ótica de Valentin Volóchinov – um estudo da significação e do tema na palavra ideológica¹

The “biggest” president in Brazil's history from the viewpoint of Valentin Volóchinov - a study of the meaning and theme in the ideological word

Wallace Dantas²

RESUMO: Memes são artefatos culturais (MARTINO; GROHMANN, 2017; LEAL-TOLEDO, 2013) muito divulgados atualmente nas mídias, por meio das redes sociais, formados por imagem e palavras que, dependendo, podem apresentar de conteúdo jocoso a reflexões mais sérias (mesmo que em tom piadístico), sempre, porém, partindo da cultura e do social no qual estão no momento de sua criação. Nesse sentido, neste artigo, temos a seguinte questão-problema: Quais sentidos são convocados em um *meme* cujo tópico discursivo é o Presidente Jair Bolsonaro no atual cenário político e social no qual se encontra a sociedade brasileira? Objetivamos, então, compreender o discurso do atual presidente do Brasil, sob a ótica de um meme, a partir de uma abordagem dialógica e interacional, tomando como categoria de análise uma palavra em específico, sob a ótica da *significação* e do *tema*, que são conceitos caros à teoria dialógica da palavra (Análise Dialógica do Discurso – ADD), que nos é apresentada pelo Círculo de Bakhtin. A análise aqui apresentada aponta para a importância dos contextos social, cultural e midiático nos quais o *meme* se insere. A ADD se mostrou profícua na compreensão do “fenômeno memético” aqui apresentado.

Palavras-chave: Meme; Tema; Significação; Palavra Ideológica; Abordagem Dialógica do Discurso.

ABSTRACT: Memes are cultural artifacts (MARTINO; GROHMANN, 2017; LEAL-TOLEDO, 2013) currently widely disseminated in the media, through social networks, formed by images and words that, depending on the content, can present jocular content to more serious reflections (even if in a joking tone), always, however, starting from the culture and the social in which they are at the moment of its creation. In this sense, in this article, we have the following problem question: What meanings are summoned in a meme whose discursive topic is President Jair Bolsonaro in the current political and social scenario in which Brazilian society is found? We aim, then, to understand the speech of the current president of Brazil, from the perspective of a meme, from a dialogical and interactional approach, taking as a category of analysis a specific word, from the perspective of meaning and theme, which are concepts dear to the dialogical theory of the word (Dialogical Discourse Analysis - ADD), which is presented to us by the Bakhtin Circle. The analysis presented here points to the importance of the social, cultural and media contexts in which the meme is inserted. ADD proved to be useful in understanding the “memetic phenomenon” presented here.

Keywords: Meme; Theme; Meaning; Ideological word; Dialogical Approach to Discourse.

... a significação [...] é absorvida pelo tema e dilacerada por seus conflitos vivos, para depois voltar como uma nova significação com a mesma estabilidade e identidade transitórias. (Valentin Volóchinov)

¹ Agradeço imensamente as leituras e orientações do Professor Dr. Manassés Morais Xavier (UFCG) nas primeiras versões de escrita deste texto. Qualquer lacuna é de minha total responsabilidade.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino/PPGLE da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: wallacedantaspb@hotmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9716-644X>

Introdução

Estamos em 2021³, em pleno século XXI, e vivemos um momento bastante difícil a nível global: a pandemia do novo coronavírus – algo que assola o mundo. Esse cenário tem acarretado outros cenários também difíceis, como, por exemplo, crises políticas oriundas da má gestão de muitos governantes de/em diversos países. No Brasil, chegamos à marca de mais de duzentos mil mortos pela COVID-19⁴, além de enfrentarmos uma crise política sem precedentes. E, em meio a essa crise política no contexto brasileiro, não podemos deixar de mencionar os discursos e ações daquele que foi eleito para governar o Brasil. E este artigo trata justamente disto: o discurso do presidente da República do Brasil, não na visão dele, mas na visão dos memes.

Memes são artefatos culturais (MARTINO; GROHMANN, 2017; LEAL-TOLEDO, 2013) muito divulgados atualmente nas mídias, por meio das redes sociais, formados por imagem e palavras que, dependendo, podem apresentar de conteúdo jocoso a reflexões mais sérias (mesmo que em tom piadístico), sempre, porém, partindo da cultura e do social no qual estão no momento de sua criação. Nesse sentido, temos a seguinte questão-problema que nos levou à produção deste texto: Quais sentidos são convocados em um meme cujo tópico discursivo é o Presidente Jair Bolsonaro no atual cenário político e social no qual se encontra a sociedade brasileira? Objetivamos, então, compreender o discurso do atual presidente do Brasil, sob a ótica de um meme, a partir de uma abordagem dialógica e interacional, tomando como categoria de análise uma palavra em específico, sob a ótica da *significação* e do *tema*, que são conceitos caros à teoria dialógica da palavra (ou caros à Análise Dialógica do Discurso – ADD), que nos é apresentada pelo famigerado Círculo de Bakhtin, a partir do livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem – problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem” (doravante MFL) escrito por Valentin Volóchinov.

³ É importante esclarecermos que o contexto que servirá de análise para nosso objeto de estudo é o contexto de 2020, que preferimos por relatar em detalhes neste texto para o entendimento do leitor.

⁴ Optamos por mencionar “duzentos mil” por ser um número fechado, no entanto, esses dados são atualizados diariamente pelo Consórcio de imprensa, formado pelo Jornal Folha de S. Paulo, site UOL, Jornal O Estado de S. Paulo, Jornal Extra, Jornal O Globo e site G1. Tal ação visa ao preenchimento da lacuna criada pelo ministério da saúde que, há meses, não fornece e nem atualiza a população brasileira sobre tais dados. O consórcio de imprensa tem acesso a esses números devido à parceria com as secretarias estaduais de saúde. Os dados do dia são sempre atualizados até às 20h.

Para tanto, propomos a seguinte organização deste artigo: apresentamos as bases da teoria bakhtiniana sobre a *significação* e o *tema* a partir da obra mencionada. Seguidamente, apresentamos breves notas sobre a “memética”, estudo ainda preliminar sobre os memes e que, em maior ou menor grau, vem sofrendo resistência dos meios acadêmicos sobre ser ainda uma suposta “teoria”. Em um terceiro momento, descrevemos o que chamamos de “caos na política brasileira na atualidade”, detendo nosso olhar para o presidente e seu grupo político, a partir do vídeo da reunião presidencial de 22 de abril de 2020, divulgado pela mídia por ordem de um dos decanos do Supremo Tribunal Federal (doravante STF). Depois, no quarto ponto, falamos sobre o Jornal Folha de São Paulo e sua relação com o presidente na atualidade – o referido Jornal foi escolhido tendo em vista que o meme em análise faz referência direta à Folha. Por último, temos as Considerações Finais.

Notas sobre “significação” e “tema”

Para Volóchinov (2018), a questão da significação é uma das mais difíceis da linguística. Não adentrarei, neste texto, em textos como *Discurso na vida e discurso na arte* e *Problemas da poética de Dostoiévski*, obras do famigerado Círculo de Bakhtin, não porque sejam menos importantes, mas por compreender que foi em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL) que, no Círculo, a partir de Volóchinov, nos deparamos com um aprofundamento do que seja *tema* e *significação*. É importante ainda apontarmos que em MFL, o conceito de *tema* é iniciado no capítulo 2, intitulado “O problema da relação entre a base e as superestruturas”, no entanto, é no capítulo 4, “Tema e significação na língua”, localizado na segunda parte da obra, que nos deparamos com a oposição e distinção entre o que seja *tema* e *significação*, ou seja, temos um aprofundamento conceitual.

À luz dessa distinção conceitual, *significação* é um estágio menor, inferior, inicial da capacidade de significar. Ela é única. Apresenta, apesar de vários e a depender da palavra, um único sentido e está presente em qualquer enunciado, ou seja, é totalizante. A *significação* é própria dos signos linguísticos, assim como das formas gramaticais da língua. Podemos também compreendê-la como sendo o sentido que tais signos linguísticos assumem a partir dos usos reiterados, repetidos, com esse ou aquele significado. A *significação*, portanto, é “um estágio mais estável

dos signos e dos enunciados”, considerando que tais signos são frutos de uma convenção, portanto (muitos) registrados nos dicionários, “podendo ser utilizados em diferentes enunciações com as mesmas indicações de sentido” (CEREJA, 2013, p. 220).

O *tema*, por sua vez, é inseparável do enunciado, estando fora do próprio enunciado, sendo, então, uma expressão histórica e concreta de uma determinada situação. O *tema* é totalmente dependente dos sujeitos que estão envolvidos na situação de comunicação, no uso da palavra e nas vozes que se fazem ouvir no processo de interação verbal, portanto, é único e irrepitível. Na composição do *tema*, não temos apenas a presença de elementos linguísticos e estáveis, mas temos também a presença de elementos extraverbais, que compõem a situação de produção, recepção, circulação e uso no processo de comunicação. Em outras palavras, o *tema* se soma à *significação* para compor o resultado final e interacional da construção de sentido.

Com fins de simplificar e sistematizar mais simploriamente esses conceitos, a partir de Volóchinov (2018), apresentamos o seguinte quadro com as principais características da *significação* e do *tema*:

SIGNIFICAÇÃO	TEMA
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Junto com o tema, ou melhor, dentro dele; ✓ “aspectos do enunciado que são repetíveis e idênticos a si mesmos”; ✓ Decompõe-se em uma série de significações em conformidade com os elementos linguísticos; ✓ Não há significação sem tema; ✓ “a pluralidade de significações é uma propriedade constitutiva da palavra”; ✓ Palavra só adquire tema se se figurar na qualidade de um enunciado completo; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Individual e irrepitível como o próprio enunciado; ✓ Expressa a situação histórica concreta que gerou o enunciado; ✓ Não apenas formas linguísticas, mas aspectos extraverbais da situação; ✓ É tão concreto quanto o momento histórico ao qual pertence; ✓ Não há tema sem significação; ✓ Deve se apoiar em uma significação estável – caso contrário, pode perder o sentido com o antes e o depois.

Fonte: Volóchinov (2018, p. 228-231)

Como podemos observar nos quadros apresentados aqui, a *significação* possui uma natureza abstrata, sendo (predominantemente) permanente e estável, estando para o signo abstrato, constituindo a palavra, já que sua existência é item constitutivo dos signos gramaticais existentes. O *tema*, conforme apresentamos no quadro acima, é individual e irrepitível como o é o próprio enunciado, sendo capaz, como já falamos, de expressar a situação histórica, concreta e real que fez gerar o enunciado. O *tema* está para além das formas linguísticas, atrelando-se, então, aos aspectos extraverbiais da situação social de comunicação, sendo concreto e único como é o momento histórico ao qual está vinculado.

Diante disso, à luz de Volóchinov (2018), a *significação* está para o inferior, atrelada à significação da própria palavra no sistema da língua, à palavra dicionarizada. O *tema*, por sua vez, é superior, estando para além da palavra enquanto sistema, enquanto palavra dicionarizada. Nesse embate do tema com a significação, temos o problema da *compreensão*.

A *compreensão* é ativa, porque os sujeitos envolvidos agem, interagem, determinam o *tema* no momento histórico e social no qual se encontram. A *compreensão*, para esse autor, possui um embrião de resposta, sendo essa *compreensão ativa* a responsável pela determinação e definição do *tema*, “pois um processo de formação só pode ser apreendido com a ajuda de outro processo de formação.” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 232).

Compreender, então, um enunciado do outro, alheio, significa o sujeito ativo se orientar em relação a esse enunciado, encontrando um lugar devido no contexto correspondente. É uma ação de acrescentar no referido enunciado “uma camada de palavras responsivas”. Diante disso, “toda compreensão é dialógica”, sendo a busca de uma antipalavra à palavra do falante (VOLÓCHINOV, 2018, p. 232).

Por fim, no tocante à *inter-relação entre avaliação e significação*, é importante compreendermos que qualquer palavra, seja ela qual for, não possui apenas um *tema* e uma *significação* no sentido objetivo, mas uma *avaliação*, porque todos os conteúdos objetivos existem na palavra viva, sendo ditos e/ou escritos no tocante à certa ênfase valorativa, sendo que “sem uma ênfase valorativa não há palavra”.

A *avaliação social* contida na palavra é transmitida entre os sujeitos a partir da *entonação expressiva* que, na maioria dos casos, é determinada pela situação mais

próxima, assim como, em muitos casos também, pelas circunstâncias efêmeras. Uma mesma palavra proferida é pronunciada com uma imensa variedade de entonações, dependendo das diversas situações e emoções contidas. Diante disso, podemos compreender que não existe enunciado sem avaliação, sendo o próprio enunciado uma *orientação avaliativa*, conforme já afirma Volóchinov (2018). “Por isso, em um enunciado vivo, cada elemento não só significa, mas também avalia”. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 236).

Considerar a *avaliação social* é de basilar importância para que possamos compreender a formação histórica tanto do *tema* quanto das *significações* que realizam esse tema. Para Volóchinov (2018), a formação do sentido da/na língua relaciona-se à formação do horizonte valorativo do grupo social; formação essa entendida como um conjunto de tudo o que é detentor de significação e/ou importância para o grupo social no qual os sujeitos se inserem. Com isso, evocamos a epígrafe deste texto, para finalizarmos este tópico, porque, à luz dessa *avaliação social*, concordamos com o teórico russo, para quem a *significação* é absorvida pelo *tema*, sendo dilacerada pelos conflitos vivos contidos no grupo social.

Notas sobre a “memética” ou Por uma abordagem teórica dos memes

O que se entende por meme na atualidade apresenta sua origem em 1976, com Richard Dawkins, no livro “O gene egoísta”, principalmente, no último capítulo da obra em questão quando o referido autor, a partir da equivalência quanto à ampliação de características, a partir de material genético, *gene*, traz à tona a propagação de ideias a partir de um material memético. Não é foco deste artigo trazer uma abordagem sobre questões biológicas atreladas aos *genes*, como bem fez Leal-Toledo (2013), no entanto, não podemos deixar de afirmar, até mesmo categoricamente, que o conhecimento sobre o “darwinismo”, passando especial e principalmente pelo chamado “Darwinismo Universal”, bem presente na obra de 1976, é de fundamental importância.

Usamos as palavras de Leal-Toledo para esclarecer o “Darwinismo Universal”, a partir de Dawkins (1976), dando ênfase ao chamado “replicador” que é tão caro à propositura de uma (talvez!) “teoria dos memes”:

Dawkins coloca, no início de todo o processo de evolução, o chamado “replicador”, sem especificar qual é esse replicador. Para haver um processo de evolução por seleção natural, é necessário um replicador com hereditariedade. Aqui surge o foco do chamado “Darwinismo Universal”: o importante do gene não é que ele é uma cadeia de DNA, porém, que ele é um replicador, ou seja, algo que faz cópias de si mesmo. Desse modo, se ele fosse feito de outra substância, a qual também pudesse se replicar, ele também seria alvo da seleção natural e, por conseguinte, da evolução. (...) (LEAL-TOLEDO, 2013, p. 188)

A partir dessa citação e entendendo que a compreensão quanto ao *darwinismo universal* é importante para uma abordagem teórica dos memes – no sentido pretendido por este artigo –, e já bem explicado por Leal-Toledo (2013), a ideia central do *darwinismo universal* é a ideia de que, a partir do momento que os recursos são escassos, os sujeitos⁵ de uma população variável que forem mais aptos, certamente, terão mais descendentes e, nesse caso, sua prole também será apta, já que essas aptidões são herdáveis. Essa prole, então, terá outras mutações, que a tornarão cada vez mais apta, dando origem, assim, a um processo de acumulação de mutações, popularmente conhecido de *seleção natural*. Compreendendo, assim, o que seja o *darwinismo universal*, conforme Leal-Toledo (2013, p. 191), compreenderemos o que é “memética”, que, simploriamente, deve ser entendida como “[...] o algoritmo da evolução por seleção natural aplicada diretamente à cultura”.

Como mencionado anteriormente, o conceito de memes surgiu no final da década de 1970 do século passado, pelo biólogo Richard Dawkins⁶, semelhante à cultura dos genes, isto é, a cultura estudada através do processo de evolução por seleção natural de memes: comportamentos, conceitos, ideias. Meme, então, é compreendido a partir dessas considerações como uma unidade de cultura que é transmitida, replicada, de pessoa para pessoa⁷. A cultura nesse contexto funciona por

⁵ Prefiro usar o termo “sujeito” para manter um diálogo com a teoria dialógica que fundamenta este arquivo. Do ponto de vista biológico, porém, me parece que o termo certo seja “indivíduo”.

⁶ “Richard Dawkins, in full Clinton Richard Dawkins, (born March 26, 1941, [Nairobi](#), Kenya), British evolutionary biologist, ethologist, and popular-science writer who emphasized the [gene](#) as the driving force of evolution and generated significant controversy with his enthusiastic [advocacy](#) of [atheism](#).” (Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Richard-Dawkins>. Acesso em agosto de 2020).

⁷ É de grande importância deixar claro que, para a ideia proposta neste artigo, não estamos considerando apenas e tão somente o conceito inicial de memes, mas optamos trabalhar com ressignificações desse conceito, atrelando a ideia do que seja meme a ações culturais e replicadores no ambiente da cultura digital, principalmente, considerando os dias nos quais estamos, nos quais as redes sociais e os espaços midiáticos vêm exercendo inimagináveis influências na vida, ações,

um processo de continua e ininterrupta replicação (MARTINO; GROHMANN, 2017), fazendo com que os memes dependam de uma constante e mudança adaptação para permanecerem.

O filósofo Daniel Dennett⁸ fez uso desse conceito de forma central em sua teoria da consciência⁹, divulgando pela primeira vez a possibilidade de uma ciência dos/para os memes: a “memética”. Na defesa dessa ciência, teremos Blackmore (1999) como sendo a estudiosa que mais se aproxima de uma defesa robusta sobre. No Brasil, mencionamos a tese de doutoramento de Leal-Toledo (2009) como sendo um estudo profícuo e aprofundado dessa ciência, entrelaçando, ao pensamento de Dawkins, as ideias de Blackmore e a filosofia de Dennett. Mesmo diante de tais estudos, a memética sofreu duras críticas e, atualmente, mesmo diante do primoroso cenário de debate e discussão, no âmbito das mídias, da cultura, do universo digital, do discurso, não se constituiu como ciência, com métodos e uma base empírica construída e bem consolidada.

Arelado à cultura, os memes não podem ser compreendidos, analisados e revisitados fora das relações históricas e sociais, assim como não podem ser compreendidos e analisados fora do contexto afetivo no qual se inserem (NUNES, 2001), em outros ditos, a lógica de recepção, compreensão e análise dos memes só acontece à luz da cultura, bem como da cultura popular. Nesse contexto, pensando conforme Martino e Grohmann (2017), os memes podem ser compreendidos à luz de uma vinculação interacional, seja na conversa cotidiana, seja nas interações midiáticas, nas quais se fazem presentes de forma incansável no século XXI, de forma a ressignificar situações e acontecimentos, em geral, a partir de um conteúdo jocoso.

No contexto digital, no qual o meme analisado neste artigo está, concordamos com Martino e Grohmann (2017) no tocante à sua materialidade, podendo vir na forma de imagens, vídeos, frases, enunciados e discursos, sendo compreendidos como

pensamentos e modos de todos os sujeitos socialmente constituídos. Não perdemos de vista o conceito amplo de *memes*, mas aqui estamos considerando a cultura digital e o ambiente midiático.

⁸ “Daniel C. Dennett, the author of *Breaking the Spell* (Viking, 2006), *Freedom Evolves* (Viking Penguin, 2003) and *Darwin’s Dangerous Idea* (Simon & Schuster, 1995), is University Professor and Austin B. Fletcher Professor of Philosophy, and Co-Director of the Center for Cognitive Studies at Tufts University.” (Fonte: School of Arts and Sciences – Tufts University. <https://ase.tufts.edu/cogstud/dennett/>. Acesso em agosto de 2020)

⁹ Para aprofundamento, ler Leal-Toledo (2006).

práticas culturais e estando, atualmente, sendo proliferados em maior intensidade no ambiente das mídias digitais. À luz desses autores, com os quais concordamos, que se fundamentam em Shifman (2013, 2014), os memes são compreendidos como imagens de vários tipos, nas quais são acrescentadas palavras que constituem uma determinada mensagem.

Os memes são de fácil acesso, portanto, populares, devido à facilidade de criação que possuem, havendo até sites próprios para tal feito. Para Milner (2013), por fim, eles, quando no ambiente digital, são “artefatos simbólicos multimodais criados, colocados em circulação e transformados por incontáveis participantes”.

O caos na política brasileira em 2020 – considerações sobre o presidente e seu grupo político no comando do Brasil

Jair Messias Bolsonaro, até então filiado ao Partido Social Liberal (PSL), em 2018, foi eleito o 38º Presidente da República Federativa do Brasil, derrotando o candidato Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT). Assumiu a presidência do maior país da América do Sul em 01 de janeiro de 2019.

Em 2020, a partir de março, em terras brasileiras, foi decretado isolamento social devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Diante de uma situação tão emblemática como essa, a atual gestão presidencial vem apresentando falhas, desgastes e incompetências no que diz respeito ao gerenciamento de ações para tentar, junto aos brasileiros, ao menos sanar os graves e irreparáveis danos na vida da população.

Em meio a tantas crises e situações que não cabem neste artigo, tivemos, em especial, algumas situações bem complicadas que até hoje se refletem na vida da população brasileira. Conforme dados divulgados na mídia, em maio, estávamos com pouco mais de 22 mil mortos brasileiros pelo novo coronavírus. Atualmente, meados de agosto de 2020, passamos de 100 mil mortos¹⁰.

Foi de meados de abril para maio que, em meio a uma grave crise política no atual governos, tivemos a saída de então ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta

¹⁰ Lembramos aqui o que explicamos na nota de rodapé nº 03.

(02/01/2019 a 16/04/2020)¹¹, por divergências com o presidente. Em seguida, assume o ministério o médico Nelson Teich (16/04/2020 a 15/05/2020)¹², que, em menos de um mês, também deixa a pasta o Ministério da Saúde por motivos de divergências com o presidente. Até a escrita deste artigo, o referido ministério ainda continua sem um ministro da saúde efetivo e com formação condizente para o cargo, tendo como ministro interino o senhor Eduardo Pazuello, que apresenta apenas formação militar.

Um pouco antes desses casos de saída no Ministério da Saúde, tivemos o pedido de demissão do então Ministro da Justiça e Segurança Pública, o senhor Sérgio Fernando Moro, pelo motivo de não ter aceitado nenhum tipo de interferência na Polícia Federal (PF), por parte do presidente ao demitir o então diretor da PF, o senhor Maurício Valeixo, que foi indicado ao cargo de diretor pelo ministro Sérgio Moro. A demissão do então diretor, conforme afirmou Moro em várias reportagens, acontecia sem motivos técnicos, mostrando uma tentativa de interferência, por parte daquele que, em campanha, sempre pregou a honestidade e a posição de ser contra a corrupção¹³.

Nesse contexto, o, agora, ex-ministro Sérgio Moro afirma que há provas incontestáveis contra o presidente, que provam que o presidente queria interferir na PF: conversas de *WhatsApp* e a gravação de uma reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020. Pela mídia, as conversas foram divulgadas, assim como o tal vídeo que, por sua vez, desencadeou uma onda de análises por parte de especialista, divergência de opinião entre a base apoiadora do atual governo, críticas ferrenhas por parte da oposição, além de uma situação mais acirrada com o Supremo Tribunal Federal (STF), pelo fato de um de seus ministros, o decano Celso de Melo, ter quebrado o sigilo da reunião de 22 de abril, expondo, assim, o que parte significativa da população já sabia, até mesmo antes do atual governo assumir o poder: que foi eleito o presidenciável mais incompetente da história da República Brasileira. O que se viu na tal reunião foi um show de palavrões, da falta de decoro por parte de outros ministros do atual governo e, principalmente, a falta de planos estratégicos para que o Brasil fosse/seja minimamente bem governado.

¹¹ Para mais informações sobre a saída de Mandetta: encurtador.com.br/eluQV

¹² Para mais informações sobre a saída de Teich: encurtador.com.br/rsBEG

¹³ Para mais informações sobre o caso envolvendo a demissão do então Ministro Moro: encurtador.com.br/rAGPS

A grande mídia nacional, em especial canais como Globo, Globonews e CNN – este último, no dia da liberação do vídeo pelo já mencionado ministro, divulgou o vídeo na íntegra –, apresentaram reportagens mostrando a realidade, seguida de análises de comentaristas e especialistas sobre o que se estava sendo assistindo naquela ocasião. Apesar da grande repercussão, contrariando as afirmações do ex-ministro Moro, o vídeo não foi suficiente para que uma abertura de um dos mais de 50 processos protocolados de impeachment não fosse iniciada, fazendo com que o atual presidente, mesmo diante das atrocidades que vem cometendo, continue no poder.

Um dos momentos, digamos, curiosos do tal vídeo diz respeito às críticas que o presidente realiza à editora Globo e ao Jornal Folha de S. Paulo. Em especial, as críticas do presidente e de seu grupo de apoio ao Jornal Folha de S. Paulo são inúmeras, muitas vezes, inclusive, atacando a liberdade da imprensa de passar à sociedade as notícias, e muitas vezes ferindo o direito constitucional da liberdade de expressão. É à luz de todo esse contexto apresentado, de fortes críticas à imprensa, em especial ao referido jornal, a partir do vídeo mencionado neste tópico, que, na próxima seção, faremos a análise do meme que escolhemos, considerando o contexto no qual ele foi reproduzido, momento esse já descrito aqui.

Do jornal Folha de S. Paulo e sobre o “maior” presidente do Brasil: o menor presidente através do meme

O Jornal Folha de S. Paulo é o produto mais importante oferecido pelo Grupo Folha¹⁴ à sociedade brasileira, desde a sua fundação 19 de fevereiro de 1921. Em 99 anos de existência, não curiosamente, a Folha possui como slogan atualmente “Um jornal a serviço da democracia”.

¹⁴ “O Grupo Folha é um dos principais conglomerados de mídia do país. Controla o jornal de maior circulação e influência (Folha de S. Paulo), o site noticioso de jornal com mais audiência (www.folha.com.br), o Datafolha, um dos institutos de pesquisa mais respeitados do país, uma agência de notícias (Folhapress), um dos maiores e mais modernos parques gráficos da América Latina (CTG-F), a Transfolha, empresa de logística que também é dedicada à distribuição de produtos do Grupo Folha, uma gráfica dedicada a jornais e folhetos para empresas, editoras e agências de publicidade (FolhaGráfica) e a SPDL, empresa de distribuição e logística estabelecida em associação com o jornal “O Estado de S. Paulo””. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em agosto de 2020.

Em 2020, no vídeo descrito no tópico anterior, o atual presidente chama o Jornal Folha de São Paulo de “bosta” e, além de muitas outras afirmações, diz que demitirá do seu governo quem for elogiado pelo referido jornal. Vamos às palavras proferidas pelo presidente:

Aí a **bosta** da Folha de S. Paulo diz que meu irmão foi expulso de um açougue em Registro que estava comprando carne sem máscara. Comprovou no papel, estava em São Paulo esse dia. O dono do açougue falou que ele não estava lá. E fica por isso mesmo. Eu sei que é problema dele, né? Mas é a putaria o tempo todo para me atingir, mexendo com a minha família. (FOLHA DE S. PAULO, 2020 – grifos nossos)

Na ocasião mencionada, o presidente faz referência a uma reportagem do jornal que investigou a presença do irmão do presidente a um açougue, sem máscara. Segundo a Folha, o irmão dele foi ao açougue, não usando máscara, fato comprovando por duas pessoas, além da dona do estabelecimento. No entanto, um dia depois das palavras proferidas em entrevista ao jornal, a dona do estabelecimento disse que confundiu a pessoa do irmão do presidente com outra.

Em outro momento do vídeo, o presidente volta a atacar o Jornal Folha de S. Paulo, assim como o Jornal O Globo¹⁵ e o Jornal O Antagonista¹⁶. Vamos às palavras do presidente:

Aqui eu já falei: perde o ministério quem for elogiado pela Folha ou pelo Globo. Pelo Antagonista, né? Então, tem certos blogs aí que só tem notícia sobre ministro. Eu não sei como. O presidente leva porrada, mas o ministro é elogiado. A gente vê por aí. ‘O ministério está indo bem, apesar do presidente’. Vai pra puta que o pariu, porra. Eu que escalei o time, porra. Trocamos cinco. Espero trocar mais. (FOLHA DE S. PAULO, 2020)

Alguns pontos, nos ditos acima, nos chamam atenção:

- 1) A incapacidade de receber críticas, enquanto seus ministros, em algum momento, recebem elogios, ao afirmar que quem for de sua equipe e for elogiado por algum veículo de imprensa, em especial os mencionados, será sumariamente demitido;

¹⁵ <https://oglobo.globo.com/>

¹⁶ <https://www.oantagonista.com/>

2) A quantidade, em um único enunciado, de palavrões mencionados numa reunião na qual deveria haver todo o decoro e responsabilidades possíveis. Na citação acima, temos duas ocorrências da expressão “porra”, e uma ocorrência da expressão “puta que o pariu”, mostrando uma verdadeira quebra de decoro para alguém que preside um país. Essas três ocorrências de palavras fazem parte de um total de 29 proferidas pelo presidente na reunião em questão¹⁷, em que usa vocabulário chulo, palavras de baixo calão sempre para ofender governadores e prefeitos que considera adversários, como para atacar a impressão (como temos visto no decorrer deste texto).

É importante, antes de seguirmos na descrição de trechos do mencionado vídeo e, assim, chegarmos ao meme que queremos analisar, ver a importância do que Volóchinov (2018) afirma sobre o *tema*, como vimos no início deste artigo. O *tema* é atrelado ao momento histórico e social que permeia a palavra usada nessa ou naquela situação. Diante disso, é importante esclarecermos que o momento histórico no qual estamos, enquanto cidadãos brasileiros, define como impensáveis tais palavras serem proferidas numa reunião ministerial, na verdade, em qualquer reunião se queira séria.

É importante vermos como o *tema* se faz presente, consideração a posição ocupada pelo presidente e o momento no qual tais palavras foram proferidas, tanto que, após a mídia divulgar o quantitativo das palavras em questão, o mesmo se “desculpou” e afirmou que havia a presença de palavrões, mas que isso era o jeito dele, que ele sempre “brinca” com os ministros. No entanto, conforme citação, é perceptível que não há, em nenhum momento, o “tom” de brincadeira, mas, de certa forma, de falta de respeito e de ameaça para com os presentes na reunião, ou seja, para com os ministros com os quais sempre brinca. Mesmo diante de tal “justificativa”, o presidente não modificou o *tema* que se construiu nas palavras usadas na referida reunião; penso, na verdade, que apenas intensificou a historicidade que tais palavras ganharam, considerando todos os elementos extraverbais que as compõem.

Continuando, em momentos posteriores, o presidente, veementemente, critica a imprensa, no tocante ao vazamento de informações sobre seu governo, dentre

¹⁷ Conforme Jornal Nacional, edição de 22 de abril de 2020. Fonte: GloboPlay. Acesso em agosto de 2020.

outras coisas, afirmando que é preciso ignorar 100% o que é divulgado na mídia sobre seu governo, usando a palavra “pulhas” para ofender a imprensa brasileira.

Essas descrições são fundamentais para que venhamos, conforme Volóchinov (2018) afirmou, compreender o contexto histórico e social no qual a palavra é usada para que, com êxito, possamos compreender o *tema* que se torna único e irrepetível assim como é o momento norteador de significações no qual a palavra se insere. Nesse sentido e após a exposição acima, evocamos o meme que escolhemos para análise:



Fonte da imagem: Google.com – Acesso em agosto de 2020

É importante vermos de imediato que, após o momento histórico no qual o atual presidente do Brasil afirma que ser elogiado pela imprensa, em especial Jornal Folha de S. Paulo e o Jornal O Globo, é motivo para ser retirado da equipe, ser demitido e deixar o governo, houve a criação do meme acima. Na legenda que está no gênero em questão, temos: “Em reunião, Bolsonaro afirmou que quem fosse elogiado pela **Folha** ou pelo **O Globo**, perderia o cargo. Só estamos testando um negócio aqui”.

Percebemos a necessidade de a imprensa elogiar o “maior” presidente da história do Brasil, para, assim, ele deixar o cargo. É notório o jogo com a palavra “maior”, não no sentido de elogiar o cidadão que está na foto, mas de apontar uma crítica, de forma explícita àquele que, na visão de muitos especialistas, tem exercido o pior mandato da história da República Brasileira, ou seja, na verdade, é o “menor” presidente de todos os que já foram eleitos.

Etimologicamente, a palavra “maior” vem do latim ‘*māior*’ e apresenta as seguintes acepções:

1. Que supera outro em número, grandeza, extensão, intensidade etc., superior;
 2. Que está com mais de (determinada idade), mais velho;
 3. Que atingiu a maioridade;
 4. (na música): Diz-se dos intervalos de segunda e terça que medem um e dois tons, respectivamente;
 5. (na música): Diz-se de escala ou modo cuja terça é maior (acp.4);
 6. (na música): Diz-se de acorde que, no estado fundamental, contém a terça maior (acp.4);
 7. Ancestrais, antepassados, ascendência.
- (Definições de Oxford Languages – acesso em agosto de 2020)

No meme em questão, conforme as *significações* acima apresentadas, percebemos que o termo “maior” foi usado na primeira acepção, “que supera outro em número, grandeza ou extensão, intensidade”. Ou seja, o referido cidadão é “o maior presidente do Brasil”. Conforme Volóchinov (2018), a *significação* está para a palavra dicionarizada, está para o sentido canônico, por assim dizer, do que a palavra quer dizer.

O *tema* da palavra “maior”, por sua vez, como a abordagem do Círculo de Bakhtin nos demonstra, em especial em MFL, está para além da palavra, atrelando-se ao momento histórico e social que circunda o uso, a recepção, a interação e a avaliação da palavra aqui em questão.

A partir do contexto aqui já apresentado, no qual, conforme ditos do presidente, quem for elogiado pela imprensa terá sua saída do governo, o *tema* da palavra “maior” surge como uma tentativa de, ao elogiar o presidente, fazer com que ele venha a sair do governo. Percebemos, então, uma espécie de contradição, crítica, ironia quanto ao

uso da referida palavra, com fins de apenas e tão somente “testarmos um negócio aqui”, ou seja, conseguir a saída do presidente de seu cargo.

Conforme apresentamos, à luz do que diz Volóchinov (2018), percebemos o qual o *tema* é inseparável do enunciado e como ele está fora do próprio enunciado, afinal de contas, o uso da palavra “maior” quer, na verdade, dizer o contrário, i.e, que o atual presidente é o “menor” presidente da história do Brasil. Percebemos, conforme a teoria do Círculo de Bakhtin, como o *tema* é dependente dos sujeitos que estão envolvidos na situação e como é dependente, também, da historicidade do momento.

Quem é contrário ao governo atual, sem entender o contexto e o conteúdo da reunião ministerial de 22 de abril de 2020, certamente, não concordará com o enunciado “O maior presidente da história do Brasil”, ou também se não ler atentamente a legenda, de caráter explicativo, que acompanha a foto. No entanto, conforme Volóchinov (2018), para que o tema seja efetivamente construído, não devemos apenas considerar os elementos verbais (se assim o for, estaremos no nível da *significação*).

O *tema*, além dos elementos linguísticos, afinal não há *tema sem significação*, apresenta a presença de elementos extraverbais caros à criação e manutenção do seu sentido, como a produção, recepção, circulação e uso no processo de comunicação (VOLÓCHINOV, 2018). No caso em questão, temos os ditos do presidente no contexto de uma reunião ministerial, a presença de seus ministros e demais pessoas que integram sua equipe, os elogios de alguns veículos de imprensa a ministros, a exemplo do Mandetta, e não ao presidente, e tudo isso num cenário de pandemia do novo coronavírus, como a que estamos vivendo a partir de disseminação do vírus Sars-Cov.2, ou, como é conhecido, COVID-19. Como podemos perceber, conforme Volóchinov (2018) em MFL, o *tema* se soma à *significação* para, assim, construir o resultado final e interacional da construção de sentido.

Assim como o *tema* na palavra “maior”, o meme em questão está atrelado à cultura, ao momento histórico no qual ele foi produzido, corroborando para o que falamos anteriormente de que o meme não pode ser compreendido, analisado e revisitado fora das relações sociais e históricas, nem fora do contexto afetivo no qual se insere (NUNES, 2001). É perceptível, portanto, como esse gênero dialoga com a perspectiva dialógica da linguagem, com os sujeitos: os que criam e os que propagam,

a partir da concepção de replicar e de espalhar, com a intenção de ressignificar situações e acontecimentos.

O meme em análise foi proliferado a partir da imagem que o compõe: o presidente, com a faixa que recebeu ao tomar posse, com um semblante relativamente positivo, com um sorriso (até mostrando uma suposta simpatia) e, acima, com a frase “O maior presidente do Brasil”. Observem que sem a historicidade, sem o conhecimento da situação que circunda os fatos históricos, o leitor até pode compreender a pessoa na imagem (texto não verbal) como sendo a pessoa que se descreve nas palavras que estão acima da imagem (texto verbal). Vemos os ditos de Shifman (2013, 2014) para quem os memes, imagens de vários tipos e formas, nas quais podem ser acrescentadas palavras que, juntas, comporão determinado conteúdo.

A mensagem passada pelo meme em análise, então, é o contrário do que ela diz: o atual presidente não é o “maior” presidente da história do Brasil. E quem afirma isso, mesmo que contrariamente em termos de palavras, não é o meme que ora analisamos, mas os fatos sociais, históricos e culturais que, atualmente, compõem a narrativa histórica do Brasil desde 01 de janeiro de 2019. Para não ficar apenas nas nossas palavras, expomos aqui, para esclarecer ao leitor deste artigo, os fatos aos quais nos referimos (apenas os principais, já que elencar todos nos faria fugir dos objetivos traçados para este artigo):

- a. ausência de políticas públicas de combate ao novo coronavírus (prova disso é que, após a saída dos dois ministros da saúde aqui mencionados, até a data de escrita deste artigo (agosto de 2020), não temos um ministro da saúde);
- b. acusação de interferência na PF para proteger um dos filhos de investigação no caso das “rachadinhas” (esse caso diz respeito a desvios de dinheiro por parte de um dos filhos do presidente enquanto deputado estadual no Rio de Janeiro/RJ, desvios esses executados pelo Queiroz (Fabricio Queiroz) e comandado por um dos filhos do presidente, o Flávio Bolsonaro);
- c. críticas negativas à imprensa como um todo, em especial ao Jornal Folha de S. Paulo e à Rede Globo, assim como ao Jornal O Globo;
- d. práticas preconceituosas a grupos minoritários do/no Brasil (a exemplo dos homossexuais e as feministas);

e. inobservância à CF, quando não garante saúde a todos os brasileiros (chegamos à marca de cem mil mortos pelo novo coronavírus), assim como impedir a liberdade de imprensa e de opiniões.

É importante, por fim, se notar a pluralidade de significados que uma palavra pode possuir, no entanto, o *tema*, sendo único e irrepetível e atrelado ao momento no qual se liga à palavra, se atrela a esses significados, trazendo uma *compreensão valorativa* por parte do sujeito que dialoga com o discurso contido no referido material multimodal. Essa *compreensão* resulta numa *avaliação social* que nos faz entender a formação histórica do *tema* – que no caso em análise se atrela ao meme, esse objeto cultural e tão dinâmico no século XXI.

O meme, nesses termos, nos faz ter uma posição valorativa quanto ao que está sendo dito em seu interior, acionando um conhecimento social e histórico tão necessário a sua compreensão. É um dialogismo sublime que, (in)diretamente, exige de seus interlocutores, no referido processo de interação (afinal, sim, há uma interação entre o sujeito e o referido gênero), o conhecimento além dos aspectos verbais e linguísticos e/ou imagéticos que porventura estejam constituindo o meme.

Considerações Finais

Neste texto não propusemos uma análise exaustiva das ações do atual governo, nem expor uma opinião particular do autor, mas pensamos em concretizar o objetivo que foi traçado: compreender a importância do meme, como artefato cultural, à luz de uma abordagem dialógica da língua, olhando como o *tema* e a *significação* se fazem presentes na veiculação de enunciados por intermédio desse recurso, no nosso caso, digital.

Percebemos, claramente, que não há como entender a mensagem divulgada por meio de um meme, se não compreendermos os aspectos históricos, sociais e midiáticos que o circundam. Tais aspectos são basilares para a definição do *tema* na palavra, afinal, *tema* sem história não acontece.

Não há possibilidades de “temas” na palavra, mas há de “significados”. O *tema*, como ficou demonstrado, é único e irrepetível, apesar de não haver *tema* sem

significações e vice-versa. Não há como se pensar em *tema* de forma isolada, unilateral, sem diálogo e sem contexto social e cultural.

Não desconsiderando outras abordagens de uso da língua e do discurso, mas pensamos que a abordagem dialógica da linguagem, do famigerado Círculo de Bakhtin, seja de grande importância, na atualidade, para se compreender o que, aqui, chamamos de “fenômenos meméticos”, ou seja, discursos que emanam dos memes digitais, veiculados, portanto, no mundo virtual e tão presente no nosso dia a dia.

Reiteramos o que falamos no decorrer deste texto: os ditos de Volóchinov (2018) para quanto à compreensão de *significação* e *tema* são basilares para a compreensão da palavra, que é um signo ideológico por excelência. Em outros ditos: os memes são carregados de enunciados ideológicos. Por isso é de grande importância compreender os fatores externos que o originaram, suas ideologias. No caso em questão neste artigo, o contexto atual e político deve ser entendido para que, efetivamente, também se entenda a compreensão do enunciado “O maior presidente da história do Brasil”, para quem, venhamos e convenhamos, é totalmente o contrário. E contra fatos não há argumentos, mas há memes que nos levam à reflexão desses fatos.

REFERÊNCIAS

- BLACKMORE, S. *The Meme Machine*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CEREJA, W. Significação e tema. Brait, Beth (Org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 201 – 220.
- LEAL-TOLEDO, G. DennettandChalmers: argumentsandintuition. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 123-132, 2006. Disponível em: encurtador.com.br/sLNP5.
- LEAL-TOLEDO, G. *Controvérsias Meméticas: a ciência dos memes e o darwinismo universal em Dawkins, Dennett e Blackmore*. Rio de Janeiro, 2009. 467p. Tese de Doutorado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- LEAL-TOLEDO, G. Em busca de uma fundamentação para a mimética. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n. 1, p. 187-210, Jan./Abril, 2013.
- MARTINO, L. M. S.; GROHMANN, R. A longa duração dos memes no ambiente digital: um estudo a partir de quatro geradores de imagens *online*. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 19, n. 1, p. 94 – 101, janeiro/abril 2017. DOI: 10.4013/fem.2017.191.09. Disponível em: encurtador.com.br/hsFSY.
- MILNER, R.M. Pop Polyvocality: Internet Memes, PublicParticipation, and the Occupy Wall Street Movement. *International Journal of Communication*, 2013, p. 2357 – 2390.

NUNES, M.R.F. *A memória na mídia: a evolução dos memes de afeto*. São Paulo, Annablume, 2001, 168 p.

SHIFMAN, L. Memes in a Digital World: Reconciling with a Conceptual Troublemaker. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 2013, p. 362–377. DOI: <https://doi.org/10.1111/jcc4.12013>

SHIFMAN, L. 2014. *Memes in digital culture*. Massachusetts, MIT Press, 226 p.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad.: Sheila Grilo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

Recebido em: 01/11/2020

Aceito em: 28/02/2021

O papel da metáfora no desdobramento textual de músicas gospel: uma análise à luz da semântica cognitiva

The role of metaphor in textual development of gospel music: an analysis in the light of cognitive semantics

Bruno de Jesus Espírito Santo¹

Resumo: Para a comunidade protestante, as músicas gospel funcionam como um canal efetivo de estabelecimento de interlocução com o sagrado. Por meio delas, os evangélicos extrapolam-se emocionalmente, conectando-se, assim, com Deus (BEZERRA, 2016). Fora dos muros dos templos, elas ainda alcançam ouvidos de adeptos de outras religiões como a espírita e a católica (MOURA; SOARES; NASCIMENTO, 2015), além de servirem também como instrumento terapêutico para tratamento de pessoas com diagnóstico terminal (FERREIRA, 2017). À vista disso, ao percebermos a sua relevância no cenário social, bem como ao sabermos que anualmente elas são responsáveis por uma arrecadação de mais de R\$ 2 bilhões de reais (GUARDA, 2018), este trabalho buscará observar como a metáfora, entendida aqui como dispositivo elementar de organização do discurso (LAKOFF & JOHNSON, 1980; DEIGNAN, 2005; SEMINO, 2008; VEREZA, 2007, 2010, 2017; MORATO, 2017; SANTO, 2019), constitui e estrutura essas canções, fazendo suas mensagens e suas intencionalidades discursivas emergirem no mundo de forma textualmente coesiva e coerente. Tal aferição, ao demonstrar o papel da linguagem figurada na estruturação e na formação de sistemas socioculturais religiosos como o cristão evangélico, aponta para a reflexão acerca da sua potencialidade, a qual verifica o seu caráter como patrimônio humano de comunicação e expressão.

Palavras-chave: Semântica Cognitiva. Metáfora. Músicas Gospel.

Abstract: For the protestant community, gospel music functions as an effective channel for establishing dialogue with the sacred. Through them, the evangelicals extrapolate emotionally, thus connecting with God (BEZERRA, 2016). Outside the walls of the temples, they still reach the ears of adherents of other religions such as the spiritism and the catholic (MOURA; SOARES; NASCIMENTO, 2015), and also serve as a therapeutic tool for the treatment of people with terminal diagnosis (FERREIRA, 2017). In view of this, as we realize their relevance in the social scenario, as well as knowing that they are responsible for an annual collection of over R\$ 2 billion (GUARDA, 2018), this work will seek to observe how the metaphor, understood here as an elementary device for organizing discourse (LAKOFF & JOHNSON, 1980; DEIGNAN 2005; SEMINO, 2008; VEREZA, 2007, 2010, 2017; MORATO, 2017; SANTO, 2019), constitutes and structures these songs, making their messages and their discursive intentions emerge in the world in a textually cohesive and coherent manner. This assessment, by demonstrating the role of figurative language in the structuring and formation of religious socio-cultural systems such as the protestant, points to reflection on its potentiality, which verifies its character as a human patrimony of communication and expression.

Keywords: Cognitive Semantics. Metaphor. Gospel songs.

¹ Mestrando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: bruno.gel@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4592-463X>

Introdução

A música gospel é, para os evangélicos, um instrumento de conexão e comunicação com Deus. Segundo a cantora Ana Paula Valadão (2015), responsável pelo Ministério de Louvor Diante do Trono, os louvores executados nos cultos que ocorrem nas milhares de igrejas evangélicas ao redor do Brasil traduzem-se como genuínas orações cantadas. Nessas ocasiões, mãos erguidas e expressões de adoração, redenção e gratidão, bem como pulos e choros, revelam como essas canções servem como uma ponte: querendo encontrar o espiritual e o divino, os indivíduos extrapolam-se emocional e subjetivamente por meio delas (BEZERRA, 2016).

Partindo para uma observação de caráter mais amplo, é preciso dizer que atualmente as canções gospel têm ultrapassado as barreiras dos templos evangélicos, repercutindo de maneira relevante em outros campos de atividade sociocultural. Guarda (2018), por exemplo, afirma que, no Brasil, o mercado fonográfico protestante é responsável por um grande impacto no cenário musical, marcando uma vendagem anual calculada em mais de R\$ 2 bilhões de reais ao ano. Moura, Soares e Nascimento (2015) verificam que, ao ser utilizado como produto de evangelização de massas numa sociedade singularmente midiaticizada pela religiosidade com a presença, por exemplo, de canais de TV abertos, como a Rede Record, pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), este bem cultural acaba penetrando a rotina de membros de outras matrizes religiosas tais quais a católica e a espírita, que o cantam afim de se aproximar do divino. Ferreira (2017) também observa que as melodias supracitadas ainda possuem importância pontual para o campo da saúde, uma vez que, quando executadas em salas de tratamento para pacientes com diagnóstico de câncer terminal, ajudam essas pessoas no consolo de suas dores e na manutenção da esperança de suas longevidades de vida.

Ao exemplificarmos aqui alguns dos valores religiosos e sociais que a canção gospel representa, bem como ao percebermos que, tal qual aponta Bandeira (2017), há sobre ela muitos estudos nas ciências da mídia, da comunicação e de mercado, e poucas investigações científicas acerca dos mecanismos internos que a arquiteta como sistema de significados, traremos em tela a Linguística, a fim de que possamos diminuir essa defasagem ao refletir como o maquinário sociocognitivo da linguagem articula-se em favor da sua existência.

Nesse sentido, citamos Koch (2002), que afirma que, quando um indivíduo procura fabricar o seu “projeto de dizer”, ele opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, fazendo escolhas significativas para representar os estados das coisas, com vistas à concretização desse propósito. Perante essa finalidade, os falantes podem utilizar-se, como assinala Morato (2017), dos construtos da figuratividade, entre os quais a metaforicidade elenca-se como um recurso linguístico essencial para que a discursividade da religiosidade, de âmbito cognitivamente abstrato (KÖVECSES, 2002), seja produzida e processada de maneira textualmente coesiva e coerente.

Ao constatarmos que a Semântica Cognitiva possui, dentre as propostas teórico-metodológicas que buscam adentrar o complexo universo da significação, uma das melhores abordagens para que um pesquisador possa aferir como os sujeitos modelam as materialidades simbólicas que formam as suas cognições socioculturalmente situadas (SALOMÃO, 1999), estudaremos como a metáfora é utilizada como fio condutor essencial do sentido e do desdobramento textual de músicas evangélicas.

A partir do uso da Teoria da Metáfora Conceptual e seus desdobramentos sociais e cognitivo-discursivos que evidenciam o papel da metáfora no discurso (LAKOFF & JOHNSON, 1980; DEIGNAN, 2005; SEMINO, 2008; VEREZA, 2007, 2010, 2013, 2017; MORATO, 2017; SANTO, 2019), procuraremos mostrar, por meio da análise das canções gospel *Teu amor não falha*, interpretada pela cantora Nívea Soares (2012), e *Caia fogo*, interpretada pelo cantor Fernandinho (2012), a essencialidade da linguagem figurada para que essas expressões venham se constituir como símbolos que demarcam a identidade da cultura protestante. Com mais de 20 milhões de execuções no YouTube (2020) em cada uma das músicas escolhidas como *corpus* de análise deste trabalho, é notório que a sua repercussão é significativa tanto no meio religioso em questão, como para os seus simpatizantes, o que nos levou a considerá-las na nossa mesa de investigação como potenciais unidades de aferição.

O protestantismo e a expressão da música gospel

Para Martinoff (2010, p. 67), por protestantismo entende-se:

a interpretação do cristianismo pelos evangélicos, que creem ser a fé o único meio de salvação e que o critério da verdade está só na Escritura; os protestantes não admitem a existência do Purgatório, restringem os sacramentos ao batismo e à eucaristia, rejeitam o culto das imagens, dos santos e da Virgem e todas as formas externas ou materiais de devoção.

Caracteriza-se, ainda segundo a autora, como uma das três principais divisões da tradição cristã, ao lado do catolicismo romano e da igreja ortodoxa. Emergiu no século XVI, com os reformadores Martinho Lutero na Alemanha, Úlrico Zuínglio na Suíça, e João Calvino em Genebra, vindo a ganhar a partir do trabalho desses sujeitos a denominação “protestante”. Cresceu ao redor do mundo ao longo de quatro séculos e se subdividiu em variadas linhas, sendo as principais as Igrejas Históricas ou Tradicionais (onde estão, por exemplo, as Igrejas Batistas e Metodistas), as Igrejas Pentecostais (onde estão as Igrejas Assembleia de Deus e Deus é Amor) e as Igrejas Neopentecostais (onde estão as IURD e Renascer em Cristo) (COSTA, 2017).

Atualmente, verifica Fath (2020), há 900 milhões de protestantes no mundo, dos quais 47 milhões estão no Brasil, quarto país no *ranking* do número de adeptos. Sua expansão dá-se principalmente pelo seu forte trabalho de evangelização, no qual os convertidos promovem diversos eventos e campanhas sociais a fim de levarem as mensagens bíblicas aos que ainda estão “no mundo”.

Dentre as ações ritualísticas do protestantismo, podemos dizer que a principal delas é o culto. É nele que as pessoas de uma mesma comunidade evangélica se reúnem para prestar adoração e veneração a Deus, além de fazer a ele pedidos, agradecimentos e de ouvir a sua palavra através do sermão do líder da igreja. Geralmente, nesses cultos, há os momentos de louvor, nos quais, segundo Bezerra (2015), os indivíduos extrapolam-se emocionalmente por meio das canções do estilo gospel. Mãos levantadas, expressões de redenção e pulos são algumas das manifestações que os religiosos evangélicos realizam nesse momento, mostrando, como afirma o autor supracitado, que os louvores são verdadeiros mecanismos de conexão com o sagrado. Ao serem cantados, permitem aos que os veem dessa maneira promoverem saltos que extrapolam a matéria física, levando-os de encontro com o divino e o espiritual.

A história dessa expressão cultural que representa de forma identitária e cultural o corpo social evangélico começa, pontua Gonçalves (2012), a partir de seu desenvolvimento feito por escravos negros dos Estados Unidos da América do século XIX. Cansados da vida que viviam nesse tempo em que a segregação social era forte, bem como, por consequência disso, de não poderem participar de eventos como os cultos nas igrejas, formaram para os seus grupos os seus próprios ambientes de convivência religiosa. Criaram então as igrejas para pessoas negras, onde podiam, diante das tortuosas restrições sociais imputadas pelos seus senhores, se expressar livremente por meio de canções e orações. Inicialmente utilizadas como dispositivos que consolavam os escravos em questão das dores e tristezas vividas pelos tortuosos maus tratos que experienciavam, tal como mecanismos que proporcionavam a eles a esperança de suas libertações, as canções gospel possuíam em sua musicalidade o formato cantado de “perguntas e respostas”. Método musical originário da África que é, afirma Baggio (2005), a principal base de origem do gospel, cuja característica é de recorte lírico bastante espontâneo, subjetivo e emocional.

Com o passar dos tempos e com o advento do surgimento das tecnologias durante as décadas de 1970 e 1980, a expressão musical evangélica que tem como uma de suas definições veículo de transmissão da palavra de Deus sofreu variadas modificações. Assim, ritmos como o *rock*, o *blues*, o *pop*, o *black metal*, o *rap*, o *hip-hop* etc. (CUNHA, 2004) começaram a ser utilizados nas gravações dessas melodias, fazendo-as atingir ouvidos e extratos socioculturais anteriormente não alcançados.

No Brasil, o gospel foi introduzido por volta dos anos 1960 junto à expansão pentecostal que acompanhou o crescimento populacional da época devido ao êxodo rural (GONÇALVES, 2012). Missionários protestantes dispostos a levar a cultura evangélica para os que ainda não a conheciam e os que não tinham fácil acesso a ela começaram a abrir igrejas em novos lugares, principalmente em locais de moradia de pessoas de baixa renda. Além disso, os líderes das igrejas também promoviam os chamados “louvorções”, *shows* que tinham como intuito levar a conversão e a mensagem evangélica para grandes massas (CUNHA et al, 2008). Tais iniciativas fizeram com que, já nos anos 1990, o gospel fosse caracterizado como explosivo no país, conseguindo conquistar a aderência e a escuta de membros de outras matrizes religiosas como a espírita e a católica (MOURA; SOARES; NASCIMENTO, 2015).

Tratando de números, podemos citar alguns marcos históricos desse estilo musical no Brasil. Em 1995, a cantora Aline Barros vendia mais de 500 mil cópias com o lançamento do seu disco *Sem Limites*. Em 1999, a também cantora Cassiane vendia mais de 750 mil cópias do seu CD *Com muito louvor*. Em 2002, o Ministério de Louvor Diante do Trono reunia 1,2 milhão de pessoas na gravação de seu novo álbum *Nos braços do Pai*, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, e em 2003 reunia, já em São Paulo, 2 milhões de fiéis para o *show* do disco *Quero me apaixonar* (BEZERRA, 2016). No ano de 2019, a cantora Gabriela Rocha, que faz sucesso no cenário fonográfico evangélico brasileiro atual, atingiu a marca histórica de 1 bilhão de acessos nas suas músicas no YouTube, tornando-se a cantora gospel com o maior número de inscritos na plataforma (BARCELOS, 2019).

Dado todo o exposto em que foi visto que (i) a música gospel demarca de maneira singular a identidade da cultura evangélica (CUNHA, 2004, 2007); (ii) por meio dela, os protestantes traçam laços subjetivos de conexão e comunicação com Deus (GONÇALVES, 2012; BEZERRA, 2016); e (iii) além de funcionar como objeto de tratamento terapêutico para pessoas com diagnósticos de doenças terminais (FERREIRA, 2017), esse bem cultural tem alta vendagem no mercado (GUARDA, 2018); será aqui mostrado que há um dispositivo linguístico que colabora de forma essencial para essas disposições: a metáfora. Mais especificadamente, iremos demonstrar como a metáfora, observada por Santo (2019) e Santo e Pereira (2020) como um dispositivo essencial no desenvolvimento das intencionalidades discursivas do texto religioso, colabora para o desdobramento do sentido textual das canções gospel, contribuindo dessa forma para que ela seja produzida, cantada, escutada e divulgada na sociedade evangélica, assim como fora dela de maneira coesiva e coerente.

Para tal feito, utilizaremos como pressuposto teórico-metodológico deste trabalho a Teoria da Metáfora Conceptual, que, apresentada primeiramente por Lakoff & Johnson (1980) e repensada por seus seguidores (DEIGNAN, 2005; VEREZA, 2007, 2010, 2017; SEMINO, 2008; MORATO, 2017), delinea-se como uma das melhores ferramentas para que se possa aferir como os sujeitos fabricam as materialidades que constituem a sua cognição. No tópico a seguir, apresentaremos as suas características e atributos.

Semântica Cognitiva: a Teoria da Metáfora Conceptual e os seus desdobramentos

Segundo Cançado (2005), a semântica é a subárea da linguística responsável pelo estudo do significado linguístico humano. Sendo uma tarefa complexa, múltiplas abordagens de pesquisa se desenvolveram dentro dela, dentre as quais podemos citar a Semântica Formal, com uma observação lógica e referencial do sentido, e a Semântica Argumentativa, com análises acerca do jogo argumentativo que um falante faz para convencer seu interlocutor durante uma conversação. Por quisermos estudar como a linguagem metafórica elenca-se como mecanismo linguístico de base para que a cultura evangélica produza, processe e divulgue com coesão, coerência e eficácia suas músicas, invocamos aqui os construtos teórico-metodológicos da Semântica Cognitiva. Uma vez que ela se opõe à sintaxe gerativa e à sua noção de língua como etiqueta do mundo, colocando a corporeidade e a experiência dos indivíduos nos seios socioculturais no centro da sua mesa de investigação (FERRARI, 2011), mostra-se como a teoria mais adequada para o feito aqui pretendido.

Proposta científica surgida a partir da reunião dos pesquisadores norte-americanos George Lakoff, Ronald Langcker, Gilles Fauconnier, Mark Johnson, entre outros, que se contrapunham às inquirições sobre o significado do gerativismo chomyskiano, a Linguística Cognitiva tem seu marco inicial em 1980, com a publicação da obra *Metaphors we live by*, de Lakoff & Johnson. Derrubando o argumento de que os construtos da figuratividade eram apenas recursos de ornamentação da linguagem utilizados apenas por poetas ou grandes personalidades da retórica na produção de seus discursos, esse livro mostrou que os falantes se expressam naturalmente por meio de metáforas (SOUSA, 2016). Ela é um agente, segundo Kövecses (2002), primordial na organização conceptual e discursiva dos indivíduos, sendo o seu estudo singular para a compreensão do papel do corpo e da cultura na ação de produção de sentidos.

Lakoff & Johnson (1980) demonstram como essas metáforas são processadas e produzidas na linguagem, dizendo que elas emergem a partir de um domínio-fonte, caracterizado pelas experiências sensório-motoras, psicoafetivas e culturais dos sujeitos em sociedade, e de um domínio-alvo, caracterizado pelos conceitos abstratos que esses indivíduos pretendem conceptualizar. Excertos linguísticos trazidos pelos autores da

metáfora *amor é uma viagem*², na obra seminal da Linguística Cognitiva, por exemplo, apontam como os falantes do inglês utilizam-se das suas vivências com *locomoções, deslocamentos e partidas e chegadas* para falar sobre o amor. Na frase “nosso amor não chega a lugar nenhum!”, a metaforicidade supracitada é vista corroborando para o desdobramento textual desse projeto de fala.

Para caracterizar o arcabouço que configura cada produção linguística metafórica, Lakoff & Johnson (1980) ainda salientam que elas são sistematizadas da seguinte maneira: (1) são estruturais quando estas permitem aos falantes produzirem sentenças através de um mapeamento cognitivo de experiências sensório-motoras e socioculturais e campos conceptuais abstratos, tal qual a metáfora *ideias são plantas* em “sua ideia frutificou”; (2) são orientacionais quando estas são processadas linguisticamente a partir da corporeidade dos indivíduos, ou seja, das suas orientações espaciais e perceptivas com o mundo, nas quais os entendimentos conceptuais de que *bom é para cima e ruim é para baixo* verificam a sua singularidade na língua; (3) são ontológicas quando aparecem na linguagem, sem realizar mapeamentos entre domínios, modelando uma entidade abstrata de maneira física, como em “essa música é muito grande!”; e (4) são de personificação quando elas são desenvolvidas na fala a partir de um tratamento de elementos não animados como pessoas, como por exemplo, em “o sol está me chamando para ir ao mar!”.

Grandes foram os ganhos teóricos e metodológicos dados por Lakoff & Johnson (1980) na articulação e no desenvolvimento inicial da Teoria da Metáfora Conceptual. O resultado desse feito pode ser observado através de uma breve pesquisa no *website* Google, no qual se pode observar a quantidade extensiva de trabalhos que buscaram, como propuseram os “pais” da Semântica Cognitiva, elaborar pesquisas investigativas que buscassem jogar luzes sobre como a metáfora age na linguagem e no pensamento.

Contudo, como é comum nos estudos científicos, críticas de alguns pesquisadores sobre as teorias que lhes são apresentadas podem promover reformulações para que haja melhores condições de aplicabilidade. Assim aconteceu com a Teoria da Metáfora Conceptual, de 1980, quando autores como Salomão (1999), Deignan (2005), Vereza

² Metodologia empregada na Semântica Cognitiva para descrever as metáforas instanciadas *pele* e *no* discurso.

(2007, 2010), Semino (2008), Morato (2017), entre outros, começaram a discutir e a refletir sobre algumas de suas deficiências.

Os principais questionamentos desses autores estão relacionados, podemos citar, (i) ao caráter universal da Teoria da Metáfora Conceptual, que ao apresentar-se como teoria contextualmente centralizada, utilizou-se de exemplos da língua inglesa para falar da produção metafórica de todas as línguas e as suas condições socioculturais; (ii) ao excessivo foco da pesquisa dos cognitivistas em captar como a metáfora age na cognição e no pensamento, limitando seu papel agentivo no discurso; e (iii) à falta de trabalhos que observem como ela colabora para o desenvolvimento da comunicação das pessoas em suas interações reais de uso da língua (VEREZA, 2010, 2013).

A partir disso, então, foi que a Semântica Cognitiva reformulou suas ideias-forças, que na atualidade impulsionam essa linha de pesquisa a fazer observações científicas socioculturalmente situadas e localizadas, de olho, dentre outras coisas, no papel da metaforicidade no momento *on-line* de costura de textos falados e escritos coesos e coerentes (MORATO, 2017) e na sua potencialidade como agente fundador de sentidos de objetos de discurso (VEREZA, 2017).

Em meio a estes desdobramentos, este trabalho inspira-se na pesquisa de Santo (2019), cuja análise, que aponta que em um texto utilizado na doutrina espiritualista Vale do Amanhecer num ritual de libertação de espíritos acrisolados na escuridão, metáforas como doutrina religiosa é um pronto-socorro, espíritos sofredores são substâncias impuras e amor é um remédio estruturam esse discurso. Evidenciando, tal como assinala Vereza (2007), que os construtos da figuratividade colaboram tanto para a costura textual das realidades conceptuais e culturais dos indivíduos no mundo quanto para permitir aos falantes obterem a força argumentativa almejada na criação dos seus projetos de dizer.

Nesse sentido, ao percebermos que a Teoria da Metáfora Conceptual, em sua fase sociocognitiva e discursiva atual, possui grandes vantagens para que um pesquisador possa aferir como os sujeitos fabricam os conhecimentos sobre si e sobre o mundo por meio da linguagem figurada, partiremos a seguir para análise dos dados. Observaremos então duas músicas gospel que procuraremos mostrar terem sido metaforicamente produzidas e constituídas.

Análise de dados

Na ciência linguística, pouco se fala sobre os mecanismos cognitivo-discursivos que se reúnem e se articulam para estruturar e costurar os sentidos e as intencionalidades que as canções gospel. Desta forma, impulsionado pelo desejo de contribuir para o crescimento de pesquisas desse tipo analisaremos a seguir duas músicas desse segmento.

A primeira delas, “Teu amor não falha”, interpretada no CD e DVD *Glória e Honra* (2011) pela cantora Nívea Soares, e escrita também por ela junto a Anthony Skinner e Chris McClarney, possui mais de 20 milhões de acessos no YouTube (2020). A letra, que procura delinear o amor de Deus como um agente protetor e guardador da humanidade, é apresentada da seguinte maneira:

Nada vai me separar
(1) Mesmo se eu me abalar
(2) Teu amor não falha
Mesmo sem merecer
(3) Tua graça se derrama sobre mim
(4) Teu amor não falha
Tu és o mesmo pra sempre
(5) Teu amor não muda
Se o choro dura uma noite
(6) A alegria vem pela manhã
(7) Se o mar se enfurecer
Eu não tenho o que temer
Porque eu sei que me amas
(8) Teu amor não falha
(9) Se o vento é forte e (10) profundo o mar
(11) Tua presença vem me amparar
(12) Teu amor não falha
(13) Difícil era o caminhar
Nunca pensei que eu fosse alcançar
(14) Mas teu amor não falha
Tu fazes que tudo coopere para o meu bem (bis)
(SOARES; SKINNER; MCCLARNEY, 2012).

Ao começar a música, seus compositores começam a produzi-la discursivamente dizendo: “Nada vai me separar (1) *Mesmo se eu me abalar*”. Nesse momento, é possível perceber que a metáfora *ser humano é uma estrutura física* tece cognitivo-discursivamente o indivíduo retratado na canção. Por meio da projeção do

conhecimento experiencial de seus autores com *bases, colunas e alicerces* que mantêm *fundações, empreendimentos e construções*, é projetado cognitivamente para arquitetar a noção abstrata de pessoa, promovendo assim a emergência da metáfora de cunho estrutural citada para o agenciamento eficaz dessa argumentação. Após isso, os autores da canção continuam criando as suas redes de significado.

Em “(2) *teu amor não falha*”, o sentimento, que no caso é o de Deus, é conceptualizado e costurado discursivamente como *seres animados*, promovendo o aparecimento da metáfora de personificação *amor é uma entidade* como agente propulsor da significação desse discurso de cunho religioso.

Em “(3) *Tua graça se derrama sobre mim*”, graça, que para os evangélicos é o dom gratuito e sobrenatural de Deus de conceder à humanidade as condições necessárias para a sua existência e salvação, é tecida a partir de uma relação de interação experiencial com *unidades líquidas*. O que fez surgir neste texto a metáfora *graça é uma substância* como agente desse discurso. Já em “(4) *Teu amor não falha*” os autores da música utilizam mais uma vez a metáfora *amor é uma entidade* para continuar construindo o sentido da música.

Em “(5) *Teu amor não muda*”, a metáfora *amor é uma entidade* continua sendo utilizada como dispositivo sociocognitivo que formula a conceptualização textual do sentimento de Deus, contudo o foco aqui está no estado, pois a entidade animada não tem seu estado alterado. Em “Se o choro dura uma noite, (6) *A alegria vem pela manhã*”, o sentimento humano da felicidade que retorna pela ação de Deus é personificado através da metáfora *alegria é um ser humano*.

Já em “(7) *Se o mar se enfurecer, Eu não tenho o que temer*”, o discurso religioso dessa canção gospel é desdobrado a partir da metáfora estrutural *mar é um inimigo*, já que ele, tal como um ser humano, pode se enfurecer e dar temor quando é enraivecido; é conceptualizado como uma pessoa que é contra a outra, ou seja, como um inimigo. Em “(8) *Teu amor não falha*”, a metáfora *amor é uma entidade* anteriormente explicada é acionada novamente.

Agora em “(9) *Se o vento é forte* e (10) *profundo o mar* (11) *Tua presença vem me amparar*”, visualiza-se que as metáforas estruturais *vento é um inimigo*, *mar é um inimigo* e *presença é uma entidade* costumam em conjunto a significação dessa parte do tecido textual. O vento e o mar, que fazem parte da natureza, são conceptualizados

como inimigos, para os quais a presença de Deus se faz necessária para defesa, o que fez com que os escritores da música fizessem tal articulação e projeção sociocognitiva.

Em “(12) *Teu amor não falha*”, novamente a metáfora *amor é uma entidade* se faz presente. Analisando o trecho “(13) *Difícil era o caminhar, Nunca pensei que eu fosse alcançar*”, é possível aferir que os compositores da canção utilizam-se das suas interações com *locomoções no mundo, partida a um destino e idas e chegadas* para desenhar nesse discurso a concepção da vida, fazendo a metáfora *a vida é uma viagem* emergir como agente de desdobramento do sentido textual desse trecho. Em contrapartida, funcionando como peça-chave da canção, a metáfora *amor é uma entidade* surge novamente, colaborando para que a canção possa alcançar com eficácia a intencionalidade discursiva almejada de maneira textualmente coesiva e coerente, ou seja, contemplar nela a ideia de que, apesar dos diversos problemas da vida ordinária do fiel, ele pode tranquilizar-se, já que o amor de Deus “não falha” (14).

Passemos para a análise da próxima música. Interpretada e composta pelo cantor gospel Fernandinho, foi apresentada ao cenário fonográfico e cultural brasileiro através do lançamento do disco *Teus sonhos*, em 2012. Sucesso no YouTube (2020) com mais de 50 milhões de visualizações, a música foi escrita da seguinte forma:

(1) *Eu não posso ficar de pé diante da Tua Glória*
Eu não posso ficar de pé diante da Tua Glória
(2) *Sou teu templo, (3) teu sacrifício, (4) o teu altar*
(5) *Vem queimar em mim*
Sou teu templo, teu sacrifício, o teu altar
Vem queimar em mim (bis)
(6) *Caia fogo dos céus*
Queima esse altar
Mostra pra esse povo
Que há Deus em Israel (bis)
(FERNANDINHO, 2012).

Costurando textualmente a canção da qual é também autor, Fernandinho utiliza-se, logo em seu início, da linguagem metafórica. Em “(1) *Eu não posso ficar de pé diante da Tua Glória*”, o cantor constrói linguisticamente a imagem de glória divina a partir de seus conhecimentos experienciais com *seres animados*. Diante desta, ele não consegue “ficar de pé”, logo está prostrado perante um ser personificado

textualmente através da metáfora *glória é uma entidade*. Após repetir essa mesma frase mais uma vez, o compositor diz “(2) Sou teu templo, (3) teu sacrifício, (4) o teu altar (5) Vem queimar em mim”. Nesse momento, Fernandinho tece cognitivamente a noção de pessoa por meio das metáforas estruturais (2) *ser humano é uma moradia*, pois é um lugar que Deus pode habitar; (3) *ser humano é uma oferenda*, dado que pode ser um sacrifício ao divino; e (4) *ser humano é uma estrutura física*, já que pode funcionar como um altar para adoração e veneração.

Em “(5) *Vem queimar em mim*”, Deus é conceptualizado como fogo, e as pessoas, por poderem ser queimadas por esse fogo, tornam-se nessa sentença objetos inflamáveis. Logo, encontramos nesse trecho duas metáforas, também orientacionais, desdobrando o sentido desse discurso: *deus é fogo* e *ser humano é um elemento inflamável*. Já em “(6) *Caia fogo dos céus, Queima esse altar*”, Fernandinho elabora *no discurso* (SEMINO, 2008; VEREZA, 2017) a acepção linguística de fogo como *unidade líquida*, que, como a chuva, pode “cair” do céu, mostrando, nesse caso, que a metáfora *fogo é uma substância* é mais um exemplo acerca de como a linguagem figurada é agente basilar para o desdobramento textual de sentido em músicas da cultura protestante.

Visto isso, bem como ao nos depararmos com a quantidade de metáforas responsáveis por propiciarem a seus usuários uma escrita religiosa textualmente coesiva e coerente, chegamos a uma reflexão sobre a sua relevância nesse contexto. Se, como assinalado por Bezerra (2016), as canções gospel permitem aos indivíduos estabelecerem contato com o sagrado e o espiritual, a metáfora funciona como uma verdadeira ponte nesse processo, disponibilizando aos sujeitos, através da língua, a oportunidade de atender ao seu desejo de ir de encontro com Deus.

Se, como assinala Guarda (2018), a música gospel tem uma vendagem de 2 bilhões de reais ao ano e uma forte explosão na mídia, a metáfora pode ter um papel importante nisso, pois pode contribuir para que as canções, figurativamente tecidas, possam alcançar o público de uma maneira mais subjetiva e emocional, tornando-se mais ouvidas, executadas e compradas porque a metáfora tem esse poder de contemplar o desejo humano de tocar o abstrato utilizando-se do que se experiencia de concreto. E, se como afirma Ferreira (2017), os louvores ajudam a consolar e a dar esperança de longevidade de vida a pacientes com quadros de saúde terminal, a

metáfora pode ser considerada como um mecanismo que, ao constituir a escrita dessas melodias, ajuda a levar conforto a esses sujeitos.

Diante de tais considerações fica claro que estudar a metáfora, sendo no discurso religioso ou não, manifesta-se como uma tarefa singular, já que ela permite que, com êxito e efetividade, os falantes fabriquem os conhecimentos dos seus mundos sociodiscursivamente construídos.

Considerações finais

Para o antropólogo da religião Clifford Geertz (1973), um pesquisador interessado pela análise de como a manifestação religiosa se estrutura deve atentar-se (i) aos sistemas simbólicos de significado que se articulam para constituir uma religião como tal; e (ii) a como esses sistemas se relacionam com as disposições psicológicas e sociais dos indivíduos. Neste trabalho, buscamos observar como a metáfora, entendida aqui não apenas como um recurso de embelezamento da retórica e da literatura, mas sim como um dispositivo de organização do discurso, colabora para a produção coesa e coerente de textos musicais da cultura evangélica. Na análise das músicas tomadas como *corpus* aqui, em que apontamos que a constituição de seus sentidos e de suas intencionalidades discursivas era enviesada por metáforas como *ser humano é uma estrutura física, ser humano é um elemento inflamável, ser humano é uma oferenda, deus é fogo, vento é um inimigo, mar é um inimigo, amor é uma entidade e alegria é um ser humano*, mostramos que a linguagem figurada configura-se como mecanismo basilar para que o gênero musical gospel produza com eficácia os seus “projetos de dizer” (KOCH, 2002).

Por isso, se as canções evangélicas atuam para diversas pessoas como ponte de comunicação com Deus, e se bem como elas funcionam como instrumentos terapêuticos para pacientes com doenças terminais, a metáfora caracteriza-se como a verdadeira ponte linguística que viabiliza tais realizações. Assinalando assim tanto a sua potencialidade discursiva, quanto a sua propriedade como patrimônio humano de comunicação e expressão.

Diante desse quadro, convidamos mais pesquisadores a mergulharem na curiosa e rica averiguação acerca da disposição textual e sociocognitiva da metáfora nos acontecimentos linguísticos de matrizes religiosas diversas.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, Sandro. *Música cristã contemporânea*. São Paulo: Vida, 2005.
- BANDEIRA, Olívia. Música gospel no Brasil - reflexões em torno da bibliografia sobre o tema. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 200-228, 2017.
- BARCELOS, Vanessa. Gabriela Rocha atinge marca histórica no Youtube. *OniMusic*. 2019. Disponível em: encurtador.com.br/jlowU. Acesso em: 20 de setembro de 2020.
- BEZERRA, Alan. *Um olhar sobre a música gospel: a lógica simbólica e de mercado do Ministério de Louvor Diante do Trono*. Dissertação (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – Natal, 2016.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Editora da UFMG, 2005.
- COSTA, Edson. *Mercado de música gospel: como nasce uma indústria cultural*. Dissertação (Universidade Federal de Sergipe) – Aracaju, 2017.
- CUNHA, Magali. *Vinho novo em odres velhos: um olhar comunicacional sobre a expressão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil*. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo, 2004.
- CUNHA, Magali. *A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad e Instituto Mysterium, 2007.
- CUNHA, Magali; GOMES, Zuleine; MAIA, Filipe; NASCIMENTO, Thelma. Discurso religioso, hegemonia pentecostal e mídia no Brasil: a presença televisiva do Pastor R. R. Soares – um estudo de caso. *Revista Caminhando*, v. 13, n. 21, 2008.
- DEIGNAN, Alice. *Metaphor and corpus linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.
- FAITH, Sébastien. Brasil é o quarto país com mais cristãos evangélicos, aponta pesquisa. *Fato Amazônico*, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/EKQV2. Acesso em: 20 de outubro de 2020.
- FERNANDINHO. Caia Fogo. *Letras*, 2012. Disponível em: encurtador.com.br/aCJQ0. Acesso em: 20 de outubro de 2020.
- FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FERREIRA, Eliete. Religião e musicoterapia: o uso de música gospel na sala de espera com pacientes portadores de câncer. *In totum*, v. 4, n. 2, 2017.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- GONÇALVES, Gisele. *A emoção no discurso da música gospel como estratégia de captação de fiéis*. Dissertação (Universidade Federal de Viçosa) – Viçosa, 2012.
- GUARDA, Adriana. Música Gospel movimenta um mercado de R\$ 2 bilhões por ano. *Revista JC Uol*, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/blL06. Acesso em: 20 de outubro de 2020.
- KOCH, Ingedore. Linguagem e cognição: construção e reconstrução dos objetos de discurso. *Veredas*, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2002.
- KÖVECSÉS, Zoltan. *Metaphor: A Practical Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução do Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/Editora da PUCSP, 2002[1980].
- MARTINOFF, Eliane. A música evangélica na atualidade: algumas reflexões sobre a relação entre religião, mídia e sociedade. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 23, 67-74, mar. 2010.
- MOURA, João; SOARES, Edna; NASCIMENTO, Robéria. Crer em Cristo: a música Gospel no contexto da sociedade midiaticizada. *Temática*, Ano XI, n. 05, 2015.
- MORATO, Edwiges. Linguística Textual e Cognição. In: *Linguística Textual - Interfaces e delimitações - Homenagem a Ingedore Grünfled Villaça Koch*. (Orgs. Edson Rosa Francisco De Souza, Eduardo Penhavel, Marcos Rogério Cintra) São Paulo, Cortez Editora. p. 394-430, 2017.
- SALOMÃO, Margarida. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. In: *Veredas*, v. 3, n. 1, jan.-jun., pp. 61-79, 1999.
- SANTO, Bruno. Cognição e Espiritualidade: o papel da figuratividade em um texto ritualístico de doutrinação de espíritos sofredores. *MIGUILIM - Revista Eletrônica Do Netlli*, v. 8, p. 436-447, 2019.
- SANTO, Bruno; PEREIRA, Norma. Uma análise sociocognitiva e sociodiscursiva do uso da lexia 'Missa' em um testamento da Bahia colonial. *Linguagem em (Re)Vista*, v. 15, p. 271-290, 2020.
- SEMINO, Elena. *Metaphor in discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SOARES, Nívea; MCCLARNEY, Chris; SKINNER, Anthony. Teu amor não falha. *Letras*, 2012. Disponível em: encurtador.com.br/fuAT1. Acesso em: 20 de outubro de 2020.
- SOUSA, Ada. Metáfora: uma abordagem neurocognitiva. In: ALMEIDA, Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela (Org.). *Linguagens e cognição*. Salvador: EDUFBA, 2016.
- VALADÃO, Ana. *Entrevista concedida a dissertação de mestrado de Alan Bezerra*, 2015.
- VEREZA, Solange. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 7, n. 3, p. 487-506, 2007.
- VEREZA, Solange. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 41, p. 199-212, 2010.
- VEREZA, Solange. Metáfora é que nem...: cognição e discurso na metáfora situada. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, 2013, p. 2-21.
- VEREZA, Solange. O gesto da metáfora na referenciação: tecendo objetos de discurso pelo viés da linguagem figurada. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 59.1, pp. 135- 155, jan./abr. 2017.

Recebido em: 01/11/2020

Aceito em: 28/02/2021

Sentenças explicativas e índices paralinguísticos como marcadores de atos de fala sinceros

Explanatory sentences and paralinguistic indexes as markers of sincere speech acts

Wagner Ferreira Lima¹

Resumo: O objetivo desta reflexão é evidenciar que sentenças explicativas e sinais paralinguísticos podem designar a sinceridade dos atos de fala trocados no contexto da conversação. Assim, para se obter apoio teórico e empírico a essa alegação, foi feita uma análise de alguns trabalhos filosóficos e psicológicos que tratam da questão da condição de sinceridade. Foi encontrado que, mais do que uma condição, como tradicionalmente abordada por Austin (1990) e Searle (1981), a noção de sinceridade deve ser tratada como um princípio. Com efeito, assim como uma norma social, ela regula as ações dos interlocutores e faz a busca pela honestidade do locutor uma conduta crítica na conversação. A reflexão conclui que devido a esse fato algumas sentenças explicativas e índices paralinguísticos funcionam como marcadores de sinceridade, seu emprego sendo justificado por esse princípio.

Palavras-chave: sentenças explicativas; índices paralinguísticos; princípio de sinceridade.

Abstract: The purpose of this reflection is to show that explanatory sentences and paralinguistic signs can designate the sincerity of the speech acts exchanged in the context of the conversation. Thus, in order to obtain theoretical and empirical support for this claim, an analysis was made of some philosophical and psychological works that deal with the question of the condition of sincerity. It was found that, more than a condition, as traditionally addressed by Austin (1990) and Searle (1981), the notion of sincerity must be treated as a principle. In effect, like a social norm, it regulates the actions of the interlocutors and makes the search for the honesty of the speaker a critical conduct in conversation. The reflection concludes that due to this fact, some explanatory sentences and paralinguistic indexes function as sincerity markers, their use being justified by this principle.

Keywords: explanatory sentences; paralinguistic indexes; principle of sincerity.

Introdução

Seja a seguinte situação: *Uma jovem está sozinha tarde da noite em um ponto de ônibus. De repente, um desconhecido se aproxima andando rapidamente. O coração da moça acelera. Como adivinhando o que se passa com ela, o passante faz um ar amigável e diz: “Você tem horas? Esqueci meu relógio!” Prontamente ela o responde. Então ele sai tão rapidamente quanto chegou. “Estou salva!”, pensa a jovem. Segundos depois o ônibus chega.*

¹ Professor Assistente do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). E-mail: wagner.wagnerlima.lima@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0505-4668>

Isso poderia ser uma ficção trivial se não fosse pela constatação de que a segunda sentença na fala do desconhecido indica a sinceridade da enunciação da primeira e, por extensão, a honestidade do locutor como um todo. Sem ela a protagonista dessa breve narrativa certamente continuaria desconfiando do passante. Sustentamos que esse enunciado constitui uma forma de “sentença explicativa”² que, ao chamar atenção para as condições de sinceridade, revela a pressão de regras tácitas da conversação.

Nossa sugestão é que, conquanto raras, sentenças explicativas podem informar a presença de um “princípio de sinceridade”. Como tal, este explicaria não apenas a presença dessas classes de sentenças, mas também a conduta de busca da audiência por outros marcadores, como os sinais paralinguísticos (entonação e expressão facial, para mencionarmos só dois).

Assim, abordando a discussão sobre os atos de fala no domínio do pragmatismo filosófico, pretendemos aduzir razões a favor da nossa hipótese. Esta não é inédita, pois encontramos sugestões semelhantes em Green (2009) e em pesquisas sobre comunicação multimodal em Mehu (2015). Essas pesquisas compartilham a suposição de que ao enunciar os sujeitos sinalizam qualidades afetivas de si, e que tais sinais produzidos em uma modalidade sensorial (p.ex., sons da vocais) precisam ser honestos para dar lugar a uma resposta apropriada da parte da audiência.

Porque inexiste uma garantia prévia da honestidade desses sinais, o destinatário pode contar com pistas do contexto, pertencentes a modalidades sensoriais outras, tais como gestos, postura entonação etc.; para se certificar da sinceridade dos sinais. Isso torna a comunicação um fenômeno multimodal.

A novidade de nossa reflexão em relação aos trabalhos ora mencionados está no modo como nós consideramos a sinceridade: uma forma de princípio interacional. Como pretendemos demonstrar, tal princípio pode ser definido como a presunção de que as contribuições dos interlocutores são sinceras. Essa crença tem o efeito de regular o engajamento dos falantes com a interação verbal.

Assim, tendo por objetivo evidenciar que sentenças explicativas e pistas paralinguísticas podem funcionar como marcadores de sinceridade na conversação,

² É possível inclusive inferir uma conjunção explicativa (“pois”) ligando as duas sentenças.

vamos aduzir argumentos que sustentem nossa alegação de alguns trabalhos do pragmatismo, como Austin, Searle e Green, e da psicologia, como Mehu.

Na primeira seção, “Significação funcional dos atos de fala”, apresentamos o esclarecimento de Austin sobre as sentenças performativas e como elas são reguladas pelas circunstâncias de proferimento. apresentamos também a proposta de Searle, que continua o debate de Austin; e enfatizamos o conceito de condição de sinceridade. Na segunda seção, “Normas determinando sinceridade”, abordamos a visão de Green (2009), que defende ser a sinceridade regulada por normas sociais; entre outras coisas, porque sua violação supõe sanções sociais.

Na seção seguinte, “Marcadores de sinceridade”, expomos a hipótese de Henrich (2009), segundo a qual ações extralinguísticas são buscadas pelos aprendizes sociais para aprimorar a credibilidade dos locutores que passam ensinamentos culturais. Ele chama essas ações de “displays aprimorando credibilidade” (DAC). Para nós, as sentenças explicativas, bem como sinais paralinguísticos, são instanciações de DAC que ocorrem no domínio da conversação.

Em “Sinceridade como um princípio”, fazemos uma síntese dessas considerações, procurando demonstrar em que sentido a conduta dos interlocutores de buscar a credibilidade das enunciações é expressão do postulado “princípio de sinceridade”. Finalmente, em “Considerações finais”, encerramos a discussão enfatizando a urgência de novos estudos sobre a sinceridade na comunicação verbal.

Significação funcional dos atos de fala

Segundo o pragmatismo filosófico, os falantes usam a linguagem para fazer coisas, como mudar as crenças do interlocutor. Essa concepção pragmática dos atos de fala começou a ser formalizada por Austin (1990) e, posteriormente, desenvolvida por Searle (1985; 1981) e outros seguidores. O propósito de Austin era oferecer uma teoria capaz de explicar a noção wittgensteiniana de significado como uso.

Ele consegue isso ao evidenciar analiticamente que algumas sentenças declarativas *prima facie*, tais como “Está quente hoje”, são na realidade, conforme as circunstâncias interacionais, performativas, “Você poderia abrir a janela”. Nesse caso, o falante *faz* um “pedido”, o de abrir a janela; e fá-lo de forma indireta.

Um ato de fala é uma ação realizada por meio de “sentença performativa” ou “proferimento performativo”. Austin (1990) esclarece a noção de performativo como se segue:

Evidentemente que este nome [performativo] é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo ‘ação’, e indica que ao se emitir o proferimento está-se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo. (AUSTIN, 1990, p. 25)

Austin (1990) esclarece ainda que as ações comunicativas são de três ordens, a saber: (1) a ação de produzir o proferimento (*utterance*), o “ato locucionário”; (2) a ação de fazer algo com a linguagem (asserir, pedir, prometer, ordenar etc.), o “ato ilocucionário” ou “força ilocucionária”; e, finalmente, (3) o efeito desses atos anteriores sobre o ouvinte, o “ato perlocucionário” (crer; responder; recusar; obedecer etc.). Com pequenas mudanças, essa classificação é mantida por seus sucessores. (A seguir, por razões de simplicidade terminológica, vamos usar os termos “atos de fala” e “ato/força ilocucionário(a)” alternadamente, como significando basicamente o mesmo fenômeno.)

Além do esclarecimento sobre as diferentes formas pelas quais a noção de ato de fala deve ser entendida, Austin admite ainda que os performativos são governados por condições de felicidade, uma vez que as sentenças são reguladas pelas circunstâncias em que são proferidas. Condições de felicidades são as “circunstâncias adequadas” (AUSTIN, 1990, p. 30) que fazem com que um proferimento seja bem-sucedido em realizar uma ação.

Porque falhas em usar tais condições dão lugar ao malogro do ato, Austin (1990) propõe duas classes de infelicidades a que as ações verbais podem incorrer: desacertos e abusos. Desacertos decorrem do uso do procedimento em circunstâncias inadequadas e por agentes inapropriados: “atos pretendidos, mas nulos”: “más invocações” = “ato prejudicado”; “más execuções” = “ato prejudicado” (AUSTIN, 1990, p. 33).

Abusos, por seu turno, são infelicidades causadas por usar o procedimento sem ter o estado mental correspondente a ele. Um exemplo é executar um ato ilocucionário de promessa com a intenção de não a cumprir. Austin denominou essa forma de

abuso de insinceridade: “atos professados, mas vazios” (AUSTIN, 1990, p. 33). Aqui o ato viola a condição de sinceridade.

Mais tarde, Searle e Vanderveken (1985) vão formalizar essas condições em termos de regras lógicas (O leitor interessado pode consultar a íntegra da obra.). Searle afirma que falar uma língua é executar atos de fala de acordo com regras (SEARLE, 1981). Ele oferece a seguinte descrição formal de uma regra: “X conta como Y no contexto C”. De acordo com isso, as regras semânticas de uma sentença são derivadas de tais condições.

Por exemplo, na narrativa acima, o performativo “pedido” *conta* como uma “solicitação de horas” porque um número de condições foi satisfeito. Por isso, no final das contas, o ato foi feliz. A seguir vamos enfatizar o papel da condição de sinceridade.

Segundo Searle (1981, p. 86. Grifo no original): “Sempre que haja um estado psicológico especificado na condição de sinceridade, o desempenho do ato conta como uma *expressão* desse estado psicológico”. Ou seja, o ouvinte deriva a significação de que um ato de solicitar horas está solicitando horas, e não asseverando ou prometendo horas, porque o desempenho do ato requer a satisfação dessa condição.

Como Austin, Searle trata tais condições como um produto de convenção social. Um corolário disso é que os atos de fala cumprem as funções que cumprem porque foram socialmente acordados para isso. Contudo, a interação verbal cotidiana está repleta de exemplos de que muitos enunciados expressam estados mentais diferentes do que eles enunciam. Considere, nessa direção, o exemplo do “pedido para abertura da janela”, mencionado há pouco.

Com Green (2009), desafiamos essa explicação e alegamos que a convenção pode não ser nem necessária nem suficiente para explicar por que um performativo expressa o estado mental que ele existe para expressar. Logo, a explanação para as condições de sinceridade deve ser procurada em outro lugar. Green encontra isso nas normas sociais que governam a conversação, com que estamos totalmente de acordo.

Normas determinando sinceridade

Nesse tocante, Green (2009) alega que a credibilidade é um fator preponderante na atribuição de agência durante a conversação. Quem pode falar e ser ouvido é proporcional ao grau de confiança que ele goza na sociedade. Quanto mais crédito uma pessoa tiver, mais sua contribuição será considerada na interação.

Green encontra apoio empírico para sua alegação em pesquisas sobre conversação. Contudo, sua maior inspiração parece ter sido a biologia evolucionista da comunicação, especialmente nos trabalhos Maynard Smith e Harper (1995) e Zahavi (1993). Estudando os sistemas de sinalização nas espécies, Maynard Smith distingue entre “pista” e “sinal”, que Green (2009) parafraseia como segue:

Uma *pista* [*cue*] é qualquer característica de uma entidade que transmite informação (incluindo má informação) [...] Um *sinal* [*signal*] é uma pista que foi designada por sua capacidade para transmitir a informação que ela transmite. O desenho [*design*] em questão pode ser o resultado de seleção natural, seleção artificial, ou intenção consciente³. (GREEN, 2009, p. 150. Grifo no original)

Atos ilocucionários são, nessa direção, sinais que foram designados para expressar os estados mentais que eles expressam. Por exemplo, uma asserção expressa uma crença; uma promessa, uma intenção; e um pedido, um desejo ou querer (SEARLE, 1975). Contudo, segundo Green (2009), porque são convencionais, tais atos são tão-somente *expressivos* de estados psicológicos; podendo não os designar verdadeiramente.

Para explicar essa alegação, retornemos à biologia evolucionista da comunicação. estudos nesse campo revelaram que, sendo a trapaça uma possibilidade, a comunicação intra- e interespecie é em geral confiável, i.e., livre de trapaças. Isso significa dizer que em média os sinais designam realmente aquilo que eles fazem. Dito de outra forma: Se todos tivessem a chance de enganar, a comunicação entraria em colapso e isso provocaria um desequilíbrio na natureza.

Dificultar a produção do sinal foi o meio encontrado pela natureza para inibir sinalização desonesta. Nessa direção, dois tipos de sinais são postulados, o “índice” e o “*handicap*” (ZAHAVI, 1993). Índice compreende uma classe de sinais cuja

³ “A *cue* is any feature of an entity that conveys information (including misinformation) [...] A *signal* is a cue that was designed for its ability to convey the information it does. The design in question may be the result of natural selection, artificial selection, or conscious intention”.

produção esbarra nas limitações do indivíduo. Por isso, torna-se difícil de ser falsificado.

Por exemplo, a marca das garras de um tigre no alto do tronco de uma árvore indica o seu tamanho a um tigre invasor e intimida seu oponente (GREEN, 2009). A não ser que admitamos que os tigres sejam capazes de subir em árvores para saltarem mais alto do que podem, esse sinal é um fidedigno da qualidade do animal.

O *handicap*, por seu turno, é um índice cuja produção impõe um custo adicional. No dizer de Green (2009), “sinais [...] que podem somente ser falsificados com grande dificuldade como um resultado de exigirem custos para serem produzidos são *handicaps*”⁴ (p. 151. Grifo no original). Um exemplo clássico é a ostentação da cauda do pavão, cuja manutenção requer alta queima calórica e maior exposição a predadores.

Disso podemos concluir que, como forma de sinalização, comunicação humana é para incluir sinais de *handicap*. De fato, ela inclui, como observou Green (2009); mas não como um efeito de convenção social. A razão está em que sinais convencionais, como os atos de fala, são “baratos” em termos de custos estratégicos.

Nesse sentido, Donath (2007) afirma que sinais convencionais se tornam custosos por pressão da norma social. Para Green (2009), o custo que a norma impõe à produção dos atos de fala é a credibilidade do locutor. Manter a credibilidade é o valor de face do investimento que o locutor faz ao executar atos ilocucionários honestos. Voltando ao nosso exemplo inicial, isso é a garantia de que enunciação do desconhecido *conte* como expressão de “solicitação de horas”.

Por outras palavras, a protagonista da narrativa presume que o locutor esteja instanciando a seguinte regra formulada por Green (2009), para dar conta da comunicação honesta através de atos de fala convencionais: “Alguém que produz S [sentença] é para estar na condição C; de outro modo ele está sujeito à perda de credibilidade”⁵ (p. 154).

Desse modo, Green (2009) demonstra que as condições de sinceridade dependem de normas sociais. A palavra de um locutor confiável tem mais peso que a

⁴ “Signals [...] that can only be faked with great difficulty as a result of being costly to produce are *handicaps*”.

⁵ “One who produces S is to be in condition C; otherwise she is subject to a loss of credibility”.

de um falante desonesto. Uma vez que a credibilidade impõe custos à enunciação, os atos de fala são notados como sinais *handicaps* e os falantes como locutores sinceros.

Mas credibilidade precisa ser conquistada a todo momento. É isso que algumas pesquisas sugerem ao examinarem ações extralinguísticas que correspondem a declarações proferidas. Assumimos que exista uma equivalência funcional entre essa classe de ações e os comentários seguindo proferimentos. Senão vejamos.

Marcadores de sinceridade

Força ilocucionária é evidência do estado psicológico que ela é designada a expressar por força das normas sociais. Mas existem outros fatores, também normativos, que podem levar o locutor a se expressar de forma honesta e a usar recursos expressivos mais explícitos. Tais fatores são os displays aprimorando credibilidade e os índices paralinguísticos.

Ambos funcionam como marcadores de sinceridade. E não raro a audiência tem em conta essas marcas para avaliar a sinceridade dos atos ilocucionários e *ipso facto* a honestidade do locutor. Começemos então pelo primeiro.

No campo da teoria da aprendizagem cultural, foi proposta uma hipótese sobre como o sistema cultural combate a dissimulação e o engano durante a transmissão de conhecimento. Trata-se da hipótese dos “Displays Aprimorando Credibilidade” (DAC)⁶ (HENRICH, 2009).

A ideia de Henrich (2009) é basicamente que a evolução cultural criou um “sistema imune” para a conduta de manipuladores maquiavélicos (HENRICH, 2009) que estejam na condição de modelos dos aprendizes culturais. Entende-se por “modelo” toda forma de influenciador cultural (celebridades, ídolos, religiosos, líderes etc.).

Assim, o sistema impede que esses modelos enganem seus seguidores (jovens aprendizes) em benefício próprio, colocando em risco a integridade do sistema cultural. No dizer de Henrich (2009), esse sistema imune “é projetado para avaliar o

⁶ “Credibility Enhancing Displays (CREDS)”

‘grau de crença ou comprometimento’ do modelo a uma crença simbolicamente comunicada usando displays ou ações do modelo”⁷ (p. 247).

A hipótese defende, então, que os aprendizes observam as ações extraverbais dos modelos e avaliam a congruência dessas ações com aquilo que os modelos professam em seus discursos.

Aprendizes culturais deveriam procurar por displays que são mais consistentes com a(s) representação(ões) expressa(s) e – mais importante ainda – procurar por ações que não seriam realizadas por um modelo que crecesse em algo diferente do que o modelo expressou simbolicamente⁸. (HENRICH, 2009, p. 247)

Essas ações suplementam as crenças expressas em atos de fala. Henrich (2009) denominou essas formas de ação “displays aprimorando credibilidade” (DAC). Elas são usadas pelos aprendizes para, mais acuradamente, avaliar a crença em ou o comprometimento do modelo com uma representação professada.

Dessa forma, DAC incrementam a percepção da honestidade e confiabilidade dos estados psicológicos expressos nesses atos. E eles permitem isso porque são sinais custosos, *handicaps*. Como tais, eles são difíceis de serem falsificados devido aos custos envolvidos.

As reflexões de Henrich (2009) sugerem que as normas de conversação não são suficientes para garantir as condições de sinceridade dos atos de fala. Uma evidência mais explícita é requerida, buscada na congruência da conduta do locutor. Por exemplo, a consistência entre um proferimento (p.ex., aconselhar) e as ações instrumentais correspondentes (agir de acordo com o conselho), os displays.

Longe de negar a efetividade de tais normas, a teoria dos DAC nos diz que o controle social sobre condutas enganosas vai além do domínio da conversação. Nossa hipótese é que, estando consciente dos efeitos da convenção em favorecer o engano, o locutor é capaz de antecipar possíveis desconfianças da parte do ouvinte, e empregar a estratégia dos DAC para dirimir as incertezas interacionais.

⁷ “[...] is designed to assess a potential model’s ‘degree of belief or commitment’ to a symbolically communicated belief using the model’s display or actions”.

⁸ “Cultural learners should look for displays that are most consistent with the expressed representation(s) and – more importantly – look for actions that would not be performed by a model believing something different from what the model expressed symbolically”.

É assim que as sentenças de comentário, como a proferida no exemplo inicial, podem cumprir uma função equivalente aos DAC. Elas funcionam como displays aprimorando a credibilidade dos atos de fala em um contexto de conversação. Ou seja, elas são evidências mais explícitas da honestidade do ato.

Quanto ao segundo marcador, os sinais paralinguísticos, observar os traços físicos de alguém durante a interação pode ser uma conduta de busca de sinceridade, como no caso relatado. Isso porque esses traços indicam as emoções do falante, que são formas de índices não obrigatoriamente custosos. Segundo Mehu (2015, p. 3):

A razão por que percipientes baseariam em dicas emocionais para tomar decisões sociais adaptativas é que essas dicas refletem processos psicobiológicos automáticos que são responsáveis para a produção de comportamento adaptativo que também pode ter implicações para a adaptação do percipiente⁹.

Graças ao caráter natural e intuitivo das emoções, os sinais que as expressam na linguagem (entonação e gesticulação) são difíceis de serem falsificados. Eles funcionam como índices a expressar com fidedignidade o estado psicológico do locutor.

Assim, quanto mais involuntários eles forem, mais confiáveis eles parecerão. A audiência presumindo isso usa esses índices para avaliar a conduta do locutor. Por essa razão, eles podem ser considerados, assim como os *handicaps*, formas específicas de DAC conversacional.

Em termos interacionais, uma das conclusões do exposto é que a conduta dos interlocutores se guia pela busca de sinceridade. O falante agindo para expressar honestidade e o ouvinte para evitar ser enganado. Isso sugere que talvez a sinceridade seja mais que uma condição. Ela seja mesmo um princípio de interação verbal.

Sinceridade como um princípio

⁹ “The reason why perceivers would rely on emotional cues to make adaptative social decisions is that these cues reflect automatic psychobiological processes that are responsible for the production of adaptative behavior that may also have implications for the perceiver’s adaptation”.

Depois de tudo, estamos em uma posição mais confortável para afirmar que a sinceridade dos atos ilocucionários constitui um princípio conversacional. Ela está além da significação dos atos de fala; vale dizer, no plano das normas sociais de interação verbal. Para deixar mais claro essa afirmação, voltemos a Searle (19981), quem traz uma distinção entre regras que governam os atos ilocucionários.

Ele discrimina entre regras constitutivas e regras normativas. Segundo ele, regras normativas “governam formas de comportamento pré-existentes ou que existem de modo independente” (SEARLE, 1981, p. 47). Por exemplo, as regras de cortesia regulam relações interpessoais que existem independentemente delas.

Já as regras constitutivas, por outro lado, “não governam meramente, elas criam ou definem novas formas de comportamento” (SEARLE, 1981, p. 48). Aqui entram as regras dos atos ilocucionários (asserção, promessa, pedido, aposta etc.). A exigência de sinceridade desses atos é, dessa maneira, uma classe de regras normativas; e não constitutivas como defendida inicialmente por Austin e Searle. Seu formato é do tipo: “Se Y faça X”, ou “Faça X”, senão está sujeito à perda de credibilidade.

Assumimos que além de tais propriedades normativas, existe mais uma que é crucial para tratarmos sinceridade como um princípio: Ela confere validade aos atos de fala. E, por extensão, ao assim fazer, ele valida outros princípios que também regulam esses atos, como, p.ex., as presunções de cooperação (GRICE, 1975) e polidez (BROWN; LEVINSON, 1987). “Se o locutor não está sendo honesto, por que devo agir com ele como se ele estivesse sendo racional e polido?”, poderia questionar o ouvinte e abandonar a conversação.

Esse não é o tipo de julgamento que alguém faz com respeito à violação das regras constitutivas das forças ilocucionárias. Mas sim com relação à transgressão de regras normativas de conduta interacional; e dependendo do caso até mesmo de conduta moral (pense em situações de mentira).

Voltando ao papel de tais princípios gerais, Grice logo observou que a conversação não acontece através de uma sucessão de considerações desconectadas. Se fosse assim, ela seria atividade irracional. Na realidade, a conversação conta com o reconhecimento dos participantes não apenas dos

propósitos compartilhados, como também dos movimentos conversacionais adequados em cada estágio.

Assim, os interlocutores agem em conformidade com o princípio da cooperação: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no estágio em que ela ocorre, pelo propósito ou direção aceito da troca linguística com a qual você está engajado”¹⁰ (GRICE, 1975, p. 45). Esse princípio funciona como uma heurística para encontrar as implicaturas conversacionais.

Em outra vertente pragmática, Brown e Levinson (1987) sustentam que a conversação é governada por regras de polidez, cujo fim é a preservação das faces dos interlocutores. “Em geral as pessoas cooperam (e assumem a cooperação um do outro) em manter a face em interação, tal cooperação sendo baseada na vulnerabilidade mútua de face”¹¹ (BROWN; LEVINSON, 1999, p. 311).

No dizer desses autores, a cooperação é motivada pela necessidade social de manter as faces. Face é “a autoimagem pública que todo membro quer alegar a si mesmo”¹² (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 311). Assim, os interlocutores se comportam com respeito mútuo a fim de não ameaçarem a imagem pública que cada um tem de si mesmo.

A consequência lógica do exposto é que a presunção de sinceridade também deve ser considerada na explicação da conduta dos interlocutores. Vimos com Green (2009) que a sinceridade, sendo um *handicap*, confere credibilidade ao locutor; e com Henrich (2009) que credibilidade precisa ser aprimorada em ações extraverbais, os DAC.

Uma vez que as interações humanas são baseadas em confiança, e que em algum momento ela pode ser suspensa, as pessoas agem no sentido de confirmá-la. Isso se nota nas enunciações das sentenças.

Como vimos sustentando, o locutor presumindo esse princípio pode produzir um DAC linguístico: “Esta noite vai chover! Estava consultando o celular e apareceu a previsão do tempo.” A princípio, nenhuma racionalidade explica a ocorrência da

¹⁰ “Make your conversational contribution such as required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged”.

¹¹ “In general, people cooperate (and assume each other’s cooperation) in maintaining face in interaction, such cooperation being based on the mutual vulnerability of face”.

¹² “[...] the public self-image that every member wants to claim for himself [...]”

segunda sentença; nem tampouco a intenção do locutor em ser educado ou cortês. A sentença funciona como uma espécie de display a aprimorar a credibilidade do locutor.

Do lado do ouvinte, a busca pela sinceridade é ainda maior. Ele não apenas observa a ocorrência de tais sentenças, como também a presença de traços paralinguísticos, como entonação da fala e gesticulação facial. Como sugerido na narrativa com a qual iniciamos esta discussão, a protagonista interpretou a conduta do desconhecido ao fazer inferências a partir das expressões físicas dele¹³: “...a pessoa faz um ar amigável...”

Ou seja, o desconhecido mediante sua feição sinalizou para o destinatário do enunciado que ele não representava ameaça. Mais ainda, que o verdadeiro propósito dele era obter as horas e nada mais. Essa intenção se faz manifesta através da sentença explicativa.

Em síntese, esses dados sugerem que, em última análise, a sinceridade dos atos de fala é buscada pelos interlocutores. Mais que uma condição, ela funciona como um princípio a regular a conduta interacional das pessoas. Esse fato explica algumas ações encontradas em contexto conversacional, como a ocorrência de sentenças explicativas e de índices paralinguísticos. Ambos são instâncias de displays aprimorando credibilidade. São marcadores de sinceridade dos atos ilocucionários e, por extensão, da honestidade do locutor.

Considerações finais

Na presente discussão alegamos que os interlocutores atuam no sentido de confirmar a confiança dos atos ilocucionários trocados no contexto da conversação. Evidências para essa alegação podem ser encontradas em estruturas que funcionam como marcadores de sinceridade, uma subclasse de sentenças-explicativas e uma subclasse de índices paralinguísticos (entonação e gestos manuais e faciais).

Isso justifica considerar a força da sinceridade como um princípio, mais que uma condição. Ela regula a conduta interacional dos interlocutores e não a significação de seus atos ilocucionários. Além disso, por ser uma forma de norma

¹³ Admitindo-se aqui a presença de um narrador onisciente, que sabe o que se passa em sua mente.

social, ela sanciona o comportamento dos falantes, premiando ou punindo as suas ações.

Sinceridade das enunciações deve merecer mais atenção por parte dos estudiosos da linguagem. Sobretudo porque estamos vivendo a era das “Fake News”. Além disso, há uma avenida de sugestões de estudos sobre o uso da prosódia na produção das chamadas mentiras prossociais¹⁴. (Para revisão, veja Fish, Rothermich e Pell (2017).)

Nesse sentido, as pesquisas devem ser na direção de identificar e estudar os marcadores de sinceridade, especialmente na linguagem midiática.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John L. *Quando Dizer é Fazer. Palavras e Ação*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge University Press, 1987. p. 311-323.
- DONATH, Judith. *Signals, cues and meaning*. 2007. Disponível em: <https://smg.media.mit.edu/papers/Donath/SignalsTruthDesign/SignalsCuesAndMeaning.pdf> Acesso em: 20 maio 2019.
- FISH, Karyn; ROTHERMICH, Kathrin; PELL, Marc D. The sound of (in) sincerity. *Journal of Pragmatics*, v. 121, p. 147-161, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S037821661730098X> Acesso em: 31 out. 2020.
- GREEN, Mitchell. Speech acts, the handicap principle and expression of psychological states. *Mind & Language*, v. 24, n. 2, p. 139-163, 2009.
- GRICE, Herbert P. Logic and conversation. In: *Speech acts*. Brill, 1975. p. 41-58. Disponível em: <https://brill.com/view/book/edcoll/9789004368811/BP000003.xml> Acesso em: 31 out. 2020.
- HENRICH, Joseph. The evolution of costly display, cooperation and religion: credibility enhancing display and their implications for cultural evolution. *Evolution and Human Behavior*, v. 30, p. 244-260, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1090513809000245> Acesso em: 31 out. 2020.
- LEVINE, Emma E.; SCHWEITZER, Maurice E. Prosocial lies: When deception breeds trust. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, v. 126, p. 88-106, 2015. Disponível em:

¹⁴ Segundo Levine e Schweitzer (2015), mentiras prossociais envolvem a transmissão de informações que enganam e beneficiam um alvo.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0749597814000983> Acesso em: 31 out. 2020.

MEHU, Marc. The integration of emotional and symbolic components in multimodal communication. *Frontiers in Psychology*, v. 6, art. 961, p. 1-5, 2015. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2015.00961/full> Acesso em: 31 out. 2020.

SEARLE, John R.; VANDERVEKEN, Daniel. Speech acts and illocutionary logic. In: VANDERVEKEN, Daniel (ed.). *Logic, Thought and Action*. Logic, Epistemology and the Unity of Science, v. 2. Springer: Dordrecht, 1985. p. 109-132.

SEARLE, John R. *Os Atos de Fala: Um Ensaio de Filosofia da Linguagem*, Trad. Carlos Vogt, Ana Cecília Maleronka, Balthazar Barbosa Filho, Maria Stela Gonçalves, Adail Ubirajara Sobral. Coimbra: Almedina, 1981.

SEARLE, John R. A taxonomy of illocutionary acts. In: GUNDERSON, K. (ed.) *Language, Mind, and Knowledge*, Vd. VII, Univ. of Minnesota Press, 1975, p. 1-29.

SMITH, Maynard J.; HARPER, David GC. Animal signals: models and terminology. *Journal of theoretical biology*, v. 177, n. 3, p. 305-311, 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0022519385702482> Acesso em: 31 out. 2020.

ZAHAVI, Amotz. The fallacy of conventional signaling. *Philosophical Transaction: Biological Sciences*, v. 340, n. 1292, p. 227-230, 1993. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/abs/10.1098/rstb.1993.0061> Acesso em: 31 out. 2020.

Recebido em: 01/11/2020

Aceito em: 07/03/2021

Análise de aspectos morfológicos da Libras e sua aplicabilidade na escrita da língua de sinais através do sistema *Signwriting*

Analysis of morphological aspects from Libras and its applicability in the writing of sign language through the Signwriting system

Victor Hugo Lima Nazário¹
Ana Carolina Ferreira Barros²

Resumo: Este artigo objetiva verificar como o sistema de escrita de sinais *Signwriting*, a partir do seu caráter descritivo e possibilidade de detalhamento da combinação de parâmetros, auxilia em uma melhor compreensão grafo-visual de aspectos morfofonológicos da estrutura e formação de sinais em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Analisaremos três aspectos morfológicos presentes nos processos de formação de sinais da Libras, sendo, respectivamente, a incorporação numérica, a reduplicação e a composição, e os aplicaremos à escrita de sinais. Optamos por realizar uma abordagem qualitativa utilizando-nos da pesquisa bibliográfica. Embasamo-nos principalmente nas publicações de Barreto (2015), Capovilla (2015), Quadros e Karnopp (2004), Stumpf (2005) e Sutton (2009). Também nos utilizamos de um programa *online* de edição de escrita de sinais, o *Signpuddle*, para a elaboração dos sinais analisados nesta proposta, bem como do sistema de transcrição proposto por Felipe e Monteiro (2007), para efeitos de simplificação. Ressaltamos que ao aplicar os aspectos aqui abordados ao *Signwriting* podemos fazer com que a leitura dos sinais analisados neste trabalho se torne mais clara, pois publicações que apresentam glosas e/ou ilustrações/desenhos não são de fácil entendimento àqueles que não sabem Libras.

Palavras-chave: Aspectos morfológicos; formação de sinais da Libras; *SignWriting*.

Abstract: This article aims to verify how the *Signwriting* system, from its descriptive character and possibility of detailing the combination of parameters, helps a better graphical-visual understanding of morphophonological aspects of the structure and formation of signs in Brazilian Sign Language. It is intended to analyze three morphological aspects present in the sign formation processes from Libras, being, respectively, numerical incorporation, reduplication and composition, and to apply such processes to *Signwriting*. For this, we decided to carry out a qualitative approach using bibliographic research. The research was based mainly on publications made by Barreto (2015), Capovilla (2015), Quadros and Karnopp (2004), Stumpf (2005) and Sutton (2009). We also used an online sign writing editing program, *Signpuddle*, to prepare the signs analyzed in this proposal, as well as the transcription system proposed by Felipe and Monteiro (2007), for the purpose of simplification. We also emphasize

¹ Tradutor e Intérprete de Libras no Curso de Bacharelado em Artes Cênicas da Universidade Federal do Acre. Graduando em Letras/Libras – Universidade Federal do Acre – UFAC. Pós-graduado em Tradução e Interpretação da Libras – FASA/AC. Pós-graduado em Educação de Surdos/ Libras – FASA/AC. Graduado em Letras/Espanhol – Universidade Federal do Acre – UFAC. Graduado em Letras/Inglês – Universidade Federal do Acre – UFAC. E-mail: hugo.nazario@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0359-1056>

² Tradutora e Intérprete de Libras no Curso de Bacharelado em Artes Cênicas da Universidade Federal do Acre. Mestranda em Ciências da Educação – FACSIDRO/MS. Graduada em Letras Libras – Universidade Federal do Acre – UFAC; Especialista em Tradução e Interpretação de Libras/ Português – FASA/AC; Especialista em Educação de Surdos/ Libras – FASA/AC, 2016. Graduada em Pedagogia – Faculdade Sinal. E-mail: professoracarolina@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9724-5156>

that by applying the aspects addressed here to the *Signwriting* system, we can make the reading of the signs analyzed in this work become clearer, since publications with glosses and/or illustrations/drawings are not easy to understand for those who do not know Libras.

Keywords: Morphological aspects; formation of Libras signals; SignWriting.

Introdução

O presente artigo objetiva expor em que medida o sistema *Signwriting*, a partir do seu caráter descritivo e possibilidade de detalhamento da combinação de parâmetros, ajuda na compreensão de aspectos morfofonológicos da estrutura e formação de sinais em Língua Brasileira de Sinais (Libras), a partir de uma análise bibliográfica dos aspectos morfológicos da Libras e observando sua aplicabilidade na escrita da língua de sinais por meio do sistema *SignWriting*.

Para isso, inicialmente, contextualizamos o sistema *Signwriting*, discutindo sua natureza, história e função na sociedade. O objetivo aqui será verificar como são marcadas todas as informações fonético-fonológicas e morfológicas, apresentando e comparando conceitos relativos a aspectos morfofonológicos entre Português e Libras.

Ainda nesta perspectiva, nos centramos nos estudos morfológicos referentes à incorporação numérica, à repetição e ao processo de composição em Libras, a partir do sistema *Signwriting*, de modo a evidenciar a visualidade estrutural da língua. Para isso, fizemos uma revisão de materiais bibliográficos e nos utilizamos de um programa online de edição de sinais escritos, o *Signpuddle*, bem como fizemos uso do sistema de transcrição proposto por Felipe e Monteiro (2007), para efeitos de simplificação e melhor compreensão por parte do leitor.

Para análise, consideramos cada um dos parâmetros que compõem os sinais da Libras separadamente – configuração de mãos, movimento, locação, orientação e expressão não-manual – em relação aos grafemas que lhes representam. Observado o modo como esses elementos se associam, aplicamos o processo de comutação (permuta dos morfemas a serem trabalhados), com o intuito de tentar perceber como o *Signwriting* torna esse registro imageticamente visível, ajudando, pois, na compreensão de aspectos morfofonológicos da estrutura e formação de sinais da Língua Brasileira de Sinais.

Acreditamos ainda que esta pesquisa seja importante para os estudos do campo morfológico da Libras através de sua aplicabilidade à escrita de sinais pelo

sistema *Signwriting*, pois tal sistema “possibilita fazer registros diretamente na língua de sinais, facilitando a memorização de sinais e a compreensão dos parâmetros fonético-fonológicos que constituem cada sinal” (BARRETO, 2015, p. 356). A escrita de sinais beneficia principalmente os surdos, pois ela transcreve as articulações e movimentos das mãos na sinalização que ele usa para pensar e comunicar-se em sinais. Logo,

Quando o surdo escreve seu pensamento na língua em que se dá o pensar, este fica mais claro, preciso e formalizado. Os benefícios desse sistema de escrita estão relacionados à herança cultural das línguas de sinais e ao desenvolvimento linguístico e cognitivo do surdo, que advêm quando a criança surda aprende a ler e escrever em sinais na mesma época em que a criança ouvinte aprende a ler e escrever alfabeticamente. (CAPOVILLA e SUTTON, 2006, *s/p apud* CAPOVILLA, 2015, p. 46).

Assim, tal investigação nos permitiu apontar as contribuições do sistema *Signwriting* para as análises morfológicas da Libras, partindo dos aspectos aqui abordados.

Diferença entre Fonologia e Morfologia

Para que possamos compreender melhor a análise aqui proposta, é necessário, primeiramente, que saibamos a diferença entre Fonologia e Morfologia, em relação às línguas de sinais. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua natural de modalidade espaço-visual, isto implica dizer que as informações são recebidas pelos olhos e produzidas através das mãos, conforme os estudos de Karnopp (1999). Apesar de sua natureza, às línguas de sinais também é empregado o termo Fonologia nos estudos dos elementos básicos de seus constituintes. A Fonologia é um ramo da Linguística que tem por objetivo a identificação estrutural e organizacional dos constituintes fonológicos das línguas, além de propor descrições e explicações.

Stokoe (1960), linguista norte-americano, foi o primeiro a analisar a Língua de Sinais Americana (ASL) e destacou três constituintes/parâmetros básicos da formação de sinais: a configuração de mão (CM), a locação (L) e o movimento (M). Posteriormente, Battison (1974) incluiu às análises de Stokoe outros dois parâmetros:

a orientação da palma da mão (Or) e as expressões não-manuais (ENM). Vejamos a seguir as definições sobre estes cinco parâmetros.

Quadros e Karnopp (2004) e Ferreira-Brito (1995) definem os cinco parâmetros da Libras. As autoras afirmam que a configuração de mão se refere à forma que a mão assume durante a produção de um sinal, podendo permanecer a mesma ou mudar ao longo de sua produção. O movimento pode apresentar várias formas e direções, desde movimentos internos das mãos ou pulsos a direcionamentos no espaço, podendo estes serem unidirecionais, bidirecionais, ou ainda, multidirecionais. Em relação à locação, esta pode ser definida como a área onde um sinal é articulado, sendo essa área uma parte do corpo ou mesmo o espaço neutro à frente dele. A orientação da palma da mão é a direção para onde ela é apontada durante a execução de um sinal. Ferreira-Brito (1995) salienta que a Libras possui seis direções de palma da mão: para frente, para trás, para cima, para baixo, para direita e para a esquerda. Por fim, as expressões não-manuais correspondem as construções de significado dos sinais, indicando afirmações, negações, exclamações, interrogações ou traços distintivos de pares mínimos, ou seja, quando dois sinais se diferem apenas por um de seus constituintes, permanecendo iguais os outros quatro.

Outro aspecto importante dos estudos linguísticos da Libras é a Morfologia. De acordo com definição apresentada por Quadros e Karnopp (2004), a Morfologia é o estudo da estrutura interna das palavras e dos sinais, bem como das regras que determinam sua formação. No campo morfológico, existem os morfemas, que são as unidades mínimas de significado. Assim como nas línguas orais, as línguas de sinais também apresentam alguns tipos de morfemas, podendo ser livres ou presos, prefixais ou sufixais, derivacionais ou flexionais, como veremos mais detalhadamente na seção seguinte.

Aspectos morfológicos análogos entre Português e Libras

Vejamos agora, de forma comparativa, como estão estruturados os morfemas em língua portuguesa, para que assim possamos entender como estes são estruturados em Língua Brasileira de Sinais.

Dentro da morfologia podemos estudar os morfemas, que são “[...] a menor unidade linguística que possui ao mesmo tempo significante e significado” (VIOTTI,

2008)³. Nas línguas orais, como o Português, existem morfemas que por si só formam palavras, como por exemplo, a palavra ou o sinal *LUA*, tanto em Português quanto em Libras, não pode ser dividida(o) em unidades menores com significado, sendo assim chamada(o) de morfema livre. Por outro lado, existem palavras ou sinais que para serem formadas(os) precisam de mais de um morfema, que é o caso da palavra em língua portuguesa *PADEIRO*, composta de três morfemas, cada qual possuente de um significado – *PAD-* local onde se vendem/fabricam pães, bolos, etc.; *-EIR-* aquele que trabalha com determinado objeto ou mercadoria; e *-O* que determina o gênero masculino e; o sinal *MÃE*, em Libras, composto pela combinação dos sinais *BÊNÇÃO* e *MULHER*, sendo estes, por sua vez, os morfemas presos (VIOTTI, 2008).

A autora nos afirma ainda que os morfemas presos podem ser classificados em prefixos e sufixos. Os prefixos são colocados antes de outros morfemas, por exemplo *a-* em *anormal*, *i-* em *imoral*, *des-* em *desnecessário*, dentre outros. Já os sufixos são colocados no fim de outro morfema como, *-or* em *investigador*, *-ista* em *jornalista*, *-(i)dade* em *maturidade* ou *espontaneidade*. Os morfemas aos quais são afixados os prefixos e os sufixos são chamados de radicais. Assim nos exemplos dados, *-norma-*, *-moral*, *necess-*, *investiga-*, *jornal-*, etc., são radicais.

Na língua portuguesa os sufixos se subdividem em dois tipos, os derivacionais que criam outras palavras e os flexionais que indicam relações gramaticais como masculino/ feminino, singular/ plural, tempo verbal, concordância de pessoa e número. Por sua vez, as línguas de sinais têm um comportamento morfológico distinto do das línguas orais, como o português. Por exemplo, percebe-se que nas línguas de sinais não há morfemas flexionais de tempos verbais, nem morfemas flexionais de gênero ou número para substantivos e adjetivos. Para autores como Quadros e Karnopp (2004), os verbos direcionais em Libras apresentam flexão de pessoa, pois a orientação da palma da mão, além de marcadores não manuais vão determinar quem é o sujeito ou o objeto da oração, assim como para Viotti (2008), ao afirmar que os

³ Viotti (2008) afirma que o signo linguístico compreende a palavra para as línguas orais e o sinal para as línguas de sinais. Ele é composto por um significante, isto é, uma imagem acústica ou ótica que nos vem à mente ao pronunciarmos ou vermos determinada palavra ou sinal e, por um significado, ou seja, os conceitos que atribuímos mentalmente a um determinado signo linguístico. Logo, o signo está intrinsecamente relacionado ao significado e ao significante.

pronomes nas línguas orais determinam diretamente as pessoas envolvidas no discurso.

Breve contextualização da criação do sistema Signwriting

Faremos agora uma breve contextualização da criação do sistema de escrita de sinais – *Signwriting*, para que a partir deste ponto possamos compreender mais claramente como se dá nossa análise morfológica e assim aplicá-la a este sistema. Ressaltamos ainda que existem vários outros sistemas de escrita de sinais e que também tem sua relevância aos estudos linguísticos.

Hábil notadora de movimentos, Valerie Sutton havia criado em 1972 um fantástico sistema para notação da dança chamado *DanceWriting*. Algum tempo depois, ela foi à Dinamarca ensiná-lo em uma escola de balé. Um jornal local publicou um artigo sobre esta escrita e isso chegou ao conhecimento dos pesquisadores da Língua de Sinais Dinamarquesa da Universidade de Copenhagen, os quais estavam em busca de uma forma de escrever essa língua. Assim, solicitaram a Sutton que escrevesse as sinalizações – disponíveis em vídeo – de alguns surdos. Foi então que, adaptando seu sistema de escrita com o objetivo de escrever uma Língua de Sinais, nasceu em 1974 o *SignWriting*, um sistema específico para escrever as Línguas de Sinais (SUTTON, 1999a *apud* BARRETO, 2015, p. 70-71).

De acordo com Barreto (2015), as pesquisas da escrita de sinais pelo *Signwriting* iniciaram-se no Brasil em 1996 na PUC-RS⁴, em Porto Alegre, através do Dr. Antônio Carlos da Rocha Costa, que formou um grupo de trabalho no qual participaram as professoras doutoras Márcia de Borba e Marianne Rossi Stumpf, sendo esta última surda.

Em 2011, Madson e Raquel Barreto fundaram a editora Libras Escrita. Eles já estavam há algum tempo pesquisando a escrita das línguas de sinais, mas sentiam falta de publicações mais aprofundadas nesta área. Foi então que após organizarem todos os seus materiais de estudos, os autores publicaram o *Libras em Jogo* no mesmo ano e o livro “Escrita de Sinais sem Mistérios” em 2012. Também em 2012 publicaram a 2ª edição do *Libras em Jogo* e em 2015 a 2ª edição do livro “Escrita de Sinais sem Mistérios”, ainda mais detalhada e que levou a milhares de pessoas pelo

⁴ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Brasil, através de sua metodologia de ensino passo a passo, o conhecimento da escrita da língua de sinais com foco na Libras atualizado com as pesquisas mais recentes a nível internacional (BARRETO, 2015, p. 112-113).

Análise morfológica

A partir de agora, faremos a análise dos morfemas presos em Libras e veremos como eles se combinam para formar novos sinais. Destacamos que esse estudo será feito na perspectiva expressiva, ou seja, “quando é você quem está sinalizando, você vê os sinais de sua própria perspectiva” (BARRETO, 2015, p. 121), realizada por um sujeito destro. Analisaremos, então, três aspectos morfológicos, que compreendem respectivamente, a incorporação numérica, a reduplicação e a composição. Para explicarmos cada um desses processos, utilizaremos sinais da Libras escritos com base no sistema de escrita de sinais *Signwriting*, pois, segundo afirmam Barreto (2015; 2013; 2012) e Sutton (2003), esse sistema nos permite fazer transcrições, ler e escrever em qualquer língua de sinais de maneira direta e visual sem necessidade de se passar por uma língua oral ou fazer transcrições em glosas. Os autores salientam também que o alfabeto latino é utilizado para escrever línguas orais como inglês, português, francês e várias outras línguas orais e que o alfabeto de traços não arbitrários do *Signwriting*, internacionalmente convencionado, é utilizado para registrar quaisquer línguas de sinais do mundo.

Além do exposto até aqui, também concordamos com Capovilla et al (2006), Quadros e Karnopp (2004), Sutton (2003) e Barreto (2015) que nos afirmam que o *Signwriting* como sistema de escrita é um sistema secundário baseado em um sistema primário de representação de informações que é a Língua Brasileira de Sinais, a Libras, e que através dele é possível fazer registros precisos das características tridimensionais presentes nas línguas de sinais, ou seja, seus parâmetros fonológicos, sendo eles as configurações de mão, a orientação da palma, a locação, os movimentos e as expressões não manuais, e sintáticos, como por exemplo a utilização do espaço de sinalização, os referenciais dêiticos e anafóricos. Logo, o *Signwriting* nos permite escrever em sinais tudo aquilo que desejarmos, independentemente do tipo ou nível de texto proposto.

A partir das próximas seções, veremos em que consistem os três aspectos morfológicos presentes no processo de formação de sinais da Libras, objeto de nossa pesquisa, e como aplicamos tais aspectos à escrita de sinais nos utilizando do sistema *Signwriting*. Salientamos que optamos em fazer uso do sistema de transcrição proposto por Felipe e Monteiro (2007), para efeitos de simplificação e melhor compreensão em língua portuguesa e que, além disso, também utilizamos um programa *online* de edição de sinais em escrita de sinais, o *Signpuddle*, para a apresentação dos sinais aqui analisados.

1. Incorporação numérica

De acordo com Quadros e Karnopp (2004), a incorporação numérica é um processo comum que acontece na Língua Brasileira de Sinais, e que consiste na produção simultânea de dois morfemas para a formação de um novo sinal. Segundo as autoras, esse processo respeita um limite que vai de um a quatro, e que, a partir do número cinco em diante, faz-se necessário que o sinal seja articulado separadamente. Vejamos, na figura 1, a composição do sinal 1-HORA em Libras. Este sinal é feito com a mão direita fechada e dedo indicador estendido, palma da mão voltada para trás, fazendo um movimento circular do pulso e passando a ponta do dedo indicador, sem tocar o rosto, ao logo de sua circunferência, remetendo, assim, a um relógio de parede:

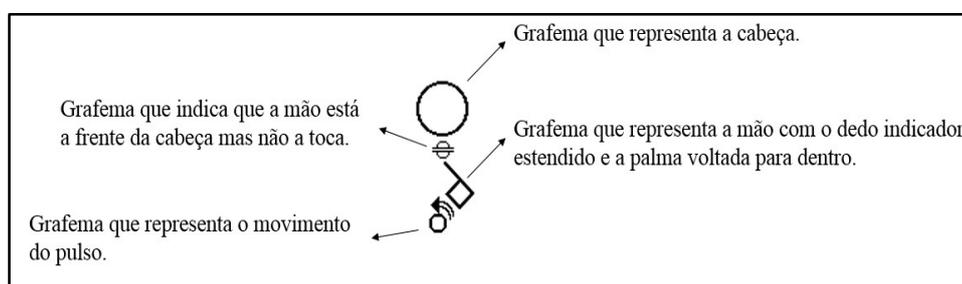


Figura 1: explicação de cada um dos grafemas que compõem a escrita do sinal 1-HORA em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

Na figura 2, podemos observar que para formar os sinais 1-HORA, 2-HORAS, 3-HORAS e 4-HORAS, houve a modificação da configuração de mão de um para dois, três e quatro, permanecendo iguais a locação, o movimento e a expressão não

manual. Porém, para a formação do sinal HORA 5 se fez necessário o uso de dois sinais, respectivamente, HORA + 5. (QUADROS e KARNOPP, 2004, p. 108)

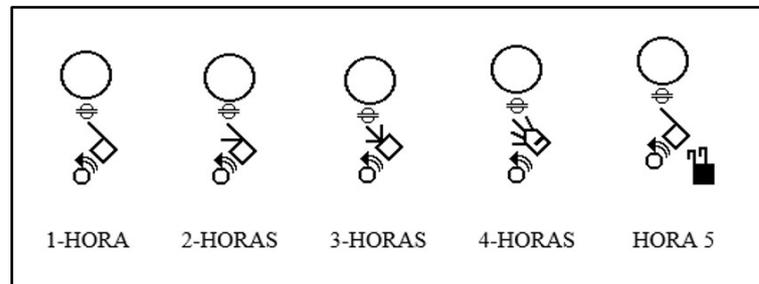


Figura 2: Incorporação numérica de um a quatro realizada no sinal HORA e o sinal HORA 5.
Fonte: elaborada pelo autor.

A figura 3 ilustra uma das variações em Língua Brasileira de Sinais para o sinal DIA. Este sinal é feito com a mão direita fechada e dedo indicador estendido, palma da mão volta para a esquerda, tocando a ponta do dedo na lateral direita da testa, projetando a mão para a frente e direcionando a palma da mão também para a frente.

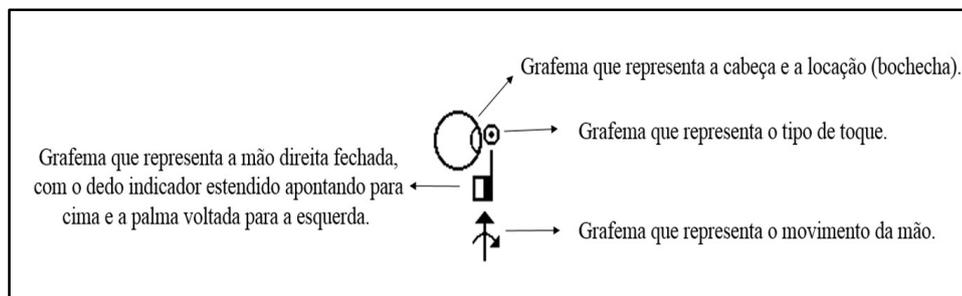


Figura 3: Explicação de cada um dos grafemas que compõem a escrita do sinal DIA.
Fonte: elaborada pelo autor.

Na figura 4, podemos perceber que o mesmo processo que ocorre com os sinais representados na figura 2 também acontece com os sinais de 1-DIA, 2-DIAS, 3-DIAS, 4-DIAS e DIA 5:

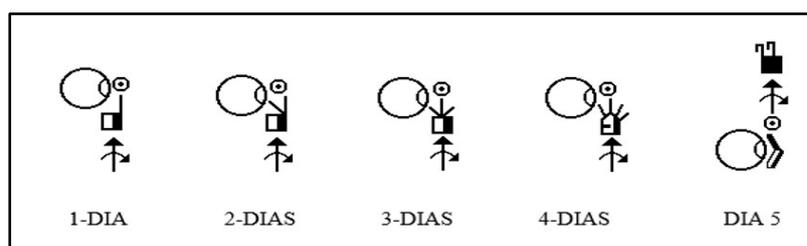


Figura 4: Incorporação numérica de um a quatro realizada no sinal DIA e o sinal DIA 5.
Fonte: elaborada pelo autor.

Na figura 5, temos a representação escrita de uma das variações em Libras para o sinal SEMANA. Este sinal é feito com as duas mãos fechadas e dedos indicadores estendidos, posicionadas opostas uma a outra no espaço neutro à frente do corpo, com as palmas voltadas para trás e pontas dos dedos bem próximas. A mão direita é projetada para frente, enquanto que a esquerda permanece parada:

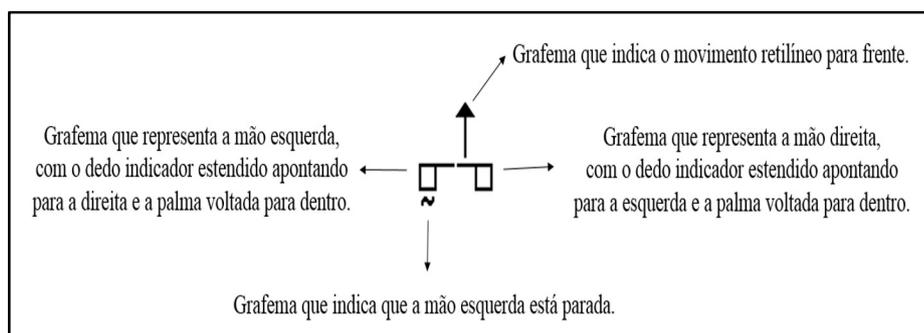


Figura 5: Explicação de cada um dos grafemas que compõem a escrita do sinal SEMANA em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

Da mesma forma como observado nas figuras 2 e 4, percebemos que o mesmo comportamento na produção dos sinais 1-SEMANA, 2-SEMANAS, 3-SEMANAS 4-SEMANAS e SEMANA 5 também acontece na figura 6:

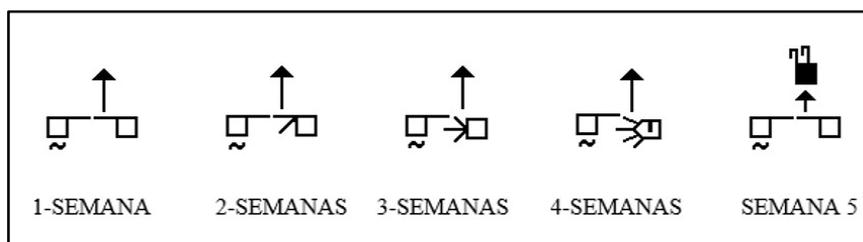


Figura 6: Incorporação numérica de um a quatro realizada no sinal SEMANA e o sinal SEMANA 5.
Fonte: elaborada pelo autor.

2. Reduplicação

A reduplicação é um processo morfológico em que há a repetição de movimentos, ou seja, repete-se um morfema base e tem-se um outro significado como produto. Nesse processo são adicionados morfemas a uma forma base, mudando o

movimento e mantendo a locação, configuração de mão e orientação da palma, criando assim um novo item lexical (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 100-101).

A seguir apresentaremos alguns sinais da Libras em que a mudança do parâmetro Movimento e/ou Orientação da Palma causa uma alteração o significado do sinal. Vejamos:



Figura 7: sinais DIA e TODO-DIA, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

No sinal DIA, a mão direita se configura fechada com o dedo indicador estendido, palma da mão voltada para trás, tocando a ponta do dedo na lateral direita da testa; a mão é projetada para frente com um movimento do antebraço mudando a orientação da palma também para frente. Já no sinal TODO-DIA, a mão direita mantém a mesma configuração, porém a palma agora está voltada para frente e há uma sequência de dois toques da ponta do dedo indicador na lateral direita da testa.



Figura 8: sinais ANO e MUITOS-ANOS, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

Para a produção do sinal ANO, as duas mãos se configuram fechadas, a direita sobreposta à esquerda, com as palmas opostas uma a outra. A mão direita faz um movimento circular para frente em torno da esquerda, que permanece parada, voltando ao seu ponto de origem. No sinal MUITOS-ANOS, as mãos continuam com a mesma configuração e locação do sinal ANO, sendo alterado apenas o movimento, que passa a ser de vaivém.



Figura 9: sinais CASA e MUITAS-CASAS, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

O sinal de CASA é feito com as duas mãos que se configuram da mesma forma, espalmadas com os dedos unidos, as palmas voltadas para a direita e para a esquerda, opostas uma a outra, no espaço neutro à frente do corpo e com dois toques nas palmas dos dedos. Para o sinal MUITAS-CASAS há uma alteração na quantidade de toques, de dois para três, e também um movimento alongado da esquerda para a direita do espaço neutro.

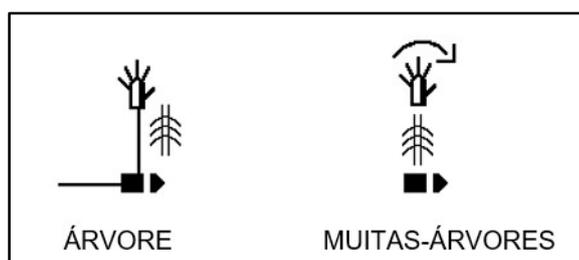


Figura 10: sinais ÁRVORE e MUITAS-ÁRVORES, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

Por fim, temos o sinal ÁRVORE, que é feito com a mão esquerda espalmada, dedos unidos com a palma voltada para baixo no espaço neutro à frente do corpo. A mão direita espalmada com os dedos separados, palma para a esquerda, cotovelo tocando o dorso da mão esquerda com movimentos trêmulos. Já para a execução do sinal MUITAS-ÁRVORES, há apenas a modificação do movimento, que passa a ser alongado em forma de semicírculo da esquerda para a direita.

3. Composição

Para Quadros e Karnopp (2004, p. 103-106), o processo de composição tanto em línguas orais quanto em línguas de sinais se dá de maneira semelhante: duas bases (palavras ou sinais) se unem para a formação de um terceiro significado. Na Libras se observam três regras para a composição de novos sinais: a regra do contato,

a regra da sequência única e a regra da antecipação da mão não dominante. Vejamos, agora, cada uma delas.

3.1. Regra do contato

Quando nos utilizamos de dois sinais distintos para a formação de um terceiro significado, o contato de um dos dois é omitido, enquanto que o outro permanece, por exemplo:

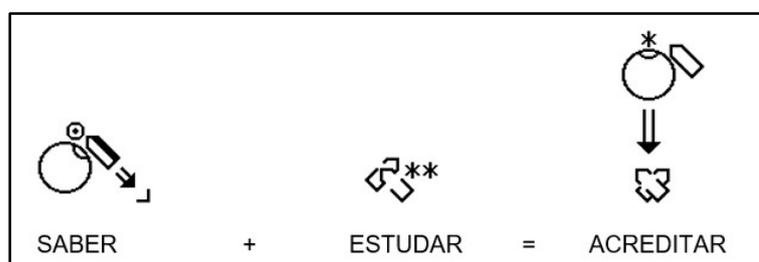


Figura 11: composição do sinal ACREDITAR, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

Na formação do sinal ACREDITAR (mão esquerda espalmada, dedos unidos, palma para cima, parada no espaço neutro à frente do corpo; mão direita espalmada, dedos unidos, palma para trás, tocando a ponta dos dedos no meio da testa; a mão direita é movimentada para baixo, tocando seu dorso na palma da mão esquerda), o sinal SABER (mão direita espalmada, dedos unidos, palma voltada para a esquerda, tocando a ponta dos dedos na lateral da testa; com um movimento de escovar, a mão direita é deslocada da testa e para fechada no espaço lateral na mesma altura) sofre uma mudança no seu tipo de contato, de escovar para tocar e de movimento, de flexão da articulação dos dedos para uma movimentação mais direta e não flexionada, e o sinal ESTUDAR (mãos espalmadas, palmas para cima, posicionadas no espaço neutro à frente do corpo; mão direita sobreposta a mão esquerda; mão direita toca duas vezes seu dorso na palma da mão esquerda) perde um de seus toques.



Figura 12: composição do sinal ESCOLA, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

O sinal ESCOLA (mãos espalmadas, dedos unidos, palmas opostas uma a outra, posicionadas no espaço neutro à frente do corpo, tocando as pontas dos dedos, movimentam-se para baixo, mudando a direção das palmas das mãos para cima; a mão direita se sobrepõe à esquerda e toca seu dorso na palma da mão esquerda) é feito pela junção dos sinais CASA⁵ e ESTUDAR⁶, na qual ambos perdem um de seus toques.

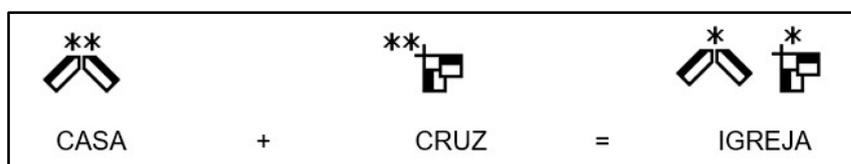


Figura 13: composição do sinal IGREJA, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

O sinal de IGREJA (mãos espalmadas, dedos unidos, palmas opostas uma a outra, posicionadas no espaço neutro à frente do corpo, tocando as pontas dos dedos; as mãos se separam e se fecham, deixando apenas os dedos indicadores estendidos; a mão esquerda permanece parada com a palma voltada para a direita e o dedo indicador apontando para cima; a mão direita tem sua palma direcionada para baixo e a lateral interna do indicador direito toca a lateral externa do indicador esquerdo, formando assim uma cruz) segue o mesmo padrão do sinal ESCOLA⁷. Ele é composto pelos sinais CASA⁸ e CRUZ (na figura 17, os asteriscos indicam a quantidade de toques dos sinais), e ambos perdem um de seus toques.

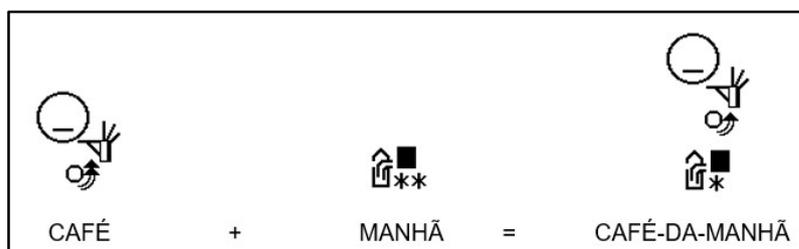


Figura 14: composição do sinal CAFÉ-DA-MANHÃ, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

⁵ Ver explicação da figura 9.

⁶ Ver explicação da figura 11.

⁷ Ver explicação da figura 12.

⁸ Ver explicação da figura 9.

Já o sinal CAFÉ-DA-MANHÃ é feito pela junção dos sinais CAFÉ (mão direita aberta, dedos estendidos, permanecendo unidos pelas pontas os dedos indicador e polegar, palma voltada para a esquerda, posicionando a ponta dos dedos unidos próxima a lateral direita da boca, realizando dois movimentos semicirculares do pulso para frente) e MANHÃ (mão esquerda espalmada, dedos unidos, palma voltada para cima, posicionada parada no espaço neutro à frente do corpo; mão direita fechada, dedos indicador e médio flexionados, palma para baixo e dedos direcionados para a esquerda; a ponta dos dedos da mão direita tocam duas vezes a palma da mão esquerda), na qual o primeiro perde um movimento de pulso e o segundo perde um toque.

3.2. Regra da sequência única

Ocorre quando dois sinais se juntam para a formação de um terceiro sinal e o toque/ movimento interno ou a repetição do movimento é eliminada. Vejamos:

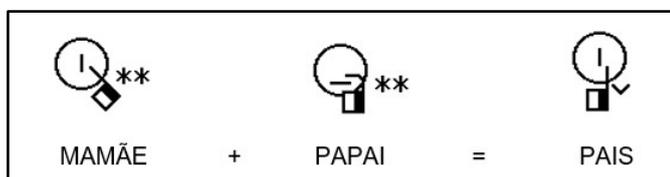


Figura 15: composição do sinal PAIS, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

O sinal PAIS é composto pela variação dos sinais MAMÃE (mão direita fechada, dedo indicador estendido, palma voltada para a esquerda, tocar duas vezes a ponta do dedo indicador na lateral direita do nariz) e PAPAI (mão direita fechada, dedo indicador flexionado, palma voltada para a esquerda, tocar duas vezes a lateral externa do dedo indicador na região entre o nariz e o lábio superior) utilizados no sul do país, em que ambos perdem a repetição do toque e passam a ter apenas um movimento sequencial, que consiste em tocar a ponta do dedo estendido na lateral do nariz e flexionando-o ao tocar na região entre o nariz e o lábio superior.

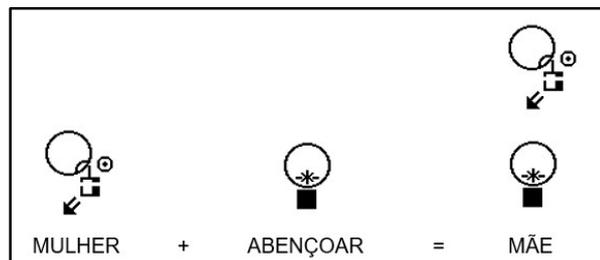


Figura 16: composição do sinal MÃE, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

No sinal MÃE, temos a combinação dos sinais MULHER (mão direita fechada, dedo polegar estendido, palma voltada para a esquerda, deslizar duas vezes a palma do dedo polegar na bochecha direita com movimento para frente) e ABENÇOAR (mão direita fechada, palma para frente, beijar o dorso da mão) em sequência, na qual o primeiro sinal perde um de seus movimentos.

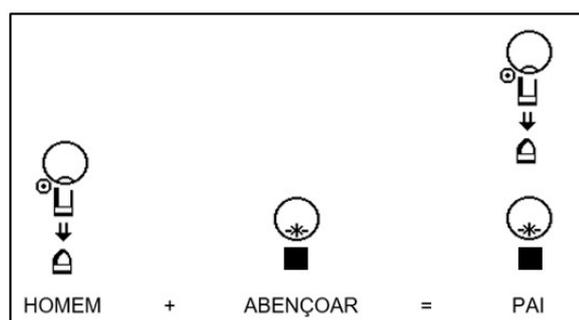


Figura 17: composição do sinal PAI, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

O sinal PAI segue o mesmo processo do sinal MÃE. Ele é composto pelos sinais HOMEM (mão direita semiaberta em forma de concha, dedos unidos permanecendo separado somente o dedo polegar com a palma voltada para cima; deslizar as palmas dos dedos pelo queixo duas vezes unindo-as logo abaixo dele, representando assim, a barba de um homem) e ABENÇOAR⁹ em sequência, na qual o primeiro sinal perde um de seus movimentos.

⁹ Ver a explicação da figura 16.

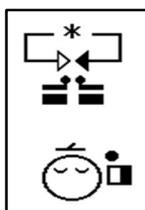


Figura 18: composição do sinal QUARTO, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

O sinal QUARTO é composto pelos sinais SALA (mãos fechadas, palmas para baixo, posicionadas no espaço neutro à frente do corpo; dedos indicadores estendidos e apontando para baixo; tocar as pontas dos indicadores e desenhar no ar um quadrado, visto de cima para baixo, começando o movimento pela frente, separando os dedos e unindo-os novamente atrás) e DORMIR (fechar a mão direita, posicionando a palma para a esquerda, trazendo-a para lateral direita do rosto próxima do olho; fechar os olhos e inclinar a cabeça para a direita), também feitos em apenas uma sequência de um movimento.

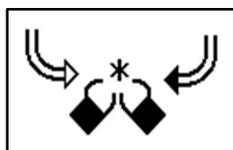


Figura 19: composição do sinal COMPOSIÇÃO, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

O sinal COMPOSIÇÃO é formado pelos sinais PALAVRA e PALAVRA (mãos fechadas, palmas para frente, posicionadas no espaço neutro à frente do corpo, dedos indicador e polegar separados e flexionados; mover as mãos em semicírculo, de cima para baixo e tocar as laterais dos dedos polegares) feito, simultaneamente, com as duas mãos que se unem a frente do corpo do sinalizador.

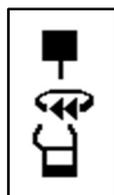


Figura 20: composição do sinal DERIVAÇÃO, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

O sinal DERIVAÇÃO é composto pelos sinais PALAVRA¹ (porém com a palma da mão esquerda voltada para cima) e MUDAR (mão direita fechada, dedo polegar estendido apontando para baixo e palma voltada para frente; mover o polegar em círculos, duas vezes, entre os dedos flexionados da mão esquerda), feito no espaço neutro e indicando que mudanças acontecem em uma determinada palavra.

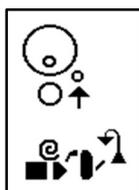


Figura 21: composição do sinal BOA-NOITE, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

O sinal BOA-NOITE é composto pelos sinais BOM/BOA (mão direita fechada em forma de círculo com os dedos unidos pelas pontas, palma voltada para trás, posicionada na frente da boca; abrir a mão, separando e estendendo os dedos, movendo-a na diagonal para frente, levemente de cima para baixo) e NOITE (mão esquerda espalmada, dedos unidos apontando para a direita e a palma direcionada para baixo, parada no espaço neutro à frente do corpo; mão direita semiaberta em forma de concha, dedos unidos, palma para baixo; deslizar a palma da mão direita sobre o dorso da mão esquerda, encobrindo-a, começando do dedo polegar até o dedo mínimo).

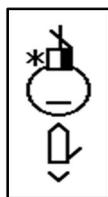


Figura 22: composição do sinal ALMOÇAR, em Libras.
Fonte: elaborada pelo autor.

O sinal ALMOÇAR é formado pelos sinais COMER (mão direita espalmada, dedos unidos, palma voltada para trás, posicionada a frente da boca, flexionando duas vezes os dedos na articulação da mão) e MEIO-DIA (mão direita fechada, palma para a esquerda, dedos indicador e médio estendidos e cruzados; tocar a lateral interna da

¹ Ver a explicação da figura 19.

mão duas vezes no meio da testa), que perdem um movimento de flexão e um toque, respectivamente.

3.3. Regra da antecipação da mão não dominante

Acontece quando dois sinais se juntam na produção de um terceiro sinal e a mão não-dominante ou mão passiva do sinalizador antecipa o segundo sinal durante o processo de composição. Observemos os exemplos:

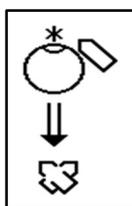


Figura 23: explicação da antecipação da mão não-dominante na composição do sinal ACREDITAR, em Libras.

Fonte: elaborada pelo autor.

Em ACREDITAR¹, a mão esquerda fica parada no ar, espalmada com os dedos unidos e a palma voltada para cima esperando pelo toque do dorso da mão direita, que sai da testa, sequencialmente.



Figura 24: explicação da antecipação da mão não-dominante na composição do sinal ACIDENTE-DE-CARRO, em Libras.

Fonte: elaborada pelo autor.

Em ACIDENTE-DE-CARRO (mão esquerda espalmada, dedos unidos e apontando para frente, palma voltada para a direita, posicionada no espaço neutro à frente do corpo; mão direita espalmada, dedos unidos e apontando para a esquerda, palma direcionada para baixo, distante da mão esquerda; aproximar a mão direita tocando a ponta dos dedos com uma leve pressão na palma da mão direita, flexionando-os, representando assim um carro que é amassado devido ao impacto de

¹ Ver explicação na figura 11.

uma batida), a mão esquerda fica parada no espaço neutro à frente do corpo do sinalizador, à espera da ação que é feita com a mão direita.

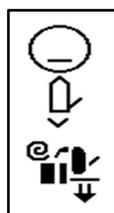


Figura 25: explicação da antecipação da mão não-dominante na composição do sinal JANTAR, em Libras.

Fonte: elaborada pelo autor.

Em JANTAR, temos a combinação dos sinais COMER¹ e NOITE². A mão esquerda fica fechada no espaço neutro à frente do corpo esperando pela ação que é feita pela mão direita.



Figura 26: antecipação da mão não-dominante na composição do sinal CUIDAR, em Libras.

Fonte: elaborada pelo autor.



Figura 27: antecipação da mão não-dominante na composição do sinal AJUDAR, em Libras.

Fonte: elaborada pelo autor.

Em CUIDAR (mão esquerda fechada, palma para baixo, posicionada no espaço neutro à frente do corpo; mão direita fechada, dedos indicador e médio estendidos e separados apontando para cima e palma voltada para frente; tocar o pulso da mão direita duas vezes no dorso da mão esquerda) e AJUDAR (mão esquerda fechada, palma para baixo, posicionada no espaço neutro à frente do corpo; mão direita espalmada, dedos unidos apontando para cima e palma voltada para frente; tocar o pulso da mão direita duas vezes no dorso da mão esquerda) a mão que serve de apoio (esquerda) fica parada à frente do corpo do sinalizador esperando pelo contato da mão ativa (direita).

¹ Ver explicação na figura 22.

² Ver explicação na figura 21.

Considerações Finais

Conforme exposto na introdução, este trabalho teve por objetivo fazer uma análise de três dos aspectos morfológicos da Libras, sendo eles a incorporação numérica, a reduplicação e a composição, e sua aplicabilidade à escrita da língua de sinais pelo sistema *SignWriting*.

Ao estudarmos as características morfológicas da língua portuguesa, ficou mais fácil compreendermos de maneira comparativa como se estruturam morfológicamente tais aspectos da Libras. Fez-se necessário também relatar brevemente a criação do sistema *Signwriting*, na Dinamarca, por Valerie Sutton, até chegarmos na referência atual, no Brasil, por Madson e Raquel Barreto. Após esta contextualização pudemos embasar nossa pesquisa utilizando o sistema mencionado, já que este deixa mais clara a compreensão dos leitores em relação aos sinais analisados, pois sabemos que muitas vezes pesquisas que mostram apenas glosas ou ilustrações/desenhos não são de fácil entendimento para aqueles que não sabem Libras.

Acreditamos ainda que este trabalho traz colaborações para as pesquisas linguísticas na área dos estudos morfológicos da Libras, além de contribuições valiosas para a comunidade surda brasileira, pois objetiva detalhar cada vez mais esta língua que ainda possui poucas pesquisas no nível analisado neste trabalho. Sabemos que as investigações não param por aqui, pois ainda há muito que se pesquisar, analisar e investigar nesta área. Por isso, deixamos este trabalho em aberto para novas contribuições e melhorias que tragam avanços significativos para os estudos surdos.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, M. *Escrita de sinais sem mistérios*. Madson Barreto, Raquel Barreto. 2. ed. rev. atual. e ampl. – Salvador, v. 1: Libras Escrita, 2015.
- _____. *Escrita de sinais sem mistérios*. Madson Barreto, Raquel Barreto. – Belo Horizonte: Ed. do autor, 2012.
- BATTISON, R. Phonological deletion in American Sign Language. *Sign Language Studies*, v.5, p. 1-19, 1974;
- CAPOVILLA, F. C.; RAFAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. L. *Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da língua de Sinais brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas, Volume 1: Sinais de A a H*. 3. ed. rev. e ampl.,

1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Inep: CNPq: Capes: Obeduc, 2015.

_____. *Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da língua de Sinais brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas, Volume 2: Sinais de I a Z.* 3. ed. rev. e ampl., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Inep: CNPq: Capes: Obeduc, 2015.

FELIPE, T. A. Os processos de formação de palavra na Libras. In: *ETD - Educação Temática Digital* 7 (2006), 2, p. 200-217. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/803>, Acesso em: 2 mar. 2018.

FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. *Libras em contexto: curso básico: livro do professor.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 6ª ed. 2007.

FERREIRA-BRITO, L. *Por uma gramática de língua de sinais.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995;

FINAU, R. A.; MAZZUCHETTI, V. A incorporação de numeral em estruturas classificadoras de língua brasileira de sinais. *ReVEL*, v. 13, n. 24, 2015. Disponível em: <http://revel.inf.br/files/13e0a7830cf5d13dc8944a087c967423.pdf> Acesso em: 2 mar. 2018.

KARNOPP, L. B. *Aquisição fonológica na língua brasileira de sinais: estudo longitudinal de uma criança surda.* Porto Alegre: Tese de Doutorado, PUCRS, 1999.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. *Língua Brasileira de Sinais: Estudos linguísticos.* Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 81-126.

STOKOE, W. C. *Sign language structure.* Silver Spring: Linstok Press. [1960] 1978.

SUTTON, V. *SignWriting: As línguas gestuais são línguas escritas: Manual 1: Noções básicas sobre SignWriting.* Valerie Sutton. ISBN: 978-0-914336-94-5. Primeira Edição. Center for Sutton Movement Writing, Inc. USA, 2009. Disponível em: www.signwriting.org/lessons. Acesso em 2 mar. 2018.

_____. *Lições sobre SignWriting: um sistema de escrita para língua de sinais.* Valerie Sutton. Trad.: Marianne Rossi Stumpf. Col.: Antônio Carlos da Rocha Costa, RoniceMüller de Quadros. Deaf Action Committee for SignWriting: ProjetoSignNet: CNPq: ProTeM: UCPel: PUCRS: ULBRA. s/d. Disponível em: <http://www.signwriting.org/archive/docs5/sw0472-BR-Licoes-SignWriting.pdf> Acesso em: 2 mar. 2018.

VIOTTI, E. C. *Introdução aos Estudos Linguísticos.* Florianópolis: UFSC, 2008, p. 52-56. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/estudosLinguisticos/assets/317/TEXT0_BASE_-_VERSAO_REVISADA.pdf Acesso em: 2 mar. 2018.

Recebido em: 16/05/2020

Aceito em: 10/08/2020

Pronomes pessoais: contínuo referencial no português brasileiro

Personal pronouns: continuous referential in Brazilian Portuguese

Lucas Alves Costa¹

Resumo: Os pronomes pessoais na forma independente ou na forma dependente são uma categoria gramatical funcional nas línguas do mundo (SIEWIERSKA, 2004). Objetiva-se, neste trabalho, analisar esses pronomes a partir de um contínuo referencial no português brasileiro. Para tanto, mobilizam-se os pressupostos teóricos de Neves (2018), Viola (2015), Castilho (2014), Bhat (2005) e Siewierska (2004), que tratam os pronomes pessoais considerando seus aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e discursivos. O corpus é uma amostra de textos escritos depreendidos da internet. A análise demonstra que pronomes pessoais independentes e dependentes oscilam no contínuo de identificação de referente, do grau máximo de identificação ao grau zero de identificação, impactando na interpretação do enunciado.

Palavras-chave: Pronome pessoal; referencialidade; textualidade.

Abstract: Personal pronouns in the independent form or in the dependent form are a functional grammatical category in the languages of the world (SIEWIERSKA, 2004). The objective of this work is to analyze these pronouns from a continuous referential in Brazilian Portuguese. To this end, the theoretical assumptions of Neves (2018), Viola (2015), Castilho (2014), Bhat (2005) and Siewierska (2004) are mobilized which deal with personal pronouns considering their phonological, morphosyntactic, semantic and discursive aspects. The corpus is a sample of written texts from the internet. The analysis shows that independent and dependent personal pronouns fluctuate in the referent identification continuum, from the maximum degree of identification to the zero degree of identification, impacting the interpretation of the statement.

Keywords: Personal pronoun; referentiality; textuality.

Palavras Iniciais

Várias línguas apresentam pronomes pessoais fortes, clíticos e afixos no paradigma pronominal, equivalentes às formas independentes e dependentes de marcação de pessoa, distinções feitas a partir de critérios fonológicos, morfológicos e sintáticos (SIEWIERSKA, 2004). Kato (1999, p. 15), Siewierska (2004, p. 21) e Bhat (2005, p. 4) listam três aspectos: (1) a tonicidade silábica como propriedade fonológica; (2) vinculação a outro item linguístico como propriedade morfológica; e (3) a posição ocupada na sentença, sujeito ou complemento, como propriedade sintática.

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação Letras e Linguística – FL/UFG. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: lucas.alves.77@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4139-2031>

A partir desses critérios, Siewierska (2004, p. 23) e Bhat (2005, p. 6) afirmam que os pronomes independentes têm: (i) uma tonicidade silábica maior, são fortes; (ii) não são vinculados morfológicamente a outro item linguístico, livres; (iii) geralmente ocupam a posição de sujeito na sentença. Diferentemente os pronomes dependentes têm: (i) uma tonicidade silábica menor, são fracos; (ii) são vinculados morfológicamente a outro item linguístico, presos; (iii) e ocupam a posição de complemento na sentença.

A definição “pessoais” revela uma categoria gramatical que expressa os participantes do enunciado. Para Neves (2018, p. 464), o conceito participante não se restringe ao falante ou ao ouvinte, mas sim à expressão linguística que denota os papéis discursivos de locutor e de interlocutor no enunciado, inerentes da sociointeração e fundamentais no sistema de comunicação humano (CASTILHO, 2014).

Siewierska (2004, p. 24) e Viola (2015, p. 33) chamam a atenção para a marcação de terceira pessoa tanto do plural como do singular, considerando uma não-pessoa, e sua interpretação se dá por vias anafóricas (remissão para trás) ou catafóricas (remissão para frente), envolvendo fatores extralinguísticos ou intralinguísticos. No português brasileiro (doravante PB), por exemplo, a terceira pessoa elabora uma impessoalidade:

(1) **Eles correram** uns 20km na competição de rua. (Fonte: <https://www.uol.com.br/>
Acesso em: 15 de dez. de 2020)

(2) **Ele encontra** provas do crime em todo local. (Fonte: <https://www.terra.com.br/noticias/>
Acesso em: 11 de jan. de 2020)

Nos exemplos (1) e (2) os verbos estão na terceira pessoa do plural e do singular, e a identificação do referente exige a recuperação do cotexto (dentro do texto) ou do contexto (fora do texto) de enunciação. Viola (2015, p. 31) afirma que no português brasileiro a tendência é exibir pronome pessoal com intenção enfática ou pragmática. Assim, o processo de identificação de referente demonstra uma correlação entre aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e pragmáticos para a constituição da cadeia referencial do enunciado.

Vários trabalhos, como Duarte (1993, 1996, 2002), Zilles (2002, 2005), Lopes (2009), Koch (2009, 2014), Castilho (2014) e Neves (2008, 2018), descrevem os pronomes pessoais no português brasileiro e os relacionam à função discursiva. De maneira geral, esses trabalhos destacam as propriedades dos pronomes em relação à textualidade. Desse modo, os pronomes servem à coesão textual, pois são elementos linguísticos presentes na superfície do texto que interligam e interconectam porções do texto, tornando-o uma unidade superior e qualitativamente diferente da frase (KOCH, 2009).

Nessa seara, Neves (2018, p. 463) afirma que os pronomes pessoais organizam a cadeia referencial por meio de introdução de referente, favorecendo a identificação e, conseqüentemente, a interpretação. Essa introdução ocorre em três níveis: (1) da inserção, (2) da retomada e (3) da repetição, e a identificação se realiza em um contínuo referencial do grau máximo, grau intermediário, grau relativo ao grau zero de identificação.

A cognição é outro aspecto que viabiliza a cadeia referencial (KOCH, 2009). Para Siewierska (2004, p. 42), os pronomes pessoais proporcionam a acessibilidade cognitiva do referente, estabelecendo acessos mais imediatos (referente é inserido no enunciado e estabilizado na memória de curto prazo) e acessos mais mediatos (o referente é retomado ou repetido, armazenado na memória de longo prazo).

Com esses pressupostos, o objetivo deste trabalho é analisar os pronomes pessoais independentes e dependentes no contínuo de identificação de referente em textos escritos no português brasileiro. A hipótese é que os pronomes independentes (fortes, livres) proporcionem acesso imediato (grau máximo ou grau intermediário de identificação) e os pronomes dependentes (fracos, presos) favoreçam o acesso parcial ou mediato (grau intermediário, grau relativo e grau zero de identificação).

Para tanto, mobilizam-se os trabalhos de Siewierska (2004), Bhat (2005), Castilho (2014) e Viola (2015), pois definem a categoria de pronomes pessoais. Além disso, utilizam-se as propostas de Siewierska (2004) e Neves (2018) sobre o contínuo de identificação de referente por pronomes pessoais. Metodologicamente, analisamos 93 (noventa e três) textos escritos, gêneros jornalísticos, comentários, manchetes, etc. depreendidos da *internet* e publicados contemporaneamente na grande mídia brasileira.

Este trabalho organiza-se da seguinte forma: na segunda seção apresentam-se conceitos pertinentes para a análise, que são a definição de pronomes independentes, dependentes e de contínuo de identificação de referente. Na terceira seção realiza-se a análise do quadro de pronomes pessoais do PB em textos escritos. E, por fim, encaminha-se para as palavras finais.

Pronomes pessoais e identificação de referente

Os pronomes pessoais independentes e dependentes apresentam atributos fonológicos, morfológicos e sintáticos diferentes (SIEWIERSKA, 2004, p. 23). Dessa distinção tem-se a subdivisão em pronomes fortes, pronomes fracos, equivalentes a pronomes livres, clíticos (KATO, 1999). Os pronomes fortes têm uma carga semântica maior e saliências fonológicas, comparados aos pronomes fracos, vinculados a itens gramaticais.

Para Viola (2015, p. 43), os pronomes de primeira e segunda pessoa pertencem à categoria de pronomes pessoais e a terceira pessoa é separada dela. Siewierska (2004, p. 25), Bhat (2005, p. 42) e Benveniste (1989, p. 51) defendem que a primeira e segunda pessoa são inerentes às expressões dêiticas e a interpretação da terceira pessoa depende de relações cotextuais. Nesse sentido, a primeira e a segunda pessoa são categorias semanticamente mais animadas, extralinguísticas, e a terceira pessoa uma expressão anafórica, intralinguística.

Além disso, os pronomes pessoais atuam na cadeia referencial do texto, inserindo ou recuperando um referente na sequência enunciativa (NEVES, 2018; KOCH, 2009). Siewierska (2004, p. 35) apresenta uma proposta de análise para os pronomes pessoais considerando o processo de identificação de referente em contínuo. Nesse contínuo, pronomes independentes e dependentes são associados às propriedades morfossintáticas, semânticas, discursivas e a fatores cognitivos, ilustrados no quadro 1:

Quadro 1 – Pronomes pessoais e função referencial.

Locutor	Interlocutor	Não participante (3º pessoa)
Alta percepção física	Média percepção física	Baixa percepção física
Tópico	Rema	Não tópico
Humano	Animado	Inanimado
Sujeito	Objeto	Outro
Referência	Pouca referência	Baixa referência
Pronomes Independentes	Pronomes dependentes	

Fonte: Adaptado de Siewierska (2004, p. 46).

No quadro 1, quanto maior a acessibilidade cognitiva ao referente (lado esquerdo), menor a codificação linguística (lado direito). Os pronomes dependentes têm menos codificação linguística do que os pronomes independentes. Isso significa que geralmente os pronomes independentes desempenham função sintática de sujeito, têm relevo pragmático (tópico), são fonologicamente fortes e morfologicamente livres. Os pronomes dependentes também podem desempenhar funções sintáticas de sujeito ou de complemento, porém com relevo pragmático menor, são fonologicamente fracos e morfologicamente presos.

Para Siewierska (2004, p. 46), os pronomes independentes são mais frequentes em várias línguas, mais comuns na função sintática de sujeito e menos comuns como complementos. Além disso, os pronomes dependentes podem codificar referentes mais acessíveis cognitivamente, mas a informação precisa estar inserida ou repetida na sequência enunciativa.

Em línguas *pro-drop* a ausência de um pronome independente é licenciada pela marcação de pessoa presa ao verbo, ou seja, elipse do sujeito (VIOLA, 2015). Duarte (2000, p. 14) afirma que o português brasileiro tem a tendência progressiva do uso de pronomes em posição de sujeito em sentenças finitas (aquelas que exibem o verbo flexionado em tempo, modo, número e pessoa). Assim, o sistema pronominal do PB vai de pronomes fortes, pronomes fracos, clíticos ao pronome zero:

(3) a. **Ele** falou com a professora. (Pronome forte)

b. A Professora viu-o. (Pronome fraco, clítico)

c. Ø vi a Professora. (Pronome zero)

O pronome forte “ele” (3.a) é saliente fonologicamente e morfologicamente livre.

Essas propriedades diferenciam do pronome fraco - clítico “-o” (3.b) que é fraco fonologicamente e morfologicamente preso e vinculado ao verbo. No português brasileiro a identificação de referente realiza-se por meio de pronomes pessoais fortes, fracos, clíticos e pelo pronome zero (3.c), atendendo, muitas vezes, estratégias textuais como a repetição ou a não repetição de referente.

Para Neves (2018, p. 466), os pronomes pessoais organizam a cadeia referencial. Essa organização demonstra o mecanismo de introdução de referente na sequência enunciativa e proporciona a identificação ou a acessibilidade cognitiva ao referente em contínuo, processo ilustrado no quadro 2:

Quadro 2 - Processo de identificação referencial.

Função referencial			
Grau máximo	grau intermediário	grau relativo	grau zero
Próprio nome	sintagma nominal	pronomes	elipse

Fonte: Adaptado de Neves (2018, p. 466).

Os pronomes pessoais são associados à identificação de referente, realizada com itens léxico-gramaticais e com elipse, sobressaindo a função referencial. Sobre esse ponto, Mondada e Dubois (2003, p. 33) afirmam que as categorias léxico-gramaticais se ajustam ao contexto a fim de construir objetos de discurso no processo de referenciação, ou seja, não há uma adequação *a priori* dessas categorias, mas elas emergem da enunciação.

Dessa maneira, os pronomes pessoais oscilam entre o grau intermediário, grau relativo ao grau zero de identificação, pois o grau máximo de identificação é feito pelo nome ou sintagma nominal. Os pronomes pessoais ancoram uma referência porque a acessibilidade ao referente se dá a partir do movimento de retomada ou de repetição da informação inserida no enunciado.

A conciliação da proposta de Neves (2018) e de Siewierska (2004) conduz à definição de um contínuo de identificação de referente no qual se destacam demandas cognitivas como: (i) memória executiva de curto prazo e de longo prazo; (ii) a vinculação ao estado de coisa, se é extralinguístico ou intralinguístico; e (iii) as estratégias de inserir, de retomar, de repetir o referente na sequência enunciativa. Expomos essa conciliação no quadro 3:

Quadro 3 - Identificação de referente.

Identificação de referente			
Grau máximo	grau intermediário	grau relativo	grau zero
Acesso imediato	Acesso parcial	Acesso mediato	
Memória de curto prazo	Memória de curto prazo	Memória de longo prazo	
Referente inserido	referente retomado	referente repetido	

Fonte: Elaboração própria.

Nos processos de inserção, de retomada e de repetição a identificação de referente se realiza por meio de pronomes independentes ou dependentes. Na gramática do português brasileiro, o quadro de pronomes pessoais apresenta a subdivisão tônica e átona, isto é, pronomes independentes e dependentes, como definidos por Viola (2015, p. 34), Siewierska (2004, p. 23) e Bhat (2005, p. 12). Além disso, o quadro exibe a funcionalidade de dêixis e de foricidade como apontam Neves (2018, p. 465) e Castilho (2014, p. 476).

Uma das vantagens dessa proposta de análise é a integração dos componentes fonológicos, morfossintáticos, semânticos e discursivo para o tratamento dos pronomes pessoais, distribuídos em contínuo na cadeia referencial. Além disso, revela como os pronomes independentes (fortes, livres) e os pronomes dependentes (fracos, presos) impactam no acesso imediato (grau máximo, grau intermediário) e no acesso parcial ou mediato (grau intermediário, grau relativo e grau zero de identificação) cognitivamente.

Metodologicamente, a análise qualitativa dos pronomes pessoais em uma amostragem de textos escritos evidencia os aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos, cognitivos e, principalmente, discursivos. O objetivo é verificar a gradualidade dos pronomes pessoais independentes e dos dependentes na configuração e interpretação do enunciado.

Análise de pronomes pessoais no português brasileiro

As línguas naturais, segundo Castilho (2014, p. 474) e Bhat (2005, p. 37), organizam o quadro pronominal privilegiando as propriedades de codificação das

peças do discurso e dos lugares ocupados por elas no espaço físico e no tempo, sendo fundamentalmente dêiticas. Dentro do quadro de pronomes pessoais, a terceira pessoa serve para retomar informações mencionadas. Dessa maneira, os pronomes apresentam o caráter dêítico e a foricidade (propriedade de retomada de elementos do texto).

Sobre o português brasileiro, Castilho (2014, p. 477) afirma que o quadro de pronomes pessoais é suscetível às mudanças, passando por reorganização devido às pressões da modalidade falada, afetando a estrutura sintática da língua, a morfologia verbal, a concordância verbal e a estrutura funcional da sentença. Exibimos no quadro 4 a adaptação do paradigma pronominal do PB proposto pelo autor.

Quadro 4 - Pronomes pessoais no PB.

Pessoa	Formal		Informal	
	Independentes	Dependentes	Independentes	Dependentes
1º Pessoa Singular	<i>Eu</i>	<i>Me, mim, comigo</i>	<i>Eu, a gente</i>	<i>Eu, me, mim</i>
2º Pessoa Singular.	<i>Tu, você</i>	<i>Te, ti, contigo</i>	<i>Você/ocê/tu</i>	<i>Você/ocê/cê, te, ti</i>
3º Pessoa Singular.	<i>Ele, ela</i>	<i>O, a, lhe, se, si, consigo</i>	<i>Ele/ei, ela</i>	<i>A gente, ela</i>
1º Pessoa Plural.	<i>Nós</i>	<i>Nos, conosco</i>	<i>A gente</i>	<i>A gente, vocês, ocês</i>
2º Pessoa Plural.	<i>Vós</i>	<i>Vos, convosco</i>	<i>Vocês/ocês/cês</i>	<i>Vocês/ocês/cês</i>
3º Pessoa Plural.	<i>Eles, elas</i>	<i>Os, as, lhes, se, si, consigo</i>	<i>Eles, eis, elas</i>	<i>Eles/eis, elas, elas</i>

Fonte: Adaptado de Castilho (2014, p. 477).

No quadro 4, a distinção formal e informal da língua considera modalidade falada do PB, nela a utilização do pronome “tu” e “vós” é baixa, como constata Neves (2008). Os pronomes independentes tendem a se transformarem em morfemas prefixais e morfemas sufixais (CASTILHO, 2014, p. 482). Já os pronomes dependentes “me, te, se, o, lhe”, “a”, “os”, “as”, “lhes” exercem a função de complemento verbal e são colocados antes (próclise) ou depois (ênclise) do verbo, predominando no PB a próclise (NEVES, 2018; CASTILHO, 2014).

Além disso, segundo Viola (2015, p. 35), o português brasileiro apresenta a possibilidade de expelir o sujeito pronominal da oração devido à complexa gama flexional de sua morfologia. A ausência de pronome independente é licenciada pela utilização de um pronome dependente, zero “Ø”, marcação de pessoa vinculada à morfologia verbal, ocorrendo simultaneamente com a concordância verbal.

No quadro dos pronomes pessoais a tendência é que os pronomes independentes oscilem no grau máximo ao grau intermediário de identificação, favorecendo desde o acesso cognitivo imediato (memória de curto prazo, referência inserida) ao acesso parcial (memória de longo prazo, referência retomada). Assim, os pronomes independentes “eu, você, tu, a gente, ele, nós, vocês, vós, eles e elas” estabelecem o grau intermediário de identificação do referente, pois o sintagma nominal concentra a informatividade referencial na sequência enunciativa” (NEVES, 2018, p. 465). Vejamos no exemplo (4):

(4) *“A questão é o sistema de saúde e com sua estrutura tem sido planejada frente às necessidades da sociedade e diante das oportunidades que o mundo contemporâneo apresenta. Não é o caso aqui de criticar o modelo centrado no hospital, pois **ele** sempre será referência, mas vale a pena questionar novamente: para que servem os hospitais que têm sido tomados, em grande maioria, por casos de baixa complexidade?”* (Fonte: encurtador.com.br/hnzA6, Acesso em: 26 de mar. de 2020).

No exemplo (4), o pronome pessoal “ele” forte fonologicamente faz uma referência retomada, estabelece o grau intermediário de identificação de referente, pois nesse trecho “o modelo centrado no hospital” é o referente, sendo que o pronome forte “ele” aciona a memória de curto prazo do leitor, uma retomada cotextual. Para Neves (2018, p. 465), o grau máximo de identificação é realizado geralmente por um sintagma nominal, sendo a utilização do pronome pessoal para fins textuais como evitar a repetição na sequência enunciativa. Vejamos o exemplo (5):

(5) *“Quem está na quarentena tem algumas tarefas a cumprir, de acordo com o psicanalista. A primeira é a reorganização cotidiana, pensar em horários para fazer cada coisa. A segunda tarefa é cuidar da higiene e manter a salubridade corporal, pois **Ø** vamos entrar em um período de baixa atividade física e isso **nos** fragiliza. **Ele** também recomenda a prática da meditação e **Ø** lembra que o Conselho Regional de Psicologia autorizou o tratamento psicológico online. Se os sintomas de ansiedade e*

depressão passarem da conta, o psicanalista sugere procurar ajuda de um profissional da área e pensar em um tratamento via internet.” (fonte: encurtador.com.br/adsxy, Acesso em: 27 de mar. de 2020).

No exemplo (5), o pronome pessoal “ele” realiza a referência retomada, ou seja, recupera o referente “o psicanalista”, inserido anteriormente na sequência textual, estabelecendo um grau intermediário de identificação. Há na sequência textual uma elipse do referente “Ø”, grau relativo de identificação, justificada pelo acesso mediato ao referente, uma referência repetida. Essa informação está na memória de longo prazo do leitor devido à repetição desse referente, demonstrando a oscilação entre o sintagma nominal e a elipse, conforme aponta Neves (2018). Vejamos o exemplo (6):

(6) *“Eu criei esse blog para as pessoas terem com quem falar sobre o assunto. Eu sofri por muito tempo calado, não tinha com quem falar. Minha família é muito conservadora. Eu fui a maior decepção na vida do meu pai, quando eu falei para ele que era dependente químico. E o discurso lá em casa era o mais irritante possível: ‘Mas você é tão inteligente, bonito, não precisa usar droga’. Eu balançava a cabeça concordando com aquela asneira. Ø Precisava conversar com gente que não me olhasse com olhar de pena ou assustado. Ø Precisava de alguém que falasse minha língua. Por isso, o blog tá aí. Para uma troca, com gente que passa pelo que eu passo, para elas terem a certeza de que não estão sozinhas”, conta Leo”.* (Fonte: encurtador.com.br/wJN37, Acesso em: 25 de mar. de 2020).

No exemplo (6), os pronomes independentes fortes “eu”, “ele” (plural “eles”) e “você” são utilizados em uma sequência de ações realizadas pelo locutor. O pronome pessoal “eu” vem na posição de sujeito das orações, topicalizado, recaindo sobre ele a informatividade do enunciado. Dessa maneira, a identificação de referente está no grau máximo, imediato, não realizado por um sintagma nominal como nos exemplos (4) e (5). Assim, o pronome pessoal é responsável pela inserção do referente na sequência enunciativa. Já o pronome “ele” recupera o referente “meu pai”, inserido anteriormente, estabelecendo um grau intermediário de identificação. O pronome “você” utilizado na sequência recupera o referente “eu”.

O pronome dependente “me” fraco, preso e vinculado ao verbo “olhar” serve para repetir o referente, demonstrando o grau relativo de identificação. Isto significa que o complemento do verbo, nesse trecho, é licenciado pela semântica do verbo que exige um complemento, pois a cadeia referencial é favorecida pelo contexto

(intralinguístico). O pronome independente “elas” retoma o referente “gente” no grau intermediário de identificação, acionando a memória de curto prazo do leitor/interlocutor. Vejamos o exemplo (7):

(7) “Meu filho compartilhou **comigo** uma experiência que **me** lembrou como ver uma situação de fora pode ser transformador. **Ele (1)** estudou um ano em uma universidade particular em São Paulo e depois **se** transferiu a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como ainda estava de férias em São Paulo, **ele** decidiu visitar os amigos na antiga universidade e **se** surpreendeu com o que aconteceu durante a visita. **Ele (2)** sentou-se no espaço de convivência para esperar o horário do intervalo. Quando os alunos começaram a sair das aulas **Ø** percebeu algo diferente. **Ele** passou a observar como as pessoas **se** vestiam, como as pessoas **se** comportavam, **Ø** prestou atenção sobre o que **Ø** conversavam e **se** sentiu incomodado, quase que sufocado, em um ambiente que, até muito pouco tempo, **lhe** era familiar e confortável. Se **ele** não tivesse tido a experiência de conviver em outra comunidade universitária, **Ø** não teria como perceber a diferença de ambiente e cultura, entre as duas universidades [...]”.
(Fonte: encurtador.com.br/eprCW, Acesso em: 26 de mar. de 2020).

O exemplo (7) é uma sequência textual predominantemente narrativa no qual o autor apresenta várias ações feitas por uma outra pessoa (terceira pessoa). O pronome independente “ele” serve para retomar o referente “meu filho” inserido no início do texto. É um pronome forte fonologicamente e livre morfologicamente e ocupa a posição de sujeito da oração. Em duas ocorrências desse pronome no texto (7) verifica-se a oscilação no contínuo referencial.

A primeira ocorrência do pronome “ele (1)” no primeiro parágrafo faz uma referência retomada, pois recupera a expressão “meu filho”, estando no grau intermediário de identificação do referente, visto que a interpretação desse pronome como referente é estabelecida na memória de curto prazo. O pronome identifica o referente parcialmente desprovido de informatividade contextual, servindo propósitos cotextuais.

Já o grau máximo de identificação de referente é verificado no pronome “ele (2)”, que inicia o segundo parágrafo, pois o referente “meu filho” inserido no início do texto é o referente extralinguístico, porém “ele (2)” favorece o acesso imediato, como se na textualidade esse pronome se constituiu como o próprio objeto de discurso, licenciado os outros pronomes subsequentes, inclusive o pronome zero “Ø”. Isso

demonstra a possibilidade de pronome independente oscilar no contínuo de identificação de referente.

No exemplo (7), os pronomes dependentes “comigo”, “me”, “se”, “lhe”, “Ø” servem a cadeia referencial desse texto. O pronome “comigo” é considerado um pronome dependente sintaticamente porque está vinculado ao verbo, funcionando como complemento dele, porém esse pronome tem as propriedades fonológicas e morfológicas de um pronome independente, ou seja, tonicidade forte e morfológicamente livre.

Além disso, segundo Neves (2018, p. 500), esse pronome é uma forma amalgamada de “com mim” e pertence à acepção semântica de “companhia”. Isso o diferencia de outros pronomes como “mim” e “me”, pois o pronome “me” apresenta a propriedade dêitica, sendo fonologicamente fraco e morfológicamente preso, sintaticamente complemento do verbo. Assim, seu grau de identificação de referente é relativo, sua interpretação como referente precisa recorrer à memória de longo prazo.

Os pronomes dependentes “se” e “lhe” são vinculados aos verbos e demonstram uma reflexividade, ou seja, uma ação voltada para o próprio agente. O grau de identificação de referente desses pronomes é relativo porque envolve principalmente a informação semântica do verbo, estritamente cotextual. O pronome zero “Ø” apresenta no texto (7) o grau zero de identificação, assim sua interpretação como referente ocorre pela repetição no cotexto, estabelecida na memória de longo prazo. Vejamos o exemplo (8):

(8) *“No começo tudo é mais claro. **A gente** traça, em nosso imaginário, uma linha, um trajeto, uma estrada ou o que quer que seja. Mas em determinado momento - por qualquer que seja o motivo - **a gente se** perde ou, no mínimo, **se** desencontra. Chega um momento em que os planos **construídos** madrugadas após madrugadas de insônia **se** diluem. Resta um nada onde antes havia um norte. É como se um castelo - **construído** tijolo por tijolo - fosse implodido bem na sua frente. E então surgem algumas opções a respeito daquilo que pode ser feito. **Elas se** resumem basicamente a duas: reconstruir o castelo ou desistir, de uma vez por todas, da obra”.* (Fonte: encurtador.com.br/FJZ68, Acesso em: 28 de mar. de 2020).

No exemplo (8), os pronomes independentes “a gente” e “elas” demonstram diferentes graus de identificação de referente. O pronome “a gente” fonologicamente

forte e morfologicamente livre estabelece o grau máximo de identificação de referente, ou seja, o referente é inserido na sequência enunciativa, disponibilizado na memória de curto prazo do interlocutor.

O pronome “elas” estabelece o grau intermediário de identificação de referente, uma retomada. Assim, por mais que seja pronome independente, o grau de identificação de referente é diversificado, porém, como verificado na análise, a tendência é que pronomes independentes oscilem do grau máximo ao grau intermediário.

No exemplo (8), o pronome dependente “se” é vinculado aos verbos, funcionando como complemento. No segundo parágrafo, o pronome “se” proclítico antes do verbo “diluir” estabelece o grau de identificação intermediário, pois retoma o referente “os planos” conseqüentemente ligado à semântica do verbo, passível de reflexividade, demonstrando que os pronomes dependentes oscilam entre o grau intermediário ao grau relativo de identificação de referente.

Sobre a colocação proclítica, predominante no português brasileiro, Neves (2018, p. 509) afirma que os pronomes “clíticos” dependentes não podem ser considerados formas esvaziadas fonologicamente, visto que não precisam apoiar-se necessariamente em outras palavras para terem algum peso fonético. Esses pronomes têm a tendência de inclinarem-se em outro item linguístico, sustentados na sonoridade do enunciado. Vejamos o exemplo (9):

(9) #HCORMESROSA

Se liga,

Se toca,

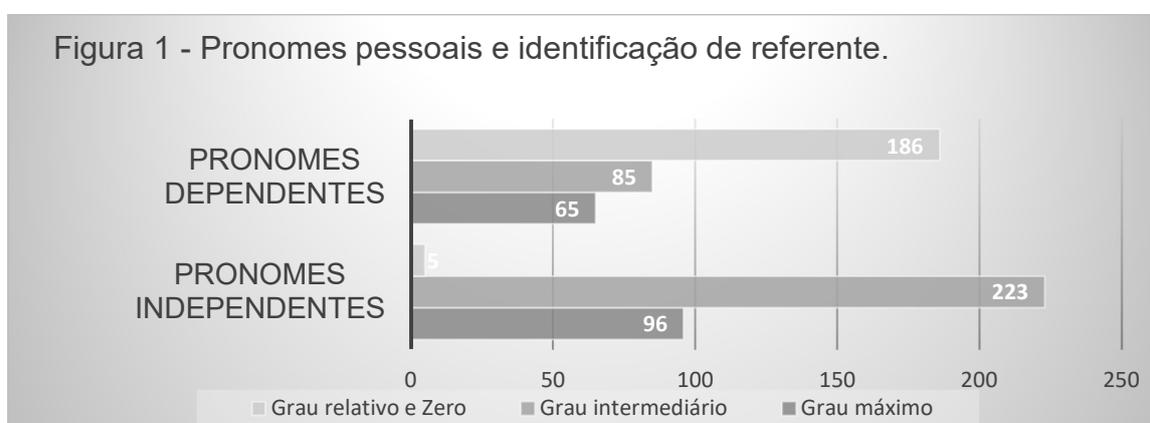
Se cuida.

(Fonte: encurtador.com.br/mCDFN. Acesso em: 04 de nov. de 2019)

No exemplo (9), o pronome “se” em posição proclítica vinculado aos verbos realiza uma reflexividade em que há uma correferencialidade entre o sujeito agente e o paciente complemento, estabelecendo o grau máximo de identificação de referente com acesso imediato na memória de curto prazo, uma referência inserida. A posição proclítica de pronomes dependentes envolve propriedades fonológicas e pragmáticas, pois a distribuição de força e de foco se faz no enunciado como um todo. Nesse

exemplo (9), se os pronomes são colocados em ênclise² afetaria a interpretação do texto, indeterminando o público, não sendo a proposta dessa propaganda.

A partir da análise de amostra de 93 (noventa e três) textos escritos, gêneros jornalísticos, comentários, propagandas em língua portuguesa verificou-se que os pronomes pessoais oscilam no contínuo de identificação de referente. O tipo de pronome forte, livre ou fraco impacta nessa identificação, favorecendo o acesso imediato, parcial e mediato do referente. Exibimos a quantificação na figura 1:



Fonte: Elaboração própria.

A figura 1 apresenta a distribuição quantitativa dos pronomes pessoais nos 93 (noventa e três) textos selecionados. Foram encontrados 324 pronomes independentes (eu, você, a gente, ele, ela, eles, elas), sendo que 96 atuam no grau máximo, 223 no grau intermediário e 05 no grau relativo e zero de identificação de referente. Já os pronomes dependentes (me, mim, comigo, te, ti, eles, elas, o, a, lhe, se, si, os, as, lhes, se, si, Ø) foram 336, sendo que 65 atuam no grau máximo, 85 no grau intermediário e 186 no grau relativo ou zero de identificação de referente.

Esse resultado quantitativo demonstra que os pronomes independente ou dependente com suas propriedades fonológicas tonicidade (forte, fraco), morfológicas (livre, preso) e sintáticas (vinculado, sujeito ou complemento) oscilam no contínuo referencial e impactam na gradualidade de identificação cognitiva do referente. Dessa maneira, quanto menos formas linguísticas (pronomes dependentes), mais vinculação cognitiva (memória de longo prazo, referência retomada ou repetida). Há, também, o oposto,

² As gramáticas prescritivas do português, como Almeida (1999), Cunha e Cintra (2001), Sacconi (2001), normatizam a colocação de ênclise no início de frase.

quando mais formas linguísticas (pronomes independentes), menos vinculação cognitiva (memória de curto prazo, referência inserida ou retomada).

A hipótese levantada neste trabalho foi confirmada na análise da amostra de textos escritos. Constatou-se que os pronomes pessoais independentes (forte, livres) estabelecem ou o grau máximo ou o grau intermediário de identificação de referente, pois as propriedades fonológicas e morfológicas desses pronomes proporcionam uma referência inserida ou uma referência retomada.

Em relação aos pronomes dependentes (fracos, presos) verificou-se que a oscilação entre o grau intermediário ao grau relativo e zero favorece o acesso parcial ou mediato de identificação. A análise da amostra de textos escritos também demonstrou a tendência desses pronomes de realizarem uma referência retomada ou uma referência repetida. Dessa maneira, as propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas proporcionam a identificação do referente, porém vinculada à informação inserida.

Além disso, pela quantificação, nota-se que a zona de intersecção entre pronomes independentes e dependentes é o grau intermediário de identificação de referente, isto é, acesso parcial que envolve memória de curto prazo, uma retomada. Essa função é um atributo prototípico da coesão referencial, exercida principalmente por pronomes pessoais em textos diversos como demonstram Koch (2009, 2014), Neves (2007) e Marcuschi (2012).

Palavras finais

Este trabalho verificou o contínuo de identificação de referente no português brasileiro realizado por pronomes pessoais. O processo de inserir, de retomar e de repetir o referente envolve as propriedades fonológicas, morfossintáticas e discursivas desses pronomes. Essas propriedades influenciam integradamente o estabelecimento da cadeia referencial do enunciado.

Os pronomes pessoais tanto independentes como dependentes evidenciam: (1) as pessoas do discurso; (2) os lugares ocupados por elas no espaço (dêiticos); e (3) a capacidade de retomar conteúdos mencionados (foricidade). Os pronomes independentes oscilam entre a grau máximo ao grau intermediário de identificação,

ou seja, as propriedades fonológicas e morfológicas desses pronomes possibilitam uma referência inserida ou uma referência retomada.

Os pronomes dependentes oscilam entre o grau intermediário ao grau zero de identificação, favorecendo o acesso parcial ou mediato. O fato de esses pronomes serem vinculados morfológicamente a outro item lexical, com fraca tonicidade, reduz seu valor referencial, sendo ligados sintaticamente a seu antecedente. Além disso, a colocação proclítica ou enclítica dos pronomes dependentes revela a topicalização como controladora de informatividade no PB.

A análise da amostra de textos escritos demonstrou também que os pronomes pessoais atuam na manutenção da coesão referencial, sendo que as propriedades do pronome interferem nos aspectos cognitivos. Isto significando que a cadeia referencial não é estável, pois apresenta gradualidade no acesso cognitivo do referente e as propriedades de cada pronome impactam na interpretação da informação.

Este trabalho faz generalizações pois parte da análise amostral de um conjunto de noventa e três textos. A investigação da gradualidade em *corpora* mais amplos, tanto de fala como de escrita em variedades do português brasileiro, instiga a verificação por via experimental da relação entre propriedades fonológicas de pronomes pessoais e a construção da cadeia referencial, evidenciando a gramática emergente do português brasileiro e com isso aspectos culturais e sociointeracionais de seus usuários.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BHAT, D. N. S. *Pronouns*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DUARTE, Maria Eugênia L. *Aspectos do sistema pronominal do português falado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste*. In: Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL. João Pessoa, PB, Brasil, p. 504-509. 1996.

- _____. *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. Tese (Doutorado). Campinas/SP. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - Instituto de Estudos da Linguagem. 1995.
- _____. *The loss of the 'avoid pronoun' principle in Brazilian Portuguese*. IN: KATO, Mary A; NEGRÃO, Esmeralda V. (orgs). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt am Main: Vervuert, p. 17-36, 2000.
- LOPES, Célia Regina. Pronomes pessoais. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues (org.). BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2009.
- KATO, Mary. *Strong pronouns, weak pronominally and the null subject parameter*. *PROBUS* nº 11 v. 1. p. 1-37, 1999.
- KOCH, Ingedore V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola, 2012.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, p. 17-52. 2003.
- NEVES, M. H. M. *A Gramática do Português revelada em textos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- _____. O pronome. In: ILARI, Rodolfo et al. (org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Volume 2: Classes de palavras e processos de construção. São Paulo: Editora da Unicamp, p. 507-622, 2008.
- _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.
- RIZZI, L. The fine structure on the left periphery. In: Liliane Haegman (eds). *Elements of grammar: handbook of generative syntax*. London: Kluwer Academic Publishers, p. 281-337, 1997.
- SACCONI, L. *Nossa gramática: teoria e prática*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- SIEWIERSKA, Anna. *Person*. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.
- VIOLA, Eduardo Vidal. *Pronomes pessoais e marcadores de pessoas nas línguas ameríndias*. Dissertação. Campinas/SP. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - Instituto de Estudos da Linguagem: 2015.
- ZILLES, Ana M. S. *Grammaticalization of 'a gente' in Brazilian Portuguese*. University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, v. 8, n. 3, p. 297-310, 2002.
- _____. *The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of a gente in Brazilian Portuguese*. *Language Variation and Change*, v. 17, n. 1, p. 19-53, 2005.

Recebido em: 06/07/2020

Aceito em: 07/08/2020

Análise tipológica da variante /r/ retroflexo

Typological analysis of the /r/ retroflex variant

Manoella Gonçalves Bazzo¹

Resumo: Este artigo apresenta uma breve análise tipológica envolvendo a classe dos róticos com base nos trabalhos de Comrie (1989), Moravcsik (2013) e Whaley (1997). A metodologia empregada foi uma pesquisa bibliográfica, embasando-se em pesquisas em torno da variação dos róticos em algumas línguas do mundo. No caso do Brasil, destacam-se os trabalhos de Milani (2017), Castro (2013) e Brandão (2007), abordando a realização da variante retroflexa. Verificou-se que a presença dessa variante tende a ocorrer com mais frequência no contexto pós-vocálico; e no contexto precedente, com o /r/ seguido de consoantes oclusivas, fricativas ou nasais.

Palavras-chave: Tipologia linguística; fonologia; retroflexo.

Abstract: This article presents a brief typological analysis, involving the class of the rhotics based on the works of Comrie (1989), Moravcsik (2013) and Whaley (1997). The methodology used was a bibliographic search, based on researches about the variation of the rhotics in some languages of the world. In the case of Brazil, the works of Milani (2017), Castro (2013) and Brandão (2007) stand out, addressing the realization of the retroflex variant. It was found that the presence of this variant tends to occur more frequently in the post-vowel context; and in the previous context, with the /r/ followed by occlusive, fricative or nasal consonants.

Key words: Linguistic typology; phonology; retroflex.

Introdução

A abordagem tipológica, ao propor como metodologia a comparação entre as diferentes línguas do mundo, permite uma compreensão mais aprofundada sobre a estrutura linguística, com um panorama amplo sobre os diversos fenômenos linguísticos em diferentes línguas. Conseqüentemente, a descrição e a análise de qualquer língua, embasada em seus pressupostos, torna-se uma prática enriquecida nos argumentos e conhecimentos sobre diferentes aspectos relacionados à organização fonética e fonológica, sintática, morfológica, semântica e pragmática das línguas.

Apesar de os estudos tipológicos, em sua grande maioria, tratarem mais dos aspectos morfológicos e sintáticos das línguas (WHALEY, 1997; COMRIE, 1989), os

¹ Mestra em Estudos Linguísticos (UFG). Graduada em Letras – Língua Portuguesa (UEPA). E-mail: manugbazzo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5746-5306>

aspectos fonológicos também trazem grandes contribuições para a compreensão sobre a estruturação desses segmentos nas línguas pelo mundo, visto que há diferenças no repertório fonético de uma língua para outra, que são determinadas pelo contexto de ocorrência e de significação. Por exemplo, no Inglês, um grupo de consoantes de início de palavras pode incluir /s/ e /p/ sendo /sp/, mas não /ps/: spot (local), spoof (paródia). Já no Alemão, acontece o oposto: pode ocorrer /ps/ como em Psychologie, mas não ocorre o /sp/.

Nesse sentido, esse trabalho foi desenvolvido pretendendo apresentar uma breve tipologia fonológica dos róticos, com destaque para a variante retroflexa (doravante [ɺ]), tendo em vista sua forte presença em dialetos espalhados por todo o Brasil.

Essa variante carrega um grande estigma social, destacado desde a famosa obra de Amadeu Amaral (1920), *O Dialeto Caipira*. A partir desta obra, o retroflexo é caracterizado como “r caipira”, sendo seu uso presente em “[...] roceiros ignorantes e atrasados” (AMARAL, 1920, p. 01). Desde então sua ocorrência demarca socialmente pessoas, caracterizando esse uso de pessoas pouco instruídas, da zona rural e de pouco poder aquisitivo, estigmatizando pessoas e regiões pelo Brasil. Trata-se, portanto, de um típico caso de estereótipo sociolinguístico, ou seja, de um processo de avaliação social que alcança o campo linguístico, a partir de crenças e valores presentes em determinada comunidade (LABOV, 2008).

Acredita-se que trabalhos dessa natureza possam colaborar para a mudança de percepção sobre a produção fonética nos diferentes falares, ao propor, pelo método da comparação, a relação de tipos de língua, desmistificando conceitos arraigados na sociedade sobre questões de inferioridade ou superioridade linguística e preconceito linguístico.

Como problematização ficam os seguintes questionamentos: 1) Como o /r/ retroflexo se realiza em diferentes línguas pelo mundo?; 2) Quais características contribuem para a classificação das línguas que apresentam esse segmento em seu conjunto de róticos?

Esse artigo estrutura-se da seguinte forma: esta introdução; após, uma seção que apresenta a área da tipologia linguística, com um pouco de sua história e sua metodologia, tendo por base os trabalhos de Whaley (1997) e Comrie (1989); a

terceira seção trata sobre a tipologia fonológica e implicações para o trabalho com a fonologia das línguas baseado em Moravcsik (2013); a quarta parte apresenta uma tipologia sobre os róticos, com destaque para suas características nas línguas: português do Brasil (PB), espanhol e o catalão; a quinta seção aborda a tipologia da variante [ɹ], com destaque para sua presença em alguns estados brasileiros e comparando com algumas línguas do mundo como o espanhol de Costa Rica, o inglês da Escócia e o norueguês. Ao final apresento algumas considerações e discussões acerca do trabalho realizado e as referências.

A tipologia linguística

Até meados do século XIX, a tipologia era uma área pouco explorada ou marginal, muito voltada para abordagem histórica e comparativa. Contudo, os trabalhos de Friedrich Schlegel, *Observations sur la langue et la littérature provençales* (1818), e de Wilhelm von Humboldt, *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* (Sobre a diferença na estrutura linguística humana e sua influência no desenvolvimento intelectual da humanidade) (1836), são considerados grandes contribuições para o que atualmente se compreende como estudos tipológicos, especialmente pela abordagem na questão de comparação linguística a partir da morfologia (RAMAT, 2010). Com forte influência de teorias evolucionistas, seus estudos iniciais percebiam a língua como uma unidade orgânica abstrata, cuja diacronia pode alterar sua forma, mas cuja essência permanecia. Isso colocou a morfologia como o centro de atenção nas pesquisas da época, permitindo a classificação das línguas em sua totalidade como: línguas afixais, línguas flexionais e línguas sem estrutura² (WHALEY, 1997).

Outra perspectiva que influenciou as análises neste período foi a ligação das línguas com unidades mentais: a linguagem como representação do pensamento. Conforme Whaley (1997), Humboldt assumia que “[...] a estrutura da linguagem

² Línguas afixais são aquelas que permitem que vários morfemas sejam afixados às suas raízes lexicais; línguas flexionais também permitem a afixação, mas esses carregam valores semânticos complexos, como pluralidade e tempo no mesmo afixo; e as línguas sem estrutura, como o próprio nome sugere, possuem poucos afixos (WHALEY, 1997).

revelava a capacidade intelectual”³ (WHALEY, 1997, p. 21). Isso permitiu relações binárias do tipo: cultura superior, língua superior e cultura inferior, língua inferior. Contudo, atualmente, a partir dos vários estudos realizados, é legitimado na linguística que relações desse tipo são absurdas, apresentando nenhuma lógica.

Somente no início do século XX, os estudos tipológicos passam a ganhar destaque, devido ao desenvolvimento da teoria estruturalista de Saussure, com o enfoque ao sincrônico da mudança linguística, permitindo ampliar as análises do campo morfológico para o sintático, tendo em vista que as línguas poderiam pertencer a diferentes tipos.

Contudo, como explica Whaley (1997), a grande revitalização da tipologia surge a partir das pesquisas de Greenberg, com o foco nas estruturas linguísticas com a ordem dos constituintes, na qual classifica as línguas em seis grandes tipos de ordem sendo: SVO, SOV, VSO, VOS, OSV e OVS, em que S – sujeito, V – verbo e O – objeto.

Nesse trabalho pioneiro, Greenberg fortalece o campo sintático dentro da análise tipológica desenvolvendo 45 (quarenta e cinco) universais sobre a ordem dos constituintes. Para tanto, ele trouxe as contribuições da Escola de Praga sobre os universais, destacando os universais implicacionais como: “Tendo x em uma língua específica, sempre encontraremos y”⁴ (GREENBERG, 1963, p. 73); esses são considerados bidimensionais e unilaterais, ou seja, X implica em Y, mas Y não implica X.

O trabalho da tipologia se baseia em certas propriedades ou padrões que são compartilhados pelas línguas. Nessa busca por padrões, a tipologia faz uso dos universais linguísticos, a fim de definir as possibilidades de variações entre as línguas (COMRIE, 1989). Os universais contribuem no trabalho da comparação tipológica, pois, a partir desses, alguns aspectos são considerados na proposta de tipologizar as línguas. Dessa forma, conforme o exemplo anterior, o seguinte universal foi composto por Greenberg (1963, p. 77):

Universal 1. Em sentenças declarativas com sujeito e objeto nominais, a ordem

³ No original: “[...] language structure was revelatory of intellectual capacity”.

⁴ No original: “Given x in a particular language, we always find y”.

dominante é quase sempre aquela em que o sujeito precede o objeto⁵.

Baseado nesse universal é possível realizar o agrupamento de diversas línguas, como apresentado por Tomlin (1986 *apud* WHALEY, 1997). Numa amostra de 402 línguas, 385, ou seja, 96% apresentavam o sujeito antes do objeto nas sentenças declarativas, contra 17 (4%) das que apresentavam o objeto antes do sujeito.

A partir disso, entende-se que a tipologia linguística é um trabalho metodológico de comparação entre as línguas, com a finalidade de classificá-las quanto aos tipos linguísticos, no qual, “[...] sobre alguns parâmetros, estabelece-se certa quantidade de tipos logicamente possíveis e, em seguida, atribui-se cada língua da amostra a um ou outro desses tipos”⁶ (COMRIE, 1989, p. 34). Parte do princípio de que as línguas variam, mas que apesar da diversidade e das diferenças entre as línguas, existem características que são semelhantes entre elas, por isso caracterizá-las quanto aos tipos.

A tipologia fonológica

Conforme Maddieson (2013, p. 534, tradução nossa), a tipologia fonológica foi criada como “uma maneira de entender como os padrões de som das línguas variam e, em particular, quais são os limites dessa variação”⁷. Isso possibilitou tipologizar as línguas no mundo a partir de diferentes fatores relacionados à fonologia como “[...] o inventário de sons, a sequência de sons e sua ocorrência em diferentes posições estruturais”⁸ (MADDIESON, 2013, p. 534, tradução nossa).

Tais fatores são destacados por Moravcsik (2013) como elementos importantes para a gramaticalidade das línguas, possuindo nomenclatura própria. De forma sucinta, eles são apresentados a seguir.

A **disponibilidade de constituintes**, ou seja, as línguas comportam certos

⁵ No original: “In declarative sentences with nominal subject and object, the dominant order is almost always one in which the subject precedes the object”

⁶ No original: “[...] on some parameter, on establishes a certain number of logically possible types, and then assigns each language of the sample to one or other of these types”.

⁷ No original: “One way to understand how the sound patterns of languages vary, and in particular what limits there are on this variation”.

⁸ No original: “the inventory of sounds, the sequencing of sounds, and their occurrence in different structural positions”.

tipos de sons e outros não. Dessa forma, um tipo de constituinte fonético pode ser comum para uma língua, mas totalmente inexistente em outra. É o caso da formação de vogais anteriores altas arredondadas e não arredondadas. No inglês, a vogal arredondada anterior alta não faz parte do conjunto de sons típicos dessa língua, enquanto o alemão comporta ambos os sons (MORAVCSIK, 2013).

Outro aspecto importante é a **escolha adequada a um determinado contexto**, visto que alguns sons dependem de certos arranjos fonéticos para sua ocorrência. É assim que a pronúncia de /ʃprɪŋ/ para o vocábulo SPRING (primavera), no inglês, não ocorre, pois, no dialeto padrão dessa língua, a união desses três sons /ʃpr/ não aparece em início de palavra; ao contrário do alemão, que aceita essa formação (ex.: SPRACHE /ʃpraxə/ - língua) (MORAVCSIK, 2013).

Ainda, considerando o contexto de ocorrência, os sons das línguas podem variar gerando variantes de um mesmo som (alofones), ou seja, “[...]assim como as palavras e os morfemas, os sons também são camaleões: têm diferentes variantes e a escolha entre elas depende do contexto”⁹ (MORAVCSIK, 2013, p. 151, tradução nossa). Com isso, em alguns dialetos do português, “o fonema /t/ ocorre como o alofone /tʃ/ diante de [i] e suas variantes, e o fonema /t/ ocorre como o alofone [t] nos demais ambientes” (CRISTÓFARO-SILVA, 2001, p. 132). Para exemplificar, considerem-se os dados: tatu [tatu], tapete [tapetʃi], tomate [tumatʃi], tela [tɛla], tijolo [tʃiʒolu], atitude [atʃitudʃi]. Observa-se que, diante do contexto antes do som [i], o fonema /t/ só ocorre como /tʃ/, independentemente do local onde ocorra (início de palavra, meio da palavra ou final de palavra).

Outro parâmetro destacado por Moravcsik (2013) é o **ordenamento temporal dos constituintes**, que considera que os sons nas línguas se ordenam de forma correta numa sequência que pode variar de língua para língua. Um exemplo é a formação inicial de palavras no inglês, cujo grupo de consoantes pode incluir /s/ e /p/ sendo /sp/, mas não /ps/, ocorrendo o oposto no alemão.

Tendo isso por base, a tipologia fonológica é uma forma de agrupar línguas a partir dos “[...] modos diferentes pelos quais os sons e as características sonoras das línguas se organizam em sistemas fonológicos e em estruturas silábicas” (ROBINS,

⁹ No original: “Just as words and morphemes, sounds, too, are chameleon-like: they have different variants and the choice among them depends on the context”.

1981, p. 339). Em síntese, assim como na sintaxe e na morfologia, o sistema fonológico das línguas apresenta diferenças em quatro parâmetros paralelos básicos:

- 1 – que sons estão disponíveis nas línguas?
- 2 – quais sons podem co-ocorrer numa construção particular?
- 3 – quais são suas formas variantes?
- 4 – como eles estão ordenados? (MORAVCSIK, 2013).

Esses parâmetros contribuem para direcionar os estudos tipológicos, buscando compreender, principalmente, quais são seus limites entre as línguas do mundo. Ainda, servem ao objetivo atual da tipologia fonológica que é “entender por que os padrões de frequência relativa e de co-ocorrência são como são”¹⁰ (MADDIESON, 2011, p. 534).

Alguns domínios em resposta a esse objetivo se tornaram importantes, sendo: certos padrões envolvendo a formação de palavra ou de sílabas, como o processo de harmonia, da distribuição complementar, da neutralização, e outros envolvendo a ordem dos sons, como a hierarquia sonora, a resolutividade, a posição tônica, e as relações temporais e de marcação (MORAVCSIK, 2013).

Os róticos

A classe dos róticos é um agrupamento fonético muito rico e variado que caracteriza o som da variável <R>, exibindo diferentes variantes dependendo do modo e do lugar de articulação (LADEFOGED; MADDIESON, 1996).

Por sua riqueza de modos e lugares de articulação, os róticos ganham destaque nos estudos linguísticos, sendo um som muito presente nas línguas. Cristófaró Silva (2001) destaca 7 (sete) ambientes ou contextos de variação para a ocorrência dos róticos nos estudos fonéticos, como: intervocálico, início de palavra, final de sílaba antes de consoante vozeada e outros. Além disso, os róticos comumente ocupam lugares privilegiados dentro da estrutura silábica, funcionando, em alguns momentos como núcleo da sílaba (LADEFOGED; MADDIESON, 1996).

Conforme explica Cristófaró Silva (2001), no português brasileiro (PB), o

¹⁰ No original: “To understand why the patterns of relative frequency and co-occurrence are as they are”.

segmento /R/ pode apresentar características fonêmicas, tornando-se **r fraco** e **R forte**. Esses dois fonemas podem ser considerados alofones ou pares mínimos, dependendo do contexto em que estão inseridos dentro do vocábulo. O contraste fonêmico só ocorre em posição intervocálica, como caro/carro, tora/torra, careta/carreta. O **r fraco** e o **R forte** perdem o contraste fonêmico na posição de final de sílaba. No português brasileiro (PB), por exemplo, esse segmento pode apresentar diferentes variantes em sua realização como:

- Fricativa glotal desvozeada [h]: ca[h]eta, ama[h]a, ca[h]ta;
- Fricativa velar surda [X]: [X]ata, ta[X]de, ma[X];
- Fricativa velar sonora [ɣ]: ca[ɣ]ga, ama[ɣ]ga
- Aproximante retroflexa [ɻ]: po[ɻ]ta, pasto[ɻ], co[ɻ]da;

O espanhol também apresenta um fenômeno semelhante ao contraste fonêmico entre **r fraco** e o **R forte** em posição intervocálica, contudo utilizando os fonemas tepe [r] e a vibrante [r] (BLECUA; CICRES; GIL, 2014). Em outros contextos há a predominância de um ou outro fonema. Portanto, no início de palavra e em início de sílaba interna, a variante usada é a vibrante alveolar [r]; e em contexto seguindo consoante na mesma sílaba e final de sílaba antes de consoante, a variante padronizada é a tepe (PROCTOR, 2010).

No catalão falado no norte da Espanha, ocorre algo parecido com o espanhol, com a predominância das variantes tepe e vibrante nessa língua e nos mesmos contextos de ocorrência. A única diferença acontece com a localidade onde o catalão é falado, nos contextos de final de sílaba antes de consoante e final de palavra. “No catalão ocidental, os róticos geralmente são tepes, como em muitos dialetos espanhóis. No centro da Catalunha, incluindo as áreas de Barcelona e Girona, eles são vibrantes”¹¹ (PADGETT, 2003, p. 02, tradução nossa).

O Quadro 1, abaixo, sintetiza a ocorrência das variantes róticas nas línguas aqui destacadas:

¹¹ No original: “In Western Catalan, rhotics here are generally taps, as in many Spanish dialects. In Central Catalan, including the areas of Barcelona and Girona, they are weak trills”.

Quadro 1 – Ocorrência das variantes róticas nas línguas PB, espanhol e catalão

Contexto	PB	Espanhol	Catalão
Intervocálico	[r], [h], [X], [r]	[r] ou [r]	[r] ou [r]
Início de palavra	[r], [h], [X], [r]	[r]	[r]
Final de sílaba seguida de consoante	[r], [h], [X], [r], [ɹ], [ʎ]	[r]	[r] ou [r]
Seguindo C na mesma sílaba	[r]	[r]	[r]

Fonte: Blecua; Cicres; Gil (2014); Cristófar-Silva (2001); Padgett (2003); Proctor (2010).

Alguns exemplos, baseados nas informações do Quadro 1, seguem:

1) intervocálico

PB	caro ['karo]	carro ['kaRo] ¹²
ESPAÑHOL	coro ['koro]	corro ['koro] (roda)
CATALÃO	['parə] ¹³ (pai)	['par:ə] (videira)

2) início de palavra

PB	rata ['Rata]
ESPAÑHOL	rata ['rata]
CATALÃO	'r:ɔtʃ (vermelho)

3) final de sílaba seguida de consoante

PB	carta ['kaRta]
ESPAÑHOL	carta ['karta]
CATALÃO	'fɔrmə (forma)

4) seguindo consoante na mesma sílaba

PB	prata ['prata]
ESPAÑHOL	abre ['abre]
CATALÃO	teatro [te'atro]

De acordo com Ladefoged e Maddieson (1996), 75% das línguas do mundo possuem uma forma de rótico em seu conjunto fonético, sendo que “essas línguas

¹² Considerando a grande variabilidade de ocorrência de /r/ neste contexto, utiliza-se [R] como um arquifonema representativo de todas as possibilidades existentes.

¹³ Os exemplos foram retirados do trabalho original de Padgett (2003) e não são apresentados na escrita formal, somente na transcrição e tradução.

geralmente têm um único /r/, e é mais comum ser alguma forma vibrante, mas 18% das línguas com /r/ contrastam dois ou três róticos”¹⁴ (LADEFOGED; MADDIESON, 1996, p. 217, tradução nossa). Neste caso, o PB, o espanhol e o catalão pertencem ao grupo de línguas que possuem o rótico em seu conjunto fonético, sendo uma delas uma vibrante (trill).

A variante tepe aparece na posição intervocálica na maior parte das variedades do espanhol (LADEFOGED; MADDIESON, 1996). Isso confere com os exemplos aqui apresentados, e se estende para o português que, apesar de não ser derivada do espanhol, possui uma origem comum, que pode explicar a proximidade dessa característica nessas línguas.

Além disso, essa tendência se verifica no inglês americano em contexto plosiva alveolar pré-silábica pós-tônica (que em análise se verifica como um contexto intervocálico) como em *city*, *later* e *ladder* (LADEFOGED; MADDIESON, 1996). Apesar da grafia não apresentar um rótico, a pronúncia dessas palavras com esse contexto tende para a presença dessa variante. Essa variação não se apresenta no inglês britânico, que mantêm a sonoridade da consoante, apesar de também apresentar o apagamento do /r/ em final de sílaba. Ao se destacar o maior contato do inglês americano com línguas espanholas, pode-se encontrar uma forma de contato linguístico que favoreça o fenômeno aqui presente.¹⁵

Considerando, por fim, os parâmetros destacados por Moravcsik (2013), têm-se:

- 1) disponibilidade de constituinte: todas essas três línguas possuem o fone rótico, sendo a quantidade de variantes diferentes entre o PB (que apresenta um maior número) e o espanhol e o catalão (que possuem apenas 02 variantes);
- 2) escolha adequada a um determinado contexto: verificou-se que dependendo do contexto, diferentes variantes de <R> ocorrem, sendo que há contextos que possibilitam um maior número de variantes (pós-vocálico) e outros não (seguindo C na mesma palavra);

¹⁴ No original: “These languages mostly have a single /r/, and it is most commonly some form of trill, but 18 percent of languages with /r/’s contrast two or three rhotics”.

¹⁵ Esse destaque é uma suposição realizada a partir da análise gerada desses dados. Entende-se que um estudo mais profundo dessa realidade é necessário ou talvez exista, mas não foi encontrado na coleta de dados, e outras implicações de cunho histórico, linguístico e social interferem para essa variação presente no inglês americano que não cabe ao presente trabalho aprofundar.

- 3) mudança de comportamento de acordo com a situação: observou-se que há mudança de significado em contexto intervocálico;
- 4) um ordenamento temporal certo dos constituintes: as produções róticas, nessas línguas, não servem como núcleo de sílaba, mas sempre acompanham uma vogal ou combinam em sílabas complexas de encontros consonantais (por exemplo: pr/ br/ tr).

O /r/ retroflexo

Das línguas analisadas, somente o português brasileiro (PB) apresentou uma gama maior de variantes para a <R>, sendo uma delas a variante retroflexa, que no Brasil é conhecido como “R caipira”, o qual tem familiar semelhança com o /r/ pós-vocálico do inglês (AMARAL, 1920).

O retroflexo é um fenômeno pouco presente entre as línguas (SOLHAUG, 2010; HAMANN, 2003), contudo é um fenômeno presente em quase todos os estados do Brasil (BRANDÃO, 2007). Foneticamente, o retroflexo compreende “[...] um conjunto de sons da fala que é produzido dobrando ou enrolando a ponta da língua para trás”¹⁶ (SOLHAUG, 2010, p. 09, tradução nossa) e pode estar presente em outros sons além do /r/, como plosivas e nasais.

Sobre a origem desse segmento no português brasileiro (PB), não existe um consenso entre os autores. Amaral (1920) enfatiza uma origem indígena para esse segmento a partir do contato linguístico entre português europeu (PE) e a língua tupi falada pelos grupos indígenas nos séculos iniciais da colonização. Essa pauta é defendida por Aguilera e Silva (2011), visto que os indígenas não apresentavam o fone /r/ e o // em coda silábica, como ocorria com os portugueses. Por isso:

se pensarmos na realização lusitana alveolar e velar do /r/ em coda silábica, como em mal, sol, falta, calma, é fácil deduzir a dificuldade de nossos indígenas e dos mestiços na realização da lateral em contexto CVC. A tentativa de aproximar a lâmina da língua ao palato, na realização da lateral em coda, poderia ter, naturalmente, levado à realização de um /r/ retroflexo (AGUILERA; SILVA, 2011, p. 126).

¹⁶ No original: “A set of speech sounds which is produced by bending or curling the tip of the tongue backwards”.

De acordo com Preziosa (1998), a presença do retroflexo em língua indígena brasileira foi destacada no trabalho de Borba, de 1908, na qual reconhece a presença de um /r/ forte e gutural na língua do extinto povo Oti, da família Jê.

Head (1987), contudo, critica essa versão da origem desta variante no PB, por falta de dados reais de caráter fonéticos e fonológicos que a justifique e, por isso, defende a origem da variante retroflexa a uma mudança de caráter estrutural dentro da fonética. Para o autor, esse fone é típico do PB, visto não se apresentar no PE, sendo um produto da variação e mudança ocorrida a partir de consoantes líquidas anteriores [l] > [ɻ], ao considerar algumas características fonéticas em comum entre elas: são fonemas da classe líquidas anteriores; ambas são as únicas consoantes que podem ocorrer no ataque complexo de sílaba (C_V(C)); podem ocorrer em final de sílaba interna ou externa; podem sofrer os processos de vocalização e apagamento (HEAD, 1987).

Muitos estudos têm sido realizados sobre a ocorrência do [ɻ] em dialetos brasileiros, como Aguilera e Silva (2011), Castro (2013), Leite (2010), Oushiro e Mendes (2011) e Silva (2016), bem como de sua presença em outras línguas do mundo (BLECUA; CICRES; GIL, 2014; PADGETT, 2003; PROCTOR, 2010; SOLHAUG, 2010;), o que contribuiu para alcançar um *corpus* satisfatório para a presente proposta de análise tipológica, verificando a ocorrência dessa variante em diferentes línguas e sua distribuição dentro do espaço brasileiro.

Analisando os dados apresentados nos trabalhos de Milani (2017), Castro (2013) e Brandão (2007), destacam-se algumas tendências presentes nas realizações da [ɻ] em ambiente pós-vocálico:

1. Ocorrência antes de consoantes oclusivas, no contexto de coda interna, sendo com maior frequência antes de /p/, /t/, /k/, /d/, /g/, e menor frequência antes de /p/ e /b/:
Ex.: mo[ɻ] ta , co[ɻ] dão, ca[ɻ]gueiro, tube[ɻ]culoso
2. Ocorrência antes de consoantes fricativas, também no contexto de coda interna, sendo /v/, /s/ e /z/: á[ɻ]vore, conver[ɻ]sando;
3. Ocorrência antes de nasais, /n/ e /m/, também em coda interna: to[ɻ]neira, mo[ɻ]maço;

4. Rotacismo: vo[ɰ]ta, ca[ɰ]canhar, so[ɰ].

No estado de São Paulo, alguns trabalhos realizados destacam a presença da variante retroflexa muito ligada a comunidades interioranas, como na cidade de São José do Rio Preto, com ocorrência desse segmento em diferentes vocábulos e como a variante de maior frequência: do[ɰ]mir, cu[ɰ]sinho, i[ɰ]mãos (ARONNE, 2010). Algumas realizações foram verificadas na capital, ocorrendo com maior frequência após uma vogal alta e seguida de uma consoante coronal (OUSHIRO; MENDES, 2013); sendo sua realização mais frequente em moradores dos bairros mais periféricos e de classe baixa (OUSHIRO, 2015).

Analisando esses trabalhos, observa-se que o ambiente de maior ocorrência da variante [ɰ] é o contexto pós-vocálico, tanto no PB quanto outras línguas do mundo. No inglês da Escócia, Lawson, Scobbie e Stuart-Smith (2011) destacam a presença da variante retroflexa [ɰ] no contexto pós-vocálico. Esse ambiente tem apresentado grande complexidade na ocorrência do /r/, com parâmetros sociais e linguísticos envolvidos. Conforme os autores há uma tendência para o fortalecimento do uso das variantes de <R>, no contexto pós-vocálico, pela classe média, enquanto que a classe trabalhadora tende à desroticização com o apagamento ou vocalização.

Ex.:

far (longe)

[faɰ] - produção pela classe média com a variante retroflexa

[fɑ^(ç)] - produção pela classe trabalhadora com um processo faringalizado

Porras (2014) aponta a ocorrência da variante retroflexa na fala de mulheres estudantes universitárias na Costa Rica. Existe um padrão de contexto verificado que foi antes de consoantes dentais e alveolares, sendo que o contexto das alveolares sonoras foi o que mais se destacou. Apesar de não apontado pela autora, o ambiente escolhido foi o final de sílaba em coda interna, que também é um contexto pós-vocálico como nas palavras: verde, perla, arte. Os vocábulos que mais apresentaram a variante na pesquisa realizada destacam o contexto seguido das consoantes // e /n/:

1. ve[ɰ]lo (veja isso)

2. vie[ɹ]nes (sexta-feira)
3. pe[ɹ]la (pérola)
4. Ca[ɹ]los
5. invie[ɹ]no (inverno)

No norueguês, a variante retroflexa também ocorre no contexto pós-vocálico, seguido de consoantes dental-alveolar [t, d, n, l, s], afetando o segmento seguinte (SOLHAUG, 2010).

- bart [baɹ] (bigode)
- jarl [ja:ɹ] (conde)
- kors [kɔɹ] (cruz)
- barn [ba:ɹ] (criança)

Considerando todos esses trabalhos e diante da realidade da variante [ɹ], podem-se propor algumas tendências relacionadas à ocorrência do /r/ retroflexo:

- Para todas as línguas:

TEND. 1: O contexto pós-vocálico é o que mais favorece a ocorrência da variante [ɹ] quando presente numa língua.

- Para a realidade brasileira:

TEND. 2: Quando em coda interna, a variante [ɹ] tende a ocorrer seguida de consoantes oclusivas, fricativas ou nasais.

TEND. 3: Quando da presença da variante [ɹ] no dialeto, o fenômeno do rotacismo tende a acontecer.

Utilizando os parâmetros destacados por Moravcsik (2013), observa-se que:

- 1) disponibilidade de constituinte: todas as línguas abordadas neste capítulo apresentam a variante retroflexa em seu grupo fonético;
- 2) escolha adequada a um determinado contexto: o uso dessa variante, na maior

- parte dessas línguas, ocorre no contexto pós-vocálico;
- 3) mudança de comportamento de acordo com a situação: observou-se que no caso do PB, essa variante ocorre como na troca do [l] pela rótica; e no caso do norueguês, o segmento seguinte ao /r/ passa pelo processo de assimilação, modificando sua produção fonética;
 - 4) um ordenamento temporal certo dos constituintes: aqui também se verifica que a variante [ɹ], nessas línguas, não serve como núcleo de sílaba, mas sempre acompanham uma vogal.

Discussões e considerações

Esse trabalho favoreceu a análise fonológica, com destaque para a produção dos róticos em algumas línguas do mundo, como o português brasileiro, o espanhol e o catalão; e particularmente, a realização da variante retroflexa dentro do Brasil, bem como em algumas línguas do mundo, como espanhol, o norueguês e no inglês da Escócia.

Fundamentada em uma abordagem bibliográfica, reunimos trabalhos que pudessem colaborar para a proposta de tipológica de comparação das línguas, ressaltando alguns fenômenos linguísticos em destaque, como foi o caso dos róticos e suas variantes.

Retomando os questionamentos iniciais desse trabalho, pode-se verificar que a [ɹ] está presente em muitas línguas do mundo, ora ocorrendo em diferentes contextos linguísticos, como é no caso dos dialetos brasileiros, ora menos, sendo o contexto pós-vocálico o que mais favorece sua realização. Percebemos ainda que há línguas cuja variante não faz parte de seu sistema, como o espanhol e o catalão, apesar de serem línguas de uma mesma família linguística, o latim.

A característica principal que classifica as línguas no uso desse segmento é quanto ao contexto linguístico em que ela ocorre, o pós-vocálico. No Brasil, a realização da variante é favorecida linguisticamente pela presença de consoantes oclusivas, fricativas ou nasais no contexto seguinte, em coda interna, conforme apontado nos trabalhos de Brandão (2007), Castro (2013) e Milani (2017).

Outra questão percebida relaciona-se às questões de avaliação social sobre a

realização dessa variante. Se voltarmos um olhar político e social sobre esse segmento, observa-se que, em outras línguas do mundo, essa variante apresenta um *status* positivo dentro da comunidade, como no inglês da Escócia (LAWSON, SCOBIE; STUART-SMITH, 2011) e no espanhol da Costa Rica (PORRAS, 2014). Com relação ao contexto brasileiro, o uso da variante retroflexa já foi caso de muita discussão envolvendo avaliações mais negativas, especialmente, a partir de Amaral (1920), que caracterizou essa variante como parte do dialeto caipira, associado a roceiros e ignorantes do interior de São Paulo.

Contudo, o avanço nos estudos sociolinguísticos tem apresentado novas avaliações e atitudes dos falantes diante da realização da variante em diferentes comunidades linguísticas, principalmente pelo avanço da variante por outros espaços dentro do Brasil e pela relação com contextos de rodeios e fazendas e pessoas famosas fazendo uso da variante (AGUILERA; SILVA 2015).

Dessa forma, a comparação entre as línguas, favorecida pelo trabalho tipológico, pode contribuir para a reflexão acerca de preconceitos relacionados às línguas com vistas à quebra de paradigmas, tais como “línguas inferiores x línguas superiores”, “culto x inculto”, “certo x errado”.

Essa relação entre tipologia e política, por exemplo, só é possível porque a prática tipológica permite e favorece o diálogo com diferentes teorias, seja dentro da própria linguística como: a morfologia, a sintaxe; seja fora dela, como: a antropologia e a sociologia, na compreensão do funcionamento das línguas. Isso pode colaborar também na descrição de línguas ágrafas, como ocorre em diversos trabalhos realizados com línguas indígenas, e na reconstrução de línguas antigas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 1920. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000004.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Hélen Cristina da. Uma nova configuração do caipira: ecos do /r/ retroflexo. *Revista da ABRALIN*, [S.l.], v. 14, n. 1, ago. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42490>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Hélen Cristina da. Dois momentos do /r/ retroflexo em Lavras - MG: no Atlas Linguístico de Minas Gerais e nos dados do

- projeto do Atlas Linguístico do Brasil. *Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários*, [S.l.], v. 8, fev. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/7962>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- ARONNE, Alessandra. *Estudo das características fonético-fonológicas da variedade falada em São José do Rio Preto*. 2010. 282 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-05052011-163058/en.php>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- BLECUA, Beatriz; CICRES, Jordi; GIL, Juana. Variación en las róticas del español y su implicación en la identificación del locutor. *Revista de Filología Románica*, v. 31, p. 13, 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/38842109.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Nas trilhas do –r retroflexo. *Signum: Estudos Linguísticos.*, Londrina, n. 10/2, p. 265-283, dez. 2007. Disponível em: encurtador.com.br/osGXZ. Acesso em: 05 jul. 2018.
- CASTRO, Vandersí Sant’Ana. O “r caipira” em Mato Grosso do Sul – estudo baseado em dados do ALMS, Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 566-575, jan./abril 2013. ISSN 1413-0939. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1129>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- COMRIE, Bernard. *Language Universals and Linguistic Typology. Syntax and Morphology*. 2 nd Edition. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- CRISTÓFARO SILVA, Thaís. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. 261 p.
- GREENBERG, Joseph. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, Joseph (ed.). *Universals of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1963. 58-90pp.
- HAMANN, Silke Renate. *The phonetics and phonology of retroflexes*. Utrecht: LOT, 2003, p. 01-06. Disponível em: encurtador.com.br/imqJW. Acesso em: 30 jul. 2018.
- HEAD, Brian F. Propriedades fonéticas e generalidade de processos fonológicos: o caso do "r" caipira. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 13, p. 5-39, 1987. Disponível em: encurtador.com.br/lqxB6. Acesso em: 23 ago. 2018.
- LADEFOGED, Peter; MADDIESEON, Ian. Rhotics. In: LADEFOGED, Peter; MADDIESEON, Ian. *The sounds of the world’s languages*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 1996, p. 215-244.
- LAWSON, Eleanor; SCOBIE, James M.; STUART-SMITH, Jane. The social stratification of tongue shape for postvocalic/r/in Scottish English. *Journal of Sociolinguistics*, v. 15, n. 2, p. 256-268, 2011. Disponível em: encurtador.com.br/cotG3. Acesso em: 24 jul. 2018.
- LEITE, Cândida Mara Britto. Estereótipos sociais e suas implicações para os estudos sociolinguísticos (Social stereotypes and their implications for sociolinguistic studies). *Estudos da Língua(gem)*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 91, Jul. 2011. Disponível em:

- encurtador.com.br/uCVZ3. Acesso em: 24 ago. 2018.
- MILANI, Sebastião Elias. Fonemas em coda silábica da fala dos goianos. *Web Revista Sociodialeto*, [S.l.], v. 8, n. 22, p. 154-172, jun. 2018. ISSN 2178-1486. Disponível em: encurtador.com.br/dkqwJ. Acesso em: 21 ago. 2018.
- MADDIESON, Ian. Typology of phonological systems. In: SONG, Jae Jung (ed.). *The Oxford handbook of linguistic typology*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MORAVCSIK, Edith A. The sounds of languages: phonological typology. In: MORAVCSIK, Edith A. *Introducing language typology*. New York: Cambridge University, 2013. p.150-191.
- OUSHIRO, Livia. *Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo*. 2015. 394 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: encurtador.com.br/fmDNO. Acesso em: 20 jan. 2021.
- OUSHIRO, Livia; MENDES, Ronald Beline. A pronúncia de (-r) em coda silábica no português paulistano. *Revista do GEL*, v. 8, n. 2, p. 66-95, 2011. Disponível em: encurtador.com.br/apuHK. Acesso em: 14 ago. 2018.
- PADGETT, Jaye. *Systemic contrast and Catalan rhotics*. 2003. Universidade da Califórnia, Santa Cruz. Disponível em: encurtador.com.br/kAIW1, Acesso em: 04 ago. 2018.
- PREZIA, Benetido. Oti – o extermínio de um povo. *Jornal Porantim*, Brasília: CMI, n. 209, out. 1998. Arquivo José Carlos Bahiana Machado Filho. Disponível em: <http://terre.indigene.free.fr/etnias/OTI.htm>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- PORRAS, Elber Aguilar. La ocurrencia de la aproximante retrofleja ante consonantes dentales y alveolares en estudiantes universitarias de la Universidad Nacional. *Revista de Lenguas Modernas*, n. 20, 2014. Disponível: encurtador.com.br/nW137. Acesso em: 24 jul. 2018.
- PROCTOR, Michael Ian. *Gestural characterization of a phonological class: the liquids*. 221 p. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) -Yale University, 2010. Disponível em: <http://www.mproctor.net/docs/diss/>. Acesso em: 04 ago. 2018.
- RAMAT, Paolo. The (early) history of linguistic typology. In: SONG, Jae Sung (org.). *The Oxford handbook of linguistic tyology*. Oxford: Oxford University Pres, 2010.
- ROBINS, Robert Henry. Comparação Linguística. *Linguística Geral*. 2 ed. Porto Alegre: Rio de Janeiro, 1981. p. 305-357.
- SOLHAUG, Tor Havard. *Retroflexion in norwegian*. 2010. 122 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Geral) – Universidade de Tromso, Hosten, 2010. Disponível em: encurtador.com.br/lqryT. Acesso em: 24 jul. 2018.
- WHALEY, Lindsay J. *Introduction to typology: the unity and diversity of language*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications, 1997, p. 03-53.

Recebido em: 05/10/2020

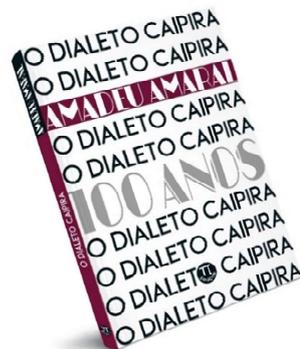
Aceito em: 28/02/2021

RESENHA: O dialeto caipira, de Amadeu Marques

Referência da obra resenhada:

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Parábola, 2020. 224p.

Antonio Luiz Gubert¹



Para celebrar os 100 anos do texto original, a Editora Parábola publica esta edição comemorativa do livro pioneiro dos estudos dialetológicos no Brasil.

O autor, Amadeu Amaral, foi poeta, folclorista, filólogo, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras. Nasceu em Capivari – SP, em 6 de dezembro de 1875, falecendo em São Paulo – SP, em 24 de outubro de 1929. Foi o primeiro brasileiro a estudar cientificamente um dialeto regional – no caso, o *dialeto caipira*.

O livro conta com o total de 224 páginas, impressas em papel offset 75g. O *design* da capa e das páginas internas é arrojado, especialmente pelo contraste branco x preto. Portanto, é uma obra bonita, que nos “salta aos olhos”.

Para iniciar o livro, é apresentada uma lista das abreviaturas e obras citadas no decorrer do texto. Nessa lista estão Camões, Padre Antonio Vieira, dentre outros. No final da lista de abreviaturas, são registrados os nomes de colaboradores da obra.

Na sequência, o prólogo, de autoria do professor Ataliba de Castilho. O texto, intitulado “Amadeu Amaral e a dialetologia no Brasil”, apresenta um panorama sobre os estudos dialetológicos no Brasil, compartilhando a divisão proposta por Ferreira &

¹ Licenciado em Letras com habilitação em Português/Espanhol pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus de Xanxerê. Mestre e Doutor em Letras - Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná. Professor no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus de Xanxerê. E-mail: antoniogubert@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6937-1975>.

Cardoso (1994) sobre a existência de três fases em que se situam as pesquisas dialetológicas. Depois disso, são apresentados dois textos curtos, sobre *linguística histórica* e sobre *sociolinguística*, com o objetivo de contextualizar a obra de Amaral com outros estudos.

Na seção seguinte, *Introdução*, o autor apresenta o conteúdo e os objetivos da obra. Situa o dialeto caipira no tempo e no espaço e adverte para a influência de outros povos no dialeto, o que ocasionaria a perda gradual das características dialetais. Cita também que o que pretende com o trabalho, então, é caracterizar o que se chama de *dialeto caipira*; ou, em outras palavras, o *aspecto da dialetalização portuguesa em São Paulo*.

No Capítulo 1, *Fonética*, são apresentados fenômenos caracterizadores tanto da prosódia como dos fonemas em si. A prosódia caipira, inclusive, é um dos seus diferenciais: por conta de uma lentidão, um alongamento na pronúncia das vogais, tem um ritmo mais pausado, diferentemente do dialeto português. “O tom do frasear é lento, plano e igual, sem a variedade de inflexões, de andamentos e esfumaturas que enriquece a expressão das emoções na pronúncia portuguesa.” (p. 33). Quanto aos fonemas, pode-se destacar a inexistência da consoante palatal “molhada” – lh. *Palha*, então, seria pronunciada como *paia*; a alternância de *b* e *v*, como em *bassôra* e *vassôra*, *bespa* e *vespa*; etc.

No segundo capítulo, *Lexicologia*, o autor afirma que o conjunto do léxico caipira é restrito, combinando com o tipo de vida e o espírito dos falantes. O vocabulário é formado por elementos provindos do português do primitivo colonizador (*fermoso*, *estâmego*), termos de origem indígena (*abacaxi*, *Pacaembú*), importados de outras línguas por via indireta (*purungo*, *rengo*) ou por vocábulos formados no próprio seio do dialeto (*assuntar*, *fuçar*).

No capítulo 3, *Morfologia*, o autor cita que o dialeto é muito frutífero na formação de substantivos e adjetivos, quer por derivação, quer por composição. Um fato curioso é apresentado: para exprimir ação muito repetida, no dialeto caipira se usa uma perífrase formada com o auxiliar *vir*, *ir*, *estar*, *andar*, seguido de infinitivo e gerúndio de outro verbo, como por exemplo, *vinha pulá(r)-pulando*. Essas características são somadas à queda do *s* como sinal de pluralidade em quase todos os contextos, como em *os pau*.

Na sequência, na parte dedicada à *Sintaxe* (cap. 4), Amaral afirma que os fenômenos sintáticos ainda não foram estudados com afinco e o que está anotado no capítulo “é pouco, e ainda não estará livre de incertezas e dúvidas” (p. 67). Como exemplos, é possível citar a possibilidade de indicação de um sujeito vagamente determinado; ou seja, um indivíduo qualquer de uma classe, que se exprime por um substantivo no singular sem artigo. Por exemplo, *Cavalo tava rinchando*; ou *Macaco assubió no pau*. Outra característica interessante citada é o uso da fórmula “por amor de”, indicando causa, importada de Portugal e reinterpretada como *pramôr de, mór de, mó de*, como nos exemplos: *Hei d’i na vila dumingo pramôr de vê se compro os preciso* ou *Hei d’i na vila dumingo mó de vê se compro os preciso*.

O último capítulo, e o mais extenso dentre todos os demais, é sobre *Vocabulário*. Nele, há um glossário de vocábulos em uso corrente “entre os roceiros, ou caipiras, cuja linguagem, a vários respeitos, difere bastante da da gente das cidades, mesmo inculta” (p. 77). Foram registrados os vocábulos, com anotações de pronúncia, e seus significados. A lista é extensa e muito rica.

O livro termina e deixa certa vontade no leitor de continuar estudando o assunto. Pela fluidez da leitura ou pela didática na apresentação dos exemplos, a obra pode ser recomendada para quaisquer públicos, habituados ou não na leitura de textos científicos. Especialmente, é recomenda aos estudiosos da área das Letras, que têm agora à disposição uma obra importante, de acesso facilitado pela edição republicada.

Além do mais, a obra, mesmo tendo sido escrita há cem anos, é uma representação fidedigna do que de fato o português brasileiro é: uma língua diversa, com características peculiares, e um dos elementos constituidores da identidade do povo brasileiro. Todo o estigma e desprestígio que recaem sobre as variedades linguísticas populares são, no fundo, frutos do preconceito social que, infelizmente, permeia todas as instâncias da sociedade. O dialeto caipira é a língua materna de muitos de nós e merece todo reconhecimento e valorização.

Recebido em: 05/10/2020

Aceito em: 12/05/2020

Entre a obrigação e o prazer: o papel do livro no universo juvenil do Rio de Janeiro e de Barcelona

Referência da obra resenhada:

TRAVANCAS, Isabel. *A experiência da leitura entre adolescentes: Rio de Janeiro e Barcelona*. Curitiba: Appris, 2020.

Patricia Marouvo Fagundes¹



Em seu livro mais recente, *A experiência da leitura entre adolescentes: Rio de Janeiro e Barcelona* (2020), a professora Isabel Travancas reúne os apontamentos que pôde compilar durante sua pesquisa de pós-doutorado e chega a conclusões que ajudam a desconstruir o senso comum – adolescente não gosta de ler e lê muito pouco. A pesquisa foi desenvolvida entre 2011 e 2013 no Programa de Comunicação e

¹ Doutora em Letras na área de Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui mestrado em Letras e graduação em Letras: Português/Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalha como professora adjunta no curso de Letras - Língua Inglesa e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Acre. E-mail: patriciamarouvo@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5506-953X>.

Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde integra o corpo docente na graduação e na pós-graduação. As perguntas que instigaram sua pesquisa – *como, por que, quando e em que condições* adolescentes se tornaram leitores – surgiram a partir do desconforto que os alunos de graduação recém-ingressados no curso de Comunicação pareciam ter em relação aos grandes clássicos da literatura brasileira. A pressuposição da pesquisadora era de que a escola provavelmente teria contribuído até certo ponto para o afastamento dos alunos do universo literário brasileiro, em especial dos grandes clássicos como Machado de Assis ou José de Alencar.

Trabalhando dentro desse horizonte de questionamentos, Travancas (2020) desenvolve uma pesquisa de cunho etnográfico, objetivando adentrar o mundo de leitores e não leitores de cinco escolas e algumas bibliotecas públicas na cidade do Rio de Janeiro e de quatro escolas e algumas bibliotecas públicas na cidade de Barcelona. Ainda que à primeira vista tão distintas, essas cidades ofereciam pontos de contato que, segundo Travancas (2020), serviram de estímulo à pesquisa: ambas são polos culturalmente relevantes em seus países, têm localização costeira e são altamente cosmopolitas (atraindo turistas dentro e fora do país). O recorte revela que, ao selecionar escolas públicas e privadas, a pesquisa almeja apreciar as diferenças sociais e as distinções entre bibliotecas, sendo a diversidade social, econômica e cultural um dos aspectos mais marcantes. Ao comparar a relevância das bibliotecas para brasileiros e para espanhóis nesse contexto, a pesquisadora relata que, enquanto as bibliotecas em Barcelona dispõem de espaço para interação e sociabilidade além de pesquisa e leitura, as bibliotecas no Rio de Janeiro são escassas, detêm um acervo pequeno e são pouco frequentadas.

O livro é organizado em cinco capítulos, intitulados: “Livro, leitura, leitor”, “O trabalho de campo e suas metodologias”, “Rio de Janeiro: leitores e não-leitores”, “Barcelona: bibliotecas, escolas e leitores” e “Leitura: entre a obrigação e o prazer”. No primeiro capítulo, os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa são explicitados. A autora entende por “livro” um suporte midiático que pode migrar para outras plataformas digitais, alargando o escopo por onde sua narrativa pode trafegar (TRAVANCAS, 2020). Travancas (2020) busca remover o livro do território sagrado a que, por vezes, é relegado dentro de círculos acadêmicos, que o investem de uma

“aura”. Desse modo, o livro é concebido dentro de padrões similares aos de um filme ou uma série de TV. Seu entendimento como produto midiático significa também enxergá-lo como mais um objeto da indústria cultural, estando sujeito, desse modo, à padronização e à produção em série por mobilizar forças dentro do mundo dos negócios. Nessa dimensão, “leitura” é compreendida como uma produção, ou ainda, construção de sentido, o leitor tendo um papel fundamental. O processo de leitura, longe de ser mera decodificação, propicia o surgimento de um tempo-espaço para construção e negociação de sentidos.

Os pressupostos teóricos tendo sido estabelecidos, o segundo capítulo explicita a metodologia do trabalho de campo. No primeiro momento da pesquisa, Travancas distribuiu questionários com perguntas abertas e fechadas nas turmas das escolas. Os questionários utilizados em escolas cariocas foram redigidos em português e suas perguntas concerniam dados pessoais, os hábitos de leitura dos alunos, os hábitos de seus pais e a preferência por plataformas/gêneros textuais específicos num grupo previamente estabelecido. Uma pergunta particularmente interessante foi a questão sobre o objeto livro como um presente a ser dado/recebido, revelando possíveis conotações simbólicas e culturais dentro da realidade brasileira. Essa questão abrange, inclusive, o valor afetivo que um livro pode carregar quando ofertado como presente, dando margem para a construção de relações de propriedade e identidade de sujeitos leitores. Os questionários utilizados nas escolas em Barcelona foram redigidos em castelhano, algumas questões tendo sido acrescentadas para atender ao público específico, como a nacionalidade dos participantes, as línguas em que liam, a existência de biblioteca dentro da escola e a frequência com que a utilizavam. Simultaneamente, a pesquisadora tinha em mente a observação participante do ambiente escolar e do grupo estudado. Já no segundo momento, foram conduzidas entrevistas individuais e em grupo com estudantes que tivessem interesse e disponibilidade para participar, a possibilidade tendo sido indicada ao final do questionário.

Tanto o terceiro capítulo quanto o quarto fazem a análise dos dados colhidos nas etapas anteriores do trabalho de campo. Dentre alguns dos comentários tecidos pela autora, vale ressaltar que igualmente alunos brasileiros e espanhóis preferem ler o livro impresso em detrimento de *e-books*, seja no celular, em *tablets* ou em

computadores. Acreditam que o livro físico, uma vez adquirido, passa a integrar seu universo e servir como elemento identitário – o que no caso carioca, também reflete a baixa frequência de idas à biblioteca da escola e às bibliotecas públicas. A leitura de textos religiosos, associadas à igreja que frequentam, foi uma característica marcante de escolas de Nilópolis, além de textos jornalísticos mais populares, revistas femininas e gibis. Ganhar ou comprar livros, por outro lado, não se configuram como hábitos disseminados tanto por conta do custo quanto pela distância do mundo literário nessas escolas da Zona Oeste. Em todas as escolas públicas do Rio de Janeiro, no entanto, a leitura é vista como uma ferramenta imprescindível para a ascensão social por pais e alunos. Um traço marcante dos dados de Barcelona é a pluralidade de línguas e nacionalidades, em especial por acolher muitos imigrantes estrangeiros e por se tratar de uma cidade que tem o catalão e o castelhano como línguas nacionais.

Por fim, o último capítulo do livro reúne conclusões acerca do papel da escola para a formação de leitores a longo prazo, uma vez formados. Travancas (2020) afirma que a leitura obrigatória não conseguiu criar um vínculo entre livro e leitor que independa da obrigatoriedade e do ensino, ou melhor, o hábito de ler, e os possíveis prazeres a ele associados não passaram a fazer parte da vida cotidiana de estudantes, que, por vezes, expressavam o alívio em saber que não precisariam ler quando se formassem. Um desafio que a escola tem diante de si, segundo a autora, é a transformação da leitura obrigatória em uma atividade prazerosa. Uma questão a ser levantada é quais autores e textos devem ser trabalhados para cumprir as exigências curriculares, mas também é proposta uma escuta das vontades individuais, alternativas sendo oferecidas, deste modo, aos alunos para que a experiência literária não seja evitada, seja por resistência ou desinteresse. Também de suma importância seria, pelo incentivo às demandas dos estudantes, que eles fossem instigados à pesquisa de autores que lhes interessem.

A experiência da leitura entre adolescentes: Rio de Janeiro e Barcelona faz um levantamento de dados necessários aos professores de literatura nas escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro, colaborando na desconstrução de pressuposições e generalizações que não levam em consideração as subjetividades em formação dentro de sala de aula nos momentos que tentam nivelar e uniformizar a experiência literária. A partir disso, depreendo que a insistência no ensino dos clássicos da

literatura brasileira, sem uma atualização das experiências de vida e do traço inovador dos experimentos literários dos séculos passados, acaba se tornando frustrada para muitos alunos por não criar um paralelo com as questões e com a linguagem contemporânea. Não se estabelece, assim, o percurso histórico de construção de discursos de nacionalidade, identidade, gênero, entre outras tantas questões que devem ser abordadas no ensino de língua e de literatura porque disputadas politicamente em sociedade. A pesquisa de Isabel Travancas mostra que ouvir e respeitar as leituras extraclasse são movimentos fundamentais para uma possível provocação de sensibilidades de modo a tornar a leitura uma atividade prazerosa que poderá acompanhar estudantes ao longo de suas vidas. A sugestão de expansão do cânone, mais especificamente, me pareceu particularmente relevante no momento em que a literatura contemporânea tem se engajado com anseios compartilhados nas mídias sociais.

Recebido em: 22/10/2020

Aceito em: 08/12/2020

Políticas linguísticas para o ensino de português como língua adicional: acolhimento ou silenciamento?

Entrevista com o professor Leandro Rodrigues Alves Diniz

Por Marília Lima Pimentel Cotinguiba ¹



Nesta edição, entrevistamos o professor Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz, professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com grande atuação na área de Português como Língua Adicional. Na UFMG, é membro do Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Poslin), bem como diretor do Instituto Confúcio. Vice-líder do grupo de pesquisa *IndisciPLAr: Português como Língua*

Adicional em uma perspectiva indisciplinar (CNPq), foi coordenador do curso de Português como Língua Adicional (PLA) para Candidatos ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) na UFMG (2013-2019), membro da equipe de coordenadores do eixo de Português do programa Mais Médicos para o Brasil (2013-2018), vice-presidente do Programa Idiomas sem Fronteiras – Português (2015-2018), e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2011-2013). Desde 2012, integra a comissão técnico-científica do Celpe-Bras e, desde 2020, é editor-chefe da Revista Interfaces (UFMG), membro do Comitê de Políticas Públicas

¹ Linguista, professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

da Associação Brasileira de Linguística (Abralin) e coordenador do projeto “DIPROlínguas: Distância e proximidade entre português, francês e outras línguas: potencial da reflexão comparativa” (CAPES/Cofecub). É autor da obra “Para além das fronteiras: a política linguística brasileira de promoção internacional do português” (UFMG, 2020), coordenador da coleção “Vamos juntos(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento (Nepo/Unicamp, 2020) e coautor da coleção didática “Mano a Mano: português para falantes de espanhol” (Routledge, 2021).

Entrevistadora: A dinâmica das migrações internacionais no Brasil, sobretudo na última década, impõe grandes desafios teórico-metodológicos aos pesquisadores de diversas áreas. Na Linguística Aplicada, mais especificamente no ensino e aprendizado de português para migrantes de crise, não é diferente. Na sua visão, quais as principais contribuições das pesquisas realizadas no Brasil nessa área?

Leandro Diniz: Tais pesquisas têm impactado positivamente o planejamento e a estruturação de políticas voltadas para migrantes de crise, lançando luz sobre esses sujeitos, em sua flagrante heterogeneidade, e suas trajetórias de (não) inserção no Brasil. Assim, elas têm subsidiado, por exemplo, o planejamento de currículos, materiais didáticos, avaliações, cursos e protocolos de acolhimento, bem como a formação de professores. As contribuições tendem a ser ainda maiores à medida que se diversificam os espaços (ONGs, coletivos, igrejas, universidades, escolas e outros espaços públicos) e os participantes (não só adultos, mas também crianças e adolescentes; falantes de línguas próximas e distantes; sujeitos não alfabetizados e altamente escolarizados; não indígenas e indígenas; homens e mulheres etc.) focalizados nas investigações.

Essas pesquisas, de relevância social inquestionável, têm contribuído, portanto, em alguma medida, para a maior inserção de sujeitos marginalizados no Brasil. Ressalto, porém, que precisamos desnaturalizar o que tenho chamado de “mito do letramento em Português como Língua de Acolhimento”: a aprendizagem de português, por si só, não é condição necessária ou suficiente para melhores condições

de vida no Brasil, como discute Lopez². Além disso, como, em geral, são desenvolvidos nos espaços abertos por projetos de ONGs e Instituições de Ensino Superior (IES), tais estudos favorecem o diálogo dos pesquisadores com atores do poder público e da sociedade civil – evidenciando, inclusive, a importância de que profissionais da área de Português como Língua Adicional (PLA) se impliquem diretamente em políticas públicas. Também me parece muito produtivo que essas pesquisas estejam dialogando, cada vez mais, com outros campos do conhecimento, rompendo as fronteiras disciplinares da área de Letras.

Destaco, ainda, como uma contribuição – indireta – da subárea que tem sido designada no Brasil “Português como Língua de Acolhimento” (PLAc), a visibilização de outros públicos que não têm o português como língua materna e que, historicamente, receberam pouca, ou quase nenhuma, atenção na área de PLA: migrantes, e seus descendentes, que compõem o Brasil há tantas décadas; sujeitos fronteiriços; surdos; indígenas. Alguns estudos realizados junto a migrantes e refugiados evidenciam este percurso: tanto o(a) pesquisador(a), quanto outras pessoas que participam da investigação ou dela tomam conhecimento, se dão conta da necessidade de estruturação de uma política linguística para diferentes públicos além dos migrantes de crise. Uma política linguística plural, vale enfatizar, em que o ensino do português, como língua majoritária do Brasil, não esteja a serviço de um projeto – mesmo que não deliberado – de assimilação cultural, mas, ao contrário, seja estruturado em conjunto com ações para o fortalecimento de línguas minoritizadas.

Entrevistadora: Em 2020, foi publicado um primeiro volume da coleção didática “Vamos juntos(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento”, coordenada pelo senhor e pela profa. Ana Cecília Cossi Bizon (Unicamp). Duas características que saltam aos olhos na coleção são a abordagem multinível e a perspectiva plurilíngue. Poderia falar um pouco sobre essas duas características? De que forma elas contribuem para atender à complexidade e heterogeneidade dos fluxos migratórios internacionais mais recentes no Brasil?

² LOPEZ, A. P. de A. *Subsídios para o planejamento de cursos de português como língua de acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

Leandro Diniz: De fato, a pedagogia multinível e o plurilinguismo são dois pilares da coleção “Vamos juntos(as)!”.

A pedagogia multinível – que conheci apenas recentemente, por ocasião do meu pós-doutorado na Université Grenoble Alpes (França), com o apoio do programa CAPES/Print – me parece muito profícua para o trabalho com migrantes e refugiados. Isso porque, muito frequentemente, por falta de professores ou de infraestrutura, ou pela própria dinâmica dos cursos de PLAc – em que, em geral, não se estabelece um prazo para matrícula, mas se recebem alunos ao longo de todo o curso –, torna-se inviável separar os estudantes em diferentes turmas, segundo seus níveis de proficiência em português. Trabalhar em turmas muito heterogêneas – com falantes de línguas próximas e distantes, com pessoas com níveis de escolarização muito distintos – representa um desafio pedagógico considerável, para o qual a pedagogia multinível, tal como discutida por David e Abry³, oferece caminhos interessantes.

Assim, a fim de subsidiar o trabalho em meio a essa diversidade, e de se valer dela para enriquecer o processo pedagógico, desenhamos uma coleção contemplando, a uma só vez, três níveis de proficiência em português: Elementar, Básico e Intermediário. Em alguns momentos, são propostas atividades comuns a toda a turma; em outros, os estudantes realizam, paralelamente, atividades distintas, conforme seus níveis de proficiência. Também estão previstas atividades em que alunos de níveis de proficiência diferentes formam grupos em função de seus interesses específicos ou das línguas que fazem parte de seu repertório.

Saliento, porém, que, apesar de trazer importantes instrumentos para o trabalho com distintos perfis de alunos, penso ser fundamental a criação de turmas específicas para estudantes não alfabetizados em suas primeiras línguas, ou que não dominam o alfabeto latino, bem como para falantes de línguas distantes que nunca tiveram contato significativo prévio com o português.

Em relação à perspectiva plurilíngue, esse é um elemento chave na estruturação de um trabalho intercultural crítico. Para isso, trazemos algumas das línguas mais faladas por migrantes e refugiados no Brasil – árabe, crioulo haitiano,

³ DAVID, C.; ABRY, D. *Classe muti-niveaux et pédagogie différenciée*. Vanves: Hachette, 2018

espanhol, francês, inglês, lingala e suaíli –, não só nas apresentações dos livros, traduzidas para esses idiomas, mas também em atividades ao longo de toda a coleção. Desse modo, em diversas oportunidades, os estudantes são convidados a utilizarem outras línguas que fazem parte de seu repertório e a se engajarem em práticas translíngues, retomando o conceito de Canagarajah⁴. Destaco três potenciais benefícios dessa perspectiva plurilíngue.

O primeiro – e de maior relevância – é sua contribuição para um “acolhimento em línguas”, tal como proposto por Bizon e Camargo⁵, no próprio ensino de língua portuguesa. Distanciamo-nos, dessa forma, de uma perspectiva segundo a qual essa é a única língua que tem lugar no acolhimento a migrantes de crise. Sem a valorização das línguas faladas por esses sujeitos, não é possível valorizar, de fato, suas culturas e seus saberes.

O segundo benefício consiste na criação de oportunidades para que todos os alunos possam participar das discussões, usando a(s) língua(s) que desejarem, em uma dinâmica em que o docente e os estudantes fazem as mediações necessárias para a interação. Desse modo, mesmo alunos com baixa proficiência em português podem, por exemplo, ter acesso a informações fundamentais para suas vidas no Brasil – incluindo o conhecimento de seus direitos –, refletir sobre questões complexas concernentes à educação para a diversidade e compartilhar aspectos de suas construções culturais.

O terceiro benefício é que, ao contrário do que prevê uma certa tradição no ensino de línguas adicionais – em que a(s) língua(s) materna(s) é (são) banida(s) da sala de aula, como se fosse possível impedir sua presença –, o recurso a essa(s) contribui para a aprendizagem da língua-alvo. Gostaria de citar aqui o argumento de Revuz⁶ de que a aprendizagem de uma outra língua incide na relação que estabelecemos com nossa(a) língua(s) materna(s), e, conseqüentemente, solicita “as

⁴ CANAGARAJAH, S. *Translingual practice*. Global Englishes and cosmopolitan relations. Abingdon: Routledge, 2013.

⁵ BIZON, A. C. C.; CAMARGO, H. R. E. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: Por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. In: BAENINGER *et al* (orgs.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018, p. 712-726.

⁶ REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. *Língua(gem) e identidade*. Elementos para uma discussão no campo aplicado. São Paulo: Mercado de Letras, 1998, p. 213 -230.

bases mesmas da nossa estruturação psíquica”⁷. Nesse processo – sempre singular – de aprendizagem, há sujeitos que resistem a ser capturados pela nova língua. No contexto de deslocamento forçado, como destacam Barbosa e São Bernardo⁸, a relação com a língua majoritária do novo país pode ser particularmente conflituosa. Retomando Revuz⁹, é como se, para alguns, apropriar-se da língua majoritária do novo país implicasse um desligamento da(s) sua(s) língua(s) materna(s), um distanciamento simbólico da comunidade de origem, um afastamento ainda maior de um território do qual se saiu movido pelo desejo de viver em outro lugar, ao mesmo tempo em que não se desejou abandoná-lo. Nesse sentido, a língua portuguesa pode, para certos migrantes e refugiados, estar longe de, simbolicamente, ocupar o lugar de acolhimento – algo apagado na designação “Português como Língua de Acolhimento”. Estruturar um ensino de português que convoque outras línguas no processo pedagógico pode contribuir para diminuir esse conflito.

Entrevistadora: Partindo da perspectiva de que materiais didáticos são instrumentos de política linguística, que outras preocupações vocês tiveram ao planejar a coleção “Vamos juntos(as)!”?

Leandro Diniz: Um primeiro ponto que destaco é a participação direta de migrantes e refugiados na autoria de unidades da coleção, bem como na tradução de textos e atividades que compõem os livros. Afinal, não poderíamos estruturar essa ação de política linguística sem a efetiva participação de membros dos grupos para os quais essa política está voltada. Além disso, a coleção contou com pareceristas que participam de políticas do poder público e da sociedade civil voltadas para migrantes e refugiados, bem como com professores com forte atuação no ensino de PLAc.

Também destaco o fato de que, ao planejarmos as unidades de cada um dos livros principais (“Organizando minha vida”; “Me virando no dia a dia”; “Cuidando da minha saúde”; “Trabalhando e estudando”), buscamos contribuir, de alguma forma, para a inserção do estudante em diferentes espaços, pelos quais já circulam ou podem

⁷ *ibidem*, p. 217.

⁸ BARBOSA, L. M. A.; SÃO BERNARDO, M. A. *Língua de acolhimento*. In: CAVALCANTI, L.; BOTEGA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO D. (orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: UnB, 2017, p. 434-437.

⁹ *op. cit.*

vir a circular, conforme seus objetivos e desejos. Para tanto, consideramos fundamental não restringir esses espaços àqueles relacionados às necessidades de um migrante de crise consideradas básicas e imediatas, recortadas a partir do funcionamento do que venho chamando de “discurso da falta”¹⁰. Por isso, por exemplo, no livro “Trabalhando e estudando”, criamos oportunidades para que os estudantes expressem seus desejos em relação à sua atuação profissional, para que conheçam o sistema educacional brasileiro, para que procurem cursos que possam interessá-los e para que conheçam os trâmites de revalidação de diplomas obtidos em seus países de origem.

Um elemento fundamental para a inserção dos migrantes e refugiados nesses diferentes espaços é, precisamente, o conhecimento dos seus direitos no Brasil. Por isso, propusemos, na coleção “Vamos juntos(as)!” , um trabalho transversal de politização dos estudantes – como defende Maher¹¹ –, contemplando o direito à cidade, à bancarização, à saúde, à educação, ao trabalho decente, entre vários outros. Ademais, procuramos oferecer alguns subsídios para que os alunos saibam o que fazer, ou a quem recorrer, quando seus direitos forem violados – por exemplo, em casos de exploração laboral, de violência contra a mulher e de discriminação, infelizmente comuns. Tal trabalho de politização compreende, ainda, um investimento contínuo na educação para a diversidade, tematizando práticas como a xenofobia, o racismo, a misoginia, a LGBTQ+fobia, o etnocentrismo e a intolerância religiosa – práticas essas que, com frequência, não apenas subalternizam migrantes de crise, mas que também são por eles reproduzidas.

Destaco, por fim, que a coleção abre espaço para propostas do que Maher¹² (2007, p. 267) chama de “educação do entorno para a convivência respeitosa com as especificidades linguísticas e culturais” de grupos minoritarizados, a partir de pequenos projetos que favorecem a circulação de produções dos estudantes para além do espaço da sala de aula.

¹⁰ DINIZ, L. R. A.; NEVES, A. O. Políticas linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no Ensino Básico brasileiro. *Revista X*, v. 13, p. 87-110, 2018.

¹¹ MAHER, T. M. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.) *Linguística Aplicada: suas faces e interfaces*. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

¹² *ibidem*, p. 267.

Entrevista: Em um artigo seu, escrito com a professora Ana Cecília Cossi Bizon, publicado na revista *Línguas e Instrumentos Linguísticos* em 2019¹³, vocês apresentam uma proposta poscolonial para a produção de materiais didáticos para o ensino de PLA. Explícite como seria essa proposta.

Leandro Diniz: Trata-se de uma proposta para a descolonização dos materiais didáticos de PLA, concebida a partir da teorização de autores como Milton Santos, Boaventura de Sousa Santos e Aníbal Quijano, bem como daqueles filiados à Linguística Aplicada Indisciplinar, como Marilda Cavalcanti, Luiz Paulo da Moita Lopes e Terezinha Maher. Essa proposta almeja, acima de tudo, fazer emergirem as multiplicidades que, historicamente, têm sido apagadas em nossa história.

De fato, como apontam diferentes pesquisas, materiais didáticos brasileiros de PLA tendem a silenciar o múltiplo da nossa sociedade, em prol de uma certa cultura de classe média, branca, heterossexual, da região Sudeste. Os povos negros, indígenas e migrantes, por exemplo, quando aparecem nesses instrumentos linguísticos, são, frequentemente, representados de maneira totalizadora e essencialista, em um processo de exotização e fetichização, na contramão do que defende Maher¹⁴. Um processo semelhante pode ser observado nas canções que costumam aparecer nos materiais. Como bem observa Souza¹⁵, elas tendem a se limitar a gêneros como samba, MPB, bossa nova e rock, reforçando a estigmatização de gêneros como hip hop, funk e rap, entre tantos outros. Na proposta poscolonial, o que é construído como inexistente precisa, justamente, ocupar o centro das práticas pedagógicas.

Isso implica, inclusive, repensar os próprios públicos-alvo dos materiais elaborados. É sintomático, por exemplo, que o número de livros didáticos brasileiros de PLA para empresários tenha crescido substancialmente nas duas últimas décadas, enquanto outros públicos continuem carentes de materiais, como é o caso de surdos e indígenas. Um outro exemplo: quando Ana Cecília Cossi Bizon, Elizabeth Fontão e

¹³ BIZON, A. C. C.; DINIZ, L. R. A. Uma proposta poscolonial para a produção de materiais didáticos para o ensino de Português como Língua Adicional. *Línguas e instrumentos linguísticos*, v. 43, p. 155-191, 2019.

¹⁴ op cit.

¹⁵ SOUZA, J. P. C. de. *Letra e música: uma proposta para o ensino de canção na aula de Português como Língua Adicional*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

eu concluímos, há quase dez anos, a escrita da primeira versão da coleção didática “Mano a Mano: português para falantes de espanhol” (Routledge, 2021), não podíamos imaginar que não conseguiríamos publicá-la no Brasil. A meu ver, essa dificuldade reflete, em grande medida, o processo histórico de invisibilização das culturas dos países de língua oficial espanhola no Brasil. Felizmente, tem sido possível observar, nos últimos anos, algumas mudanças nessa direção, por exemplo, com a produção de livros didáticos para migrantes e refugiados (como “Entre nós: português com refugiados”¹⁶; “Pode entrar: português do Brasil para refugiadas e refugiados”¹⁷; “Portas abertas: português para imigrantes”¹⁸, “Recomeçar: língua e cultura brasileira para refugiados”¹⁹; “Passarela: português como língua de acolhimento”²⁰; “Vamos juntos(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento”, anteriormente apresentado).

Operacionalizar uma proposta poscolonial não é algo trivial. Parece-me bastante equivocada, nesse sentido, uma atitude pedagógica que procura fomentar o desenvolvimento da criticidade apenas por meio do debate de temas que estão na ordem do dia de uma agenda progressista, preocupada com a construção de um mundo mais democrático, diverso e plural. A proposta poscolonial que concebemos considera imprescindível o investimento no que analistas do discurso chamam de “materialidade linguística”, de forma a que o funcionamento ideológico da linguagem seja sempre colocado em pauta. Assim, entendemos que o trabalho com o funcionamento dos recursos linguísticos é essencial para a desnaturalização, no processo pedagógico, de discursos hegemônicos.

Entrevistadora: Que lugar a legitimação do português brasileiro ocupa nessa proposta poscolonial?

¹⁶ ARANTES *et al.*, P. (Coord.). *Entre Nós: português com refugiados*. Cartolina Editora: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://editoracartolina.wordpress.com/2019/01/05/entre-nos-portugues-com-refugiados>. Acesso em: 01 abr. 2021.

¹⁷ FEITOSA, J.; MARRA, J.; FASSON, K.; MOREIRA, K.; PEREIRA, R.; OLIVEIRA, T. A. de. *Pode entrar: português do Brasil para refugiadas e refugiados*. São Paulo: Edição dos autores, 2015.

¹⁸ REINOLDES, M.; MANDALÁ, P. S.; AMADO, R. S. *Portas Abertas: português para imigrantes*. São Paulo: USP, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC), 2017.

¹⁹ ROCHA, B.; CÂNDIDO, I. C. A.; REINOLDES, M. *Recomeçar: língua e cultura brasileira para refugiados*. MemoRef – Cultura, Memória e Identidade. Universidade Federal de São Paulo, 2015.

²⁰ RUANO, B. P.; CURSINO, C. (org.). *Passarela: português como língua de acolhimento para fins acadêmicos*. Curitiba, PR: Editora Peregrina, 2020.

Leandro Diniz: Esse é um ponto bastante importante. São notáveis, no ensino de PLA no Brasil, certos efeitos da “colonização linguística”, para recuperar o conceito de Mariani²¹. Podemos verificar isso quando observamos a insistência de certos materiais didáticos em desconsiderar fenômenos típicos do português brasileiro. Ainda hoje, por exemplo, quase todos os livros brasileiros de PLA ignoram que, cotidianamente, brasileiros falantes de português – com alto nível de escolarização, inclusive – utilizam “ele” e “ela” na posição de objeto direto. Apenas as formas recomendadas pela gramática normativa – que interdita esse uso, em favor dos oblíquos “o” e “a”, característicos do português falado na ex-metrópole do Brasil – costumam ser ensinadas. Não estou defendendo a abolição do ensino dessas últimas formas; afinal, elas continuam muito vivas nos usos mais monitorados, especialmente na escrita formal. O que estou defendendo, como tantos outros linguistas e linguistas aplicados, é a valorização, no ensino, das marcas características do português brasileiro. Por exemplo, quando ministro uma disciplina de PLA em nível Básico, em que gêneros do cotidiano são trabalhados, são construções como “Eu vi ele / ela” que ensino a meus estudantes internacionais no Brasil. Em geral, trabalho as construções correspondentes recomendadas pela tradição normativa apenas em turmas de Intermediário e Avançado, por exemplo, quando os estudantes produzem textos em situações mais formais.

Esse processo de legitimação do português brasileiro também precisa abrir espaço para as variedades fortemente estigmatizadas faladas no país, por exemplo, por pessoas com baixo nível de escolarização ou com marcas regionais desprestigiadas socialmente. Não se trata, evidentemente, de ministrar aulas de Sociolinguística em um curso de PLA – como parece ocorrer com certa frequência –, mas sim de sensibilizar os estudantes para certos fenômenos comuns em algumas variedades do português, mas fortemente estigmatizados, e sobretudo, de fomentar atitudes de respeito em relação à variação linguística. Tais fenômenos inevitavelmente aparecerão em cursos de PLA, se de fato, assumirmos o compromisso de visibilizar sujeitos periféricos, seus discursos e suas produções culturais.

²¹ MARIANI, B. (2004). *Colonização linguística*. Campinas: Pontes.

Acho fundamental enfatizar, entretanto, que legitimar o português brasileiro não significa assumir uma posição ufanista de celebração da “nossa língua”, que, no limite, produz processos de “colonização linguística às avessas”, retomando palavras de Zoppi-Fontana²². Isso ocorre, por exemplo, quando professores brasileiros de PLA se recusam a contemplar, no seu ensino, variedades dos portugueses de outros países, ainda que trabalhem em um contexto em que isso seja particularmente relevante. Seria um absurdo, por exemplo, que, em um país africano de língua oficial portuguesa, um leitor brasileiro ignorasse as variedades locais do português, em favor do português brasileiro, quando essas variedades precisariam, ao contrário, ocupar uma posição de destaque.

A legitimação ufanista do português brasileiro apaga, igualmente, as mais de 200 línguas faladas no Brasil. A designação “língua brasileira”, que aparece em textos acadêmicos e em instrumentos linguísticos brasileiros voltados para o ensino de PLA, participa desse apagamento. Diversas são as línguas brasileiras – ainda que apenas uma ocupe o lugar de oficial e nacional no país –, e o ensino de PLA deve contribuir para visibilizá-las.

Entrevistadora: Para concluir, quais são suas principais expectativas em relação ao desenvolvimento da área de PLA nos próximos anos?

Leandro Diniz: Espero fortemente que haja uma “virada epistemológica” na área de PLA, como defendo em um dossiê da Revista X (UFPR) que organizei em 2018 com a profa. Ana Cecília Cossi Bizon²³. Essa virada implica construir uma outra agenda para essa área, distanciando-se daquela que, pautada pelo Norte, se limitou, em grande medida, a uma discussão sobre abordagens, métodos e técnicas que apaga o político, o social, o ideológico. Na contramão desse paradigma, desejo que a área de PLA seja cada vez mais politicamente engajada, responsiva às demandas sociais contemporâneas, eticamente comprometida com a construção de uma globalização contra-hegemônica. Uma área que chame ao diálogo vozes do Sul e que rompa com

²² ZOPPI-FONTANA, M. G. “Ser brasileiro no mundo globalizado. Alargando as fronteiras da língua nacional”. In: DI RENZO, A. M. *et al* (orgs). *Linguagem e história: múltiplos territórios teóricos*. Campinas: RG, 2010, p. 129-152.

²³ BIZON, A. C. C.; DINIZ, L. R. A. (org.). Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens. *Revista X*, v. 13, n. 1. Curitiba: UFPR, 2018.

a lógica disciplinar, como propõe a chamada Linguística Aplicada Crítica, Indisciplinar ou Transgressiva. Acredito que, nos últimos anos, temos avançado significativamente nessa direção – e as contribuições das pesquisas sobre ensino de português em contexto de migração de crise têm contribuído, decisivamente, para isso. Que esse corpo de pesquisas continue se fortalecendo.